GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES
MARLÚBIA CORRÊA DE PAULA
Organizadoras

ANÁLISE DE CONTEÚDO E ANÁLISE DE DISCURSO

REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS EM DIFERENTES VERTENTES

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

PUCRS

ALEXA CULTURAL

GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES
MARLÚBIA CORRÊA DE PAULA
Organizadoras

ANÁLISE DE CONTEÚDO E ANÁLISE DE DISCURSO:

reflexões teórico-metodológicas em diferentes vertentes

Esta obra foi incentivada pela

PUCRS | ESCOLA DE HUMANIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Henrique dos Santos Pereira

Membros
Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA
Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani - UFRGS
Alfredo Bosi - USP
Arminda Mourão Botelho - Ufam
Spartacus Astolfi - Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira - UFC
Conceição Almeira - UFRN
Edgard de Assis Carvalho - PUC/SP
Gabriel Conh - USP
Gerusa Ferreira - PUC/SP
José Vicente Tavares - UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio - FGV/RJ
Élide Rugai Bastos - Unicamp
Renan Freitas Pinto - Ufam
Renato Ortiz - Unicamp
Rosa Ester Rossini - USP
Renato Tribuzy - Ufam

Reitor
Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor
Sérgio Augusto Freire de Souza

GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES
MARLÚBIA CORRÊA DE PAULA
Organizadoras

ANÁLISE DE CONTEÚDO E ANÁLISE DE DISCURSO:

reflexões teórico-metodológicas em diferentes vertentes

UFAM

ALEXA CULTURAL

Embu das Artes - SP
2022

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Comitê Científico Alexa Cultural

Presidente
Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros
Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (USP/EcA - São paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoni (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Agradecemos aos discentes da disciplina de "Análise de Discurso e Análise de Conteúdo" que compartilham seu aprendizado socializando os desafios do processo teórico-metodológico. Aos docentes convidados que acreditaram na proposta desafiadora deste livro, contribuindo além de autores(as) como pareceristas ad doc dos trabalhos apresentados pelos discentes. Agradecemos também o apoio financeiro que possibilitou esta publicação à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), disponibilizado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS.

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão Técnica

Gleny Terezinha Duro Guimarães e Michel Justamand

Revisão de língua

Tuca Dantas

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G348 - GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro - P320 - PAULA, Marlúbia Correa de

Análise de conteúdo e análise do discurso. Glenny Terezinha Duro Guimarães e Marlúbia Correa de Paula (orgs.), Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2022

14x21cm - 298 páginas

ISBN - 978-85-5467-173-0

1. Ciências Sociais - 2. Serviço Social - 3. Análise de conteúdo 4. Análise do discurso - I -Título, II - Sumário, III - Bibliografia

CDD - 300 / 360

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço Social
2. Análise de conteúdo
3. Análise do discurso

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem o aval das organizadoras e/ou editora.
As opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br

Editora da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgilio Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290

PREFÁCIO

As contradições do discurso e os desafios da pesquisa

Muito me orgulha prefaciar essa obra organizada pela Profa. Gleny Terezinha Duro Guimarães e pela Profa. Dra. Marlúbia Corrêa de Paula, parceiras de lutas e sonhos, que têm se notabilizado pelas contribuições acerca da Análise de conteúdo e de discurso, em particular, sobre a qual vêm realizando estudos e produções, cuja socialização passa, entre outros espaços, pela sala de aula na pós-graduação.

Como professora de Pesquisa na pós-graduação, tenho clara a importância de produzirmos sobre teoria e metodologia de investigação social, afinal formamos professores e pesquisadores nesse âmbito, embora a competência investigativa seja fundamental à densificação de qualquer trabalho profissional e, portanto, precisa ser contemplada desde a Graduação.

Em tempos obscuros de negação da ciência, da Pesquisa e da produção científica que a conforma, o adensamento investigativo é fundamental para fazermos frente aos desafios que nos são impostos pela realidade social.

No Brasil, a partir o golpe realizado em 2016, vivemos um processo de retrocessos sem precedentes. Num país, dependente e periférico, de amplitude continental e de profundas desigualdades históricas, como o nosso, as crises econômica, política e sanitária ampliam essas mazelas profundas, precarizam ainda mais o trabalho, desmontam políticas públicas e violam direitos. No momento atual, em particular, sob o comando de um governo fundamentalista, de ultradireita, assumidamente conservador, que se contrapõe a ciência e a liberdade de pensamento e nega os avanços civilizatórios conquistados a duras penas pelos trabalhadores, como o de Bolsonaro, a necessidade de desvendar o real e buscar alternativas de resistência é imprescindível.

O País vivencia um momento crítico em relação às políticas públicas, desde a Ementa Constitucional 95, aprovada no governo Temer. A alteração do sistema fiscal que determinou o congelamento de gastos por 20 anos tem resultado em retrocessos significativos, tais como a precária manutenção do Sistema Único de Saúde- SUS,

o que vem sendo sentido pela população em meio a essa pandemia de longa duração e de proporções imensas, cujas sequelas são enormes e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com o sucateamento da rede socioassistencial e o fechamento de serviços, além de retrocessos em políticas fundamentais como habitação, educação e meio ambiente. (PRATES; NUNES;aCORDEIRO, 2021)

Na mesma direção, estão a desregulamentação do trabalho agudizada pela reforma trabalhista de 2016, e os processos de desmonte da Política de Previdência Social e da reforma administrativa em curso, associadas as atrocidades dos processos de desmatamento, cuja proporção assume patamares nunca antes vistos no país, pondo em risco a vida de gerações futuras. A esses processos somam-se ainda a violência e o racismo estrutural, a tentativa de desmonte do movimento sindical e a criminalização de movimentos sociais.

Fica evidenciado que o projeto desse governo é a flexibilização máxima do trabalho, o desmonte de instâncias organizativas, de direitos sociais, bem como a transformação das políticas públicas em novos nichos de mercado, em especial a educação e a saúde, que já vêm sofrendo processos de privatização. A receita utilizada para atrair o capital estrangeiro é o trabalho barato e os sindicatos fracos, apesar do demagógico discurso nacionalista. (PRATES, 2020)

A pesquisa é o movimento de produzir conhecimentos do mais simples ao mais complexo, da análise do cotidiano, a análise de processos coletivos que são fruto de múltiplas determinações. Pesquisamos cotidianamente, o tempo, o vestuário, o alimento para tomar decisões. Observamos, sentimos, provamos, experimentamos, avaliamos e decidimos. A pesquisa é parte do nosso cotidiano. Diz Freire (1981) que não há processo educativo sem investigação e nem investigação sem processo educativo. Mas a pesquisa científica se diferencia da pesquisa cotidiana, porque tem direção, tem compromisso coletivo, implica em responsabilidades públicas , pressupõe método científico e postura ética. No âmbito da Graduação desenvolvemos atitude investigativa, porque precisamos de subsídios para avaliar e prospectar, mas é no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu* que formamos efetivamente pesquisadores. (PRATES, 2017)

Na pós-graduação lato sensu formamos especialistas, mas na pós-graduação stricto sensu formamos professores e pesquisadores. No mestrado e doutorado formamos aqueles que vão formar profissionais no âmbito da Graduação. Portanto, não podemos nos restrin-

gir a uma apropriação sobre nossa temática, embora ela direcione o adensamento das pesquisas que realizamos e áreas sobre as quais nos propomos a contribuir com a produção de conhecimentos e com a formação. Logo, uma apropriação generalista orientada pela área de concentração, pelas linhas de pesquisa, pela formação em pesquisa e na prática do ensino, é fundamental, na pós-graduação stricto sensu. A área do Serviço Social acrescenta, ainda, a estes aspectos, uma formação e uma pesquisa críticas, que se pautem na totalidade, que reconheçam a existência das contradições, que contemplem a historicidade dos fenômenos e que se proponham a contribuir com a redução de desigualdades e o fortalecimento das resistências, ou seja que contribuam para o enfrentamento das refrações da questão social.

Essas refrações, seja no âmbito das desigualdades ou das resistências, necessitam ser problematizadas e desocultadas, pois esses processos estão na base de diferentes projetos políticos em disputa, seja os que almejam o seu mascaramento e naturalização ou, no contraponto, o seu desvendamento e superação por novas formas de sociabilidade.

Na sociedade da informação esse embate se dá também pela disputa de narrativas que se materializam em discursos, seja em âmbito institucional, legal, em instruções e planos de ação, seja nas redes sociais ou na produção acadêmica.

A comunicação é um tema bastante polêmico e complexo. Conforme Lefebvre (1966, p.47), a linguagem é tão antiga quanto a consciência. “Não existe consciência sem linguagem, pois a linguagem é a consciência real, prática.” Porém, diz Lefebvre (1966, p.52), a linguagem não suscita o que os homens têm a dizer. “Não possui este poder mágico, ou só possui temporariamente, de maneira precária”. E, continua ressaltando, que “o que os homens dizem vem da práxis” (trabalho, atos, lutas reais)...”mas tudo que eles fazem só entra na consciência passando pela linguagem”. E complementa referindo que: “As ideologias constituem mediações entre a práxis e a consciência (isto é, a linguagem). Mediação que pode também servir de anteparo, obstáculo e bloquear a consciência” (1966, p.56)

Ressaltando o caráter contraditório da linguagem, o autor afirma que para Marx, nem o pensamento, nem a língua formam esfera independente. Diz o autor (1966, p.53): “Nesse tesouro ou depósito confiado ao conjunto da sociedade que é a língua, caem e se acumulam ilusões e erros, verdades triviais e verdades profundas”.

Motter (1994) afirma que, se o universo sensível se apresenta de modo contínuo, é a linguagem que vai recortá-lo e torná-lo compreensível. Afirma ainda que a língua veicula uma ideologia, pode corresponder à objetividade dos fatos ou encobrir o real.

Fabiano, personagem do livro *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, ilustra bem esse fato ao se referir às palavras difíceis utilizadas pelos "homens sábios" que lhe falavam sobre prazos e juros. Ao ouvi-las, o retirante nordestino sabia que seria logrado, mas se encantava por elas e as repetia a esmo. (RAMOS, 2002)

Não há dúvidas de que a comunicação foi, e tem sido, uma das grandes armas para a consolidação da ideologia capitalista e do processo de alienação; ela cria mitos, impõe valores, necessidades, cria cultura a serviço e interesse do capital, cria, como afirma Guareschi (1991, p.7), "o homem programado, fruto do paraíso do monólogo da mercantilização."

Para Gramsci (1989, p. 13) os intelectuais têm uma importante função político-social, uma vez que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. O autor destaca que ao longo da história, a classe dominante tem produzido intelectuais que exercem o monopólio da direção cultural, importante base para a manutenção de sua hegemonia.

Iamamoto (2007) na mesma direção, destaca a necessidade que o capital tem de criar uma cultura para se consolidar e se reafirmar sistematicamente. Embora a autora não resuma a cultura a linguagem, é através dela que os sujeitos acessam a informação, formam opiniões e se expressam.

Dreifuss (1986), por sua vez, faz uma análise profunda de como as elites orgânicas capitalistas lideram e viabilizam seu projeto político, através de táticas e estratégias, relações de força e poder (correlação de forças). As elites orgânicas agem, como mediadoras, que predispõe a classe dominante para a luta política, através da formação de blocos de poder, ou de frentes móveis de ação, articulando os momentos político-ideológico-coercitivo (dimensão estatal e intervenção no conflito social), traduzindo as necessidades da produção para o plano da ação política e sua viabilização em nível institucional. (PRATES, 2003)

Segundo o autor, é a ação político-ideológica das elites orgânicas que permite a polarização, sob seu controle, de frações subalternas. Na verdade as elites orgânicas são para Dreifuss (1986, 27) o "estado maior" da classe dominante, não só responsáveis pelo pla-

nejamento estratégico de classe, mas também pela formulação dos principais lineamentos da ação e de toda a sua direção.

Responsáveis pela formulação e desenvolvimento de um discurso político-ideológico, apresentado não só como do interesse coletivo do capital, mas da nação, as elites orgânicas procuram transformar as contradições do sistema e os antagonismos de classe em simples diferenças passíveis de reconciliação, de forma que seu "argumento lógico" apareça como expressão da consciência nacional e exigência societária. (*Idem*)

Lembremos que Marx (1998) já destacava no *Manifesto do Partido Comunista* que as ideias dominantes na sociedade, são, em cada período histórico as ideias das classes dominantes.

Mas se, por um lado, a comunicação reproduz alienação, estranhamento e naturaliza a mercantilização em todos os âmbitos da vida social, na sociedade capitalista por outro, é através da comunicação que estabelecemos relações que nos possibilitam provocar reflexões, trabalhar processos de conscientização, reproduzir também as riquezas socialmente construídas pela humanidade. É através da comunicação que veiculamos nossos pensamentos, sentimentos, nossas críticas, nossas experiências e conhecimentos. Como instrumento, da mesma forma que pode servir (e serve) à alienação e dominação, pode ser importante estratégia para viabilizar a sua superação.

Um exemplo brilhante de criatividade no uso da comunicação é apresentado por Chaui (1993, p.44-45) ao relatar a experiência do "dia da amnésia", decidido pelos operários da COSIPA, nos anos 1970.

Para entrar diariamente na COSIPA, os operários deveriam apresentar documentos de identificação. A entrada e saída se faziam em turnos fixos, durante 24 horas, pois os altos fornos não podiam ser apagados. Sendo zona de "segurança nacional", seus operários permaneciam sob constante vigilância e não lhes era permitida qualquer forma interna de organização, nem de controle do trabalho. A informação era controlada e as relações entre trabalhadores vigiada. Sem imprensa própria e com um sindicato cooptado pela classe dominante, os operários da COSIPA criaram uma imprensa alternativa para a preparação da greve, que não pôde ser reprimida nem punida.

Usaram as portas dos banheiros como folhas de jornal ou boletins informativos; escritos a serem apagados pelos últimos operários a usarem os banheiros, ao final de cada turno. No "dia da amnésia" todos os operários, diz Chaui, tiveram um repentino esquecimento,

esqueceram em casa o documento de identificação. Isto significou a formação de longas filas para a identificação minuciosa de milhares de trabalhadores, interrompendo os turnos, paralisando atividades, até que os altos fornos fossem atingidos. Diante da situação, a direção da empresa foi obrigada a negociar com os grevistas, que perante a lei, não eram grevistas.

Aqui, ao nos referirmos à comunicação como processo, estamos abordando desde a disputa de narrativas, a compatibilização da linguagem entre profissionais usuários dos serviços, ou entre uma equipe interdisciplinar, até formas comuns ou criativas de comunicação (elaboração de boletins, jornais, uso de megafones, vídeos, painéis, folders, aparelhos de comunicação de massa, "portas de banheiro", etc.). Importa, na verdade, o reconhecimento e a valorização do processo de comunicação, para viabilizar a socialização de informações, conhecimentos, sem os quais os processos não se operacionalizam. (PRATES, 2003)

Os discursos, por sua vez, materializados em jornais, em produções acadêmicas, nas redes sociais, em leis e normativas são constituídos a partir de valores e intenções, precisam ser contextualizados, pois são condicionados por múltiplas determinações históricas, sociais, culturais, pelo lugar que os sujeitos ocupam na estrutura de classes, com suas particularidades de gênero, étnico-raciais, geracionais, mas também pelo lugar que ocupam nas instituições e na hierarquização de poder a que estão submetidos. Esses elementos complexos, cuja interconexão é necessária a uma análise mais profunda, nem sempre são explícitos e nesse sentido, o seu desocultamento tem para a investigação científica uma importância fundamental.

A análise de conteúdo e de discurso se desafia a contribuir para a apreensão desse processo como totalidade, uma vez fundamentada num método crítico. Portanto, sua apreensão como parte do instrumental de pesquisadores é fundamental.

Desejo a todos e todas boa leitura!

Jane Cruz Prates
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Escola de Humanidades - PUCRS

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

DREIFUSS, René. **A Internacional Capitalista.** RJ: Espaço e Tempo, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultur**a. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.

GUARESCHI, Pedrinho (Org) **Comunicação e controle social.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Cortez, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo.** 3.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1966.

MARX, K e ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. In MARX, ENGELS, **O manifesto comunista 150 anos depois**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a Teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**. Tese de doutorado. Porto Alegre, PUCRS, FSS, 2003.

MOTTER, Maria de Lourdes. A linguagem como traço distintivo do humano. **Revista Princípios** nº.34. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

PRATES, J C. Crise do capital, pandemia e (des) proteção social (prefácio) In: ANDRADE, Roberta et al. **Campo Minado Campo minado**: as investidas do capital contra a Seguridade Social Brasileira. Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2020.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa e a extensão no processo de ensino-aprendizagem da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. **Revista Textos e Contextos** (Porto Alegre), V.16, N1, EdiPUCRS, Porto Alegre, 2017.

PRATES, Jane Cruz, Nunes, Rodrigo e Cordeiro, Luisa. A Pesquisa crítica para adensamento do debate sobre a questão social e as polí-

ticas sociais na formação e no trabalho de assistentes sociais. **Anais do SIPINF** 2021, Porto Alegre, EdiPUCRS, 2022.

PRATES, Jane Cruz. O uso da comunicação e informação nos processos de gestão participativa de políticas públicas. **Revista Textos e Contexto**s (Porto Alegre)

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 87 ed. Rio de Janeiro, Record, 2002.

Sumário

PREFÁCIO
As contradições do discurso e os desafios da pesquisa
Jane Cruz Prates
- 9 -

APRESENTAÇÃO
Gleny Terezinha Duro Guimarães
- 21 -

INTRODUÇÃO
As organizadoras e autoras(es)
- 23 -

1. ANÁLISE DE CONTEÚDO A PARTIR DE MORAES: abordagem metodológica
Gleny Terezinha Duro Guimarães e Marlúbia Corrêa de Paula
- 33 -

1.1 MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E A POLÍTICA MIGRATÓRIA: reflexões a partir do contexto brasileiro na garantia de direitos
Claudia Veronese, Bárbara Domingues Nunes e Gabriela Magri Da Silva
- 51 -

1.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: o racismo estrutural em tempos da pandemia da Covid-19.
Eliana Mourgues Cogoy, Cíntia Maria Nascimento Cruz e Tiago da Silva Andrade
- 65 -

2.ANÁLISE DE CONTEÚDO: uma proposta de aplicação para além de Bardin
Rafael Cardoso Sampaio, Paula de Oliveira Portela e Pedro Henrique Chaves de Azevedo Beff de Araujo

- 81 -
3. O SOFTWARE IRAMUTEQ E A PESQUISA QUALITATIVA:
uma abordagem prática
Everton Silveira
- 101 -

4. DISTRIBUIÇÃO DE PODER NA CASA DA FEDERAÇÃO:
composição das comissões permanentes do Senado Federal
Alison Ribeiro Centeno
- 119 -

5. PRÁTICAS DISCURSIVAS:
uma estratégia construcionista de análise do discurso
Mary Jane Paris Spink, Mariana Prioli Cordeiro e
Jacqueline Isaac Machado Brigagão
- 137 -

6. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE BAKHTIN E O CÍRCULO
Cláudio Primo Delanoy
- 149 -

6.1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A
MULHER: uma análise dialógico-discursiva da Lei Maria
da Penha
Luciane Alves Branco Martins e Cristiano Sandim Paschoal
- 161 -

7.O DISCURSO DE RESISTÊNCIA CONSTRUÍDO EM UMA
CHARGE POLÍTICA:
Proposta de estudo crítico-discursivo
Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade e
Álvaro Magalhães Pereira da Silva
- 181 -

7.1 ECONOMIA ACIMA DE TODOS: o discurso ideológico do
governo Bolsonaro
Clarissa Constant de Constant
- 193 -

8. OPERAR COM FOUCAULT: uma implicação ética frente às políticas do discurso
José Luís Ferraro e Guilherme Magalhães Vale de Souza Oliveira
- 205 -

8.1 POBREZA MENSTRUAL: discursos de (auto)governamento
Gabriela Dutra Rodrigues Conrado
- 221 -

9. A ETNOMETODOLOGIA E A PESQUISA QUALITATIVA EM HUMANIDADES
Édison Gastaldo
- 233 -

9.1 EMÍLIA PURUBORÁ NARRATIVAS ORAIS:
uma aproximação à etnometodologia
José Joaci Barboza
- 245 -

10.NO CÍRCULO DE PALAVRAS E CONCEITOS:
composição de fuxicos na Análise Textual Discursiva
Maria do Carmo Galiazzi e Robson Simplício de Sousa
- 263 -

SOBRE OS AUTORES
- 287 -

APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado do desenvolvimento da disciplina de "Análise de Discurso e Análise de Conteúdo" oferecida anualmente pelo Programa de Pós-graduação do Curso de Serviço Social, da Escola de Humanidades da PUCRS, no período de 2006 a 2021. Nessa disciplina estudamos vários autores e vertentes com o propósito de possibilitar aos discentes escolherem um tipo de análise, para além da já conhecida abordagem bardiniana, ou seja, criar possibilidades para novas escolhas que até então eram desconhecidas. Tem um propósito pedagógico pois articula estudos teóricos com exercícios práticos. Apesar do título desta obra ser quase o mesmo nome da disciplina, também enfocamos outras bases epistemológicas como é o caso da Etnometodologia.

No ano de 2015 publicamos a primeira obra resultante dos exercícios práticos realizados em sala de aula, intitulada "Ressignificando os labirintos da pesquisa qualitativa: exercícios práticos de análise de discurso". No livro, a ênfase foram autores que trabalhavam na perspectiva da Análise de Discurso; nos capítulos de sua autoria, os discentes procuravam explicitar as dificuldades e dúvidas encontradas no desenvolvimento do exercício.

A presente obra também resulta de exercícios realizados em sala de aula com alguns discentes da turma de 2020 e 2021, um grupo interdisciplinar oriundo das seguintes áreas do conhecimento: Serviço Social, Ciências da Matemática, Psicologia, Letras, Ciências Sociais, Educação e História.

Aqui nos deparamo com uma grande diferença em relação ao livro anterior, pois aumentamos os autores estudados. Além disso, um capítulo de cunho teórico antecede cada exercício. Foram convidados a participar desta obra docentes-pesquisadores de referência nacional e internacional, apresentando os pressupostos teóricos de cada tipo de análise. Não se trata de separar teoria do dispositivo analítico, mas, sim, de enfatizar ora um ora outro, sem perder de vista sua complementariedade.

É importante explicar ao(à) leitor(a) como foi o processo de elaboração desta obra. Após os discentes terem estudado o autor-vertente é realizado o exercício, etapa que também inclui as primeiras correções e revisões. Na sequência o capítulo foi enviado para os docentes convidados, que tinham a tarefa de produzir um parecer

ad hoc. Nesse ensejo, os pareceristas deveriam avaliar os trabalhos, apontando sugestões para qualificar o mesmo. O processo é similar ao que ocorre quando encaminhamos um artigo para uma revista especializada: dois ou mais integrantes da banca técnica tecem críticas ao manuscrito, solicitando a qualificação do trabalho. O que apresentamos de inédito nesta obra é que o parecerista é o próprio autor que escreve o capítulo, elucidando aspectos teóricos. Dessa forma, existe a possibilidade de articulação entre capítulos e subcapítulos, que de alguma forma dialogam entre si. Nota-se, assim, uma coerência interna entre teoria e metodologia, compondo dessa forma uma unidade de discussão. Para o discente, isso representa a possibilidade concreta de experimentar e resolver as dúvidas que surgem durante o processo de análise na pesquisa qualitativa. Além disso, tiveram o privilégio de seu texto ser analisado por um parecerista de renome no tipo de análise proposto. Cabe mencionar que alguns discentes não puderam participar e, portanto, alguns capítulos não estão acompanhados de exercícios.

Na literatura sobre metodologia de pesquisa, embora seja possível encontrar perspectivas diferentes dos tipos de análise, é difícil identificar exemplos práticos e didáticos de como realizar a analise. Portanto, o propósito deste livro é o de socializar conhecimentos e experiências de quem enfrentou os desafios do processo da análise e oferecer, assim, um aporte teórico-analítico para a compreensão do ato de pesquisar.

Esperamos poder continuar contribuindo com o aprendizado dos pesquisadores que buscam nesta obra compreender como ocorre a relação entre teoria-metodologia no processo da pesquisa qualitativa. Boa leitura!

Gleny Terezinha Duro Guimarães

INTRODUÇÃO

Sob a perspectiva epistemológica este livro contempla diferentes concepções em relação ao que é ciência, ao método, resultando em diferentes conceitos, teorias, pressupostos, entre outros aspectos. Sem ter a pretensão de fazer tipologizações, uma vez que nenhuma vertente é "pura" e nenhum autor aceita classificações em "ismos", podemos identificar algumas influências de determinadas concepções epistemológicas que subsidiam diferentes tipos de análise e foi exatamente esse o critério utilizado para organizamos a sequência dos capítulos.

Os primeiros quatro capítulos se referem à Análise de Conteúdo – AC, geralmente a mais difundida e conhecida pela comunidade acadêmica. Porém, procuramos mostrar também duas alternativas que vão além da perspectiva bardiniana. Uma delas é a proposta por Moraes (1998, 1999), que se diferencia principalmente no processo de categorização da técnica de análise temática. Na sequência deste mesmo capítulo são apresentados dois exemplos de análise. A segunda alternativa é apresentada no terceiro capítulo em que é proposta uma atualização científica da AC, a partir de autores internacionais. No capítulo seguinte é apresentado o software Iramutec para uso na análise de dados e no quarto um exemplo de análise a partir de Bardin (1977).

Sob a base epistemológica do Construcionismo e também sob influência bakhtiniana é apresentada no quinto capítulo, a Prática Discursiva de Spink (2013, 2014) em que somos brindados com o texto dessa mesma autora. Seguimos para o sexto capítulo sobre a Teoria Dialógica de Bakhtin (1979), em que se evidencia forte influência do materialismo histórico. Ainda sob a mesma influência epistemológica (mas também de várias outras) é delineado o sétimo capítulo que enfoca a Análise Crítica de Discurso, também conhecida como Estudos Críticos do Discurso, proposto principalmente por Van Dijk (2008).

Seguindo para outra perspectiva epistemológica, o oitavo capítulo se configura, percebendo o discurso como um conjunto de práticas que se estabelecem no interior de formações discursivas, em que Michel Foucault (1979, 1997) propõe uma arqueologia do saber que dialoga com a noção de epistemologia tal qual a elaborada por

Georges Canguilhem (1955). Uma epistemologia que não pretende instituir nenhuma racionalidade ou cientificidade, mas descrever uma ordem de um discurso que opera em um nível do poder-saber. O interesse epistêmico da análise do discurso foucaultiano está na ideia de "episteme" como ordem constitutiva de uma época – é nesse sentido (e por isso) que sua análise do discurso valoriza as práticas discursivas.

Cabe destacar que as vertentes que estão no espectro da AD implicam em uma base teórica delineada pelos respectivos autores, em que o objeto de pesquisa deve dialogar, constituindo uma relação indissociável entre dispositivo teórico e metodológico.

Rumos aos capítulos finais, destacam-se vertentes sob forte influência epistemológica da fenomenologia e da hermenêutica. Estamos nos referindo a uma abordagem naturalista em que se encontra a etnometodologia com enfoque em Garfinkel (1967). Ainda nessa mesma vertente epistêmica, finalizamos com o capítulo de Galiazzi (2007) que, juntamente com Moraes (2007), propuseram a Análise Textual Discursiva. Desta forma iniciamos e finalizamos com o mesmo autor, porém demarcando propostas distintas.

Cabe destacar que as vertentes que estão no espectro da AD implicam em uma base teórica delineada pelos respectivos autores, em que o objeto de pesquisa deve dialogar, constituindo uma relação indissociável entre dispositivo teórico e metodológico.

Optar por qualquer uma das modalidades de análise não deve ser percebida com uma visão dicotômica do conhecimento como verdadeira ou falsa, melhor ou pior, fácil ou difícil. O que está em questão e que auxilia na escolha do pesquisador é: conhecer diferentes perspectivas (ninguém escolhe o que não conhece); perceber qual delas apresenta "pistas" para compreensão do seu objeto de pesquisa; e o pesquisador se identificar com determinada vertente, considerando seus valores, crenças, concepções. Caso o pesquisador não tenha se identificado com nenhum tipo de análise apresentado nesta obra, existem muitas outras possibilidades que poderão contribuir para sua pesquisa.

Após este panorama geral que define a organização desta obra, passamos a detalhar o que é desenvolvido em cada capítulo.

Iniciamos com A**nálise de conteúdo a partir de Moraes: abordagem metodológica** de Gleny Terezinha Duro Guimarães e Marlúbia Corrêa de Paula. Historicamente, a análise de conteúdo

tem sido a metodologia mais utilizada e difundida nas pesquisas em geral, enquanto possibilidade de tratamento dos dados. Apesar de não se caracterizar como um aporte teórico, é necessária uma técnica para sua aplicação. Nas investigações de cunho qualitativo, geralmente opta-se pela técnica categorial ou temática. Porém neste capítulo não fazemos uma reprodução da proposta bardiniana, pelo contrário, procuramos demonstrar uma alternativa de aplicação da técnica categorial proposta por Moraes (1994; 1998; 1999) que, embora tenham fundamentos em comum, existem diferenças significativas. Temos como objetivo neste capítulo caracterizar essa técnica, articulando-a com possíveis dúvidas que o pesquisador poderá encontrar em sua realização. A técnica é aplicada através de cinco etapas: a preparação das informações, a unitarização do corpus, a categorização, a descrição e a interpretação.

Na sequência é apresentada uma reflexão sobre a **Migração Internacional e a Política Migratória: reflexões a partir do contexto brasileiro na garantia de direitos,** de Claudia Veronese, Bárbara Domingues Nunes e Gabriela Magri da Silva. Os processos imigratórios são fenômenos perceptíveis há séculos em diferentes partes do mundo. O crescimento da migração de diferentes nacionalidades, em especial as venezuelanas e afegãs (o que inclui famílias inteiras) para o Brasil está relacionado à crise política e econômica que causou desemprego e a pobreza nesses países. Assim, nosso país é visto como uma chance de melhorar as condições de vida. Dessa forma, o objetivo do capítulo é analisar a migração no Brasil a partir da Política Migratória, identificando quais ações são desenvolvidas pelo governo federal para a garantia de direitos aos solicitantes e ou refugiados contemplando as diretrizes da Lei de Migração brasileira (Lei nº 13.445/ 2017). Para tal, foi realizado o exercício de análise a partir da reportagem "Instalada Comissão Mista Permanente no Congresso para fiscalizar fluxo migratório e situação de refugiados", publicada pelo *site* do Senado Federal, em setembro de 2020.

Ainda sob a mesma perspectiva, é analisado o tema **Comunidades Quilombolas**: **o racismo estrutural em tempos da pandemia da Covid-19** de Eliana Mourgues Cogoy, Cíntia Maria Nascimento Cruz e Tiago da Silva Andrade. O contexto mundial que se cria a partir da pandemia da Covid-19 tem refletido nas mais diversas esferas da vida humana, tais como: saúde, educação, economia, política, cultura, dentre outras. As consequências causadas pela pande-

mia não afetaram as pessoas da mesma forma, pelo contrário, elas expuseram ainda mais a geografia das desigualdades, provenientes do processo histórico de exploração da sociedade capitalista. Na esteira dessa reflexão, problematiza-se o quanto a pandemia afetou as pessoas que estão à margem da sociedade, principalmente, no que se refere às comunidades tradicionais, como as quilombolas. O estudo apresentado objetivou desvendar quais as dificuldades apresentadas por estudantes quilombolas no enfrentamento do retorno ao ensino presencial e remoto no sertão do Estado de Pernambuco. Para realizar a articulação entre teoria e prática, adotou-se a análise de conteúdo, a partir de Moraes (1999), considerando a abordagem qualitativa nas estratégias para alcançar os níveis de compreensão mais aprofundados ao processo investigativo. Nesse sentido, foram consideradas como categorias intermediárias a pandemia, as comunidades quilombolas e a desigualdade, tendo como categoria final o racismo estrutural. Conclui-se que as comunidades quilombolas são submetidas a uma educação excludente que materializa o racismo estrutural presente na sociedade.

O segundo capítulo **Análise de Conteúdo: uma proposta de aplicação para além de Bardin** é desenvolvido por Rafael Cardoso Sampaio, Paula de Oliveira Portela e Pedro Henrique Chaves de Azevedo Beff de Araujo. A análise de conteúdo (AC) brasileira é excessivamente baseada no manual de Bardin e apresenta uma baixa qualidade na sua aplicação, não sendo efetivamente baseada em princípios científicos. Defende-se que uma AC científica precisa seguir os princípios de confiabilidade, replicabilidade e validade. O capítulo apresenta um modelo de aplicação de AC alternativo ao de Bardin, que contemple todas as fases e requisitos sugeridos pela literatura internacional especializada. Em especial, a análise de conteúdo precisa ser feita ao menos por dois codificadores, necessita elaborar e ser baseada em um livro de códigos, realizar um plano de amostragem, prover treinamento adequado dos codificadores, efetuar um teste de confiabilidade entre os mesmos e ter cuidados para tornar a pesquisa replicável. Assim, espera-se contribuir para a aplicação de análises de conteúdos mais rigorosas e sofisticadas em termos científicos.

Como recurso de apoio para as análises, tem-se utilizado diferentes softwares e no geral estão baseados na análise de conteúdo. O terceiro capítulo é composto pela aplicação do **Software Iramuteq e a Pesquisa qualitativa: uma abordagem prática** de Everton Sil-

veira. O objetivo é apresentar a experiência enquanto usuário-curioso deste software, que é uma ferramenta de apoio à pesquisa de abordagem quantitativa e também pode ser utilizado para a qualitativa. São apontadas as principais características e vantagens desse programa para a mineração de dados textuais, suas análises como também de documentos e entrevistas. A centralidade está em evidenciar que um software que apresenta dados estatísticos, contagens, frequências e gráficos, possui recursos internos de análise que favorecem o processo de análise dos estudantes e pesquisadores, pois realiza operações complexas sobre os textos cujo produto são informações densas e confiáveis que auxiliam tanto pela agilidade quanto na precisão e assertividade dos elementos que servirão afinal para o refinamento e decisões que estão contidas no processo de análise e que cabem ao pesquisador.

Sem romper com a abordagem bardiniana é apresentado a **Distribuição de poder na casa da federação: composição das comissões permanentes do Senado Federal** de Alison Ribeiro Centeno. Desacreditadas pela literatura nacional devido à força legiferante do Executivo via medidas provisórias, as comissões do Congresso Nacional são pouco estudadas e sumariamente comparadas às comissões do Capitólio estadunidense. Ao longo desse capítulo, através da análise temático-categorial de uma reportagem referente ao período de escolha dos presidentes das comissões, serão expostas as principais características do processo de divisão de poder entre os Senadores, perpassando, necessariamente, as comissões da Câmara Alta do Congresso Nacional. Na introdução, serão abordadas as principais matrizes do estudo dos colegiados temáticos brasileiros, criticando a comparação excessiva com o sistema do Capitólio. Posteriormente, a análise demonstra, através das categorias, como líderes e integrantes das bancadas segmentam os principais postos e criam consenso dentro das agremiações partidárias. As conclusões, por fim, demonstram, deveras, haver um processo de distribuição de poder no Senado Federal.

O quinto capítulo **Práticas Discursivas: uma estratégia construcionista de análise do discurso** de Mary Jane Paris Spink, que é a maior referência nessa perspectiva, juntamente com Mariana Prioli Cordeiro e Jacqueline Isaac Machado Brigagão. O objetivo desse capítulo é apresentar uma modalidade de análise do discurso pautada em pressupostos epistemológicos e ontológicos associados

às posturas construcionistas, para as quais a linguagem é ação, seja em relação à construção de realidades, seja como importante modo de comunicação. Inicia-se posicionando o construcionismo como marca fundante da abordagem de análise do discurso proposta nesse capítulo. Logo após, situa-se a perspectiva dialógica da linguagem em uso a partir de teorizações de Mikhail Bakhtin para, então, serem apresentados os principais aspectos teóricos da análise das práticas discursivas cotidianas. É finalizado apontando que, a despeito de possíveis semelhanças, essa abordagem de análise do discurso difere radicalmente da teorização sobre representações sociais.

Ao enfocar a teoria dialógica, o sexto capítulo apresenta os **Pressupostos teóricos de Bakhtin e o círculo** de Cláudio Primo Delanoy. Esse capítulo tem como propósito apresentar e explicar pressupostos das reflexões de Bakhtin e o Círculo sobre linguagem. Tal abordagem teórica parte do estabelecimento do enunciado concreto como unidade básica de estudo, quer dizer, parte da análise de manifestações discursivas reais, entre parceiros de comunicação, situados cultural, social e historicamente. São apresentados e discutidos os conceitos de signo ideológico, dialogismo, responsividade, enunciado concreto, acento valorativo (entonação). Além disso, mencionamos o método base de análise segundo os pensadores russos, a contemplar a situação sócio-histórica da produção discursiva, formas e funções dos enunciados no âmbito da interação comunicativa e as formas da língua. Embora não esgotemos a proposta bakhtiniana, as noções eleitas nesse texto permitem a compreensão de como Bakhtin e o Círculo concebem a linguagem.

Compondo a sequência deste capítulo o tema abordado para o exercício é a V**iolência doméstica e familiar contra a mulher: uma análise dialógico-discursiva da Lei Maria da Penha** de Luciane Alves Branco Martins e Cristiano Sandim Paschoal. Tal estudo tem por objetivo uma análise de como está construído discursivamente o enunciado "violência doméstica e familiar", materializado nos Capítulos I e I da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, além de, também, analisar como se estabelece a tensão axiológica entre o referido enunciado no horizonte discursivo da sociedade e sua construção enunciativa na lei. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos bakhtinianos, foram mobilizadas as noções de signo ideológico, enunciado concreto e acento valorativo/entonação expressiva para este estudo. A partir de um breve contexto

sobre os acontecimentos que antecederam a criação da Lei Maria da Penha, desenvolvido no tópico "A Maria e a Lei: das garras patriarcais à resistência", posteriormente, seguiu-se uma síntese da referida lei e na seção "A construção discursiva do enunciado 'violência doméstica e familiar' nos capítulos I e II da Lei Maria da Penha", em que se analisou a construção discursiva desse enunciado na Lei supracitada. A principal conclusão desse estudo é que todo o discurso da Lei Maria da Penha é fundamental para coibir e para prevenir a violência doméstica e familiar, já que, por meio dessa lei, as mulheres têm um instrumento de proteção mais efetivo contra o agressor.

O **discurso de resistência construído em uma charge política: proposta de estudo crítico-discursivo** é desenvolvido por Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade e Álvaro Magalhaes Pereira da Silva. Esse sétimo capítulo busca apresentar uma reflexão sobre os Estudos Críticos do Discurso, na perspectiva de Van Dijk, objetivando enfocar como se pode aproximar a análise do discurso, que prima pela implicação do pesquisador naquilo que estuda e também uma visão crítica que se destaca por problematizar o modo de olhar o objeto de estudo e almeja pontos de união que permitam abrir novos caminhos, estabelecendo assim, novas possibilidades de estudo. Para tanto, discutimos como se dá o processo de construção dos discursos e suas relações com as ideologias dominantes em dado contexto social. A título de exemplificação, fazemos uso da charge produzida por Latuff e analisada por Constant no próximo capítulo desta obra. A referida charge se instaura como um discurso de oposição ao governo Bolsonaro e sua postura diante da pandemia de COVID-19, revelando um discurso de resistência e de denúncia. Como mencionado ainda compõe esse capítulo o exercício desenvolvido por por Clarissa Constant de Constant intitulado **Economia acima de todos: o discurso ideológico do governo Bolsonaro**. Ao se basear nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso de Van Dijk, realiza reflexões a partir de uma charge cômica, demonstrando uma postura crítica em relação à conduta do governo de Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19, que opta por não seguir as orientações dos órgãos oficiais da saúde em detrimento da defesa dos interesses do mercado. A charge analisada pode ser entendida como um discurso de resistência frente à ideologia do referido governo.

O oitavo capítulo, **Operar com Foucault: uma implicação ética frente às políticas do discurso** é desenvolvido por José Luís

Ferraro e Guilherme Magalhães Vale de Souza Oliveira. Este texto almeja demonstrar um possível uso metodológico do pensamento de Michel Foucault como uma análise de práticas discursivas. Ao abordar a *pobreza menstrual* como questão de saúde pública e governo das populações, o artigo *Pobreza menstrual: discursos de (auto)governamento* buscou oferecer elementos para a utilização do pensador francês considerando o discurso como domínio geral de práticas sociais. Logo, o objetivo das linhas que seguem é descrever a problematização da menstruação relacionada às práticas de cuidado em saúde da mulher, interrogando-a à luz da questão da *pobreza menstrual*. Para tanto, recorre-se a uma breve análise do veto presidencial a alguns trechos da Lei nº14.214/2021, que instituía o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Operar analiticamente com Foucault, portanto, está relacionado a um modo de endereçamento ao presente que visa estabelecer, em primeiro lugar, conexões críticas entre os processos de subjetivação e as tecnologias de governo, deslindando as implicações ético-políticas que existem entre discursos e vida, entre saber e poder, a fim de, em segundo lugar, entrever seus funcionamentos no cotidiano e criar distanciamentos para o surgimento de outras formas de compreensão e atuação na atualidade. Desta feita, tal abordagem do discurso de mote foucaultiano transcende a pecha teórico-metodológica e se converte em uma recalcitrante impostura frente às políticas do discurso.

Na sequência desse capítulo, é apresentado o texto **Pobreza menstrual: discursos de (auto)governamento** de Gabriela Dutra Rodrigues Conrado. Esse tema, muitas vezes invisibilizado na sociedade, tem ganhado espaço na mídia e encontrado nicho de reprodução e dispersão. Compreender condições e possibilidades da existência dessa formação discursiva e seus efeitos no governo das mulheres e de seu próprio autogoverno foi o objetivo dessa análise. Para tanto, utilizou-se reportagens veiculadas na mídia sobre pobreza menstrual identificando as relações entre os enunciados, seguindo aportes teóricos de Michel Foucault. Na introdução, argumenta-se sobre o aparecimento dessa formação discursiva abordando teorizações foucaultianas. Na sequência, o desenvolvimento deste texto está organizado em quatro momentos: Sobre a Menstruação, Analisar Discursos com Michel Foucault, Caminhos Metodológicos e Analisando o discurso sobre Pobreza Menstrual. Na conclusão buscou-se demonstrar que os discursos sobre pobreza menstrual exigem práti-

cas de governo e cuidado para com as mulheres ao mesmo tempo em que evocam das próprias mulheres o cuidado de si e o autogoverno.

No nono capítulo é desenvolvida **A etnometodologia e a pesquisa qualitativa em humanidades** com a contribuição de Édison Luis Gastaldo. O objetivo é apresentar brevemente as origens filosóficas e os pressupostos teóricos da etnometodologia, bem como sua aplicabilidade como perspectiva teórica na pesquisa empírica em ciências humanas. Apesar de originária do campo das ciências sociais, recentemente diversas disciplinas do colégio de Humanidades têm explorado a abordagem etnometodológica e perspectivas a ela relacionadas, como a análise de categorizações de pertencimento e a análise da conversa. São destacados alguns dos elementos da pesquisa em etnometodologia e outras perspectivas naturalistas, como a máxima sensibilidade ao contexto, foco exclusivo no ponto de vista dos/as participantes e exploração analítica das categorizações êmicas.

Para exercitar a perspectiva etnometodológica o texto apresentado é de José Joacir Barboza sobre **Emília Puruborá narrativas orais: uma aproximação à etnometodologia.** Inicia-se com uma entrevista utilizando-se da metodologia da História Oral desenvolvida por José Carlos Sebe Bom Meihy que se estrutura a partir de um diálogo, sem um roteiro preestabelecido, em que o entrevistador apenas estimula o entrevistado a explanar suas experiências de vida. A entrevistada era a matriarca de um grupo indígena que foi dado como extinto pela FUNAI e que no ano de 2000 inicia uma trajetória de retomada das suas tradições, de sua organização política para assegurar os direitos inerentes a qualquer grupo étnico assegurado desde a Constituição de 1988. Para a análise, utilizamos uma aproximação com a Etnometodologia desenvolvida por Harold Garfinkel e concluímos que ela (dona Emília) é membro de grupo e que sua narrativa é geradora de práticas e de organização política.

Ao ter como base epistemológica a Hermenêutica e a Fenomenologia, o décimo capítulo é escrito pela maior referência atual na abordagem da Análise Textual Discursiva, que é Maria do Carmo Galiazzi que em parceria com Robson Simplício apresentam o texto **No círculo de palavras e conceitos: composição de fuxicos na Análise Textual Discursiva**. Pesquisas qualitativas têm se valido da Análise Textual Discursiva (ATD) como metodologia de análise de informações textuais e discursivas em diferentes áreas do conheci-

mento. O objetivo desse capítulo é trazer aprofundamentos teóricos sobre essa metodologia com foco em diferentes características estruturantes da ATD a partir de sua obra seminal. Reafirmamos, neste texto, que a ATD é uma abordagem de cunho fenomenológico-hermenêutico que promove a compreensão do fenômeno investigado e a ampliação de horizontes do pesquisador. Apresentamos sínteses sobre o que seja o movimento hermenêutico ascendente 'da palavra ao conceito' proposto por Gadamer sobre o fenômeno e a descrição. Adentrando-nos em uma perspectiva hermenêutica, considerando o círculo hermenêutico, partimos das palavras encontradas na obra originária da ATD em direção ao aprofundamento conceitual. Sugerimos agregar à proposição inicial de ATD assentada na compreensão de textos e discursos no presente, o movimento hermenêutico ascendente exemplificado nesse texto com as palavras fenômeno e descrição. Com isso, entendemos intensificar a perspectiva hermenêutica à ATD sem declinar do movimento dialético descendente discutido em Moraes e Galiazzi (2007).

Desejamos que com esta obra os pesquisadores encontrem novas possibilidades de compreender seus objetos de pesquisa seja através de alguma vertente da análise de discurso ou da aplicação de uma das técnicas da análise de conteúdo. Ou ainda que se sintam instigados a buscar outros caminhos de análise.

As organizadoras e autoras(es)

1. ANÁLISE DE CONTEÚDO A PARTIR DE MORAES: abordagem metodológica

Gleny Terezinha Duro Guimarães[1]
Marlúbia Corrêa de Paula[2]

Introdução

Este capítulo foi escrito a partir das experiências que tivemos ao longo da vida acadêmica com a orientação e acompanhamento de inúmeras pesquisas e análises, bem como das experiências resultantes das disciplinas ministradas na graduação e pós-graduação sobre Análise de Conteúdo. O texto tem um propósito pedagógico e antecipa possíveis dúvidas que o pesquisador irá encontrar na realização da Análise de Conteúdo a partir de Moraes[3] (1994; 1998; 1999). Do ponto de vista dialógico, temos como referência os questionamentos que os discentes e futuros pesquisadores realizam em sala de aula, no processo de aprendizado: é exercitando o conhecimento que se aprende.

> A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas e quantitativas ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, p. 9).

---

1 Pós-doutorado em Serviço Social (Universidade Católica de Lisboa); Docente na Graduação e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Humanidades da PUCRS; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cotidiano, Trabalho e Teorias do Discurso. (GEPsT).

2 Doutora em Educação em Ciências e Matemática do PPGEDUCEM/PUCRS; Pós-doutoranda no PPGSS/PUCRS. Professora Visitante na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Ilhéus/BA.

3 "Possuia graduação em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1967), mestrado em Education And Communication - The Ohio State University (1975) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991). Foi professor aposentado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professor visitante da Fundação Universidade do Rio Grande. Teve experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Inicial e Continuada de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: educar pela pesquisa, ensino de ciências, ensino de Química, formação de professores, ensino fundamental e ensino superior". (Lattes, CNPq, 2022). Faleceu em janeiro de 2012.

A Análise de Conteúdo, enquanto aplicação de uma técnica, se insere na etapa da pesquisa em que o agente define o tipo de análise que vai realizar para o tratamento dos dados da pesquisa. Para tanto, pressupõe-se que ele tenha elaborado um projeto de pesquisa em que foram definidos o método a ser utilizado em termos de pressupostos teóricos; o problema ou o questionamento que norteia a pesquisa; o objetivo geral e seu desdobramento, especificando os aspectos a serem abordados na investigação e que caracterizam os objetivos específico; as questões norteadoras ou hipótese; e, finalmente, a metodologia de pesquisa. Geralmente é na metodologia que é caracterizado o tipo de pesquisa, o lócus e os sujeitos que irão participar dela, a especificação do universo, e o tipo de amostra e seus critérios para inclusão ou exclusão dos sujeitos participantes. Essa etapa inclui, ainda, a constituição do *corpus,* os instrumentos a serem utilizados para coleta das informações, a explicitação da forma como serão aplicados e, por fim, o tipo de análise a que o material coletado irá ser submetido, que, no caso, é especificamente a Análise de Conteúdo através da técnica categorial ou temática.

Entretanto, não basta nomear o tipo de análise. O pesquisador precisa ter o conhecimento do que constitui esse tipo, suas características e, principalmente, as etapas a serem desenvolvidas para garantir a qualidade da análise. Lembrando que a qualidade do material coletado irá impactar na qualidade da análise a ser realizada. Dito de outra forma, se os dados coletados da pesquisa se restringem a respostas e textos suscintos, derivados de questões fechadas, em que se prevê possíveis respostas antecipadamente, o resultado da análise já está basicamente pré-determinado, o que privilegia uma análise quantitativa. Por outro lado, se o material coletado é extenso e o pesquisador ainda não sabe o que vai resultar dessa análise, isso irá possibilitar novas descobertas e favorecer a análise de abordagem qualitativa. Isso não quer dizer que na pesquisa qualitativa não seja possível utilizar frequências, números, tabelas, estatísticas etc. Estamos nos referindo ao tratamento a ser dado ao material derivado do *corpus*. Após a coleta de dados, o pesquisador necessita realizar o processo analítico[4] e geralmente se depara com um material extenso.

Fazemos duas observações: a primeira está relacionada aos instrumentos para coleta; a segunda, à quantidade para definição do

4 Destacamos que na perspectiva da análise de discurso nas mais diversas vertentes, esse padrão não se aplica, pois pressupões uma articulação simultânea entre o dispositivo teórico com o analítico, resultando que a análise está presente em todo o processo da pesquisa.

corpus. Na análise de conteúdo pode-se utilizar os mais diversos instrumentos para coleta de dados, sejam eles estruturados, semiestruturados ou abertos. Qualquer material poderá ser submetido à análise de conteúdo, mas é importante que ele tenha como resultado a forma de um texto. Por exemplo, se o material é um filme ou outdoor, haverá sempre a necessidade de uma descrição do mesmo, o que resulta num texto. Portanto, não é o instrumento que define a escolha do tipo de análise de dados, mas a relação com o problema e os objetivos da pesquisa. Neste sentido, em qualquer material, seja verbal, escrito ou iconográfico, poderá ser utilizada a Análise de Conteúdo. O outro aspecto diz respeito à quantidade do material. Nesse caso, o pesquisador inicialmente pensa que o rigor de sua pesquisa está na quantidade de entrevistas ou questionários que irá obter. Ou seja, a definição do corpus fica associada a uma determinada quantidade. Essa dúvida surge do legado da Análise de Conteúdo na tradição bardiniana, pois ela é associada à quantidade. É importante determinar frequências e porcentagens, principalmente nos processos de categorização e inferência, pois a quantidade determina o grau de importância do conteúdo e a ordem com que as categorias serão analisadas.

Como estamos nos referindo à Análise de Conteúdo a partir de Moraes[5] (1994; 1998; 1999), numa abordagem qualitativa, esse legado não se aplica. Ou seja, não há necessidade de tabular e determinar a porcentagem das categorias, essa é uma das características que diferenciam Moraes de Bardin. Por exemplo, o pesquisador pode pensar que terá de realizar 20 entrevistas, mais de 100 questionários (os números citados são uma escolha aleatória). Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, não é a quantidade de material que determina a qualidade ou o rigor científico da pesquisa. Poderá fazê-lo com uma ou duas entrevistas e, para tal, é fundamental que este material tenha informações suficientes que possam ser analisadas, pois o que importa aqui é a profundidade com que o texto é analisado. Esse exemplo faz referência à entrevista gravada, que resulta em dezenas de páginas transcritas. O que está em questão e o que irá garantir o rigor científico é a descrição de como o percurso da pesquisa foi realizado e, principalmente, da descrição das etapas da análise, além, é claro, de apresentar os resultados da interpretação e reflexão.

5 É importante ressaltar que a partir da década de 2000, sua proposta de análise evolui para Análise Textual Discursiva - ATD, juntamente com Galiazzi em que sua base epistemológica é a hermenêutica e a fenomenologia. Portanto não iremos enfocar a ATD e alertamos ao pesquisador que é importante distinguir estas diferenças epistemológicas e metodológicas de sua produção.

Se, por exemplo, o pesquisador realizou uma entrevista semiestruturada (com questões fechadas e abertas), sugerimos que na sequência de sua aplicação seja realizado um processo de análise, tanto em relação à aplicação do instrumento, quanto em relação à Análise de Conteúdo propriamente dita. É um procedimento muito importante, pois permite ao pesquisador rever se o instrumento está adequado e se a condução da entrevista também permitiu obter um material de qualidade para a análise, evitando, assim, uma condução do tipo. Isso possibilitará realizar os ajustes necessários, permitindo que a aplicação e condução dos próximos instrumentos não necessitem de novos ajustes, o que certamente irá influenciar na qualidade da análise. Para tanto, a discussão com o orientador é fundamental.

Também é essencial realizar uma análise piloto ou uma pré-análise das etapas a serem desenvolvidas pela técnica temática ou categorial. É uma forma de exercitar o processo de análise, deixando se manifestar todas as dúvidas e dificuldades que terá para a realização da mesma. Tendo uma primeira experiência e tempo para reformular o que for necessário, as demais análises se tornam cada vez mais rápidas e fluidas.

Para iniciar a análise não se deve esquecer do problema e dos objetivos da pesquisa, pois são eles que nortearão o que o pesquisador está "procurando" descobrir com a análise, é isso que direciona o "olhar" e a intenção do pesquisador, deixando mais claro o objetivo e as escolhas no decorrer do processo. Neste sentido, durante a aplicação da técnica, há uma necessidade constante de se revisitar o problema e os objetivos, e de realizar alguns ajustes na escrita.

O processo analítico deve ser compreendido como processual, que exige idas e vindas ao que se deseja pesquisar. Alguns pesquisadores acham que após definir o problema e os objetivos no projeto de pesquisa, não é mais necessário retomá-los durante o processo da análise de conteúdo. Seria o mesmo que tornar o processo engessado ou "esquecido". Mesmo se tratando da aplicação de uma técnica em que as etapas estão determinadas, há a necessidade de o pesquisador retomar o propósito de sua investigação. Todo pesquisador tem que ter essa flexibilidade, o que lhe permitirá refazer, reconstruir o processo, possibilitando compreender seu objeto de uma outra forma. Com isso, também é importante ressaltar que se você já tem a resposta prévia para o problema, já sabe o que irá encontrar na análise, para que mesmo você está realizando a pesquisa? Permita-se não-saber,

ter dúvidas e incertezas constantes, pois é isso que instiga o pesquisador a obter novas compreensões em relação ao seu objeto.

A seguir iremos caracterizar as etapas da Análise de Conteúdo a partir de Moraes (1999), processo que consiste em cinco momentos: a preparação das informações, a unitarização do corpus, a categorização, a descrição e a interpretação.

Primeira fase: preparação das informações

Lembre-se que as definições da investigação já foram definidas no projeto de pesquisa, como, por exemplo, quais instrumentos serão utilizados para a coleta das informações, que tipo de análise será aplicada, como será a composição do *corpus,* quantas e quais entrevistas serão analisadas (universo, amostra, critérios de seleção, período da coleta de dados etc.). Agora imagine que a coleta já foi realizada e o pesquisador está diante de todo o material a ser analisado. A primeira etapa é organizar o material, pois geralmente na pesquisa qualitativa se obtém um material extenso e rico de informações, portanto, é necessário organizá-lo e codificá-lo para as etapas seguintes.

Moraes (1999) recomenda que sejam realizadas leituras de todo o material coletado e que seja verificadas a pertinência do mesmo em relação aos objetivos da pesquisa. Na fase de preparação das informações é imprescindível estabelecer os códigos que serão utilizados para a identificação do *corpus,* uma vez que por questões éticas deve haver uma desindentificação dos participantes. Por exemplo, qual o código que será utilizado para identificar cada reportagem ou entrevista; qual o código para identificação da unitarização no texto (números, letras ou cores). Ao realizar essas codificações, o pesquisador facilita a identificação rápida quando da fragmentação da unitarização, tornando possível localizar rapidamente no texto original o contexto que lhe atribui significado.

Também na fase de categorização, várias dúvidas irão surgir em relação às classificações que serão feitas e a fácil localização das unitarizações no texto original irá subsidiar as escolhas e definições que serão estabelecidas. Ou seja, para cada unitarização o contexto a que ela se refere nunca poderá ser desconsiderado ou "esquecido", o que indica que diante do volume de material a ser analisado, o pesquisador, "em cada momento seja possível saber donde provém cada fragmento, possibilitando o retorno aos textos originais sempre que necessário" (MORAES, 1998, p. 121).

Uma sugestão que facilita a identificação é a numeração das linhas do texto, ferramenta disponibilizada pelo próprio word. Além da numeração, sugerimos que seja deixado um espaço para anotações rápidas, pois devido à necessidade de releitura dos materiais, algumas ideias irão surgindo e é necessário registrá-las para que não sejam esquecidas.

Também sugerimos que juntamente com o código seja registrado o ano de em que os dados foram coletados, já que a dissertação ou tese poderá ser consultada muitos anos depois de sua publicação. Isso permite ao leitor identificar o ano em que o texto foi produzido, ambientando uma determinada realidade.

Vejamos o seguinte código "R3, L18, 2020, p. 2". Aqui o pesquisador lê que a unitarização se localiza na reportagem número 3, na linha 18 e que se trata de um texto de 2020, estando na página 2 da reportagem. É importante destacar que a informação da linha no código poderá ser de uso exclusivo do pesquisador, podendo ser suprimida na versão final do trabalho, sendo publicada como "R3, 2020, p. 2", por exemplo. Vejam que a sequência do código segue a norma da ABNT em relação às citações diretas (autor, ano e página), onde estarão as unitarizações.

Algumas variações no código podem ser feitas. Digamos que a função ou o local seja importante para o pesquisador identificar o sujeito e o lugar de fala, então poderá ser gerado um código do tipo "GCN, 2021, p. 15", onde se lê gestor do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) norte, ano 2021, cuja unitarização se encontra na página 15. Outra variação é simplesmente utilizar um heterônimo ou até mesmo perguntar para a pessoa entrevistada qual o pseudônimo pelo qual ela gostaria de ser identificada. Essa informação é de exclusividade do pesquisador e do pesquisado. Às vezes nos surpreendemos com a criatividade com que as identificações são escolhidas.

Uma vez estabelecido o código, não é recomendado alterá-lo, e isso para evitar refazer toda a codificação, o que é extremamente trabalhoso e dispendioso. Também é interessante organizar os dados em quadros que oportunizem a visualização da organização do *corpus*. Considerando como exemplo a realização de entrevistas, a sequência de informações resultará em um código que será utilizado no decorrer da dissertação ou tese. O quadro deverá ficar completo na medida em que todo o material foi preparado para a etapa seguinte da análise.

Numeração	Função	Local	Ano	Código
1	Gestor	CRAS zona norte	2020	(1GCN, 2020)

Quadro 1

Considerando como exemplo o uso de reportagens, o quadro 2 ilustra a sequência de informações que poderão ser úteis ao pesquisador. Lembrando que, neste caso, a referência completa da reportagem deve constar no final do trabalho, de acordo com a ABNT, pois são matérias de acesso público, passíveis de identificação.

Título	Jornal	Recorte temático	Data	Autor	Referência
Plano de sindicalistas para manter o imposto fracassa	Folha de São Paulo	Término da contribuição compulsória ao sindicato	15/03/2018	Anais Fernandes e Willian Castanho	(FERNANDES; CASTANHO, 2018, p. 17)

Quadro 2

Estes quadros auxiliam o pesquisador a organizar e visualizar a constituição do *corpus* e a localizar rapidamente qualquer informação necessária. Muitas variações podem ser pensadas, como acrescentar, no quadro 1, o sexo, etnia, tempo de serviço etc. (considerando que esses indicadores fazem parte do recorte de análise, e que, portanto, serão objeto de análise e reflexão). Ressalte-se, ainda, que a tabela serve para organização do pesquisador em relação ao material analisado e que no texto final da dissertação ou tese, aparece apenas o código final. Porém, na descrição da metodologia da análise, os quadros serão descritos como parte do processo de preparação das informações.

Após a organização e codificação do *corpus*, o pesquisador se depara com todo o material que agora precisa ser analisado e a grande dúvida surge: como fazê-lo? Assim passamos para a fase da unitarização.

Segunda fase: unitarização do *corpus*

Unitarização significa identificar fragmentos no texto, chamados de "unidades de registro ou unidades de significado" (MORAES, 1998, p. 121). Basicamente, o texto original estará sendo decomposto em pequenas unidades, que de forma isolada possam representar um sentido. Primeiramente, o critério de seleção da unitarização é definido – pode ser representado por palavras ou termos, expressões ou frases. Uma vez estabelecida esta definição, o material deve receber o mesmo tratamento em todo o *corpus*. Ou seja, não se marca no texto ora palavras, ora frases, ora expressões. Particularmente, indicamos aos discentes a opção por expressões (mas isso não é uma regra). Essa escolha define uma padronização nas escolhas das unitarizações, evitando que ocorram mudanças durante o processo.

O pesquisador pode se deparar com a dúvida de que uma unidade de significado pode ser muito "pequena", não sendo suficiente para refletir o conteúdo que está sendo analisado. Isso é evitado quando se utiliza o critério de que a unidade, quando destacada, deve possibilitar ser compreendida, de forma que os fragmentos, quando isolados, possam ter um "significado completo em si mesmo" (MORAES, 1998, p. 121). Além disso, cada unidade de registro se relaciona à unidade de contexto, o que possibilita "explorar de forma mais completa todo o significado" (MORAES, 1999, p. 18) em que se encontra a unitarização.

Nesse momento, a codificação utilizada irá possibilitar encontrar o contexto da unidade de registro que se encontra no texto original. Sendo assim, as unidades de contexto são as unidades mais amplas, servem "de referência, fixando limites contextuais para interpretá-la. Geralmente, cada unidade de contexto contém diversas unidades de registro" (MORAES, 1999, p. 18).

As unidades podem ser identificadas em um único material, como, por exemplo, quando o pesquisador estiver realizando a análise piloto e não sentir necessidade da codificação (identificação das linhas e páginas para formar o código). Nesse caso, porém, é possível sentir falta de acrescentar os demais textos de análise, pois, certamente, pode-se perguntar: onde está localizada esta unitarização? Em qual dos textos? Em qual página?

Cabe destacar que as unidades de registro e as unidades de contexto irão aparecer no texto final da dissertação ou tese, sob a forma de citação direta, pois são os trechos escolhidos para ilustrar as

categorias que estão sendo analisadas. Após a definição das unidades de registro, elas poderão ser transcritas em quadros para que possam ser agrupadas formando as categorias de análise.

Terceira fase: categorização

A etapa mais importante da técnica da análise temática é a definição e classificação das categorias. "A categorização é um procedimento de agrupar dados, considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo" (MORAES, 1999, p. 18).

A lógica de construção das categorias é o agrupamento por semelhança de significados (pois estamos considerando a análise temática), mas, ao mesmo tempo, trata-se de um processo de "comparação constante das unidades" (MORAES, 1998, p. 121), para poder definir como será realizada a classificação dos agrupamentos, que resultará na categorização. Cabe uma ressalva: a categorização não significa juntar as respostas de um questionário, já que em uma resposta é possível mencionar vários conteúdos que poderão ser classificados em diferentes categorias.

Assim, as unidades serão diferentes, porém, se se refere um mesmo significado no seu conteúdo, poderão ser agrupadas. Este agrupamento indica a relação entre elas. O pesquisador poderá fazer esse agrupamento por setas, a fim de distinguir aquelas que não podem ser agrupadas na mesma categoria. Sendo assim, a lógica do agrupamento compreende associação por semelhança e homogeneidade no que se refere ao conteúdo, na medida em que os mesmos se relacionam como se fossem interdependentes.

Na Análise de Conteúdo, para que uma categoria seja definida, é necessário considerar algumas características, elas "devem ser válidas, exaustivas e homogêneas" (MORAES, 1999, p. 19). Válidas, porque devem ser pertinentes em relação aos objetivos da pesquisa; exaustivas porque devem dar conta de todo o conteúdo expresso. Nessa característica, Moraes (1999) destaca, ainda, a inclusividade, ou seja, todas devem ser incluídas em alguma categoria. O mesmo vale para o oposto, a exclusão mútua, quando, ao ser classificada em uma categoria, não se pode pertencer à outra. Isso não significa que nos processos de reagrupamento elas poderão fazer parte da mesma categoria intermediária, apenas que não integram a mesma categoria inicial.

Destacamos ainda que o título de uma categoria deve pertencer à mesma tipologia. Por exemplo, se as categorias foram nomeadas com conceitos teóricos, como por ex. cidadania, participação, direitos sociais etc., não poderá haver uma categoria chamada "Conselho Estadual da Criança e Adolescente", pois essa é uma organização, uma entidade e não um conceito teórico. Não estamos afirmando que não se pode mencionar o Conselho, no entanto, sugerimos que ele apareça como unitarização e não como título de categoria final ou intermediária, já que não pertence à mesma tipologia dos demais (com a ressalva de que tudo depende do objeto de estudo).

Para nomeá-las, é possível escolher termos que poderão ser definidos *a priori,* em função do aporte teórico da pesquisa (sugerimos, nesse caso, que apareça como título nas categorias finais). Ou, ainda, podem ser utilizados termos que emergem da própria análise, que foram sendo escolhidos no decorrer do texto.

É importante destacar que uma unidade de registro ou significado não deve ser incluída em mais de uma categoria, neste caso, o pesquisador terá que fazer a escolha de onde agrupar a unidade. Também é necessário que as categorias tenham nomes diferentes, na medida em que os significados devem ser diferentes. É um processo constante de ajustes em que o pesquisador, conforme vai desenvolvendo sua análise, faz novos agrupamentos e categorizações, muda de classificação ao passo que avança com a interpretação. A realização da classificação das categorias e suas correspondentes unitarizações é um processo dinâmico e que não pode ser compreendido como definitivo. Somente é finalizado quando a análise de fato termina e o pesquisador já estará escrevendo os capítulos de sua dissertação ou tese. Ajustes sempre serão necessários, principalmente quando se sente a repetição das análises, o que significa que pode haver novo ajuste na classificação. Nesse sentido, o processo de categorização exige uma constante comparação entre as unidades de análise e as categorias para melhor definir o agrupamento e as unitarizações.

Da unitarização resulta uma lista enorme de palavras ou expressões e o primeiro agrupamento irá resultar na **categoria inicial**. Sendo assim, as categorias iniciais são compostas pelo primeiro agrupamento das unitarizações, resultando numa lista menor em relação à quantidade de unitarizações.

Após a finalização das categorias iniciais passa-se ao agrupamento, procurando aproximar os conteúdos que se relacionam, o

que irá resultar na **categoria intermediária**. O pesquisador já irá perceber a relação entre as categorias iniciais, o que é um indicador para o agrupamento na fase que compõe a categorização intermediária. Ou seja, o mesmo procedimento realizado para a formação das categorias iniciais é realizado para se definir as categorias intermediárias. "Nessas novas classificações, as categorias iniciais passam a constituir as unidades a serem categorizadas" (MORAES, 1998, p. 123).

É importante nomear as categorias intermediárias utilizando os mesmos critérios utilizados no título para as iniciais. Logo em seguida se realiza a descrição das categorias intermediárias, aproveitando a descrição das categorias iniciais que agora estão sob novo reagrupamento; nesse ponto é importante demonstrar a relação entre elas, justificando e contextualizando o seu agrupamento. Por consequência disso, é produzido um texto descritivo incorporando a descrição das categorias iniciais já realizadas, mas com um novo reagrupamento e uma descrição que explicite a relação entre elas, permitindo compreender o novo reagrupamento realizado. É importante levar em consideração o contexto de cada uma, mantendo o significado do conteúdo que estava explicitado no texto original, processo que origina um texto sistematizado e compreensível, que vai "incorporando as produções anteriores" (MORAES, 1998, p. 123).

O mesmo procedimento se repete, agora agrupando as categorias intermediárias para a formação das **categorias finais**, mantendo os mesmos critérios e modo de agrupamento realizados anteriormente, porém em função do conteúdo do reagrupamento das intermediárias. Sugerimos que as categorias finais resultem em 3 ou 4 categorias no máximo.

Então, a lógica da análise até o momento inclui descontruir o texto demarcando as unidades de significado. Depois, passamos para as fases de reorganização da análise através de agrupamentos e classificações, o que irá resultar nas categorias iniciais, intermediárias e final. No processo de análise se desconstrói o texto para depois reordená-lo sob o espectro da classificação e (re)agrupamentos, o que produz novos significados para a interpretação.

Moraes (1998) sugere a construção de uma tabela para sistematizar e organizar os procedimentos descritos até o momento. Nesse sentido, vai se preenchendo a tabela do processo de categorização com os devidos códigos de identificação. Realizam-se, também, as modificações necessárias, conforme demanda.

Unitarização	Categoria inicial	Categoria intermediária	Categoria Final

Quadro 3

Para demonstrar a lógica de agrupamento, a tabela abaixo procura ilustrar **hipoteticamente** com números como ficaria a classificação. Perceba que se inicia com uma quantidade enorme de unitarizações, com o agrupamento elas vão ficando cada vez menores, até se chegar num número reduzido de 3 ou 4 categorias finais (sugestão nossa). Não existe como prever a quantidade de unitarizações que irão aparecer, pois isso depende do processo de definições e escolhas que cada pesquisador realiza. Basicamente, a ideia é a formação de conjuntos que vão incorporando os conjuntos anteriores.

Unitarização	Categoria inicial	Categoria intermediária	Categoria Final
100	50	8	3

Quadro 4

A leitura hipotética e pedagógica da tabela acima é a seguinte: são listadas 100 unidades de significado, com o primeiro agrupamento para formar as categorias iniciais, que resultaram em 50 categorias. Ao reagrupar as categorias iniciais, obtemos 10 categorias intermediárias, dessas, o agrupamento final resultou em 3 categorias finais.

Aqui damos uma dica aos nossos discentes e orientandos que utilizem o resultado da tabela como um mapeamento de como a dissertação ou tese poderá ser estruturada nos capítulos e o que será desenvolvido em cada um. Desta forma, realize a leitura da tabela na forma inversa, conforme ilustramos no quadro abaixo:

Categoria final	Categoria intermediária	Categoria inicial	Unitarizações
3	8	50	100

Quadro 5

No/s capítulo/s que demonstra/m o/s resultado/s da análise, utilizem as categorias finais como títulos iniciais e as categorias intermediárias como subtítulos dos capítulos em que serão desenvolvidas as categorias iniciais, ilustradas com as citações do *corpus*, advindas das unitarizações. Dito de outra forma, os títulos dos capítulos correspondem às categorias finais, os subtítulos de cada capítulo correspondem às categorias intermediárias e o desenvolvimento das seções dos capítulos inclui a descrição, interpretação e análise das categorias iniciais, sendo que as unitarizações aparecem como citação do texto original que foi analisado. Pensando na numeração dos capítulos, a tabela fica da seguinte forma.

Categoria final	Categoria intermediária	Categoria inicial	Unitarizações
1.	1.1	Subdividida em 6 categorias	Composta por 12 unitarizações
	1.2	Subdividida em 7 categorias	Composta por 15 unitarizações
	1.3	Subdividida em 5 categorias	Composta por 10 unitarizações
2.	2.1	Subdividida em 7 categorias	Composta por 13 unitarizações
	2.2	Subdividida em 7 categorias	Composta por 12 unitarizações
3.	3.1	Subdividida em 6 categorias	Composta por 10 unitarizações
	3.2	Subdividida em 6 categorias	Composta por 15 unitarizações
	3.3	Subdividida em 5 categorias	Composta por 13 unitarizações
Total 3	8	50	100

Quadro 6

Lembre-se que, hipoteticamente, o quadro 4 demonstrava 3 categorias finais, 8 categorias intermediárias, 50 categorias iniciais e 100 unitarizações. São números absolutamente fictícios e cada pesquisador terá sua tabela, não sendo possível prever as subdivisões entre as categorizações e unitarizações; isso serve apenas para demonstrar a lógica de construção da tabela. De forma a exemplificar o que estamos sugerindo, o sumário da dissertação ou tese ficaria assim:

1 - Introdução
2 - Título do capítulo teórico
3 - Título contendo a primeira categoria final
    3.1 - título contendo a categoria intermediária que corresponde àquela categoria final (dentro é desenvolvido as categorias iniciais que compõem a categoria intermediária, trazendo citações do material analisado – que são as unitarizações)
    3.2 - título contendo a categoria intermediária que compõe aquela categoria final (*idem*)
    3.3 - título contendo a categoria intermediária que corresponde àquela categoria final (*idem*)
4 - Título contendo a segunda categoria final (mesma lógica realizada no capitulo 3)
5 - Título contendo a terceira categoria final (mesma lógica realizada no capitulo 3)
6 - Conclusão

Esta sugestão não é uma regra, apenas um norte, pois o pesquisador poderá agrupar em um capítulo várias categorias finais e os subcapítulos podem agrupar várias intermediárias, da mesma forma pode ser agrupada em relação às categorias iniciais. Em relação às unitarizações, não serão todas incorporadas no texto, o pesquisador realiza algumas escolhas que ilustram a categoria inicial correspondente. Em relação à nomeação das categorias, quando utilizadas nos títulos dos capítulos e subcapítulos, podem ser complementadas. Por exemplo, se a categoria final é cidadania, o título do capítulo pode ser "Cidadania e os desafios para efetivar os direitos sociais". Lembre-se é apenas uma sugestão de organização e não uma regra descrita por Moraes. O pesquisador tem autonomia para desenvolver a distribuição das categorias no decorrer do trabalho.

Quarta fase: descrição

A terceira e a quarta fases descritas por Moraes (1998; 1999) podem ser realizadas de forma concomitante, pois a quarta fase é composta pela **descrição** das categorias que foram criadas. A descrição poderá ser realizada durante o processo de classificação ou no final com todas as categorias estabelecidas.

Para cada categoria é importante realizar a descrição do significado dos conteúdos que foram agrupados. Lembre-se que é ape-

nas uma descrição do conteúdo e, portanto, deverá ser fidedigno ao conteúdo expresso no material que está sendo analisado, resultando num texto descritivo e explicativo das categorias e das unidades de contexto que foram aparecendo. A descrição ocorre quando se identificam "as principais ideias que são expressas", e, assim, tentamos "ordená-las no sentido de produzir um texto descritivo, sintetizando o conteúdo da respectiva categoria inicial. É o início do processo descritivo" (MORAES, 1998, p. 122). O autor ainda comenta que "é importante utilizar e inserir na descrição passagens retiradas diretamente dos depoimentos ou entrevistas" (MORAES, 1998, p. 122). Este procedimento dá validade ao processo de categorização.

Quando o pesquisador estiver realizando a descrição das categorias deverá se abster de seus posicionamentos e do diálogo teórico. Ou seja, a fase da descrição não pode ser confundida com a inferência ou interpretação, pois se tratam de fases posteriores. "Quando o processo de categorização inicial é concluído, não apenas os materiais estão categorizados, mas também se terá uma definição preliminar do significado de cada categoria e uma espécie de regra para estabelecer que materiais devem integrar-se em cada uma delas" (MORAES, 1998, p. 122). Esse significado a que o autor se refere advém primeiramente do processo de descrição do conteúdo daquela categorização.

Neste sentido, haverá um texto com a descrição para CADA uma das Categorias Iniciais. Um Texto com a descrição para CADA uma das Categorias Intermediárias. E um Texto com a descrição para CADA uma das Categorias Finais. Essa descrição inclui explicitar as unidades de significado ou registro que irão aparecer sob a forma de citação direta. Aqui cabe uma ressalva, não se trata de escrever num parágrafo todas as categorias ou unitarizações, compreende-se um texto (com vários parágrafos) em que se descreve a forma como aquelas categorias e unitarizações foram aparecendo no texto original, procurando demonstrar a relação de agrupamento que o pesquisador foi realizando e que para ele tem significado. É como se estivesse também realizando uma justificativa (descritiva) das relações que percebe entre as unitarizações e categorias que justificam a categorização que o pesquisador está realizando. Moraes (1999) se refere à descrição na pesquisa qualitativa como a produção de um texto-síntese.

> Para cada uma das categorias será produzido um texto-síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas. É recomendável que se faça uso intensivo de "citações diretas" dos dados originais (MORAES, 1999, p. 23).

Quinta fase: interpretação

Moares (1999) faz uma distinção entre inferência e interpretação. O autor entende que a inferência se aplica às pesquisas de cunho quantitativo em relação ao "teste inferencial de hipóteses". Enquanto a interpretação é mais aplicada às pesquisas de abordagem qualitativa, que "liga-se ao movimento de procura de compreensão" (MORAES, 1999, p. 24).

Tendo por base os textos descritivos demonstrando compreensão do conteúdo manifesto no texto, para que a interpretação ocorra é necessário dialogar com os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa, considerando também o contexto da mesma, e a articulação com seu próprio posicionamento na interpretação dos significados que foram aparecendo ao longo da análise.

Neste sentido, diríamos que existe uma triangulação entre o texto descritivo das categorias, relacionando a partir de um referencial teórico e incorporando o posicionamento do pesquisador. A interação entre esta triangulação resulta na interpretação e análise do conteúdo. Portanto, não poderá ser um texto apenas descritivo, mas elaborado de forma a dialogar com a teoria escolhida e com a autoria do próprio pesquisador, ou seja, articular reflexões a partir do material que está sendo analisado.

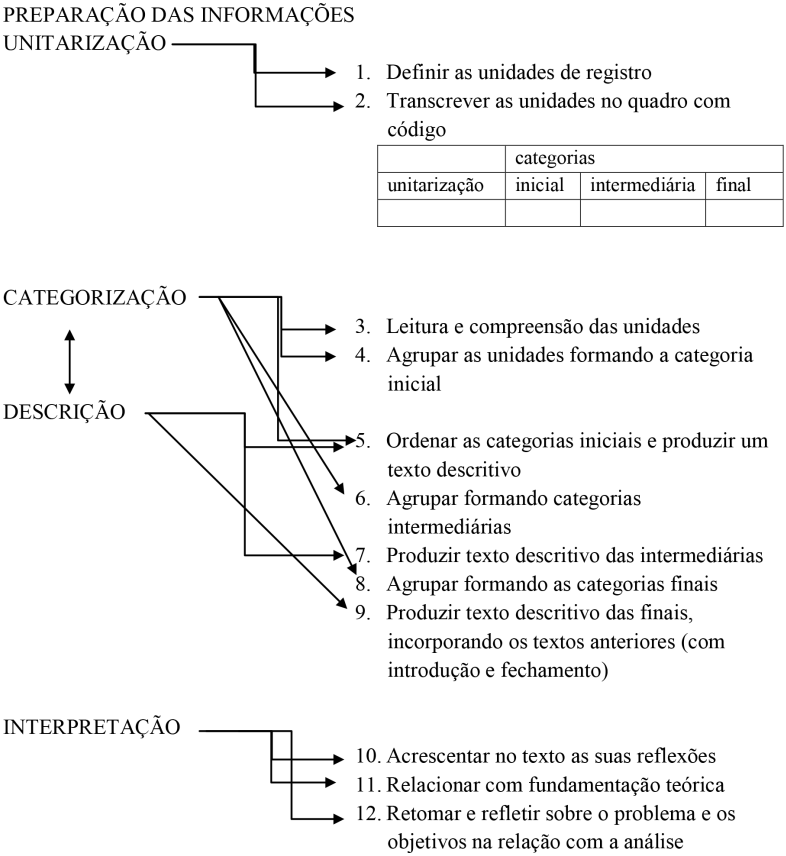
Nesta fase em que a produção do pesquisador já está sendo organizada na forma de capítulos da dissertação ou tese, é importante que revisitar o problema e os objetivos propostos para a pesquisa, pois são estes os parâmetros para se manter no espectro do que se propôs a investigar.

O processo de análise é muito dinâmico, permitindo que sempre sejam realizados ajustes e modificações ao longo da análise, isso é também o que permite que o pesquisador se surpreenda com novas compressões do objeto de estudo. O pesquisador deve descobrir algo que ao iniciar a pesquisa não sabia responder, não tinha as respostas, pois caso já soubesse as respostas antes do resultado final do processo de análise, para que mesmo foi realizada a pesquisa? Então, não

procure "engavetar" respostas, mas, sim, permita-se surpreender-se com o resultado do processo de análise, trazendo uma nova compreensão ao objeto de pesquisa!

Finalizamos o texto apresentando uma síntese pedagógica do processo de análise de forma a auxiliar os pesquisadores com a aplicação da técnica categorial.

SÍNTESE DO PROCESSO DE ANÁLISE:



	categorias		
unitarização	inicial	intermediária	final

Fonte: Guimarães (S. l.: s. n), Material didático elaborado.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. *In*: ENGERS, Maria Emilia Amaral (org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.

MORAES, Roque. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo. *In*: GRILLO, Marlene; MEDEIROS, Marilu (org.).**A construção do conhecimento e sua mediação metodológica.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998, p.111-130.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação-PUCRS***,* Porto Alegre, ano XXII (37): 7-32, março 1999.

MORAES, Roque. **Currículo Lattes**, CNPq. Disponível em: https://bit.ly/3rl2Djt. Acesso em mai. 2022.

1.1 MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E A POLÍTICA MIGRATÓRIA:
reflexões a partir do contexto brasileiro na garantia de direitos

Claudia Veronese[6]
Bárbara Domingues Nunes[7]
Gabriela Magri da Silva[8]

Introdução

Um crescente aumento das migrações internacionais no século XXI na América Latina tem sido apontado em diferentes estudos. Dentre os fatores para esse fenômeno na atualidade, a globalização, acompanhada de crises econômicas e políticas, e as modificações nos processos de acumulação capitalista em diferentes territórios (HERRERA; SORENSEN, 2017; IANNI, 1996; CUNHA, 1998). É possível observar algumas mudanças nos fluxos que migram. A primeira é a intensificação dos deslocamentos forçados, sendo o Brasil local de destino de solicitantes de refúgio[9], a segunda são as diversas nacionalidades, principalmente, de países oriundos da América Latina, em especial, da Venezuela. Em terceiro, o reassentamento de famílias do país do Afeganistão. Além disso, o perfil das famílias

6 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social- Escola de Humanidades PUCRS, Bolsista CAPES/PROEX. Membro do Núcleo de Estudos sobre Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências. Especialista em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero/FACED/UFRGS. Membro Colaboradora do Projeto de Extensão - MOBILANG: Mobilidade, Cidadania e Plurilinguismo- PROEX/UFPB. Mestra em Serviço Social- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes- CCHLA/UFPB. e-mail: claudiaveronese1973@gmail.com

7 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social-PPGSS/PUCRS. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade-NETSI. Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar e Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos. E-mail: nunesbarbara1@gmail.com

8 Mestranda na Escola de Humanidades da PUCRS, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI), com interesse de pesquisa em temas voltados a relações familiares e saúde do trabalhador. E-mail: gabriela.magri@acad.pucrs.br

9 Para (OLIVEIRA, 2021. p.5) refúgio [...] é um migrante internacional forçado, que cruza as fronteiras nacionais de seus países de origem em busca de proteção, fugindo de situações de violência, como conflitos internos, internacionais ou regionais, perseguições em decorrência de regimes políticos repressivos, entre outras violações de direitos humanos.

apresenta-se mais complexo e heterogêneo, como indígenas da etnia warao[10] e de mulheres, o que denota um desafio para a gestão governamental em todo o Brasil.

O acesso aos direitos básicos como moradia, emprego e alimentação adequada compõe a busca por melhores condições de vida dos migrantes e refugiados. Consequentemente, a precarização desses direitos, impacta no processo de saúde do referido público, pois, além do choque cultural, desencadeiam estresse e em alguns casos sofrimento psíquico. Buss e Filho (2007) definem estes fatores como determinantes sociais de saúde, porque transcendem a ausência de doenças. Assim, como as incertezas sobre a acolhida no país de destino, como ressalta o estudo de Sarriera *et al* (2005, p. 6) um "[...] fenômeno que envolve mudança não apenas de endereço (após cruzar a fronteira de uma unidade administrativa), mas de toda uma série de contatos socioculturais do indivíduo, em todas as áreas de sua vida".

O presente capítulo analisa a migração no Brasil a partir da Política Migratória, identificando quais ações são desenvolvidas pelo Governo Federal para garantia de direitos aos refugiados, contemplando as diretrizes da Lei de Migração brasileira (n. 13.445/ 2017). Dessa forma, buscamos como subsídio metodológico, a Análise de Conteúdo por Roque Moraes (1999), através de um exercício prático[11] analisar as informações evidenciadas pela reportagem "Instalada Comissão do Congresso para Fiscalizar o Fluxo Migratório e Situação de Refugiados[12]" publicada no site do Senado Federal, em14 de setembro de 2021.

Caminhos percorridos para a análise

A análise de conteúdo com enfoque na **técnica de análise categorial temática,** que descreve e interpreta o conteúdo de toda classe de documentos ou textos pode ser definida da seguinte forma:

10 O povo Warao, tradicionalmente habitantes do Delta do Rio Orinoco (Venezuela), é um grupo étnico bastante diverso no que tange a suas formas de organização social e costumes, compartilhando uma língua comum, também chamada Warao, e totalizando, atualmente, cerca de 49 mil indivíduos. No Brasil, há registros de sua presença migratória desde pelo menos 2014, tendo esta se intensificado em anos recentes, Durazzo (2020).

11 Esse estudo foi proposto pela disciplina de Análise de Discurso e Análise de Conteúdo do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), na Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no semestre de 2021/2.

12 Nesse contexto, refugiado é um termo que se refere a todo aquele que está fora de seu país de origem e não pode (ou não quer) a ele retornar devido a um temor bem fundado de perseguição em razão de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a grupo social (ACNUR BRASIL, 2019).

> [...] um conjunto de técnicas e instrumentos empregados na fase de análise e interpretação dos dados de uma pesquisa, aplicando-se, de modo especial, ao exame de documentos escritos, discursos, dados de comunicação e semelhantes, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada, levando a descrição e interpretação destes materiais, assim como a interferências sobre suas condições de produção e percepção (MORAES, 1994, p. 104).

A análise possui como fundamento teórico o materialismo histórico-dialético, utilizando como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, cujo *corpus* e/ou unidade de análise foram elencadas a partir da repostagem citada anteriormente. A interação entre teoria e prática, e como método investigativo, nos guia para uma compreensão aprofundada do material coletado na pesquisa. Moraes (1999) também sinaliza a importância dessa análise em pesquisas qualitativas com a intenção de desvelar o conteúdo aparente da reportagem, dessa forma, a pesquisa qualitativa aprofunda relações e fenômenos sociais. Apresentaremos a seguir as características de cada etapa:

• Preparação das informações - trata-se da primeira etapa na qual são identificados os diferentes materiais a serem analisados, também é a etapa na qual se realiza a codificação, que facilitará a visualização dos elementos presentes nos materiais.

• Unitarização_- é a definição das unidades de análise que em seguida serão classificadas. Para o desenvolvimento do estudo, a reportagem escolhida será representada pelo código R1, as linhas em seguidas foram identificadas através de L1, L2 e assim sucessivamente. A identificação dos códigos de unitarização será realizada por cores (azul, rosa, verde e vermelho). Após sucessivas leituras, emergiram 27 expressões, constituindo em unidades de análise e foram agrupadas no processo de unitarização, que poderá ser visto na tabela 1, destacando que estas expressões estão diretamente relacionadas ao objetivo deste capítulo.

• Categorização - Para Moraes (1999), essa etapa consiste no agrupamento dos dados que possuem pontos em comum. A etapa da categorização teve início na unitarização que correspondem diretamente ao tema, e foram agrupadas por semelhança em 4 (quatro) categorias iniciais que indicam a formação de uma comissão mista para garantia de **Direitos Humanos** em nível federal objetivando

a proteção aos **Refugiados** através do planejamento e organização da municipalização da **Política Migratória**, de diferentes **nacionalidades**. As categorias intermediárias elencadas foram **Mobilidade Humana e Lei de Migração.** Por conseguinte, a **Migração Internacional** como categoria final que abrange as anteriores. Por se tratar de uma única reportagem o processo de codificação foi feito através de marcadores coloridos.

• Descrição - é a exposição que expressa o conjunto de sentidos presentes nas categorias de análise, trata- se do "[...] momento de expressar os significados captados e intuídos nas mensagens analisadas. " (MORAES,1999, p.15).

• Interpretação - Através da sistematização dos resultados obtidos nas etapas é possível desenvolver a análise. Portanto, esta etapa é para além da descrição. Busca a compreensão aprofundada dos conteúdos das mensagens utilizando a inferência e interpretação das quais serão desenvolvidas durante a análise no próximo item.

Primeira Parada da Análise

Unitarização	Categoria Inicial	Categoria Intermediária	Categoria Final
Direitos Trabalho Questões raciais Xenofobia Pessoas com deficiência Migrantes institucionalizados OIM Operação Acolhida Saúde e educação Covid	Direitos Humanos	Mobilidade Humana	Migração Internacional
Refugiados Fluxo Migratório Migrações Internacionais Fronteiras do Brasil Desabrigados	Refugiados	Lei de Migração	
Comissão Mista Permanente Fiscalização e monitoramento Municipalização Sociedade civil Requerimentos aprovados População local Conflito Revalidação de diplomas	Política Migratória		
Pacaraima (RR) Venezuelanos Afeganistão	Nacionalidade		

Fonte: Sistematização das autoras (2021).

A reportagem publicada no site do Senado Federal, no mês de setembro de 2021, traz como destaque a formação da **Comissão**

Mista para fiscalizar e monitorar o **Fluxo Migratório e a** Condição dos **Refugiados** no Brasil**,** a partir do crescente número da **Migração Internacional.** A **mobilidade humana** de diferentes **nacionalidades,** como os **venezuelanos** que se apresentou com maior ênfase, impulsionando a necessidade do país rever e consolidar a nova **Lei de Migração** (13.445/ 2017). A partir da formação dessa comissão parlamentar desenvolveu-se um planejamento e a organização para **municipalização** da **Política Migratória** nos Estados Brasileiros. Assim, assumem o compromisso de garantir **Direitos Humanos** referente à **Mobilidade Humana** das famílias em todas as esferas, principalmente, nos municípios. No processo de análise percebemos como as categorias, inicialmente separadas, estão interligadas e incidem umas sobre as outras. E compreendemos que a **Migração Internacional**, é a categoria final.

Migrações e suas nuances

Segundo o estudo de Quinjano (2014), a globalização é a integração internacional, econômica, política, social e cultural que culminou com a constituição da América. Contudo, no século XXI a globalização se mantém em efervescência, principalmente, na América Latina, sendo um dos fatores de crescimento das migrações na atualidade, como destacam Herrera e Sorensen (2017). A intensificação das migrações também está acompanhada de crises econômicas e políticas, além das modificações nos processos de acumulação capitalista em diferentes territórios. As autoras, sinalizam que as mudanças nos processos de acumulação capitalista e securitização de fronteiras são dois fenômenos que também afetaram a mobilidade, reduzindo e aumentando os fluxos, além de direcionar para outros lugares, o que motiva retornos voluntários e até mesmo forçados. Ao observar a migração e suas configurações nos últimos dez anos, algumas questões nos chamam atenção. Uma delas é o crescente número de deslocamentos forçados no mundo, como cita o relatório divulgado pela Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), pois no primeiro semestre de 2021, houve o aumento para 84 milhões. O que está diretamente ligado aos conflitos, mudanças climáticas, violência, perseguição e violações dos direitos humanos.

Essa se tornou uma das maiores crises de deslocamento do mundo, pois são mais de 5 milhões de venezuelanos vivendo no exterior, estando a grande maioria em países da América Latina e do

Caribe, de acordo com a agência da ONU para refugiados (ACNUR, 2020). No Brasil, entre 2011 a 2020, foram 265.729 mil solicitações de reconhecimento na condição de refugiados, conforme estudo do "Relatório Em Números 6ª edição" (SILVA *et al*, 2021). Tais requisições são de diferentes nacionalidades, como países da África, Ásia, Oriente e da América Latina. A nacionalidade venezuelana representou o maior contingente até 2021, pois 144.996 pessoas receberam autorização de residência, 79.133 solicitaram refúgio e 46.923 refugiadas e refugiados viviam no país, segundo o Plano[13] de Resposta a Refugiados e Migrantes (RMRP, 2022). Além dessa nacionalidade, em 2021 a Comissão Mista Permanente/CMMIR também estava preocupada com os refugiados recentemente chegados no país do Afeganistão.

A Organização Internacional para as Migrações- OIM (2021) conceitua o fenômeno da **Migração Internacional** como sendo o movimento de uma pessoa ou um grupo de pessoas que atravessam a fronteira internacional. Os países da América Latina têm experimentado um crescimento das migrações nos últimos anos. Esse movimento está atrelado a "[...] milhões de pessoas e podemos dizer, sem dúvida, que não há continente, nem região do mundo que não tenha seu contingente de trabalhadores migrantes" (CUNHA,1998, p. 498). Entretanto, no século XXI, em todas as regiões, os deslocamentos intensificaram-se com o aprofundamento do capitalismo, **como também pelos processos de globalização**, como ressalta Ianni (1996).

É possível perceber os fluxos de pessoas que transitam de um país para outro como meio de garantir sua sobrevivência. A **migração forçada** deslocou o contingente populacional de várias **nacionalidades** tendo o Brasil como país de destino. O relatório elaborado pelo Observatório das Migrações (OBMIGRA), em 2019, evidenciou que, entre os anos de 2016 a 2019, houve um aumento nas solicitações de **refúgio** no Brasil, em virtude da crise humanitária nos países de origem, que motivou a **mobilidade humana**.

Com o crescente número de migrações internacionais nos últimos anos, o Brasil sancionou a nova Lei de Migração nº 13.445 aprovada em maio de 2017. Tal legislação substitui o Estatuto do Estrangeiro, que foi sancionado no período da ditadura militar no

13 Plataforma de Coordenação Regional - R4V, que é co-liderada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Brasil, tendo como centralidade ações nos moldes do autoritarismo e desconfiança a cada imigrante ou refugiado que atravessava a fronteira do Brasil. Dessa forma, a Lei de Migração vigente tem outra perspectiva de política e inclusão, que trata o imigrante e refugiado enquanto sujeito de direitos. A lei prevê condições de igualdade e amplia o acesso aos serviços públicos de saúde e assistência social, além do direito à educação, ao trabalho, à moradia, aos serviços bancários e à seguridade social.

No que tange à Lei de Refúgio nº 9.474/1997, a mesma garante a proteção às pessoas que sofrem perseguição em decorrência de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e que não possam ou não queiram acolher-se no país de origem, buscando segurança em outro país diante das situações de grave violação de **direitos humanos** (BRASIL, 1997). **A Política Migratória** pressupõe no seu Art. 3º a garantia do direito à convivência familiar, além da igualdade de tratamento entre os imigrantes e suas famílias. No Art.4º é novamente destacado este direito, abrangendo os filhos, cônjuges e dependentes. Além de prever o acesso as políticas públicas da seguridade social sem qualquer discriminação e/ou distinção (BRASIL, 2017).

Mas, nem sempre tais migrantes e/ou refugiados conseguem ser acolhidos no país juntamente com as suas famílias, o que pressupõe o rompimento dos vínculos familiares. A literatura aponta, que em países da América Latina, como o Brasil, de 2015 a 2018, a migração de venezuelanos iniciou com a chegada de homens e jovens em idade laboral, dando continuidade com as mulheres e crianças em busca dos seus familiares (HERRERA, SORENSEN, 2017). Portanto, o deslocamento forçado seja por migrantes ou refugiados constitui violação dos direitos humanos que denuncia as diversas vulnerabilidades a que estão expostos tais sujeitos no seu país de origem.

Migração internacional

O Brasil é um país signatário das convenções de 1951 e protocolos internacionais de 1967, que são fundamentos de proteção aos **refugiados**. Também foi o primeiro país na América Latina a elaborar sua própria Lei nº 9.474 de 1997, que cria o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), responsável pelas medidas de proteção aos que buscam refúgio dentro das fronteiras nacionais (GEORK et al., 2017; DIAS, 2016).

Nas diferentes **nacionalidades**[14] acolhidas no Brasil, como a **migração no Estado de Roraima-RR,** principalmente na cidade de **Pacaraima-RR, fronteira** com o país da Venezuela, **"**um crescente número de **Venezuelanos,** (L18- L21, 2021)"

> O **Afeganistão** e os refugiados do país asiático devem ter atenção especial. Esses dois temas, estão entre os sete **requerimentos aprovados** pelos parlamentares nesta primeira reunião que serão tratados com prioridades pela comissão parlamentar em Brasília/DF (L22, 2021).

O contingente de imigrantes e refugiados exige dos governos locais a efetividade na gestão da **política migratória,** principalmente no **Estado de Roraima (RR),** pois faz fronteira entre o Brasil e a **Venezuela,** havendo uma concentração dessa nacionalidade na cidade de **Pacaraima-RR** e **Boa Vista-RR.** Muitos venezuelanos estão **desabrigados** e vivenciando situação de rua, o que evidencia um Estado economicamente debilitado, além de geograficamente distanciado. O último dado relata a existência de 18 mil refugiados.

A CMMIR irá avaliar a posição brasileira sobre os **afegãos** que também solicitaram **refúgio** no Brasil, demonstrando a complexidade de demandas aos estados e municípios. A diversidade dos **fluxos migratórios** exige dos órgãos governamentais o cumprimento dos acordos internacionais de proteção e garantia dos **direitos humanos.** Consideramos também os setores e atores da sociedade civil que lutam pela pauta migratória e contribuíram para a efetivação da Comissão no Congresso Federal. Eles também vêm pressionando os gestores municipais e estaduais, visando o diálogo e planejamento de estratégias locais para fortalecimento da **Política Migratória**. Os migrantes, solicitantes e/ou **refugiados** inseridos nos municípios, reconstruindo outros laços e formando novos vínculos. Apresentam necessidades individuais e coletivas, que necessitam de acesso e usufruto das políticas públicas, cujas demandas dependem das ações governamentais.

O Congresso Nacional em setembro de 2021 constituiu a "**Comissão Mista Permanente**"(L1, 2021), definindo as Comissões Mistas e os Conselhos do Congresso Nacional formados por parla-

14 Para Tiburcio (2014) o conceito de nacionalidade está direcionado ao seu vínculo jurídico-político, a partir do status de um Estado por laços de lealdade, atribuindo direitos e deveres, sendo imprescindível o reconhecimento formal via Estado.

mentares das duas Casas Legislativas, como Deputados e Senadores que iriam atuar conjuntamente. Tendo em vista que a Constituição Federal, prevê em seu artigo 58, "que o Congresso Nacional terá comissões permanentes e temporárias, as quais possuem atribuições e forma de criação previstas no regimento interno ou no ato de sua criação" (BRASIL, 1988).

Observamos que "**A Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados** (CMMIR) do Congresso Nacional definiu nesta terça-feira (14) sua nova direção até o final de 2022 e retomou os trabalhos". (L1-L2, 2021). Assim, foi constituída a **Comissão Mista Permanente**, formada pelos parlamentares, titulares e suplentes, tendo por objetivo fiscalizar e monitorar fluxos migratórios nos estados, municípios e **fronteiras do Brasil**.

> Com 12 senadores e 12 deputados como membros titulares, escolhidos pelo critério da proporcionalidade, a partidária, a CMMIR tem como objetivo ser um espaço de **fiscalização e monitoramento** dos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e dos direitos dos refugiados (L7-L9, 2021).

É notória a negligência do governo federal em relação à pauta migratória. O contingente de refugiados, e somente em 2021 foi formada uma comissão para organizar e planejar as ações específicas para a gestão da política migratória. Ainda que organizada, os partidos não haviam encaminhado seus respectivos representantes, conforme reportagem "Alguns blocos partidários ainda não indicaram seus representantes titulares e suplentes para a comissão" (L9 -L10, 2021). A pressão da sociedade civil organizada desde 2019, comprometida com esse tema em questão, fomentou ao congresso nacional a formação desse colegiado. "A criação da comissão, no final de 2019, era uma demanda de instituições da **sociedade civil** ligadas à temática migratória". (L16- L17, 2021).

Em relação ao trabalho desta comissão será pautado na proteção dos refugiados, principalmente em relação aos **direitos humanos,** que inclui o direito à vida, liberdade de opinião e expressão, direito ao trabalho e à educação, saúde, moradia, entre outros, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

> A linha temática dessa Comissão será a condição dos refugiados, a **municipalização** das **políticas de migração, a revalidação de diplomas, trabalho, questões raciais, xenofobia, pessoas**

> **com deficiência, povos indígenas,** meio ambiente, clima, água, **migrantes em ambientes institucionais**. (L10-L13, 2021).

A comissão tem como linha temática a **municipalização** da política migratória e para isso o colegiado propõe um trabalho com muita responsabilidade, dialogando em todos territórios do Brasil, para que se possa atender as demandas individuais e coletivas. Uma das etapas da comissão, é uma ampla discussão sobre a questão migratória no Estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela. "Em resposta, a vice-presidente Bruna Furlan disse que a questão migratória em Roraima terá prioridade na comissão e que o foco será encontrar uma saída adequada para os migrantes e para a **população local***"* (L33- L35, 2021).

Na cidade de **Pacaraima-RR** existem muitos migrantes e pessoas em situação de refúgio**.** "Um levantamento da Organização Internacional para Migração- **OIM**, apontou que em agosto de 2021, havia cerca 2 mil imigrantes e refugiados da Venezuela desabrigados (L23-L25, 2021)**,** pela falta de estrutura de acolhimento institucional, muitas famílias foram residir nas ruas, esse quantitativo migratório também impactou nos equipamentos públicos para atender as demandas individuais e coletivas. Ao sobrecarregar a rede de serviços, ocasionou muitos **conflitos** com a **população local**.

Nesse contexto, a CMMIR irá procurar uma saída adequada para amenizar essas desigualdades e definir [...] a posição brasileira sobre o **Afeganistão** e os refugiados do país asiático devem ter atenção especial. Os dois temas estão entre os sete requerimentos aprovados pelos parlamentares nesta primeira reunião (L19-L21, 2021). Essas são as pautas prioritárias da comissão que envolvem os fluxos migratórios dessas duas nacionalidades, Venezuelanos e Afegãos.

O Governo Federal criou em 2018 o programa chamado **Operação Acolhida,** para garantir o acolhimento humanitário em Roraima/RR. Esse programa é uma força tarefa humanitária em coletividade com apoio de agências da ONU, como ACNUR e **OIM** organismos internacionais, organizações da sociedade civil (ONG), órgãos públicos e entidades privadas. Dentre as ações oferecidas estão a assistência em saúde, regularização migratória, emissão de documentos, como Comprovante de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho (CTPS), atendimento social, proteção e defesa de direitos. Além disso, eles ficam em alojamentos distribuídos nas ci-

dades Pacaraima e Boa Vista até sua interiorização para os Estados brasileiros, os **Migrantes** preferem permanecer **institucionalizados** até serem integrados localmente. O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) menciona sobre a operação acolhida "É muito bonito falar da **Operação Acolhida**, mas nossa **saúde e educação** foram as primeiras a colapsar no Brasil, muito antes da pandemia da **covid"** (L30-L32, 2021).

No corpus da reportagem "**a educação e a saúde** entraram em **colapso,** antes da pandemia da **Covid-19**", (L30-L31, 2021). Essa realidade, denota o quanto é fundamental conhecer a realidade do estado de Roraima/RR os equipamentos públicos disponíveis, as reais necessidades dos imigrantes e refugiados, para um melhor direcionamento da CMMIR que assegure a proteção integral dessas populações via política migratória, demonstrando o quanto precisamos avançar em todos os níveis de governabilidade no país.

Sobre a constituição da **Comissão Mista Permanente**, no Senado Federal, com o objetivo de "**fiscalizar e monitorar** os **movimentos migratórios** nas **fronteiras** do Brasil e os **direitos dos refugiados**" (L8-L9, 2021) e organizar um conjunto de ações em nível nacional para a **Municipalização da Política Migratória**.

Considerações finais

A análise de conteúdo em Roque Moraes (1999), possibilitou responder ao objetivo proposto em verificar a migração no Brasil a partir da Política Migratória, identificando quais ações são desenvolvidas pelo Governo Federal para a proteção aos refugiados. No que tange ao acolhimento e integração, ainda são poucos avanços na direção de garantia de direitos humanos. Embora constituída a Comissão Mista e Permanente, e retomados os trabalhos para "fiscalizar" e "monitorar" os fluxos migratórios, observamos que as ações apresentam-se de forma fragmentada, não demonstrando transparência na sua organização e financiamento nas três esferas do governo, impactos que são visíveis na administração municipal.

No entanto, alguns titulares da CMMIR no Congresso Federal têm posicionamentos contrários à pauta migratória. Isso evidencia que os desafios são muitos, em virtude do significativo contingente de refugiados venezuelanos e afegãos que residem no Brasil vivenciam a falta de acesso ao mercado de trabalho, às políticas interculturais, linguísticas e aos direitos sociais básicos. Estando submetidos

aos diversos riscos e vulnerabilidades, bem como à marginalização e todos os tipos de preconceitos e estigmatização. Desta forma, se faz necessário avançarmos em ações que dialoguem com as necessidades e demandas desse público, na garantia de Direitos Humanos e Justiça Social.

Referências

ACNUR BRASIL. **ACNUR: Protegendo refugiados no Brasil e no Mundo.** 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/02/CARTILHA. Acesso em: 23 out. 2020.

ACNUR. Venezuela.[S.I] [2020]. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/venezuela/. Acesso em: 20 abril de 2022.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos.** São Paulo:Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Federal n.º 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm. Acesso em: 12 outubro 2020.

BÖHM ,Thais. **Nova lei regula situação de estrangeiros no país**. Senado Notícias, [s.l.], 28 Nov. 2017.Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/nova-lei-regula-situacao-de-estrangeiros-no-pais. Acesso em: 11 dezembro 2021.

BRASIL. **Lei Federal n.º 13. 445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei da Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 11 dezembro 2021.

BUSS, Paulo Marchiori e FILHO, Alberto Pellegrini. **A saúde e seus determinantes sociais**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2007**,** v. 17, pp. 77-93. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006. Acesso em: 29 dezembro 2021

CUNHA, Guilherme da. Migrantes e refugiados: marco jurídico e estratégia no limiar do século XXI. In PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (organização). **Direitos Humanos**

no Século XXI. Rio de Janeiro: IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, p. 495-518.

DURAZZO, Leandro Marques. Os Warao: do Delta do Orinoco ao Rio Grande do Norte. **Povos Indígenas do Rio Grande do Norte.**2020. Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn Acesso em: 27 abril 2022.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9.ed. Rio de Janeiro:Bestbolso, 2021.

FRANKEN, Ieda. COUTINHO, Maria da Penha de Lima. RAMOS, Maria Natália Pereira. Representações sociais, saúde mental e imigração internacional. **Revista de Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 32, (1), junho, 2012. p.202-2019.

GAINO, Loraine Vivian.et al. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. In: **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**. (Ed. port.) vol.14 no.2 Ribeirão Preto abr./jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762018000200007. Acesso em: 20 Setembro 2021.

GOERCK, C.; GAVIRAGHI, F. J.; MANJABOSCO, A. M. POSSER, C. M.; BIESDORF, Carla J.; LUZ, Liliane C. Refugiados e políticas sociais: dilemas e realidades no século XXI. **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**, outubro de 2017, p.1-8.

HERRERA, Gioconda. SORENSEN, Ninna**.** Migraciones Internacionales en América: críticas a la producción miradas críticas a la producción de un campo de conocimientos. Íconos **Revista de Ciencias Sociales**, n.58, Quito, mayo, p.11-36, 2017.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IOM (International Organization for Migration). **Migration Key Migration Terms.** Disponível em: http://www.iom.int/key-migration-terms. Acesso em 23 de outubro de 2018. Ano de publicação não disponível. » http://www.iom.int/key-migration-terms

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MONTEIRO, Ana. P.T.A.V. **Migração e Saúde Mental Vulnerabilidade ao stress, apoio social e saúde mental em imigrantes da Europa de Leste a residir em Portugal**. 2008. 363 f. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra. Disponível em: https://eg.uc.pt/handle/10316/10221. Acesso em: 18 dezembro 2021.

OLIVEIRA, T; CAVALCANTI, L; MACEDO, M. **Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2020**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento de Migrações, DF: OBMigra, 2021.

Organização Mundial da Saúde. **Constituição da Organização Mundial da Saúde** (OMS/WHO) – 1946. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html. Acesso em: 20 setembro 2021.

PLATAFORMA DE COORDENAÇÃO INTERAGENCIAL PARA REFUGIADOS E MIGRANTES DA VENEZUELA - R4V. RMRP 2022: Plano de Resposta a Refugiados e Migrantes (RMRP), 2022. Disponível em https://www.r4v.info/pt/document/rmrp-2022-plano-regional-e-capitulo-brasil. Acesso em: 14 abril de 2022

SARRIERA, Jorge Castellá; PIZZINATO, Adolfo; MENESES, María Piedad Rangel. Aspectos psicossociais da imigração familiar na grande Porto Alegre. **Estudos de Psicologia.** V. 10, Natal/RN, pp. 5-13, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000100002. Acesso em: 29 dezembro 2021.

TIBURCIO, Carmen. **A nacionalidade à luz do direito internacional e brasileiro.** Cosmopolitan Law Journal, v. 2, n. 1, jun., p. 131-167, 2014.

ZAMBERLAM, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre:Pallotti, 2004.

ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo. **Reflexões sobre língua e interculturalidade em uma escola da fronteira Brasil/Venezuela**. Revista Leia Escola. Campina Grande, v. 18, n.º 3, 2018.

1.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: o racismo estrutural em tempos da pandemia da Covid-19.

Eliana Mourgues Cogoy[15]
Cíntia Maria Nascimento Cruz[16]
Tiago da Silva Andrade[17]

Introdução

O presente capítulo se propõe a realizar um exercício prático de análise de conteúdo, com embasamento teórico a partir da metodologia de Moraes (1999). O material examinado trata sobre os reflexos da pandemia da Covid-19 no que se refere às comunidades quilombolas brasileiras, mais especificamente, localizadas no sertão do Estado de Pernambuco que foram duramente afetadas no processo de ensino remoto e presencial. A partir de Moraes (1999), compreende-se que a análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de apoio para captar seu sentido simbólico. Para tanto, se alicerça nos fundamentos dessa metodologia, delineando o conjunto de passos para sua aplicação, a partir de cinco etapas: preparação das informações, unitarização, categorização, descrição e interpretação, as quais serão descritas a seguir.

A análise de conteúdo segundo Moraes

A abordagem de Análise de Conteúdo, a partir da análise temática de autoria de Moraes (1999), contempla uma metodologia com desafiadoras possibilidades para a exploração qualitativa de mensagens e informações. Sua definição pode ser assim compreendida:

---

15 Assistente Social, professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela PUCRS. Bolsista CAPES/PROEX.

16 Assistente Social, Especialização em Trabalho Social e Assistências às Famílias (UNOPAR); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela PUCRS. Bolsista CAPES/PROEX.

17 Bacharel em Serviço Social, Especialização em Serviço Social e Direitos Humanos (UNIPAMPA), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela PUCRS. Bolsista CAPES/PROEX.

> A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, p. 9).

Na perspectiva de Moraes (1999), essa metodologia de pesquisa contempla a busca teórico e prática com significado especial no campo das investigações sociais, uma vez que, representa uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. Por consistir numa abordagem qualitativa, a análise de conteúdo privilegia "[...] a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a estudar'' (MORAES, 1999, p. 9). Podendo ser considerada como um instrumento, porém marcado por uma variedade de formas e adaptável a um vasto campo de aplicação que envolva a comunicação. Nesse sentido tem-se como objetivo analisar a*s dificuldades apresentadas por estudantes quilombolas no enfrentamento do retorno ao ensino presencial e remoto no sertão do Estado de Pernambuco*.

O processo de análise de conteúdo contemplou a constituição de cinco etapas, com base em Moraes (1999), a saber: a preparação das informações que serão analisadas; a unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categoria; descrição e por fim, a interpretação. A seguir, as características e desenvolvimento de cada uma delas:

Preparação das informações que serão analisadas: trata-se da primeira etapa, na qual se prepara e transforma os documentos para serem submetidos à análise de conteúdo. Neste sentido, os dados "[...] necessitam ser preparados adequadamente para tal. Nisso, assumem uma função central os objetivos da pesquisa. " (MORAES, 1999, p. 16).

Para este capítulo de análise de conteúdo a preparação consistiu na busca de reportagens por meio eletrônico, que abordassem as comunidades quilombolas e o acesso aos direitos sociais, frente a realidade de pandemia da COVID-19 no Brasil, a partir do ano de 2020. Após esta busca, foram selecionadas três (3) reportagens da página do **Brasil de Fato de Recife**. Dentre elas, foi escolhida a re-

postagem que mais se adequava ao objetivo deste capítulo. A reportagem publicada em 20 de outubro de 2021, no site **Brasil de Fato de Recife** (PE), intitulada: *"Comunidades lutam pela efetivação da Lei de Diretrizes da Educação Quilombola em Pernambuco".*

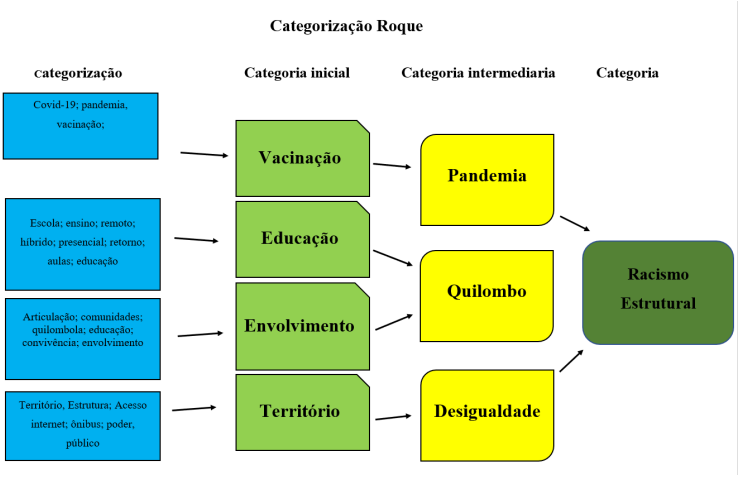
Assim, a reportagem será identificada pelo código **RPT** seguido de L para identificar a linha e o número correspondente a linha no texto **(RPT L.1).** Após a escolha e leitura da reportagem foi realizado o reconhecimento das diferentes unidades que contribuíram para responder o objetivo deste trabalho. Para tanto, buscou-se apreender a partir das informações evidenciadas pela reportagem, qual a finalidade oculta ou manifesta com que se emitiu essa mensagem. Para Moraes (1999), quando o pesquisador direciona o seu estudo para *'com que finalidade?'*, ele questiona os objetivos explícitos ou implícitos na comunicação.

Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades: a unitarização, pode ser definida como: "o elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação''. [...] Na análise de conteúdo denominamos esse elemento de unidade de análise." (MORAES, 1999, p. 16). Para tanto, o autor considera que a natureza das unidades de análise a serem definidas pelo pesquisador podem ser tanto palavras, frases, temas ou mesmo documentos integralmente. Neste caso, optou-se por *palavras*. Ao final da leitura chegou-se a 24 palavras que representam o processo de unitarização das palavras, que conduziram à etapa seguinte, da categorização.

Categorização ou classificação das unidades em categoria: para Moraes (1999), esta etapa consiste em agrupar os dados considerando a parte comum existente entre eles, classificar por semelhança ou analogia, utilizar o processo de comparação constante das unidades para poder categorizá-las, classificar em categorias iniciais, intermediárias e finais. Para o autor, "Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. " (MORAES, 1999, p. 18).

O processo de categorização teve início a partir das vinte e quatro (24) palavras selecionadas na unitarização foram agrupadas por semelhança em quatro (4) grupos que formaram as seguintes categorias iniciais: vacinação, educação, envolvimento e território. As quais foram agrupadas em três (3) categorias intermediárias, sendo elas: pandemia, quilombo e desigualdade e por fim da junção dessas três categorias surgiu a categoria final: Racismo Estrutural. Para

a construção do conjunto de categorias prezou-se por sua validade, exaustividade e homogeneidade (MORAES, 1999). O processo de categorização das unidades de análise pode ser observado na tabela a seguir:



Fonte: sistematização dos autores (2021).

Análise e interpretação: uma vez definidas as categorias e identificado o material constituinte de cada uma delas, é preciso comunicar o resultado deste trabalho, ou seja, organizar por sentidos. Podendo ser apresentado e organizado em tabelas. Por fim, a ***Interpretação:*** momento em que o pesquisador dará sentido aos dados e aprofundar a compreensão do conteúdo das mensagens através da inferência e interpretação Moraes (1999). A *descrição* e a *interpretação* serão desenvolvidas durante a análise que segue.

Racismo estrutural em tempos de pandemia da Covid-19 e os impactos ao retorno do ensino presencial.

Em 1888, a escravatura deixou de existir no Brasil, na formalidade, visto que não houveram políticas que impulsionaram a inclusão da população negra, pois isso implicaria profundas mudanças nas relações sociais, especialmente no campo. Agora que a população negra estava finalmente "livre" e apta a vender sua força de trabalho ao capitalista, tal população não conseguiu sequer compor o exército de reserva. O discurso dominante era de que os/as negros/as não

eram qualificados/as o suficiente, para ajudarem no desenvolvimento da nação capitalista. Os discursos estavam em concordância com os racistas e teorias raciais que viam com um "defeito de cor", o traço mais característico da população brasileira. Assim, implementaram uma política migratória sob justificativa de importar mão-de-obra apta ao processo de produção, resolvendo a falta de trabalhadores/as qualificados/as. A política adotada no final do Império e na jovem República era extremamente racista. Havia uma busca de determinadas características de alguns grupos sociais, de uma raça mais nobre, ou melhor, caucásica, branca, europeia e, por essas qualidades, superior. Fica claro a rejeição dos trabalhadores negros e negras e a ideologia do branqueamento da sociedade brasileira (GONÇALVES, 2018). Além disso,

> No processo histórico de conformação da organização da sociedade, verifica-se que a abolição não representou a integração econômica e social do negro à nova ordem capitalista, ao contrário, no processo histórico não cabia o negro (escravizado ou liberto). A estes povos escravizados, quando libertos, destinou-se a marginalidade e a desigualdade social, espaço que ocupam até hoje. Observa-se que ao longo do tempo a diferença dos grupos sociais foi instrumentalizada para manutenção da exploração. Ao colocar milhares de trabalhadores à margem da sociedade, a classe dominante teve como objetivo submetê-los a condições que os fizessem lembrar os tempos de escravidão e retirar a dignidade de gente. Esvaziar a sua condição de sujeito da história. A liberdade estava documentada, mas nas relações sociais o papel de submissão do indivíduo era cobrado (PEREIRA; ROSENO, 2018, p. 91).

Para entendermos o lugar que a população negra ocupa na sociedade atualmente, se faz necessária a compreensão do processo de transição do escravismo para o capitalismo. As desigualdades e opressões de classes, raça e sexo pautadas na subordinação de negro, no Brasil, são resquícios da sociedade escravistas, a qual colocou essa população à margem da sociedade. Santos (2018, p. 47), afirma que "para entendermos a Questão Social se faz necessário um olhar para a Questão Colonial, não apenas como uma etapa da formação econômica, política e social; mas como um processo de dominação constante que segue latente na sociedade atual".

Conforme nos lembra Pereira e Roseno (2018, p. 88), "este país é fruto de um "estupro" social de indígenas e negras, sendo

necessário que seja explicitada está contraditoriedade, não sendo possível comungar com a falácia da democracia racial imposta por uma elite conservadora e branca". Neste sentido, para Silva (2009, p. 192), "a história da formação social brasileira registra a desigualdade enquanto uma realidade concreta do Brasil Colônia até os dias atuais. O desenvolvimento desigual e combinado é uma característica fundante dessa história e, por isso, permanece atual".

Sendo a história da sociedade brasileira marcada pelo racismo, Madeira e Gomes (2018) o responsabilizam por abrir caminhos para o abismo social entre negros e não negros. Segundo as autoras, "as vulnerabilidades vivenciadas pela população negra são produtos da história criminosa da escravidão. " (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 467). Para elas, o racismo trata-se de um problema estruturante das relações sociais, que está em intersecção com o gênero e a classe, demarcando lugares sociais, assim, o racismo não pode ser explicado limitando-o ao âmbito interpessoal ou comportamental. Ao se referir sobre o **racismo estrutural**, Almeida (2021) o considera como algo que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade. Nesta mesma perspectiva,

> De fato, o **racismo estrutural** é nítido e não demanda grande esforço para ser visualizado. Ele está difundido na sociedade, na ordem social vigente e a serviço dos privilégios que demarcam as classes sociais. Enfrentá-lo é uma forma de discriminação positiva e necessária, e não um racismo na mesma intensidade, ao contrário do que muitos dizem, pois trata se da busca por mecanismos que promovam a desconstrução da ideologia que se traduz em inúmeras práticas discriminatórias diariamente, chancelando a exclusão de um grupo social específico (BERSANI, 2018, p. 194).

Perceber o racismo estrutural através das práticas discriminatórias cotidianas e enraizadas na sociedade é um dos primeiros passos para enfrentá-lo e para a desconstrução da ideologia[18] que exclui um grupo social em detrimento de outro. Além disso, torna-se necessária a implementação de políticas públicas e sociais que promovam a equidade racial, reconhecendo tanto os direitos étnico-raciais como as especificidades de cada grupo, a exemplo dos direitos das comunidades quilombolas brasileiras.

18 Almeida (2021) trabalha com o entendimento de que "Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade" (ALMEIDA, 2021, p. 52-3).

Almeida (2021) ressalta que, do ponto de vista teórico, deve ser entendido como processo histórico e político, podendo ser complementado com a argumentação de Madeira e Gomes (2021), que afirmam ser necessário observar "as singularidades históricas, sob o risco de afastar o debate ideológico do combate ao racismo de questões ligadas a transformações societárias." (MADEIRA; GOMES, 2021, p. 468).

Logo a desigualdade, a discriminação, a miséria e falta de emprego, enfim, a precariedade que atinge especialmente a população negra, em nosso país, são consequências de uma "herança" histórica. Situação que se agravou com a chegada da pandemia da Covid-19, conforme será visto neste capítulo.

A trajetória histórica dos quilombos no Brasil: desigualdades e território

Antes de falarmos sobre o acesso à educação de crianças e adolescentes quilombolas é preciso entendermos o contexto histórico e faz-se necessário conceituar aqui o termo quilombo. É preciso que não esqueçamos que o processo sócio-histórico do nosso país teve a presença de vários povos, mas principalmente do povo de origem africana, que foram escravizados no Brasil e no mundo. E contribuíram com o desenvolvimento do país, construíram estradas, casas e alimentaram esta nação.

Grande parte da economia do Brasil foi constituída no período da acumulação primitiva do capital, utilizando a força de trabalho dos homens, mulheres, crianças e idosos escravizados. Com atos violentos, de subalternidade e principalmente de desumanização de povos africanos, rejeitando assim, sua cultura e a sua história. Nesse contexto, é importante compreender como o **quilombo** tem seus significados para homens e mulheres escravizados. Conforme aponta Munanga:

> O **quilombo** é seguramente uma palavra originária dos povos de língua banto (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantus, cujos membros foram trazidos e escravizados nessa terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (MUNANGA, 1996, p. 58).

Dentro desse percurso da história dos negros e negras no Brasil é importante falar da origem da palavra quilombo e perceber a complexidade do conceito ao longo da história, falar também de sua organização política e social, no Brasil:

> O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implementação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações, e ocuparam partes dos territórios brasileiros não povoados, geralmente de difícil acesso. (MUNANGA, 1996, p. 63)

Nesta reconstrução ou releitura do modelo africano e frente a luta contra a opressão e a escravidão, Reis (1996) descreve que:

> A escravidão nas Américas consumiu cerca de 15 milhões de homens e mulheres arrancados de suas terras. O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcam a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial. A participação do Brasil nessa trágica aventura foi enorme. Para o Brasil, estima-se que vieram perto de 40% dos escravos africanos (REIS, 1996, p. 9).

A reflexão do autor possui extremos significados, pois no Brasil era utilizada a força de trabalho dos escravizados. Assim, o tráfico de pessoas escravizadas deu-se, principalmente, no intuito de desumanizar, negando sua existência e a sua história. Os quilombos eram construídos em lugares longínquos e de difícil acesso, para dificultar que fossem encontrados. Então, os quilombos eram espaços de resistência e sobrevivência, principalmente um lugar para resgatar sua cultura e tradições.

As comunidades tradicionais como os quilombolas vêm enfrentando durante anos diversas formas de desafios em relação à educação[19] desde o acesso, transporte entre outros. Em 2004, o termo quilombo entra no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, muito embora não haja

19 Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef (2021), as mais atingidas são as [crianças] oriundas de populações vulneráveis como as negras, indígenas, quilombolas, pobres, sob risco de violência e exploração, e com deficiência.

especificações e ou definições específicas sobre o termo e cultura do território.

Somente em 2006, o Ministério da Educação cria um guia com orientações para implantação da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), da qual a educação quilombola surge como especificidade da educação nas escolas situadas no território quilombola, quanto para aquelas que recebem estudantes quilombolas. Desde 2015, são desenvolvidas ações de resgate da cultura e respeito às tradições culturais das comunidades quilombolas.

Contudo, essas comunidades enfrentam dificuldades, pois seus territórios são afastados dos centros urbanos. Nesse cenário de luta para garantir direitos sociais básicos o movimento negro se organizou para reivindicações pela educação escolar nos quilombos, reivindicações que são realizadas principalmente pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), que luta por acesso à educação de qualidade, saúde e direitos sociais para as comunidades.

Estamos falando de uma população que no Brasil chega o equivalente a 45% da população, segundo dados da CONAQ (2021), 76 milhões de negros e pardos, e ainda assim, essa população enfrenta grandes dificuldades e preconceitos, como racismo, violências, dificuldade de acesso à educação e emprego, além das desigualdades sociais que atingem com maior intensidade e profundidade.

A pandemia da Covid-19 recaiu muito mais para a população negra, como no caso das comunidades quilombolas. A reportagem destaca a educação para as comunidades quilombolas, revelando o quanto a escola, o ensino remoto, híbrido ou até mesmo o presencial não atendem as necessidades da população, materializando uma educação excludente e racista. Fatores como o território, suas dificuldades de acesso à internet e aos ônibus são desconsiderados no que tange às comunidades quilombolas. Realidades como esta são a materialização do que Almeida (2021) refere ao mencionar a necessidade imperativa de refletirmos sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

Estar atento às singularidades históricas, pressupõe analisar as **desigualdades sociais** que são manifestadas na reportagem ora utilizada para este exercício de análise de conteúdo. Uma das formas de se identificar as desigualdades sociais encontra-se através da análise dos indicadores sociais.

> Os indicadores educacionais, econômicos, políticos e sociais, quando analisados, permitem um diagnóstico da estruturação das desigualdades sociais e raciais brasileiras. Apesar das conquistas dos movimentos negros, as disparidades ainda são grandes e se faz necessário analisá-las para que se possa intervir adequadamente visando a sua superação. (MADEIRA; GOMES, 2021, p. 469)

A partir desta reflexão, constata-se que um dos elementos que revelam o racismo estrutural está na análise referente À educação sob a perspectiva racial, a qual manifesta a exclusão social dos negros no Brasil, especialmente, quando se trata das comunidades quilombolas. Conforme identificado na reportagem,

> A estudante [...] explica que quer voltar para a sala de aula, mas falta estrutura. "Está sendo um pouco difícil, por conta do acesso à internet, e o ônibus também. Minha mãe já ia aceitar para eu voltar para o presencial, só que o ônibus não está vindo para a comunidade" (RPT, 2020, L.17- L19).

Importante destacar que os **territórios** remanescentes das comunidades quilombolas são frutos de várias lutas e conquistas da comunidade afrodescendente no Brasil. De acordo com a CONAQ,

> Os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto- atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (CONAQ, 2021, n.p.).

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (2021), atualmente, existem cerca de 3.000 comunidades quilombolas identificadas. Destas, mais de 1.826 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares, totalizando cerca de 2,2 milhões de pessoas. Para que uma comunidade seja considerada quilombola esta precisa estar diretamente ligada com a relação que esse grupo étnico possui com a terra, a ancestralidade, o seu território, as suas tradições e práticas culturais. A reportagem reflete a ausência de proteção às comunida-

des quilombolas brasileiras diante da pandemia, sendo importante também destacar que a ausência da titulação de territórios é mais grave do que possuir um reconhecimento legal, pois, reduz o acesso às políticas públicas, como no caso, da política de educação para estes povos.

O avanço da vacinação contra a Covid-19 e o novo normal

No ano de 2020, o mundo entrou em alerta com a rápida disseminação, em todos os continentes, da Covid-19 causada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 - (SARS-COV-2). Doença que trouxe grandes preocupações devido a sua rápida propagação e pelo alto nível de letalidade, bem como a ausência de uma cura capaz de preservar vidas, tendo em vista que, logo no início, ainda não haviam sido criadas vacinas para combater o vírus. A **pandemia** do coronavírus (Covid-19), evidenciou e amplificou de maneira catastrófica a crise da acumulação capitalista, escancarando as contradições já em curso, antes da eclosão da pandemia

> Portanto, a crise econômica que eclode, neste ano de 2020, é a manifestação da crise estrutural do capital em curso, que tem como disparadora a Covid-19. Esse vírus não tem a capacidade de promover uma crise de superacumulação. No entanto, introduz uma crise sanitária que evidencia a precarização da saúde pública, fruto da ausência do financiamento público nas políticas de proteção social, mediante a sua crescente privatização e seu esvaziamento como direito universal fundamental (CAMARGO; SALAZAR, 2020, p. 40).

A **pandemia** da Covid-19 descortinou as desigualdades sociais enraizadas em todas as partes do mundo, trazendo à tona a situação de precariedade vivida pela população em geral, mas principalmente a brasileira. “Além dos altos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2020, n.p.). Aumentando o número de desempregados e empregos informais, tornando a situação brasileira desesperadora, aumentam-se enormemente as desigualdades e o crescimento da pobreza, principalmente com populações marcadas por outros determinantes sociais como gênero, raça, classe e que estão mais expostos às desigualdades. A reportagem analisada afirma que

> Com a diminuição no número de casos da Covid-19 e o avanço na vacinação, as escolas têm retomado suas atividades entre os ensinos remoto, híbrido e o presencial. Isso não só nos centros urbanos, mas também na zona rural, onde vivem comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, extrativistas e várias outras que tiveram o setor educacional duramente impactado durante a pandemia (RPT, 2020, L.1- L.6).

Nesse contexto ocorre a agudização da opressão de negros, mulheres, imigrantes quilombolas, indígenas em suma o conjunto pobre da classe trabalhadora (CAMARGO; SALAZAR, 2020). Diante desta realidade, constata-se que

> A concentração da propriedade territorial e da riqueza têm, no seu verso, a ampliação do fosso de desigualdades entre classes e o crescimento da pobreza. Desigualdades de gênero, raça/etnia/geração, orientação sexual e território matizam as desigualdades de classes. Elas são acompanhadas da destruição de bens naturais e sua generalizada mercantilização; do crescimento do desemprego, do trabalho instável e desprotegido, da regressão de direitos, condensando a alienação e a banalização da vida humana (IAMAMOTO, 2019, p. 34-35).

Quando se trata a banalização da vida humana, observam-se os dados do Ministério da Saúde (2021), os quais revelam que, passados 19 meses[20] de pandemia, já somam mais de 600.00 óbitos decorrentes deste vírus. O estudo realizado por Bahia; Werneck e Moreira (2020), com base nos dados levantados pela PNAD Covid-19 e pelo banco de internações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), evidenciam as desigualdades existentes relativas à testagem, letalidade e óbito de acordo com a faixa de renda, cor de pele e escolaridade da população, assim como do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios. Dessa forma, fica exposta a geografia das desigualdades, decorrente do processo histórico de exploração da sociedade capitalista, bem como a compreensão de que "o nó da questão social é racial" (GONÇALVES, 2018). Esta afirmação sustenta-se a partir da história brasileira marcada pela escravidão, relações de poder, aprisionamento, privações e explorações, que até hoje demarcam as consequências dessa realidade identificadas nos quilombos brasileiros.

20 Estas informações tomam como base o mês de outubro de 2021.

Com o avanço da Covid-19 foi imposto a toda a comunidade escolar um novo modo de pensar a realização de atividades escolares, surgiram as atividades online em escolas em todo o país. Uma situação inédita, para a qual a maioria das pessoas não estava preparada e com isso surgiram também desafios como: falta de equipamentos, acesso à internet para todos até o material de estudo que professores e alunos aprenderam a usar na prática. Além dos efeitos psicológicos e emocionais de crianças, adolescentes e adultos durante e após a pandemia. Contudo, acentuam-se as desigualdades sociais no contexto da pandemia, pois nem todos tiveram o acesso igual à internet.

Não é só planejar um retorno, deve existir ações concretas para permanência e busca ativa daqueles alunos e alunas que não retornaram, grandes desafios existem para esse retorno.

De acordo com Nota Técnica o Retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da covid-19 (2020, p.12):

> Além das ações de natureza intersetorial, a retomada das atividades presenciais nas escolas exigirá dos órgãos centrais da Educação brasileira uma série de iniciativas em múltiplas dimensões e que considerem o ineditismo do cenário atual. Tais iniciativas devem buscar garantir um retorno que assegure a saúde de toda a comunidade escolar e, fundamentalmente, enfrentar os efeitos da crise na aprendizagem e na trajetória escolar dos alunos.

É evidente que um dos desafios apesar do avanço da vacinação contra a Covid-19 principalmente para a faixa etária em 2022 é de 5 a 11 anos. Mesmo com a aprovação da ANVISA e diversas pesquisas que atestem a segurança da imunização nessa faixa etária, ainda há uma forte resistência de famílias na vacinação de crianças e adolescentes. Frente a isso, a pandemia da covid-19 impôs à comunidade escolar um afastamento total ou parcial de quase dois anos fora ou reduzido do ambiente escolar. E com isso impactos direta ou indiretamente na educação.

Considerações finais

A educação deve pautar-se no entendimento de que o outro é um sujeito pleno, pertencente a um grupo cultural, e que deve ser reconhecido e respeitado na sua diferença étnica, religiosa e sexual. Nesse sentido, a elaboração da análise de conteúdo com base em Moraes (1999), possibilitou responder ao objetivo proposto de des-

vendar quais as dificuldades apresentadas por estudantes quilombolas no enfrentamento do retorno ao ensino presencial e remoto no sertão do Estado de Pernambuco. Constatou-se que as comunidades quilombolas enfrentam dificuldades de acesso à internet, bem como de transporte para chegarem até as escolas e que as diretrizes para a educação quilombola ainda levará mais de dois anos até que esteja completamente estruturado.

Percorreu-se através de uma análise crítica aspectos importantes relacionados à diversidade de um povo que precisa ser considerada através da igualdade política, e isso implica na governança de forma igualitária e compartilhada. Algo bem distante do que se vive no país historicamente.

Por fim, percebe-se que, em meio à pandemia da Covid-19, há uma fragilidade maior ainda na proteção social, no seu sentido mais amplo e o rebatimento disso leva ao agravamento de violações de direitos de sobrevivência e de cidadania, expondo pessoas ao contínuo risco social. Exemplo disso, são as comunidades quilombolas as quais enfrentam o desafio de uma educação excludente e racista, por possuírem os seus territórios longínquos dos centros urbanos e de acesso a uma qualidade de ensino que rompa com processos de discriminação e preconceito, que materializam o racismo estrutural.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Feminismos plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus***:* o trabalho sob fogo cruzado. E-book. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BAHIA, Lígia.; WERNECK, Guilherme Loureiro; MOREIRA, Jéssica Pronestino de Lima. **Mortes Evitáveis, Excesso de Mortes***:* falhas nas estratégias populacionais e assistenciais de redução de casos e óbitos por Covid-19. 2020.

BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. In: **Extraprensa,** São Paulo, v. 11, n. 2, p. 175 – 196, jan./jun. 2018.

BEZERRA Lucila. Comunidades lutam pela efetivação da Lei de Diretrizes da Educação Quilombola em Pernambuco. **Brasil de Fato**.

Recife (PE). Disponível em: https://bit.ly/3CF8TpR . Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. LEI Nº 10.639/ 2003. Disponível em:https://bit.ly/37QhMmv. Acesso em: 29 de dez. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus Brasil**. Brasília, 2021. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Seppir, Brasília, 2004.

CAMARGO, Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida; SALAZAR, Silvia Neves. Crise do capital, pandemia e exacerbação do conservadorismo. In: OLIVEIRA, Antônio Deusivam de. **População LGBTI+ Vulnerabilidades e Pandemia da Covid-19**. Campinas: Saberes e Práticas, 2020, p. 35-46.

CONAQ. **Terra e Território**. Disponível em: https://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/. Acesso em: 29 de dez. 2021.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.21, n. 3, p. 514-522, set/dez. 2018.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M. C., IAMAMOTO, M. V., (Org.) **Serviço Social na História***:* América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez. 2019. p. 34-61.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set. / dez. 2018. Disponível em: https://bit.ly/3kwyACa. Acesso em: 12 nov. 2021.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Roque. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo. In: GRILLO, M. C; MEDEIROS, M.F. (Org.). **A construção do conhecimento e sua mediação metodológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 111-130.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**.

(Brasília): Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

PEREIRA, Maysa Mathias Alves; ROSENO, Andreia. Reflexões Sobre as Relações Étnico/Raciais e Diversidade Sexual e de Gênero. In: NOGUEIRA, Leonardo et al. **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 29-54.

REIS, João José, GOMES, Flavio dos Santos (Org.) **Liberdade por um fio***:* história dos quilombos do Brasil - São Paulo: Companhia das Letras, 1996**.**.

SANTOS, M. F. P. Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil dos. In: **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul***,* v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: https://bit.ly/3s2KKX1 Acesso em: 20 maio 2021.

SILVA, Givânia. ***Quilombolas articulam estratégias e parcerias para proteger comunidades da pandemia Covid-19***. Disponível em: https://bit.ly/3Eydafl . Acesso em: 15 jul. 2021.

SILVA, José Fernando Siqueira. **O método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural.** UNESP de Franca, 2009. Disponível em: https://bit.ly/3vTEEt1 Acesso em: 10 abr. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nota Técnica o retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia Covid 19.** 2020. Disponível em: https://bit.ly/3kujrRi. acesso em: 30 março de 2022.

UNICEF. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar***:* Reprovação, abandono e distorção idade-série. Dados publicados no site da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar (trajetoriaescolar.org.br). Jan 2021. Disponível em: https://uni.cf/3kLgkVn. Acesso em: 10 out, 2021.

2.ANÁLISE DE CONTEÚDO: uma proposta de aplicação para além de Bardin

Rafael Cardoso Sampaio[21]
Paula de Oliveira Portela[22]
Pedro Henrique Chaves de Azevedo Beff de Araujo[23]

Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma proposta resumida de uma aplicação científica da técnica de pesquisa análise de conteúdo (AC). Partimos do pressuposto de que significativa parte da aplicação da técnica no Brasil é exclusivamente baseada no manual de Laurence Bardin (2016), conforme evidenciado pela pesquisa de Sampaio *et al* (2021). Assume-se também que a vasta aplicação da técnica no país apresenta déficits metodológicos sérios (DESLANDES, IRIART, 2012; GOMES *et al*, 2020; SILVA *et al,* 2017), não se atentando de modo suficiente sobre os três princípios basilares para uma AC científica, nomeadamente confiabilidade, replicabilidade, e validade. A grosso modo, então, as categorias analíticas e a codificação precisam ser confiáveis, quer dizer, realizadas por dois ou mais codificadores que classificam o conteúdo de uma forma razoavelmente padronizada entre si, o que busca dirimir o viés da codificação humanada. Deseja-se que a pesquisa seja replicável após a sua realização, ou seja, que possa ser repetida em um contexto diferente do original. E, finalmente, a análise de conteúdo precisa ser válida tanto no sentido de, efetivamente, mensurar os conceitos nos quais é baseada quanto no sentido de representar, de fato, o fenômeno sendo estudado.

Para tanto, pretende-se abordar, de maneira simplificada e pragmática, o passo-a-passo dos procedimentos mais recomendados pela literatura especializada internacional a respeito dessa técnica de pesquisa. Dentro do espaço disponível, serão abordadas as discussões e bases teóricas que fundamentam e justificam a adoção de tais procedimentos metodológicos, bem como sobre a pertinência em si do uso da análise de conteúdo, como se verá a seguir a partir deste tópico introdutório.

21 Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Bolsista de produtividade CNPq.
22 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPR, bolsista CAPES.
23 Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPR, bolsista CAPES.

Mozzato e Grybovski (2011, p. 733) observam que qualquer técnica de análise de dados, em última instância, significa uma metodologia de interpretação e, como tal, possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise, visto que esse processo consiste em extrair sentido dos dados de texto ou imagem. Nessa linha, a análise de conteúdo, particularmente, seria um método de análise de texto, que faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais que compõem o seu *corpus* de texto (BAUER, 2007, p. 190).

Assim, pode-se dizer, sucintamente, que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que permite, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 14). Diante disto, uma das características da AC é que ela reduz a complexidade de uma coleção de textos: a classificação sistemática e a contagem de unidades de texto destilam uma grande quantidade de material em uma descrição curta de algumas de suas características (BAUER, 2007, p. 191). A definição clássica de Bardin, dessa forma, tem a pretensão de sintetizar o escopo procedimental da AC:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2016, p. 48)

Note-se que há considerável debate na literatura a respeito da natureza essencialmente – ou, ao menos, predominantemente – quantitativa da análise de conteúdo. Segundo Sampaio e Lycarião (2021, p. 15), autores de peso como Neuendorf (2002), Riffe, Lacy e Fico (2014) assumem abertamente que "só se considera análise de conteúdo aquela que gerar resultados quantitativos". Por outro lado, há uma ampla gama de autores, como Drisko, Maschi (2016), Franco (2008), Mayring (2014), Krippendorff (2004) e a própria Bardin (2016), que não aderem a essa perspectiva, demonstrando haver, sim, análises de conteúdo qualitativas. Ante este quadro, Bauer (2007, p. 190) assevera o caráter híbrido da AC, uma vez que mantém características tanto quantitativas quanto qualitativas.

Desse modo, a pertinência do uso da análise de conteúdo estará submetida às potencialidades que esta técnica apresenta para responder aos problemas/questões da pesquisa que está sendo mobilizada. A própria forma como a análise de conteúdo será configurada depende diretamente do tipo de pergunta a que se deseja dar resposta. A construção de uma pergunta de pesquisa qualitativa, por exemplo, requer uma imersão prévia com o intuito de compreender o objeto e sua essência. A análise de conteúdo, neste cenário, emerge como técnica que se propõe à apreensão de uma realidade visível, mas também uma realidade invisível, que pode se manifestar apenas nas "entrelinhas" do texto, com vários significados (CAVALCANTE, CALIXTO, PINHEIRO, 2014, p. 15).

Neste bojo, a análise de conteúdo apresenta uma série de vantagens e fraquezas metodológicas dignas de nota. Dentre os seus pontos fortes da AC, Bauer (2007) salienta que: 1) ela é sistemática e pública; 2) ela faz uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente; 3) presta-se para dados históricos; e 4) ela oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados (BAUER, 2007, p. 212). Por sua vez, as principais fraquezas seriam: (i) introduzir inexatidões de interpretação; (ii) não reproduzir o contexto original da análise; (iii) tender a se centrar em frequências e descuidar do que está ausente; e (iv) perder a relação entre códigos e texto (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 24). Também como possível limitação, a literatura ressalta que:

> o método apresenta ainda um outro ponto controverso, quando nem sempre um tema frequente é necessariamente um tema importante ou, ao contrário, que um tema pouco frequente não seja relevante para a compreensão dos fenômenos estudados. Talvez existam temas que sejam reprimidos, de difícil verbalização ou de difícil manifestação visual (CAVALCANTE, CALIXTO, PINHEIRO, 2014, p. 17).

Isto posto, a observância rigorosa dos procedimentos estipulados para a aplicação da análise de conteúdo serve para balizar epistemologicamente a validade científica do método e minorar os riscos das fraquezas e limitações acima mencionados. Este trabalho tem exatamente o intuito de iluminar, de maneira prática, essa intrincada dinâmica procedimental que caracteriza a AC. Assim, depois de expor, muito superficial e introdutoriamente, as características e

funções, pertinência e potencialidades, vantagens e desvantagens, é possível expor a definição que iremos adotar da técnica em questão:

> Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 17).

Existem inúmeras aplicações da Análise de Conteúdo, que podem restringir-se desde a ser a técnica principal em si e gerar dados, bem como uma técnica complementar para análise de dados gerados por outras técnicas de pesquisa - como entrevistas qualitativas, entrevistas em profundidade, entrevistas narrativas, histórias de vida, grupos focais, resultados de observação participante e etnografia, questionários abertos etc. (BARDIN, 2016; FLICK, 2009; YIN, 2016; SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021 p. 21). No caso de ser a técnica principal, há uma miríade enorme de objetos e conteúdos que podem ser classificados pela AC, a exemplo de documentos de instituições (atas, relatórios, documentos de arquivos públicos, contratos, licitações registros, ofícios, correspondência, atas, memoriais, memorandos, comunicados, prontuários, documentos clínicos, ambulatoriais e hospitalares), produtos acadêmicos (papers, artigos, capítulos, livros, monografias, dissertações, teses etc.), materiais didáticos, websites e blogs, postagens em redes sociais online (incluindo comentários, memes, imagens, áudios, vídeos etc.), leis regulamentações (leis, projetos de leis, decretos, regulamentos, instruções normativas, resoluções, portarias, medidas provisórias, etc.), audiovisual (HGPE, TV, cinema, vídeos, novelas, séries, vídeos de redes sociais), notícias (TV, impresso, rádio, internet), debates, discursos e pronunciamentos, diários e (auto)biografias, letras de música, material literário, dentre outras possibilidades.

Finalmente, retomando os pontos iniciais, este capítulo busca suprir duas lacunas apontadas na literatura. Em primeiro lugar, Sampaio e colegas (2021) fizeram uma compreensiva revisão cientométrica do uso da técnica na base SciELO. Os autores localizaram 3.484 artigos que fazem uso da técnica, estando divididos entre ciência da vida (especialmente, Enfermagem e Saúde Coletiva) e Humanidades

(notadamente, Psicologia, Administração e Educação). Ao analisar os artigos mais citados em conjunto em termos de AC, a pesquisa aponta que há um uso muito excessivo do manual de Bardin em todos os colégios da pesquisa brasileira (humanidades, ciências da vida e exatas). Os autores denotam que isso pode ser um indicativo da técnica estar "parada no tempo", uma vez que o referido manual não é atualizado há mais de duas décadas. Ademais, os autores denotam que boa parte de outros manuais, artigos e capítulos que ensinam a aplicar a técnica, também tendem a se basear demasiadamente em Bardin, o que pode estar gerando um ciclo vicioso, atrasando avanços na área.

Em segundo lugar, diversos estudos que analisaram a qualidade da aplicação da análise de conteúdo em diferentes campos de pesquisa brasileira apontaram déficits metodológicos de diferentes naturezas, indicando uma baixa qualidade geral no uso da técnica (DESLANDES, IRIART, 2012; GOMES *et al,* 2020; SILVA *et al,* 2017). Por sua vez, Sampaio e Lycarião (2018; 2021) apontam como certas fases consideradas como cruciais pela literatura internacional especializada não vêm sendo seguidas no Brasil, como a elaboração de um livro de códigos, a existência de dois ou mais codificadores e um treinamento adequado dos mesmos e a realização de testes de confiabilidade entre codificadores e os cuidados com a replicabilidade da pesquisa (NEUENDORF, 2002; KRIPPENDORFF, 2004; RIFFE *et al* 2014). Este capítulo busca justamente preencher essa lacuna, ao apresentar um modelo baseado nos princípios científicos que regem a técnica e se afastando da aplicação de Bardin.

Um modelo alternativo a Bardin de aplicação da análise de conteúdo

De acordo com Sampaio e Lycarião (2021, p. 21), a análise de conteúdo apresenta inúmeras aplicações, podendo ser a técnica de pesquisa em si a gerar os dados e resultados, ou mesmo como uma técnica intermediária em meio a projetos maiores. Ainda segundo os autores, Krippendorff (2004) propõe que a AC pode ser usada para fazer extrapolações, estabelecer tendências, para compreender padrões e avaliar diferenças.

Neste sentido, a aplicação da AC se mostra exitosa em áreas tão diversificadas como: relações sociais, comportamentos públicos, realidades institucionais ou mesmo conceitos, atitudes, crenças, emo-

ções e processos cognitivos que se manifestam em atributos verbais de comportamento (atribuições). Krippendorff (2004) salienta ainda que a AC é mais bem-sucedida quando analistas consideram realidades sociais constituídas linguisticamente que são enraizadas nos tipos de conversações que geram textos a serem analisados.

Tradicionalmente, é reproduzido de modo massivo nas pesquisas sobre AC no Brasil os parâmetros estipulados por Laurence Bardin (2016) em seu manual clássico e inaugural, em termos de Brasil, sobre esse método (cf. SAMPAIO *et al*, 2021). Resumidamente, a autora expõe a AC em três grandes fases, nomeadamente: (i) pré-análise; (ii) exploração do material ou codificação; e (iii) tratamento dos resultados/inferência e interpretação. Apesar de acharmos uma série de outras etapas e fases mais minuciosas em seu manual, aparentemente o mesmo é inadequadamente lido e a AC brasileira frequentemente é baseada em Bardin e apenas as três etapas acima são anunciadas.

Alternativamente, em outro texto bastante acionado pela literatura brasileira, Bauer (2007, p. 215) apresenta um modelo mais complexo que o anterior ao denotar, ao menos, oito fases, nominalmente: 1) seleção de textos específicos; 2) amostra; 3) construção do referencial de codificação; 4) teste-piloto e revisão do referencial; 5) teste de fidedignidade dos códigos; 6) codificação dos materiais e estabelecer fidedignidade do processo; 7) construção de arquivo de dados para análise estatística; 8) elaboração de folheto com: (a) racional para referencial de codificação; (b) distribuições de frequência de todos os códigos e (c) fidedignidade do processo de codificação.

Ainda assim, Sampaio e Lycarião (2021, p. 48) destacam que, apesar do modelo de Bauer ser um avanço em relação ao de Bardin por tornar mais explícito os inúmeros processos existentes na análise de conteúdo, ele ainda dá pouca atenção ao que corresponderia à primeira etapa dela (pré-análise), que é justamente onde surgiriam as inquietações acadêmicas que guiarão o desenho de pesquisa e não trata suficientemente sobre o teste de confiabilidade entre codificadores . Desta forma, os autores apresentam o seu próprio passo-a-passo da condução de uma AC, também em três grandes fases, porém subdivididas em outras subetapas mais especificadas, conforme ilustra esquema a seguir:

ETAPAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Conceituação

1. Identificar o problema (Revisão de literatura)
2. Questões de pesquisa e hipóteses

Desenho

3. Selecionar a(s) unidade(s) e subunidade(s) de análise
4. Criar e definir categorias
   a - elaboração do livro de códigos
   b - elaborar a planilha de codificação
5. Amostragem
6. Pré-teste das categorias e das regras de codificação
   a - treinamento
   b - revisão do livro de códigos
   c - teste de confiabilidade piloto
7. Treinamento final e Teste de confiabilidade das categorias
8. Codificação
9. Testes de confiabilidade intermediário e final

Análise

10. Tabulação e aplicação de procedimentos estatísticos
11. Interpretar e reportar os resultados
12. Validação e Replicabilidade

Fonte: Sampaio, Lycarião (2021, p. 49)

Apresentaremos, de forma resumida, o modelo dos autores, denotando-se os procedimentos específicos e essenciais para a operacionalização da técnica.

Conceituação

A primeira fase da análise de conteúdo (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021), como não iremos nos delongar, consiste basicamente da revisão de literatura e da elaboração da pergunta de pesquisa. Como a AC é muito flexível e adaptada às necessidades dos pesquisadores, essas etapas são importantes para guiar o restante do desenho da pesquisa, que segue no tópico abaixo.

Desenho da análise de conteúdo

Selecionar a unidade e subunidade de análise

Sendo assim, o uso da análise de conteúdo passa, antes de tudo, pela organização do desenho de pesquisa, o que remete imediatamente para a seleção da unidade amostral e a definição da unidade de análise. A unidade amostral se refere ao material que será de fato analisado, como programas de TV ou rádio, notícias impressas, posts de redes sociais, artigos, teses, documentos gerais, grupos focais, entrevistas etc. Enquanto a unidade de análise (ou unidade de codificação) representa o elemento unitário de conteúdo a ser classificado. Em certos casos, a unidade de análise será idêntica à unidade amostral, quando temos conteúdos mais curtos, como notícias de jornais ou posts de redes sociais, porém, em outros, talvez a unidade amostral seja muito extensa, como um livro, um relatório, uma entrevista, um grupo focal ou simplesmente um vídeo muito extenso. Então, nestes casos, é preciso se definir a unidade de análise, que pode ser, por exemplo, o parágrafo. Isso significa que cada parágrafo do texto será codificado pelas regras da AC. Num grupo focal, a título de exemplo, a unidade de análise pode ser a fala de cada participante, enquanto na entrevista, cada resposta do entrevistado.

Construção do referencial de codificação

A tarefa provavelmente mais importante na análise de conteúdo está justamente na definição de um referencial de codificação. Trata-se de "um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais, e do qual o codificador consegue respostas, dentro de um conjunto predefinido de alternativas (valores de codificação)" (BAUER, 2007, p. 199). Esse referencial de codificação é materializado, então, numa espécie de manual de codificação (*codebook*) ou simplesmente livro de códigos (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 58). Um livro de códigos deve incluir, segundo os autores, ao menos seis componentes básicos:

> categorias e seus códigos; 2) breve descrição; 3) definição completa; 4) regras para quando aplicar os códigos; 5) regras para quando não aplicar os códigos; 6) exemplos. Em resumo, deve conter definições claras, instruções fáceis de serem seguidas e exemplos que não deixem ambiguidade. (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 63-64).

Assim, o livro de códigos (LdC) é um manual de como codificar, enquanto o formulário de codificação (FdC) é uma planilha de dados que será preenchida pelos diferentes codificadores e apresenta espaços apropriados para aplicar os códigos para todas as variáveis medidas. O objetivo de criar um livro de códigos e um formulário de codificação é dar informações mais completas e menos ambíguas para mitigar as diferenças individuais entre os codificadores. Juntos, LdC e FdC devem funcionar sozinhos como o protocolo de análise de conteúdo. Tal detalhamento também é importante para facilitar a validação dos dados da pesquisa em um primeiro momento, e mesmo para fins de replicabilidade[24].

Bauer (2007, p. 202) argumenta que um referencial de codificação é um modo sistemático de comparação, e "embora o *corpus* de um texto esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, a AC interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa".

De acordo com a definição:

> [O] código é a unidade elementar da AC. Ele irá resumir, filtrar ou condensar dados de acordo com os objetivos e com os interesses da pesquisa. Grupos de códigos, por sua vez, são agrupados em categorias, ou seja, unidade analíticas que materializam as questões a serem verificadas. [...] Uma análise de conteúdo será produtiva na medida em que suas categorias forem claramente formuladas e bem adaptadas ao problema de pesquisa e ao conteúdo sendo estudado. (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 58).

Num exemplo bem simples, pesquisadores de comunicação e política verificam se há viés na mídia contra determinados políticos ou partidos, o que chamam de valência. Então, a categoria é "valência", que por sua vez é formada pelos códigos "negativa", "positiva" ou "neutra". Portanto, estando definida a unidade amostral e a unidade de análise, apenas os códigos seriam aplicados e a soma dos mesmos daria o total da categoria valência.

Dito isto, conforme bastante reproduzido pela literatura brasileira, a partir de Bardin (2016), as categorias de uma análise de conteúdo de boa qualidade devem ser: a) exclusivas; b) exaustivas; c) homogêneas; d) objetivas e e) adequadas ou pertinentes. Contu-

24 Um exemplo de livro de códigos de pesquisa anterior está disponível em: https://bit.ly/3KwX3Sn Acesso em 8 mar. 2022.

do, sustenta-se que as duas últimas características (objetividade e adequação/pertinência) somente são exigidas por questão de confiabilidade e validade, respectivamente. De modo que, no que tange especificamente às categorias apenas os três primeiros itens devem ser observados (exclusividade, exaustividade e homogeneidade, nesta ordem de importância).

As categorias precisam ser mutuamente exclusivas, e não podem ter elementos que se sobreponham ou sejam redundantes. Isso significa dizer que cada código contido em uma categoria também é mutuamente exclusivo (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 59-60). Portanto, nenhuma matéria de jornal, por exemplo, pode ter valência negativa e neutra simultaneamente.

Em segundo lugar, as categorias e seus códigos precisam ser exaustivos, ou seja, não pode haver resíduos: todo o conteúdo analisado precisa ser passível de codificação. No nosso exemplo, toda matéria de jornal deve poder exibir uma valência, que será positiva, negativa ou neutra. Em certos casos, para garantir a exaustividade, podemos ainda acrescentar códigos para formar as categorias, como "outros" e "não se aplica", havendo o cuidado deles terem resultados residuais.

Por fim, as categorias precisam ser homogêneas, o que quer dizer, na prática, que cada grupo de categorias deve ser tão diferente quanto for possível de todos os outros grupos, mas cada grupo deve ser homogêneo internamente. Apesar de poder aparecer em diferentes proporções, os códigos "positiva", "negativa" e "neutra" são homogêneos entre si.

Amostragem/construção de *corpus*

A noção de amostra (ou amostragem) apenas se apresentará ao pesquisador quando os recursos disponíveis para se realizar a pesquisa se mostrar insuficientes para analisar a totalidade de unidades da população que se pretende estudar. Quando isso é possível, ou seja, quando a população pode ser devidamente pesquisada em sua totalidade, no lugar de uma amostragem, realiza-se, então, o que se denomina de *censo*. Assim, nas palavras de Neuendorf (2002), amostragem é o processo de se selecionar um subconjunto de unidades para o estudo da população como um todo.

Bauer (2007, p. 196) ressalta, deste modo, que há três problemas com referência à amostragem: sua representatividade, o ta-

manho da amostragem e a unidade de amostragem e codificação. A esse respeito, Krippendorff (2004, p. 112) afirma que se pode dizer que uma amostra é representativa quando "ela leva a conclusões que são aproximadamente as mesmas que aquelas que se alcançaria caso toda a população fosse pesquisada".

Consoante Sampaio e Lycarião, 2021, o problema da representatividade de uma AC deve ser colocado em perspectiva do interesse da pesquisa e que, mais relevante do que se tentar criar uma amostra representativa, é construí-la de modo a tornar possível a existência de resultados significativos para se responder ao interesse da pesquisa. Nesta linha, Bauer (2007) sustenta que a representação, o tamanho da amostra e a divisão em unidades dependem, em última instância, do problema de pesquisa, que também determina o referencial de codificação.

Já em relação ao tamanho da amostra, apesar de Bauer (2007, p. 197) alegar que uma "amostra pequena, sistematicamente selecionada, é muito melhor do que uma grande amostra de materiais escolhidos ao acaso", sempre que possível, do ponto de vista da viabilidade da pesquisa, deve-se privilegiar amostras com mais unidades, mesmo que seja necessário, posteriormente, descartar parte delas por motivo de correção (amostragem estratificada) (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 78). Dito isto, o importante é que método de seleção das unidades deve seguir critérios para a composição da amostra de modo que não enviesem ou privilegiem um resultado ou conclusão de antemão.

O que nos leva às inúmeras e diferentes técnicas de amostragem. De maneira breve e sintética, pode-se dizer que as técnicas de amostragem se dividem em dois grandes grupos: probabilísticas (aleatórias) e não probabilísticas (não aleatórias).

- Técnicas probabilísticas (aleatórias):
  - » Amostragem aleatória simples
  - » Amostragem sistemática
  - » Amostragem por agrupamento
  - » Amostragem estratificada
  - » Amostragem em múltiplos estágios
  - » Amostragem em "bola de neve"
- Técnicas não probabilísticas (não aleatórias):
  - » Amostragem por conveniência

» Amostragem por propósito ou relevância
» Amostragem por cotas (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021).

Por motivos de espaço para desenvolver a descrição e explicação de cada uma das técnicas de amostragem, nos restringiremos a enumerá-las. A grosso modo, ACs qualitativas vão preferir técnicas não probabilísticas e ACs quantitativas vão preferir técnicas aleatórias. Contudo, para maiores detalhamentos sobre acerca do tema, ver Neuendorf (2002); Krippendorff (2004); Riffe et al (2014); Sampaio, Lycarião (2021).

Treinamento dos codificadores

Sampaio e Lycarião (2021) indicam pelo menos um treinamento mínimo para a compreensão dos códigos e das regras de codificação, pois mesmo um livro de códigos exemplarmente elaborado pode gerar dúvidas entre os codificadores, além de se basearem no estudo de Milne e Adler (1999), que evidenciam que o treinamento aumenta a qualidade da codificação.

Dependendo da complexidade de uma variável, é normal que sejam necessários vários testes pilotos e maior tempo de treinamento para atingir o nível de confiabilidade necessária. Os treinamentos devem focar nas divergências de classificação entre os codificadores e na compreensão das razões pelas quais eles discordaram. Neste momento da pesquisa, o referencial de codificação ainda pode ser alterado para aumentar a concordância entre os codificadores. Todas as alterações devem ser registradas no livro de códigos. Enquanto os valores de confiabilidade forem menores do que o índice aceitável, o teste deve ser repetido após nova rodada de treinamentos, ver mais na próxima seção.

Teste de confiabilidade

O teste de confiabilidade é uma etapa vista como vital para a AC ser considerada como uma técnica científica de pesquisa, porém é algo pouco visto nas aplicações brasileiras, o que pode acontecer, possivelmente, por não estar descrito no manual de Bardin (2016). A confiabilidade de uma análise de conteúdo serve para dois princípios básicos. Inicialmente, ela indica que as categorias são passíveis de serem aplicadas por dois codificadores distintos. Em outras palavras,

os códigos não são tão complexos que nunca poderão ser reaplicados por outra pesquisa. Portanto, em primeiro lugar, ela indica a replicabilidade do esquema de codificação aplicado.

Em segundo lugar e não menos importante, o teste de confiabilidade indica que os dois ou mais codificadores da equipe estão codificando de maneira suficientemente similar e não de forma aleatória ou diferente entre si. Ou seja, que não há um viés de classificação de apenas um codificador e que há um padrão suficientemente alto de concordância entre os codificadores na hora de aplicar os códigos e categorias da análise de conteúdo.

Nos testes de confiabilidade, todos os codificadores codificam exatamente o mesmo material, de forma independente, com uma amostra aleatória e representativa do corpus a ser estudado. A comparação entre os resultados dos codificadores é submetida a um índice de confiabilidade para cada categoria. Os mais famosos são o pi de Scott, o Kappa de Cohen, o Kappa de Fleiss e o alpha de Krippendorff, sendo este o mais recomendado, conforme Sampaio e Lycarião (2021). De forma resumida, se o resultado no índice for superior a 0.667 em todas as categorias testadas[25], o teste passou.

A maioria dos softwares utilizados em Análise de Conteúdo, já possui pacotes para a realização dos testes de confiabilidade (NVivo, SPSS, Stata e R), entretanto, Sampaio e Lycarião (2021) recomendam o uso da página online de Deen Freelon (FREELON, 2013)[26], que é bastante simples e acessível para todos os pesquisadores.

Quando o teste de confiabilidade for bem-sucedido, a análise poderá começar em si. Caso o teste falhe, recomenda-se novos treinamentos e mesmo alterações no livro de códigos. Ao se iniciar a codificação final, o livro de códigos não pode ser mais alterado.

Condução da codificação em si

Como já ficou claro, a análise de conteúdo científica se preocupa em ter boas categorias e um nível adequado de concordância de como aplicar as categorias *antes* da codificação em si. Essa é, pro-

25 Como reforçado ao longo do capítulo, a análise de conteúdo deve ser, preferencialmente, realizada por dois ou mais codificadores. Caso isso não seja possível, Sampaio e Lycarião (2021) recomendam o uso de um teste de estabilidade. Ou seja, o mesmo codificador repete a codificação dos mesmos excertos, mas com alguma separação temporal e aí compara os dois resultados, como se tratasse de um teste de confiabilidade. Os autores então sugerem que o resultado seja igual ou superior a 0.9 para ser considerado aprovado.
26 https://bit.ly/3t3jsAV. Acesso em 8 mar. 2022.

vavelmente, a principal diferença para a análise qualitativa temática, que faz a codificação do material e depois se preocupa em formas de validar essa classificação (FLICK, 2009; YIN, 2016).

A esta altura, como já dito, o livro de códigos não pode mais ser alterado, para fins de replicabilidade. O corpus obtido pela amostra pode ser dividido de forma igualitária entre os codificadores, pois o teste de confiabilidade já garante que os mesmos estão codificando de forma suficientemente similar para os padrões exigidos pela literatura internacional. Suponhamos que fossem 400 matérias para ser codificada a valência e temos quatro codificadores (e todos passaram pelo teste de confiabilidade), cada um pode codificar 100 matérias distintas então e o pesquisador principal apenas reúne o resultado geral posteriormente.

Uso de softwares

Atualmente, existem mais de 25 programas para análise qualitativa (Computer *Assisted Qualitative Data Analysis Software* ou CAQDAS), a exemplo de NVivo, Atlas.ti, MAXQDA, WEBQDA e tantos outros (ver DRISKO, MASCHI, 2016; FLICK, 2009; MAYRING, 2014; YIN, 2016; para uma revisão do uso dos CAQDAS em análises qualitativas pela pesquisa brasileira, ver PAULA, VIALI, GUIMARÃES, 2016). Então, se análise de conteúdo é qualitativa, recomendamos que todo o livro de códigos seja montado no referido software e que a aplicação se dê pelos códigos que formam as categorias (se bem executado, o software já irá juntar os resultados dos códigos nas respectivas categorias), sendo aplicado diretamente às unidades de análise já definidas anteriormente. Note que neste caso, não há necessidade de um formulário de codificação, como apresentado anteriormente.

Por sua vez, caso a AC seja quantitativa, temos vários softwares já consolidados no mercado para sua realização, que funcionarão como o formulário de codificação, a exemplo de Excel, Sphinx, Stata, SPSS, Tableau etc. Neste caso, recomendamos que as categorias sejam numeradas assim como os códigos que a formam. No nosso exemplo da análise de valências, poderíamos definir os códigos como (1) negativa; (2) neutra e (3) positiva. Nos referidos softwares, cada linha será um caso (no exemplo, uma matéria de jornal) e cada coluna será uma categoria, na qual seria preenchido apenas o número do código que melhor representa a matéria em questão. Neste caso,

note-se que se perde a conexão entre o texto e a codificação. Uma solução é montar um banco de dados que também inclua os textos originais (mesmo que na forma de URLs)[27].

É possível hoje em dia utilizar vários programas disponíveis gratuitamente na internet, fáceis de aprender sem necessidade de conhecimentos prévios, que reduzem o custo da pesquisa. O aprendizado de linguagem de programação – seja *R* ou *Python* – proporciona autonomia, ampliação da capacidade de coleta e da análise estatística dos resultados.

Interpretação

Caso o foco da AC seja qualitativo, esta é a hora de adentrar os conteúdos codificados e os explorar de maneira mais detalhada e minuciosa. O uso de softwares de análise qualitativos já dará as frequências simples dos códigos e categorias, ou seja, o quanto eles apareceram ou não. O pesquisador deve decidir se os utiliza ou não, porém a simples utilização de frequências ou porcentagens não torna a AC quantitativa. A exploração minuciosa, qualitativa de falas e/ou trechos é que guiará a análise de maneira geral.

Por outro lado, se estamos tratando de uma AC quantitativa, podemos facilmente considerar as categorias como as variáveis e aplicar testes estatísticos de acordo com nossos desejos (que podem ser desde, simplesmente, cruzar certas variáveis a testar hipóteses), a exemplo de qui-quadrado, testes de resíduos padronizados, Anova, Correlação de Pearson, entre outros. Porém, mais importante do que "saber rodar um teste estatístico, é reconhecer a adequabilidade de tal teste ao contexto da pesquisa e ter a capacidade de interpretar tais resultados de modo consequente e significativo" (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021). Geralmente, os resultados de tais testes irão ajudar fundamentalmente na interpretação dos resultados de uma AC quantitativa.

Independentemente da abordagem, o analista de conteúdo, a partir do tratamento de "vestígios" dos fenômenos, tem como intenção a inferência, vulgo interpretações, conexões ou deduções de maneira lógica. O fundamento reside na articulação entre a superfície dos textos descrita e analisada, e os fatores que determinaram estas características. Procura-se estabelecer uma correspondência entre

27 Um exemplo de banco de dados preenchido de pesquisa anterior: https://bit.ly/37jGr2d. Acesso em 8 mar. 2022.

estruturas semânticas e estruturas sociológicas/psicológicas. Portanto, a noção de inferência é vital à análise de conteúdo, afinal o pesquisador usa de construtos analíticos para se mover do texto para as respostas das questões de pesquisa. O objetivo é traduzir em quantificações conceitos abstratos a partir de interpretações de construções linguísticas. É neste momento que o contexto (teórico, conceitual, histórico etc.) da análise e/ou da produção do conteúdo surge como aliado para uma análise mais aprofundada e sofisticada[28].

Em seguida, a interpretação dos resultados é a parte que talvez seja mais desafiante para o analista de conteúdo. Krippendorff (2004) afirma que é possível fazer inferências em termos de: a) extrapolações - tendências, padrões, diferenças; b) identificação, avaliações e julgamentos de padrões; c) índices; d) representações linguísticas; e) conversações; f) processos institucionais.

Segundo Bardin (2016), é possível analisar os resultados partindo de diferentes dimensões. Pode-se analisar o material segundo as atitudes de avaliação subjacentes (temas favoráveis, neutros ou negativos), orientar-se por estruturas de encadeamento de associação (palavra indutora e induzida) ou analisar os resultados em função de variáveis externas aos locutores (eg. nível sociocultural).

Validação dos dados

Segundo Krippendorff (2004), concluídas as inferências e as interpretações, é o momento de reportá-los adequadamente em produto científico. O resultado da pesquisa precisa atingir critérios de validade, confiabilidade e replicabilidade. Porém, a validade tende a ser inversamente proporcional à confiabilidade (Sampaio; Lycarião, 2019). Quanto mais simples o parâmetro (i.e., código), mais fácil de ser aplicado e reproduzido, e menos representa o fenômeno (validade). Segundo os autores, "a melhor avaliação da validade ocorre de forma transacional. [...] o mais recomendável é que o próprio campo científico no qual a pesquisa se insere seja justamente o melhor árbitro para avaliar a validade do estudo em tela." (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 111). Ainda, pode-se afirmar que:

> A validade da AC deve ser julgada não contra uma 'leitura verdadeira' do texto, mas em termos de sua fundamentação nos

28 Aqui, temos, provavelmente, a maior diferença entre a AC e análise do discurso. Nesta, o contexto é parte inerente da aplicação da técnica enquanto na AC ele só ganha força na análise dos resultados já obtidos. Em outras palavras, a análise de conteúdo frequentemente não vai além do conteúdo durante a codificação.

> materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa. Um *corpus* de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém. A AC não é exceção; contudo ela traça um meio caminho entre a leitura singular verídica e o 'vale tudo', e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social. (BAUER, 2007, p. 191).

Finalmente, para garantir a replicabilidade do estudo, é preciso tornar acessível o material analisado, o livro de códigos aplicado e o banco de dados preenchido. Recomenda-se para tanto o uso de repositórios institucionais online.

Conclusão

Há indicativos de que a análise de conteúdo brasileira é excessivamente baseada em Bardin e que apresenta baixa qualidade, sendo pouco assentada em princípios científicos. Este capítulo buscou dar uma contribuição a essas lacunas ao apresentar um modelo de aplicação de AC que não é baseado na autora e que cumpre os principais requisitos de confiabilidade, replicabilidade e validade, esperados de uma técnica de pesquisa científica.

Referências

ALVES, Maria Teresa. Análise de conteúdo: sua aplicação nas publicações de contabilidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 3, p. 146-166, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977], 2016.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer, M.; Gaskell, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som***: um manual prático*. Petrópolis, Editora Vozes, 2007, p. 189-217.

CAVALCANTE, Ricardo, CALIXTO, Pedro, PINHEIRO, Marta. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014.

DESLANDES, Suely; IRIART, Jorge. Usos teórico-metodológicos das pesquisas na área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde.

Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n. 12, p. 2380–2386, 2012.

DRISKO, James; MASCHI, Tina. **Content Analysis**. Pocket Guides to Social Work Research Methods. Oxford: Oxford University Press, 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed editora, 2009.

FRANCO, Maria. ***Análise de conteúdo***. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREELON, Deen. ReCal OIR: Ordinal, interval, and ratio intercoder reliability as a web service. International Journal of Internet Science, v. 8, n. 1, p. 10-16, 2013.

GOMES, Almiralva; BOCKORNI, Beatriz; SANTOS, Aline; NASCIMENTO, Kelliane. As contribuições da Análise de Conteúdo e do Discurso para os estudos em Administração. **Revista Foco**, Guarulhos, v. 13, n. 1, p. 146–170, 2020.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis**: an introduction to its methodology. Londres: Sage, [1980] 2004.

MAYRING, Philipp. **Qualitative content analysis**: theoretical foundation, basic procedures and software solution. Klagenfurt, 2014. Disponível em: https://bit.ly/3vR6vMi. Acesso 8 mar. 2022.

MILNE, Markus; ADLER, Ralf. Exploring the reliability of social and environmental disclosures content analysis. **Accounting, Auditing & Accountability Journal***,* v. 12, n. 2, p. 237-256, 1999.

MOZZATO, Anelise; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, 731-747, 2011.

NEUENDORF, Kimberly. **The content analysis guidebook**. Londres: Sage, 2002.

PAULA, Marlúbia; VIALI, Lorí; GUIMARÃES, Gleny. A Pesquisa Qualitativa e o uso de CAQDAS na análise textual: levantamento de uma década. **Internet Latent Corpus Journal,** v. v. 6, n.2, p. 65-78, 2016.

RIFFE, Daniel; LACY, Stephen; FICO, Frederick. **Analyzing media**

messages: using quantitative content analysis in research. Londres: Routledge, 2014.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 31-47, 2018.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes; CODATO, Adriano; MARIOTO, Djiovanni.; BITTENCOURT, Maiane; NICHOLS, Bruno. (2019) Uma técnica parada no tempo? Mapeamento da produção científica baseada em análise de conteúdo na SciELO Brasil (2002-19). **Preprint SciELO**. Disponível em: https://bit.ly/3sTvHQb. Acesso em 8 mar. 2022.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. (2021) **Análise de conteúdo categorial***:* manual de aplicação. Brasília: Enap. Disponível em: https://bit.ly/3MzN1BO. Acesso em 8 mar. 2022.

SILVA, Andressa; CUNHA, Daniele; GASPARY, Eliana; MOURA, Gilnei; FIGUEIRA, Kristina; HÖRBE, Tatiane. Análise de conteúdo: fazemos o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, v. 11, n. 1, p. 168–184, 2017.

YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. São Paulo: Penso Editora, 2016.

3. O SOFTWARE IRAMUTEQ E A PESQUISA QUALITATIVA: uma abordagem prática

Everton Silveira[29]

Introdução: pesquisa e beleza

Princípio inspirado na leitura de um texto que encontrei na internet intitulado "entre a pesquisa, a ciência e a beleza" de autoria de Herculano Rezende, 2016[30], em que o autor se questiona quanto àpossível existência de diferenças entre pesquisa e ciência. Para ele a primeira "geralmente é definida como o processo sistemático e metódico de avaliar (observar) os fenômenos da natureza, seja através de modelos experimentais ou por observação direta do processo" ao passo que a segunda "assume tom menos rígido, estético, articulável, constantemente flertando com o campo metafísico do pensamento".

Herculano realça que em sua definição "*pesquisa é o ato ou efeito de pesquisar, ou série de atividades dedicadas a novas descobertas, ou investigação detalhada, ou até conjunto de exames de laboratório*". Já compreende que ciência, a seu turno tem por acepção: "*observação e classificação dos fatos inerentes a um determinado grupo de fenômenos, ou ainda, o saber adquirido pela leitura e meditação, ou também, conjunto de conhecimentos humanos , ou ramo específico do conhecimento, caracterizado por seu princípio empírico e lógico*", dentre outro.

O que se percebe ao ler a íntegra do ensaio acima é uma busca apaixonada do autor por buscar algo na produção científica que transcende o processo de estabelecer métodos vazios de sentido na perspectiva de busca de uma verdade, muito pelo contrário, o processo de pesquisa deve enaltecer o belo ainda que lhe possa vir a faltar todas as provas necessárias a priori, pois estas, possivelmente serão reveladas se o belo vier primeiro.

Ao articular esta ideia me ocorreu fazer uma modesta contribuição com meus colegas pesquisadores, que assim como eu,

29 Licenciado Ciências Físicas e Biológicas pela FAPA, Licenciado em Matemática pela FAPA, Mestre em Letras pela UNIRITTER, Doutorando em Serviço Social pela PUCRS.
30 https://universoracionalista.org/comentario-entre-a-pesquisa-a-ciencia-e-a-beleza/ . Acesso: 03 abr 2022.

buscam a verdade, a prova, as conclusões, mas não somente isso, querem produzir e contemplar a arte enquanto exercitam a ciência, experimentam, criam hipóteses, avaliam, ponderam, concluem, generalizam, querem mostrar ou dar sentido a elementos relegados, esquecidos, escondidos ou negligenciados e para esta finalidade venho conversar um pouco sobre um software chamado Iramuteq. Conforme exprime a página[31] de apresentação do programa, o Iramuteq é um software livre distribuído sob os termos da licença GNU GPL(v2) que permite realizar análises estatísticas em corpora de texto e em tabelas individuais/caracteres. O programa é baseado no software R (www.r-project.org) e na linguagem python (www.python.org). Ele reproduz o método de classificação descrito por Reinert (1983, 1991) (Classificação Hierárquica Descendente em uma tabela cruzando formulários preenchidos e segmentos de texto); busca por especificidade a partir de segmentação definida; estatísticas de texto clássico; análise de similaridade nas formas completas de um corpus recortado em segmentos de texto.

Como tantos, o Iramuteq é um programa computacional apoiado no R, uma linguagem de computação, que tem por objetivo auxiliar pesquisadores que trabalham com textos e questionários em pesquisas acadêmicas, dentre outras, assim, as apresentações dos resultados que se obtém pelas diversas operações que ele realiza constituem elementos de fundamental importância para a análise as quais dão pistas significativas para que o pesquisador possa chegar à verdade procurada, sem perder de vista a beleza dos gráficos, arranjos e combinações, alguns, pela minha ótica, se constituem em verdadeiras obras de arte, teóricas e visuais.

Na condição de pesquisador, percebo o quanto é trabalhoso e complexo o trabalho de coleta, organização, escolha, sistematização, processamento e análise de dados, sobretudo se estes forem tratados de forma absolutamente artesanal, contudo, sendo um usuário, ainda que inicial, do Iramuteq, já pude perceber os benefícios em utilizá-lo além de obter a partir dele recursos que me auxiliaram em diferentes momentos de minha caminhada na vida acadêmica, sobretudo em pesquisas de cunho qualitativo.

Compreendo que a ciência e sua beleza caminham juntos e o Iramuteq oferecer a interseção entre elas. Com a gama de recursos que o software apresenta e pode ser aproveitado, outros tantos pes-

31 Disponível em http://iramuteq.org/

quisadores ou estudantes poderão vir a trabalhar com esse recurso de mineração e análise de dados, tanto em pesquisa quantitativas, qualitativas ou que articulam ambas e produzem novas belezas na ciência.

Ao se definir as abordagens de investigação, se qualitativa ou quantitativas, o primeiro olhar recai sobre o objeto a ser estudado para assim se compreender qual é a alternativa mais pertinente a ser utilizada pelo pesquisador. Quanto à abordagem qualitativa esta tem seu acento em interpretações de situações retiradas do contexto; lida com realidades sociais, já a quantitativa tem sua fonte na estatística para a explicação de dados.

Conforme recém mencionado a pesquisa quantitativa tem por referência as realidades vivenciais nas quais se inserem o processo de coleta de dados do qual, frequentemente, faz parte o próprio participante da pesquisa o que faz com que esta abordagem seja normalmente indutiva, como salienta Nunes 2017:

> Na pesquisa qualitativa, as questões e procedimentos emergem do próprio contexto onde ela se insere, a coleta dos dados é comumente realizada no ambiente do participante, a análise dos dados é construída indutiva- mente a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações sobre o significado dos dados são feitas pelo pesquisador. (NUNES *et al.,* 2017)

O que suscita compreender que há, dentre os elementos que compõem a pesquisa qualitativa, uma proeminência sobre as subjetividades ao tratar do complexo estudado, além disso, é também do escopo desta pesquisa conter uma estrutura versátil, ou seja, serve a um estilo de pesquisa que se volta para o sujeito e suas contingências. Há nesta abordagem a utilização de procedimentos, estratégias e métodos de coletas por meio de entrevistas, grupos focais, questionários dentre outros.

O Iramuteq e sua relação com a pesquisa qualitativa

O processo de análise textual se refere a uma forma específica de análise que visa se aprofundar em materiais verbais que foram produzidos de forma verbal e em seguida transcritos por meio de diferentes recursos e são comumente utilizados como fontes em pesquisas de diferentes áreas e níveis de ensino, citando Nascimento; e Menandro (2006), Camargo e Justo enfatizam que a análise tex-

tual trata *especificamente da análise de material verbal transcrito, ou seja, de textos produzidos em diferentes condições tais como: textos originalmente escritos, entrevistas, documentos, redações etc., fontes usadas tradicionalmente em Ciências Humanas e Sociais*. Eles ampliam assegurando que:

> Por tratar-se de dados que são compostos essencialmente pela linguagem, os mesmos mostram-se relevantes aos estudos sobre pensamentos, crenças, opiniões – conteúdo simbólico produzido em relação a determinado fenômeno (CAMARGO; JUSTO, 2013)

Cabe destacar que ao se produzir análises de dados textuais ou lexicais a busca é por integrar a análise qualitativa com a quantitativa num processo contínuo de operações que vá qualificando os dados e informações à medida em que se alcança dados estatísticos sobre variáveis.

Interessante constatar que se encontra num software de análise textual, o Iramuteq[32], exatamente esse tipo de análise de dados e por isso o interesse de trazer este ferramental ao serviço de uma pesquisa qualitativa que é tão comum das ciências humanas e que, por diversas razões, mas sobretudo em função da fidelidade ao fenômeno ou ao que ele corresponde ou mesmo ao discurso e ao texto, comumente é realizada de maneira artesanal, oferecendo um grande desafio ao/à pesquisador/a de reunir e sistematizar grandes volumes de dados, após colhê-los e selecioná-los e depois, processá-los, analisá-los. Concordo com a explicação de Camargo e Justo (2014) quando discutem que na área da educação e das ciência humanas

> O objeto de estudo envolve o homem e os fenômenos relativos a ele. Nesse contexto, muitas vezes não é possível, ou produtivo pesquisar a partir de modelos estabelecidos a priori, com ferramentas que visam a mensuração objetiva dos fenômenos, tal qual se dá nas ciências exatas e naturais. São de extrema validade aos estudos científicos dentro das humanidades os dados qualitativos, ou seja, aqueles dados que não são objetivamente mensuráveis e que tenham como parte mais importante o seu significado, os quais podem ganhar sentido através do olhar interpretativo do pesquisador. (JUSTO; CAMARGO, 2014)

32 O IRAMUTEQ é um software gratuito e desenvolvido sob a lógica da open source, licenciado por GNU GPL (v2). Ele ancora-se no ambiente estatístico do software R e na linguagem python (www.python.org).

Contudo, ainda que se compreenda que a pesquisa qualitativa tenha fundamento na interpretação, entende-se também, mesmo porque essa se apoia numa séria de dados estatísticos, em estudos etnográficos, estudo de caso, em frequência de dados, hierarquia de informações, dentre outros, o que a ancora estreitamente com processos quantitativos e lembro que Justo e Camargo(2014), ao citar Bauer, 2012, reforçam essa ideia quando afirmam que

> embora se considere que os estudos qualitativos sejam necessariamente interpretativos, sabe-se que em última instância não há análise estatística sem interpretação, Por mais que os dados tenham sido processados e se chegue a modelos estatísticos sofisticados, eles por si mesmo nada falam, necessitando da interpretação da dor, e nesse sentido não se distanciam radicalmente dos dados qualitativos (BAUER et al., 2013).

Há múltiplos motivos para se incluir ou não na pesquisa qualitativa recursos da pesquisa quantitativa, sem que se perca a riqueza e a grandeza ou mesmo a aura de sua natureza e, para aquele/a pesquisador/a que compreende assim, ou que se dispõe a produzir um estudo que se conduza nessas condições, a utilização de computadores tem avançado em análises de dados o que tem proporcionado primorosas análises lexicais, que se constituem em importantes aliados nos estudos realizados. Conforme Camargo e Justo

> Os computadores contribuíram ao aprimoramento das análises de dados como um todo e propiciaram também no aprimoramento das análises lexicais. Como a unidade de análise é o vocabulário diretamente envolvido na produção textual, a sistematização dos dados pode ser em grande parte processada por pacotes específicos de análise de dados, os quais têm a capacidade processar grandes volumes de texto em um curto espaço de tempo, fornecendo ao pesquisador informações diversas, as quais poderão ser interpretadas. (JUSTO; CAMARGO, 2014)

O uso do software vem em auxílio da pesquisa qualitativa, sem prescindir do papel e do árduo trabalho do/a estudante ou pesquisador/ra, antes o contrário, é ele/a quem determina o curso que o software deverá dar às operações automáticas a serem empregadas e a seleção e arranjo dos dados após essa primeira fase. Compreende

também a função do/a pesquisador/ra analisar os resultados obtidos, submetendo-os a testes e, posteriormente, levando-os às análises, de acordo com o objeto determinado bem como os objetivos do estudo.

Dado o exposto, posso inferir que a utilização de um software como é o Iramuteq, voltado à mineração textual e análise de dados textuais figura-se como um potente facilitador que age como recurso a serviço do/a pesquisador/a que pretende fazer uso tanto de dados quantitativos quanto qualitativos ou dos dois em diálogo. Função esta que tem sido utilizada por vários/as pesquisadores/as nos estudos da área de Ciências Humanas e Sociais sobretudo quanto esses implicam corpus de denso volume de material a ser analisado.

A palavra Iramuteq é um acrônimo de Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (Interface de R para análises multidimensionais de textos e questionários). É um software livre que está ancorado ao pacote estatístico R[33] com vistas a análises de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. Este software foi desenvolvido Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (LERASS) da Universidade de Toulouse e distribuído sob a licença GNU GPL v2. Ele está baseado no método de classificação de Max Reinert. Sua principal função
é realizar mineração de dados em textos e através dela realizar análises quantitativas do corpus linguísticos por meio de estatísticas textuais clássicas, pesquisa de especificidade de grupos, classificação hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras

Assim o software Iramuteq se destaca por apresentar no processo de mineração textual que diversas modalidades de análise de dados textuais que vão desde as mais simples como a lexicografia básica, que compreende o cálculo de frequência de palavras chegando às análises multivariadas que são compreendidas pela CHD - classificação hierárquica descendente, análises de similitude.

De acordo com Camargo e Justo (2013), nas análises lexicais clássicas o programa identifica e reformata as unidades de texto. Assim ele

33 R é uma linguagem de programação multi-paradigma orientada a objetos, programação funcional, dinâmica, fracamente tipada, voltada à manipulação, análise e visualização de dados. Foi criado originalmente por Ross Ihaka e por Robert Gentleman no departamento de Estatística da Universidade de Auckland, Nova Zelândia. Atualmente é mantido por uma comunidade de colaboradores voluntários[3] que contribuem com código fonte da linguagem e com a expansão de funcionalidades por bibliotecas.O nome R provém em parte das iniciais dos criadores (Ross e Robert) [4] e também de um jogo figurado com a linguagem S (da Bell Laboratories, antiga AT&T). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/R_(linguagem_de_programa%C3%A7%C3%A3o), em 01.04.2022, às 6h.

> Transforma as Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de hapax (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares. (CAMARGO; JUSTO, 2013)

Os autores ainda afirmam que nas análises de especificidades, é possível associar diretamente os textos do banco de dados com variáveis descritoras dos seus produtores e que é possível analisar a produção textual em função das variáveis de caracterização.

> Trata-se de uma análise de contrastes, na qual o *corpus* é dividido em função de uma variável escolhida pelo pesquisador. Por exemplo, é possível comparar a produção textual de homens e mulheres em relação a determinado tema. (CAMARGO; JUSTO, 2013)

Ainda conforme estes autores, com relação ao método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) proposto por Reinert (1990) e utilizado pelo software ALCESTE classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas. Segundo eles

> Esta análise visa obter classes de UCE que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes. O IRAMUTEQ também fornece outra forma de apresentação dos resultados, por meio de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD (Análise Pós-Fatorial) que representa num plano cartesiano as diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD. A interface possibilita que se recuperem, no corpus original, os segmentos de texto associados a cada classe, momento em que se obtém o contexto das palavras estatisticamente significativas, possibilitando uma análise mais qualitativa dos dados. (CAMARGO; JUSTO, 2013)

Já com relação à análise de similitude Camargo e Justo (2013) versam que ela está fundamentada na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz in-

dicações da conexidade entre elas, auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (Marchand & Ratinaud, 2012). Eles ainda realçam que a nuvem de palavras, ela

> as agrupa, as organiza graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus*. (CAMARGO; JUSTO, 2013)

Cabe frisar que estas análises podem ser realizadas tanto a partir de um grupo de textos a respeito de uma determinada temática (*corpus*) reunidas em um único arquivo de texto, como a partir de tabelas com indivíduos em linha e palavras em coluna, organizadas em planilhas.

A par destas considerações se pode estabelecer um importante paralelo entre os tipos de operações que são realizadas pelo Iramuteq que parte de segmentos de textos e os classifica de acordo com seus vocábulos e seu conjunto é repartido a partir de sua frequência em formas reduzidos formando as classes com o que propõe Bardin ao segmentar o material de análise a partir de unitarizações chegando até as categorias finais.

Iramuteq – versatilidade e adaptabilidade

Salvaguardadas as peculiaridades analíticas, a base de segmentação textual do Iramuteq segue os pressupostos oferecidos pelos referenciais da análise de discurso, análise de conteúdo e análise textual discursiva. Ao utilizar cada uma delas, existem diferentes maneiras de emprego, assim há liberdade por parte do pesquisador em "customizar" a forma com que se utilizará os dados e informações gerados a partir do Iramuteq.

Em Laurence Bardin, que é uma das principais referências na análise de conteúdo, autora que, inclusive incorpora o rol de referências que sustentam as bases de análise do Iramuteq, se possui importante arcabouço teórico que dá corpo e densidade a argumentação que justifica a pertinência e a importância do uso do computador e de softwares como esse nas análises qualitativas de textos e

outros conteúdos. Bardin é precursora na elaboração teórica e prática a respeito do uso de computadores como recurso auxiliar na organização e tratamento de dados na análise de conteúdo. Bardin (1977) expressa que:

> Nos anos 1960 e início dos anos 1970, três fenômenos primordiais afetam a investigação e a prática da análise de conteúdo. O primeiro é o recurso ao computador; o segundo, o interesse pelos estudos que dizem respeito à comunicação não verbal e o terceiro é a inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos ,(BARDIN, 1977)

Com o exposto a autora elucida que um dos principais elementos que corroboram com a expansão e desenvolvimento do uso da técnica de análise de conteúdo está interligada com a possibilidade do uso do computador no processo de estudo do texto, e ela ainda conta que:

> O primeiro cérebro eletrônico nasceu em 1944; em 1960 surge "a segunda geração de computadores, graças aos transistores, à qual se sucede rapidamente a terceira geração, em 1966, com os circuitos integrados. Atualmente, fala-se já da quarta geração. (BARDIN, 2011)

A autora reforça que a importância do uso do computador está em sua capacidade de tratar as informações e permitir assimilar com rapidez uma quantidade de dados de que seria impossível de forma manual e permite ainda testes estatísticos que antes eram impraticáveis para a análise de conteúdo. Ela ainda reforça que

> o uso do computador tem consequências nas questões privilegiadas da análise de conteúdo. O computador tem a oferecer novas possibilidades, mas a realização de um programa de análise exige um acréscimo de rigor em todas as fases do procedimento. [...] Uma vez que permite apurar a contagem por frequência, [...] ponderação ou a distribuição das unidades de registro, assim como a ultrapassar a dicotomia análise quantitativa x análise qualitativa. (BARDIN, 2011)

A importância do uso dos computadores na análise qualitativa está intimamente ligada aos propósitos e funcionamento das técnicas

que são realizadas por meio do método de dedução frequência ou análise por categorias temáticas. Nestas técnicas a dedução frequencial trata de promover a enumeração da ocorrência de um mesmo signo linguístico que se repete com frequência chegando até as descrições numéricas bem como ao tratamento estatístico.

Quanto à análise por categorias temáticas esta possui diferentes significações que são detectadas pelo codificador e demonstradas através de indicadores a eles vinculados. É um tipo de análise que funciona por meio de operações que vão desdobrando o texto em unidades de texto, estas em categorias de acordo com reagrupamentos analógicos.

Para utilizar de forma mais adequada o Iramuteq assim como qualquer outro recurso que tenha potencial de auxiliar no trabalho de análise que se procura impetrar num determinado material é fundamental, primeiramente, estabelecer os objetivos que se almejam alcançar do estudo como um todo e, de maneira especial, com o recurso que se está utilizando.

Após estabelecidos os objetivos do estudo, a primeira fase da análise é a coleta dos dados, sejam elas textuais, documentais ou entrevistas. Estes assim que selecionados devem passar por um tratamento que é dado pelo/a pesquisador/a, que faz aí suas primeiras escolhas, traduções, acréscimos ou supressão, quando couber ao material que será, posteriormente, analisado, segundo o referencial teórico orientador da pesquisa. Feitas estas primeiras escolhas, se constitui o *corpus* de análise que servirá à pesquisa propriamente dita.

Para ser utilizado no Iramuteq o corpus precisa também ser preparado de acordo com o parâmetros textuais utilizados pelo software conforme descreve o seu manual, Salviati (2017) diz:

> Salvamento do texto no formato UTF-8, word, Gravação do corpus. [...] Deve-se obedecer às seguintes regras: a) Sinais proibidos: aspas; apóstrofo; cifrão; porcentagem; asterisco; reticências; travessão; negrito, itálico, grifo e outros sinais similares; recuo de parágrafo, margens ou tabulações do texto; justificação do texto. b) Pontuação permitida: ponto; dois pontos; vírgula; interrogação e exclamação. c) Formatação de texto todo corrido, sem mudança de linha. d) Uso de maiúsculas só para nomes próprios. e) Palavras compostas devem ser unidas por underline, mesmo aquelas unidas ortograficamente pelo hífen. f) Padroni-

> zação das siglas e nomes próprios para obedecer sempre mesma grafia. g) Revisão gramatical do português, corrigindo-se grafia e concordância. h) Complementação de todas as frases incompletas: cada frase deve encerrar um sentido completo e não deve possuir palavras subentendidas. Complementar com as palavras necessárias, sem modificar o sentido. Se necessário, reexaminar o texto original para escolher as palavras adequadas. Caso haja impossibilidade de completar determinadas frases, elas deverão ser eliminadas. i) Eliminação de expressões sem necessidade, tais como: Ahh, Uhmm, né, tá. j) Eliminação de frases não condizentes com o assunto tratado. (Salviati 2017, p.16)

Um dos principais objetivos da preparação do material textual é sua transformação linguística que oferece condições ao/à estudante ou pesquisador/a em poder codificar e categorizar esse material com vista a que encontre os resultados esperados, além disso, garante a sua padronização e equivalência.

Conforme mencionado por Saliati (2017), assim que preparado o texto, este passa ser codificado, utilizando a mineração temática que unitariza o *corpus* em segmentos textuais, os mesmos são transformados numa sequência de fragmentos menores que passam a ser aproximados tanto por operações semânticas quanto por frequência em quadrantes de aproximação que geram as classes, na denominada Classificação Hierárquica Descendente.

Nesta fase reside um dos principais benefícios do tratamento do texto que seria realizado de forma manual com vistas a oferecer ao analista os elementos para sua análise, que normalmente são operações demoradas e trabalhosas e que, com o uso do computador e do software acontece de maneira automática.

Pode-se abeirar-se das operações internas realizadas pela máquina ao que está preconizado pela teoria de suporte do exame textual, ou seja, promovendo a transformação dos dados brutos primários em recortes de texto; aqueles que indicam relevância para análise; e a partir destes, selecionar as unidades de registro e as unidade de texto, seguida da enumeração que se constitui no modo de se contar e, por fim, chegar-se a agregação empenhada pelo analista no sentido de formar as categorias, a partir dos sintagmas[34].

34 Unidade sintática da estrutura linguística, formada por uma ou várias palavras, em que existe um elemento determinado e outro determinante, subordinados entre si, que, de acordo com seu núcleo, desempenha uma função diferente na frase. https://michaelis.uol.com.br/ Acesso: 11 abr 2022.

O computador, por sua vez, promove análises lexicais, conforme descrito anteriormente, por meio da identificação de *Unidades Contexto Iniciais* (UCI) e as transforma em Unidades de Contexto Elementares (UCE), nas quais identifica a frequência média das expressões e a quantidade de hápax.

Na sequência, o programa realiza uma pesquisa dos vocabulários e reduzindo o material com a utilização dos radicais das palavras, além disso promove análise de especificidades em que associa diretamente os textos do banco de dados com variáveis e descritoras de seus produtores, tornando assim possível analisar a produção textual em função das variáveis de caracterização. Isto se refere a uma análise de contrastes, nela o *corpus* em função da variável escolhida.

Na Classificação Hierárquica Descendentes (CHD) o programa classifica os segmentos de texto a partir de seus respectivos vocábulos e o conjunto destes, por sua vez, é repartido a partir de sua frequência em suas formas reduzidas, assim ocorre a lematização. Dessa maneira, obtêm-se as classes que apresentam vocábulo semelhante entre si e os vocabulários diferentes de outras classes.

Estas considerações demonstram que as operações realizadas pelo computador com o uso do Iramuteq têm estreita intimidade com as técnicas de análise qualitativas e, para além disso, destaca a importância, relevância e competência que o processo encerra bem como sua fidelidade à técnica de análise escolhida, no sentido de estar alinhado a esta o que torna o trabalho do/a pesquisador/a tão confiável, ou até mais, do que se tivesse realizado todo o trabalho manualmente.

Num próximo trabalho, com mais fôlego, caberia realizar testes para aprofundar as diferentes interconexões que se infere existir entre o Iramuteq e a múltiplas técnicas de análise qualitativas. Contudo, o que ambiciona este capítulo é promover e destacar as muitas aproximações já sagradas pelo uso e os benefícios que podem ser obtidos pela utilização desse recurso bem como sua versatilidade e adaptabilidade a diferentes metodologias de análise de material textual.

Alguns robustos recursos do software

Destaco alguns resultados apresentados pelo software e que são absolutamente relevantes para que se construam as análises e que ocorrem de forma automática pelo seu uso o que ocorre em poucos minutos. Outra vantagem é que quaisquer alterações nas variáveis,

são reprocessadas e os resultados saem em instantes. Cito a seguir algumas das decorrências, que conforme o manual do Iramuteq, Salviati (2017) podem ser obtidos

> Resumo; Actives Formes; SupplementaryFormes; Total; e Hapax. Na aba Resumo, encontra-se o diagrama de Zipf, Figura 01, que apresenta um gráfico que ilustra a distribuição de frequência das palavras no *corpus*. Traz também as seguintes informações:
>
> a) Número de textos: é o número de textos (registros) contidos no *corpus*. No caso, por exemplo, de artigos de jornal, seria o número de artigos. Já no caso de entrevistas seria no número de entrevistas realizadas.
>
> b) Número de ocorrências: é o número total de palavras contidas no *corpus*; difere se o *corpus* é lematizado ou não, porque quando ele é lematizado não inclui as variações das palavras.
>
> c) Número de formas: é o número de formas presentes no *corpus* (palavras ativas e suplementares). Também difere se este é lematizado ou não.
>
> d) Número de hápax: número de palavras que aparecem apenas uma vez em todo o *corpus*.
>
> e) Média de ocorrências por texto: (número de ocorrências) / (número de textos).

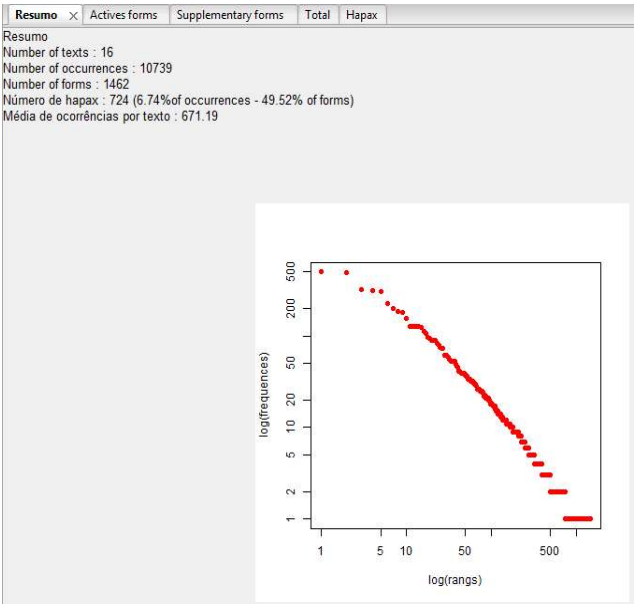


Fig. 01 – Resultado da Análise de Estatísticas Textuais – manual do Iramuteq

Salviati ainda complementa que no gráfico temos presente no eixo das abcissas os logaritmos dos "pesos" (posição das frequências das palavras por ordem decrescente) e no eixo das ordenadas o das frequências das formas. Ele explica que na aba Actives Formes estão listadas por ordem de ocorrência todas as palavras principais encontradas no *corpus*. São os verbos, adjetivos, advérbios, substantivos e também aquelas não encontradas no dicionário. A lista contém as palavras ativas (coluna Forma) com sua frequência de ocorrência (coluna Frequência) e suas categorias gramaticais coluna Tipo. Acrescenta que na aba Supplementary Formes estão listadas por ordem de ocorrência todas as palavras suplementares encontradas no corpus. São aquelas cuja classe gramatical é suplementar (classificadas como 2 em Preferências das Propriedades Chaves, Figura 02).

O autor destaca que na aba Total estão todas as formas encontradas no corpus. Na aba Hapax estão todas as formas cuja frequência foi igual a1. Embora as listas estejam ordenadas por frequência de ocorrência, clicando-se no cabeçalho da tabela em Forma, Frequência ou Tipo, obtém-se a alfabetação pela ordem solicitada. Observe que para alfabetar é necessário clicar no cabeçalho da tabela não nas abas.

Salviati realça ainda que existem as Análises estatísticas textuais suplementares que permitem aprofundar ainda mais as análise realizadas pelo programa e que a partir desta podem-se obter mais informações acerca das estatística realizadas nas operações anteriores, tais como:

> a) Sobre cada forma: Um menu de opções suplementares fica acessível a partir de um clique com o botão direito do mouse sobre uma das formas, Figura 02. Escolha a opção Associated forms para acessar os termos que estão associados a ela (plurais, palavras derivadas etc); e em Concordância para verificar onde elas ocorrem dentro dos segmentos de texto. Ambas as opções oferecem opção de salvar um arquivo html contendo os termos e/ou os segmentos de texto onde ocorrem. b) Sobre análise: Na caixa da esquerda, onde estão listadas as análises efetuadas no corpus em questão, clique com o botão direito do mouse sobre Nome do corpus_stat_x para abrir um menu de opções, (JUSTO; CAMARGO, 2014; SALVIATI, 2017)

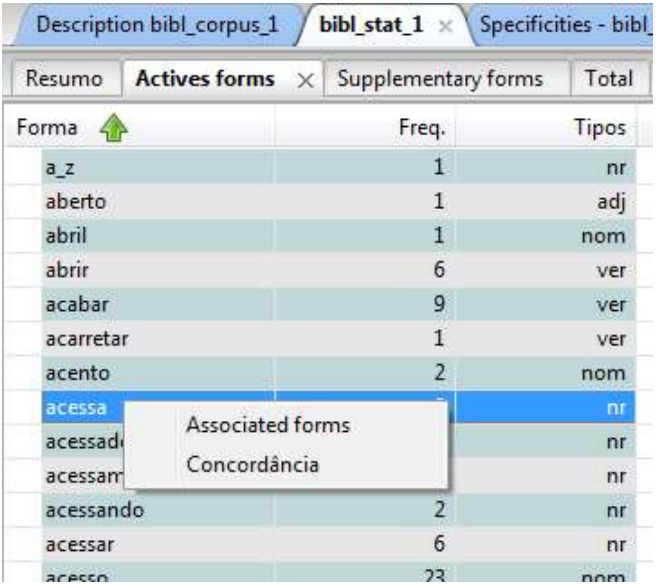


Fig. 02 – Análise de Estatísticas Textuais suplementares: sobre a forma- Manual iramuteq

Considerações finais

A análise textual constitui um dos principais elementos na elaboração de uma pesquisa qualitativa, contudo é também uma das fases do processo de trabalho que oferece ao/à estudante ou pesquisador/a significativo desafio posto que consome longo tempo e investimento significativo de trabalho e envolvimento. Surge desta forma, a possibilidade do uso do computador e seus programas como recurso de apoio à pesquisa ou estudo.

O Iramuteq é um desses recursos computacionais que como ilustrado operada de maneira muito própria sobre os elementos textuais (*corpus*) extraindo deste tanto aspectos objetivos e de quantidade quando subjetivos e de qualidade, ou seja, se adequa muito bem a metodologias de análise qualitativa e ainda associa elementos quantitativos que podem incrementar ainda mais o processo de análise. Conforme Camargo e Justo (2014):

> O iramuteq apresenta rigor estatístico e permite aos pesquisadores utilizarem diferentes recursos técnicos de análise lexical.

> Além disso, sua interface é simples e facilmente compreensível e sobretudo seu acesso é gratuito e é do tipo *open source.* Por estas características acredita-se que o mesmo possa trazer contribuições ao campo de estudo das ciências humanas (...) .Com o auxílio deste programa informático se pode utilizar das análises lexicais, sem que se perca o contexto em que as palavras aparecem tornando possível integrar níveis quantitativos e qualitativos na análise trazendo maior objetividade e avanço às interpretações de textos (JUSTO; CAMARGO, 2014)

Esse programa computacional é um denso instrumento que pode ser utilizado para auxiliar as pesquisas em seu caráter exploratório dos dados que a sustentam e o faz de forma ágil, transparente e confiável, contudo necessita a análise de todo o material gerado, da escolha do *corpus* às informações por ele produzidas, cabe integralmente ao estudante ou pesquisador.

Nas pesquisas qualitativas o contexto é absolutamente relevante e o Iramuteq possui recursos que capazes de apreender esse contexto para gerar os elementos de análise que servirão ao pesquisador e às análises que este necessitará realizar.

A par dessas considerações, creio ter podido apresentar, um pouco, de maneiras ainda que inicial, as possibilidades de uso do Iramuteq, programa informacional que possui um gama de recursos inexplorados por mim, que no entanto, demanda tempo de dedicação, estudos e testes que outros pesquisadores poderão, assim como eu, aprofundar e perscrutar.

Destarte o longo caminho a ser trilhado, que objetiva descortinar outros recursos de que dispõe o Iramuteq em apoio à pesquisa e outros estudos, o que até aqui, já tem se mostrado denso e arrojado, pode vir a ser ainda mais aproveitado e tornar mais bela a produção da ciência a que nos dedicamos servir.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70 São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M.B.; Gaskell, G. & Allum, N.C(2013). Qualidade, quantidade e interesses conhecimento – Evitando confusões. In, M. Bauer & G. Gaskell(orgs) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e**

som: um manual prático (pp. 17-36). Petrópolis: Vozes

CAMARGO, Vizeu Brigido; JUSTO, Ana Maria. **Software de análise textual IRAMUTEQ**. Santa Catarina. Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais. Acesso em: 31 mar. 2019.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **IRAMUTEQ:** um software gratuito para análise de dados textuais. Temas em Psicologia, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.

JUSTO, A. M.; CAMARGO, B. V. Estudos Qualitativos e o Uso de Softwares para Análises Lexicais. **Cadernos de Artigos: X SIAT & II /SERPRO**, 2014.

NUNES, J. V. et al. **A pesquisa qualitativa apoiada por softwares de análise de dados**: uma investigação a partir de exemplos. Fronteiras - estudos midiáticos, v. 19, n. 2, 11 abr. 2017.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 21 mar. 2019.

4. DISTRIBUIÇÃO DE PODER NA CASA DA FEDERAÇÃO:
composição das comissões permanentes do Senado Federal

Alison Ribeiro Centeno[35]

Introdução

Estudos sobre o Parlamento e suas instituições trazem frutíferas contribuições a respeito do processo legiferante. A luta política certamente não acaba com a apuração do voto popular, ela segue no ente representativo – aqui em estudo, o que representa as Unidades da Federação; assim sendo, os partidos e os políticos a esses filiados buscam através de votos e posicionamentos sobre matérias e proposições, fortalecerem-se e no mínimo manterem suas projeções na sociedade. Objetiva-se com a presente análise melhor entender a dinâmica interna do Senado Federal, no qual posterior à medição de forças nas urnas, há o combate nuclear das forças partidárias para se fazerem dominantes na Casa da Federação.

Assim sendo, as múltiplas competências das comissões[36] não param apenas nos pareceres técnicos que emitem em relação aos projetos em debate. O "jogo de forças" entre os partidos no Senado ocorre constantemente nesses órgãos técnicos, que a depender da natureza das propostas, podem aprovar leis em caráter terminativo, ou seja, não sendo necessário levar as matérias ao Plenário da Casa.

Grande parte dos interesses nacionais e partidários são mediados nessas coletividades da instituição; nas comissões permanentes, repete-se o análogo empenho dos políticos em Plenário para fincar posições sobre as propostas legislativas, visando reforçar suas imagens com seus eleitorados. Tais elementos implicam nas indicações das lideranças para as comissões do Senado e isso fundamenta esse estudo do exercício político-institucional.

---

35 Doutorando (2019-2023), bolsista da CAPES - Código de Financiamento 001, e Mestre em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: alison.centeno@edu.pucrs.br.

36 Art. 58 da Constituição Federal c/c art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal.

Diferentemente da extensa literatura sobre o sistema comissional estadunidense, os estudos sobre as comissões do Congresso Nacional existem, colossalmente, em menor proporção (PEREIRA; MUELLER 2000; MÜLLER 2005; ROCHA; BARBOSA 2008; MÜLLER 2011; SANTOS; CANELLO 2016). Deveras, as comissões do Capitólio são analisadas fortemente pela sua institucionalização, com levantamentos longitudinais (RISJORD, 1992), tendo sua literatura replicada, em perspectiva comparada, com outros países. De um lado, percebe-se a baixa institucionalização (THOMPSON, 2016) do sistema britânico, de outro, a proximidade do sistema brasileiro e argentino (CALVO; SAGARZAZU, 2011), todos analisados em comparação com a matriz neoinstitucionalista estadunidense.

Todavia, não somente há a disparidade do sistema bipartidário que impera nos Estados Unidos, frente ao multipartidarismo nos países parlamentaristas na Europa Central e a altíssima fragmentação partidária brasileira. A maior diferença jaz na organização prévia que ocorre entre Democratas e Republicanos no Capitólio, após insurreições partidárias que destronaram o *Speaker* e diminuíram o poder central dos líderes (OWENS, 1997; SINCLAIR, 1988; PARRIS, 1979; COX; MCCUBBINS, 2006).

Os presidentes das comissões (THOMAS; GROFMAN, 1992) exercem posição fundamental e capacidade de bloqueio e veto (*gatekeeping*), tradicionalmente assumindo esse posto os membros mais antigos do partido que detém maioria. As nomeações no Capitólio, dão-se através de comitês especiais (SCHNEIDER, 2006): o *Committee on Committees* recepciona as predileções dos Republicanos e o *Steering and Outreach Committee* dos Democratas. Aqui jaz o principal entrave para a réplica da literatura estadunidense ao caso brasileiro. Inexiste no Congresso Nacional uma organização interna dos partidos que recepcione as preferências individuais dos parlamentares e não há esse princípio de senioridade para as presidências das comissões, escolhidas por escrutínio secreto.

Assim, percebe-se a dualidade das análises sobre as comissões do Congresso Nacional; ou as colocam em comparação com a matriz neoinstitucionalista estadunidense, dividida em três vertentes (distributivista, partidária e informacional), ou se centram na relação entre os poderes Executivo e Legislativo, com enfoque no primeiro, graças ao instituto das medidas provisórias, atribuindo-lhe uma visão equivocada de superpoder frente ao Congresso Nacional (PEREIRA; MUELLER, 2000).

No modelo distributivista (BULLOCK III, 1985), vê-se a preferência dos parlamentares imperar nas escolhas para as comissões; o caráter paroquialista, visando atender as bases por meio de envio de recursos, daria ao legislador o poder de escolher quais comissões busca integrar. Restaria aos congressistas fazerem acordos para apoio mútuo às suas matérias (*logrolling*), ou seja, troca de favores para que seus interesses sejam atendidos.

Na teoria informacional (KREHBIEL, 1990, 2004; CROMBEZ, GROSECLOSE; KREHBIEL, 2006), ainda se nota uma sobreposição dos interesses individuais frente ao coletivo, mas o foco é o ganho de informações e geração de expertise, levando aos congressistas confiar uns nos outros de acordo com sua experiência nas matérias; o processo legiferante transcorre com a busca de informações aos especializados na área, seja por formação ou permanência em comissão específica da temática da matéria. Aqui, reina o princípio da senioridade do Capitólio: o membro mais antigo, do partido majoritário, assume a presidência da comissão.

Já a linha partidária (COX; MCCUBBINS, 2006) põe em evidência os interesses coletivos dos partidos; os líderes buscam consenso dentre as bancadas, graças as suas desigualdades intrínsecas (por questões que variam desde o posicionamento ideológico, até a origem socio-ocupacional), visando se tornar maioria; consequentemente, o líder assume a agenda do Plenário e as comissões passam a ser controladas pelo partido.

Diante desse cenário, objetiva-se analisar as comissões permanentes do Senado Federal como *lóci* da construção da agenda conjunta entre os poderes Executivo e Legislativo, servindo, sobretudo aos partidos políticos, como meio de partilha de poder na Casa da Federação. Para esse estudo, através de metodologia qualitativa, será analisada uma reportagem do portal do Senado Federal referente ao período de escolha dos presidentes e Senadores nomeados às comissões permanentes.

Predominantemente analisadas através do aspecto das nomeações dos parlamentares às comissões, esse trabalho traz uma abordagem distinta, inicialmente pela metodologia aplicada, mas, também, pelo objetivo central do capítulo em explorar o potencial da análise de conteúdo para a pesquisa sobre as comissões permanentes. Logo, as hipóteses apresentadas a seguir serão instrumentos de exercício para validar a plausabilidade da utilização desse método como meio

de estudo do sistema comissional. A reportagem selecionada foi da última eleição interna até o período dessa escrita, intitulada: **Comissões escolhem presidentes para biênio 2021-2023** (AGÊNCIA SENADO, 2021), quando se deu a escolha dos Senadores para compor a mesa diretora e para presidir as comissões permanentes, processo ocorrido em fevereiro de 2021.

A análise do conteúdo da reportagem transcorreu através da técnica temático-categorial, segundo Bardin (1977). Primeiramente, foi feita a leitura flutuante, repetidas vezes, tomando familiaridade e conhecimento profundo do conteúdo do texto. Essa análise requer compreensão sobre os aspectos implícitos e explícitos do *corpus*. A unidade de análise será a reportagem na íntegra, cuja codificação, de acordo com critérios comuns averiguados no transcorrer do texto, deu-se recortando as unidades de registro, em forma de palavras-chave da reportagem. Logo, dividiu-se o texto em categorias *a priori* ('Divisão de Poder', 'Papel do Líder' e 'Estratégia Partidária'). Posterior a leitura, foram adicionadas duas categorias ('Questões Regimentais' e 'Papel das Comissões').

Analisando a divisão feita em uma tabela no Excel, posteriormente as duas categorias adicionais foram agrupadas de acordo com a proximidade e pertinência teórica, criando a categoria 'Aspectos Institucionais'. A proporção de cada categoria foi calculada, de acordo com a quantidade de parágrafos contidos em cada uma, organizando assim a análise a seguir, de forma decrescente. Junto a essas categorias, na tabela com o texto segmentado com as unidades de registro, foram elaboradas as unidades de contexto: como o próprio nome diz, contextualizando as categorias. Por fim, a inferência, processo que vai além do conteúdo, molda a análise, trazendo seu diálogo com a literatura e explicita os aspectos do texto.

Para isso, serão testadas duas hipóteses, avançando em relação as constatações da literatura brasileira referente ao seu sistema comissional, sobretudo controlado pelos partidos e com ampla influência do poder Executivo (PEREIRA; MUELLER 2000; MÜLLER 2005; ROCHA; BARBOSA 2008; MÜLLER 2011): a) As definições entre os partidos para as presidências das comissões (junto as lideranças partidárias e os cargos da mesa diretora) antes do início da sessão legislativa demonstra esforço conjunto dentre as bancadas de dividir os postos de poder do Senado Federal; b) A base de apoio ao governo busca, nas principais comissões (CCJ e CAE), o

controle da agenda do Senado Federal para tramitação das matérias mais importantes oriundas do Executivo, vide o caso das medidas provisórias, que necessariamente precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional e são, tradicionalmente, a via mais célere para o Planalto executar suas políticas.

A análise temático-categorial (BARDIN, 1977) permitirá uma leitura abrangente, expondo aspectos implícitos e explícitos após a construção do *corpus* (a reportagem do portal do Senado Federal em período de escolha das presidências das comissões permanentes e nomeações de seus integrantes), expondo a divisão de poder no Senado Federal. No caso da presente análise, o emissor (Agência Senado) é o portal institucional da Casa da Federação, revelando um aspecto institucional que visa informar não ao público geral, mas receptores como outros portais de notícias e pesquisadores/interessados na área. O médium (portal do Senado na internet) visa divulgar conteúdo tão somente institucional, por vezes deixando de lado outras questões expostas em colunas de bastidores e jornais tradicionais. A enumeração, através da frequência relativa das categorias na análise, visa averiguar os principais aspectos no processo de escolha dos Senadores para compor as comissões permanentes e os respectivos presidentes das mesmas.

Após essa introdução, seguem duas seções: a análise temático-categorial, apresentando os aspectos mais frequentes nas reportagens, categorizados e explanados de acordo com a literatura sobre as comissões permanentes e o papel das mesmas no processo decisório do Parlamento. Posteriormente, as conclusões, mostrando como as comissões servem aos partidos como divisão de poder entre as principais lideranças da Casa, cujo interesse das legendas pode variar se fizer parte da base aliada do governo, integrar a oposição, ou a temática da comissão for parte da agenda eleitoral do partido.

O sistema comissional do Senado Federal

Os poderes das comissões do Senado são maiores em relação aos colegiados da Câmara dos Deputados; os Senadores têm prerrogativa para aprovação de autoridades dos três poderes e autarquias, e dão a palavra final nos processos de impeachment do Presidente da República, assim como decidem sobre afastamento dos Ministros do Judiciário, dentre outros exemplos.

Quadro 1 – exploração do material: categorias e frequência das unidades de registro de acordo com a divisão estabelecida

Categorias *a Priori*	**Frequência/Porcentagem**	**Categorias**
Divisão de Poder	5 (20%)	Divisão de Poder
Papel do Líder	8 (32%)	Papel do Líder
Estratégia partidária	3 (12%)	Estratégia Partidária
Categorias após leitura flutuante	**Frequência/Porcentagem**	**Categorias**
Questões regimentais	8 (32%)	Aspectos Institucionais
Papel das comissões	1 (4%)	

Fonte: Agência Senado (2021)

As categorias mais frequentes na análise foram: 'Papel do Líder' e 'Questões Regimentais', ambas com 32% de frequência, seguidas por 'Divisão de Poder' (20%) e 'Estratégia Partidária' (12%). Por fim, a categoria 'Papel das Comissões' teve 4% de frequência da alocação das unidades de registro. A primeira categoria se refere ao papel de intermediação do líder partidário, porta-voz do partido, que em Plenário orienta as votações da bancada e regimentalmente é responsável pelas indicações às comissões. As 'Questões Regimentais' se tornaram categoria pela diversidade de aspectos protocolares descritos no Regimento Interno do Senado Federal, elaborados e usados como justificativa pelos políticos em suas entrevistas, especialmente no *corpus* em análise, ao se referirem as escolhas das comissões. A categoria 'Divisão de Poder' se refere aos aspectos implícitos e explícitos que partidos e Senadores expõem ao escolher as comissões e outros cargos institucionais. O 'Papel das Comissões' está atrelado à descrição feita por políticos e jornalistas das decisões centrais tomadas nos colegiados temáticos do Senado Federal, seu processo legiferante e respectivas atribuições.

Após extensa revisão, foi criada a categoria 'Aspectos Institucionais', com 36% de frequência, agrupando as categorias 'Questões Regimentais' e 'Papel das Comissões', devido à proximidade das mesmas e a pertinência teórica, dados elementos homogêneos observados nas categorias iniciais. A seguir, a análise transcorrerá

de acordo com a classificação das categorias, expondo-as de acordo com suas respectivas frequências no levantamento, testando as hipóteses centrais.

Aspectos Institucionais

A categoria 'Aspectos Institucionais' é a mais frequente na análise (36%). Há uma descrição minuciosa do porvir decisório, como as comissões se dividem, seu processo de escolha e suas respectivas funções político-institucionais: a amplitude do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) explicita tal questão, haja vista que até mesmo o uso de terno e gravata pelos parlamentares em Plenário está previsto no Regimento. Todavia, na reportagem, em especial, os horários das reuniões e as funções dos colegiados ficam nítidos: "Nessas reuniões, presidente e vice de cada colegiado são escolhidos por meio de votação secreta" (AGÊNCIA SENADO, 2021), seus regramentos, métodos de escolha dos componentes e os respectivos presidentes dos colegiados e da mesa diretora "deve obedecer, tanto quanto possível, a participação proporcional das legendas com atuação na Casa" (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Talvez o maior aspecto institucional das comissões permanentes do Senado Federal, em comparação aos colegiados da Câmara dos Deputados, é a descentralização das comissões, colocando-as em maior poder e prestígio. Se, na Câmara dos Deputados, as matérias necessariamente passam pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sua homóloga, no Senado Federal, não centraliza o parecer de constitucionalidade das matérias: a CCJ do Senado aprova autoridades jurídicas, dando-lhe extremo poder de veto, porém, todas as demais comissões podem dar parecer técnico de constitucionalidade e admissibilidade financeira (aqui também se diferenciando da Câmara dos Deputados, na qual a Comissão de Finanças e Tributação é a encarregada de deliberar sobre a viabilidade financeira das matérias).

> Além de debater e votar projetos, emitir relatórios e sabatinar indicados a vagas em instituições ou diretoria de órgãos públicos, os grupos permanentes também têm a atribuição de convocar ministros ou titulares de órgãos do Executivo para tratarem de assuntos relativos à sua competência. Entre outras funções, as comissões realizam audiências públicas e fiscalizam as políticas governamentais no âmbito das suas temáticas. Em muitas situ-

> ações a comissão pode, inclusive, votar matérias em caráter terminativo sem a necessidade de passar pela análise do Plenário. (AGÊNCIA SENADO, 2021)

O Senado Federal já dispõe de maior poder decisório frente à casa vizinha do Congresso Nacional, vide sua deliberação e aprovação de autoridades jurídicas, monetárias, diplomáticas e de fiscalização. Logo, suas comissões são centrais para as políticas fiscal e monetária, bem como o desenvolvimento da política externa do País. Esse é o principal fator para refutar a ideia aventada por Pereira e Mueller (2000) quanto a "preponderância do poder Executivo". As comissões do Senado Federal são vitais para a execução de políticas públicas e suas decisões moldam futuras decisões de órgãos de fiscalização e controle que impactam diretamente nos interesses do Executivo. Não por acaso, Backes (2008) coloca o Senado brasileiro como dispondo de maior poder quando comparado ao Senado estadunidense.

Voltando-se a hipótese a) As definições entre os partidos para as presidências das comissões antes do início da sessão legislativa, demonstra esforço conjunto dentre as bancadas de dividir os postos de poder do Senado Federal. As categorias 'Papel do Líder' e 'Divisão de Poder' são veículo para testar a hipótese.

Papel do líder

O líder partidário exerce no Senado Federal uma figura que extrapola sua função regimental. A categoria 'Papel do Líder' surge em 32% da análise: ao mesmo tempo que está em paridade com seus homólogos em termos de poder decisório, é o líder quem intermedeia a agenda, participa do colégio de líderes (surpreendentemente, não previsto no RISF) e responde pela bancada quando indagado pelos portais institucionais, jornais e revistas, emissoras etc., desempenhando um papel de porta voz da bancada partidária ou suprapartidária. Viu-se na reportagem o apreço pelas 'decisões' das lideranças, todas apontadas como consenso das bancadas:

> — Os líderes partidários fazem as indicações dos seus membros — explicou o senador Nelsinho Trad (PSD-MS).
>
> O líder da legenda, senador Álvaro Dias (Podemos-PR), informou que também já encaminhou a indicação para o comando da Comissão Transparência Fiscalização, Controle e Direito

> do Consumidor (CTFC), que pela proporcionalidade partidária deve ser presidida por senador do Podemos.
>
> —Já definimos sim. Encaminhei ofício indicando o nome do Reguffe para a presidência da comissão de fiscalização e controle. Os integrantes nas comissões tão [sic] já estão sendo indicados pelo partido – disse. (AGÊNCIA SENADO, 2021)

Quando o político é escolhido líder do governo do Senado, esse é o negociador da agenda do Planalto na Casa da Federação, novamente, extrapolando suas funções protocolares e regimentais, atuando paralelamente aos Ministros de Estado na busca pela aprovação das matérias oriundas do Palácio do Planalto. O desinteresse da literatura da Ciência Política brasileira em relação ao papel dos líderes partidários (CENTENO, 2018), decorre, sobretudo, pela diferença intrínseca da função dos líderes no sistema multipartidário e extremamente fragmentado no Congresso Nacional, frente aos líderes dos partidos do sistema bipartidário do Capitólio ou mesmo dos líderes de partidos em países parlamentaristas. No Congresso estadunidense, o líder ambiciona o controle da agenda (COX e MCCUBBINS, 2006) no pleno do Senado ou como *Speaker* (equivalente ao Presidente da Câmara dos Deputados) na *House of Representatives*. Nos países parlamentaristas, o maior partido (tradicionalmente), com o maior número de cadeiras, forma a coalização e seu líder se torna Primeiro-Ministro e Chefe do Executivo.

Essas diferenças não retiram a função vital do líder partidário no Congresso Nacional, seja pela sua intermediação entre poderes, citada acima, seja pela sua centralidade na divisão de poder, como será descrito nos parágrafos seguintes. Sobretudo, os líderes atuam internamente nas bancadas, conciliando disparidades sócio-regionais e demandas, seja na forma de pedidos para nomeações às comissões, seja relatorias de matérias de maior relevância e projeção política.

Divisão de Poder

A categoria "Divisão de Poder" (20%) fica nítida quando os Senadores apontam quais comissões são suas preferências, algumas de maneira explícita, nas reportagens de jornais e emissoras. A proporcionalidade, prevista no RISF, pode reger como se dividem os cargos, mas, afinal, os acordos internos definem as divisões que ocorrem até mesmo dentro das próprias bancadas de modo que elas

se mantenham unas e coesas – o máximo possível em uma Casa de raposas políticas.

Às 'raposas' (MADEIRA, 2006), as comissões servem como espaço para divisão de poder. O caso do MDB em 2013 é emblemático: "[...] acordou-se que o Senador Eunício Oliveira será o líder da Bancada e o Senador Romero Jucá assumirá [...] a segunda vice-presidência do Senado [...]" (COELHO, 2013). O acordo serviu para atrasar a chegada de Eunício Oliveira (MDB-CE) à Presidência do Senado (2017), acomodar Romero Jucá (MDB-RR) – recém deposto da liderança do governo, e, por fim, levar Renan Calheiros (MDB-AL) a chefiar o Legislativo pela terceira vez. Egresso da presidência da principal comissão do Senado (CCJ), Eunício emendou: "Tem lugar para todo mundo. Tem lugar na Mesa. Na liderança, não. Não tenho como ser meio líder" (MILTÃO, 2013). Tudo isso perpassando tão somente o maior partido na Casa.

O MDB à época só não conseguiu acomodar seu principal nome – José Sarney (MDB-AP); após o quarto e último mandato como Presidente do Senado, cogitou-se, sem sucesso, repetir o feito de 1999 (após presidir a Casa pela segunda vez, foi indicado pelo partido para presidir a Comissão de Relações Exteriores). A disputa pelos cargos demonstra como o poder é perene e precisa ser retroalimentado nas instituições: após um discurso às lágrimas, Sarney desceu ao Plenário em busca (sem encontrar) de algum político que lhe apertasse a mão enquanto os Senadores ovacionavam Renan por sua vitória (AGÊNCIA SENADO, 2013).

Parte significativa da parca literatura brasileira sobre as comissões do Congresso Nacional reduz os colegiados temáticos a ponto central de interesse do Executivo (NASCIMENTO, 2012; MÜLLER, 2013), que, em atuação conjunta com os líderes partidários da base aliada do governo, driblam as comissões quando matérias sensíveis podem ser derrubadas, ao passo que líderes da oposição trabalham para nas mesmas tentar bloquear avanços do Executivo. Deveras, sem as negociações construídas nas comissões permanentes, cuja autoridade foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal – também nas deliberações sobre medidas provisórias (Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.029), as comissões são o ponto central da construção negociada entre os poderes Executivo e Legislativo.

Embasado nas categorias 'Papel do Líder' (32%) e 'Divisão de Poder' (20%), é possível confirmar a hipótese a) As definições en-

tre os partidos para as presidências das comissões antes do início da sessão legislativa, demonstra esforço conjunto dentre as bancadas de dividir os postos de poder do Senado Federal. Vide como os líderes partidários foram mais do que porta vozes das bancadas, anunciando os acordos conjuntos e expondo, mesmo no portal institucional do Senado, a construção negociada entre as bancadas partidárias e suprapartidárias para ocuparem os postos da Casa.

Estratégia Partidária

A questão da !"Estratégia Partidária" (12%) esbarra no quanto essa extrapola os aspectos institucionais minuciosamente descritos na reportagem, que versa sobre o período de escolha dos presidentes dos colegiados. Deveras, a tradicional e absurdamente equívoca ideia repetida pela imprensa que os partidos no Brasil são desprovidos de ideologias e programas coesos, questão já refutada por Figueiredo e Limongi (1999), e Zucco Jr. (2009), leva a desvalorização desse aspecto. Notou-se em especial que os partidos de oposição estavam com suas estratégias mais bem centradas no período da reportagem: "O PT, por exemplo, deverá ficar com os comandos da CDH e da CMA" (AGÊNCIA SENADO, 2021). A base aliada do governo ainda não havia decidido quais comissões assumiria, e, mais importante, as comissões responsáveis pela aprovação de autoridades – CCJ, CAE, CRE e CI, ainda não tinham titulares definidos pelos partidos.

A incapacidade do governo Bolsonaro de formar uma base aliada sólida no Congresso Nacional, mostrava seus impactos no período. No fim de fevereiro, quando rotineiramente as comissões já estão instaladas e deliberando sobre as mais diversas matérias, não apenas os colegiados se encontravam indefinidos, como a principal comissão (CCJ) sequer tinha a recomendação partidária estabelecida. Posteriormente, uma grande articulação conseguiu colocar Davi Alcolumbre, apoiador ferrenho de Jair Bolsonaro, na CCJ (SARDINHA, 2021), mesmo o DEM estando longe de ser o maior partido do Senado na época (como outrora quando fazia oposição ao governo Lula).

Após os cargos na mesa diretora, as presidências das comissões são os principais cargos que os Senadores almejam: "Entre os partidos que já definiram seus representantes nos colegiados está o Podemos." (AGÊNCIA SENADO, 2021). Partido *catch all* que usa como moeda de troca para atração à legenda, os cargos nas comis-

sões, ganhou musculatura acenando a quadros diversos de diferentes segmentos ideológicos com promessa de postos na instituição. Vê-se nos movimentos do PT, Podemos e DEM, os traços do texto atemporal de Cox e McCubbins (2006); os líderes trabalharam internamente para atender aos interesses diversos dentre suas bancadas, entregando um apontamento de consenso para as comissões que lhes eram pertinentes, de acordo com a proporcionalidade.

Até aqui, é possível confirmar a hipótese b) da presente pesquisa: A base de apoio ao governo busca nas principais comissões (CCJ e CAE) o controle da agenda do Senado Federal para tramitação das matérias mais importantes oriundas do Executivo. Reforça-se, que os 'Aspectos Institucionais' permitem esse 'jogo' entre as bancadas, inclusive as de oposição, pois ao formarem blocos suprapartidários, os pequenos partidos podem ter acesso não somente às cadeiras nos colegiados temáticos, mas genuína possibilidade de os presidir. Tudo depende da estratégia dos partidos de 'aparar arestas' e diferenças políticas dentro da instituição.

Conclusão

Inexistente o reino do parlamentar individual, como demonstrado por Figueiredo e Limongi (1999), as comissões servem como *lóci* da construção conjunta entre Executivo e Legislativo, especificamente no Senado, com prerrogativa de sabatina e aprovação de autoridades ('Aspectos Institucionais' – 36% na análise), os partidos e seus membros disputam internamente a capacidade de controlar os rumos das políticas públicas do Executivo e influenciam as políticas – econômica, monetária, social, externa, etc., do país ('Estratégia Partidária' – 12%), via comissões.

A categoria 'Divisão de Poder' (20%) evidencia como a disputa política tem sequência após o encerramento das eleições e fechamento das urnas. Os partidos e os políticos utilizam as eleições para retroalimentar o capital político, buscando posições de poder para ter poder de agenda e controle, mas, principalmente, manterem-se em evidência ao longo do interstício entre os pleitos eleitorais.

O mandato estendido de oito anos, o dobro de todos os demais mandatos eletivos da República, dá aos Senadores maior espaço para enfrentamento de crises, ganho de expertise dentro das comissões e possibilidade para disputar mandatos no Executivo no interstício do mandato senatorial, sem perder a cadeira na Casa da Federação. Con-

siderando como as comissões dispõe não só de poder terminativo, mas, constitucionalmente, de prerrogativa para sabatina e aprovação de autoridades do sistema judiciário e órgãos de Estado, esses políticos são verdadeiros *gate keepers*, com maior poder de veto que os Deputados Federais, não somente pela abertura para pedidos de vista e voto em separado, algo também presente no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas pelo poder decisório central que as comissões senatoriais dispõem, e, consequentemente, também os que as presidem e compõem.

A inspiração no bicameralismo dos EUA não vingou no quesito do controle do partido majoritário. As comissões no Brasil se assemelham mais aos modelos parlamentaristas, com abertura para minorias e oposição nos postos-chave. Regimentalmente, a proporcionalidade que guia a composição dos colegiados temáticos abre espaço para pequenos partidos se agruparem em blocos e terem acesso às comissões temáticas ('Aspectos Institucionais' – 36% na análise). Não por acaso, viu-se que o PT, optou por duas comissões de menor poder e prestígio, mas com capacidade de bloquear a agenda do governo Bolsonaro, assim como o fez quando era oposição a Fernando Henrique Cardoso ('Estratégia Partidária' – 12%).

A proporcionalidade, semelhantemente aos parlamentos dos países nórdicos, e ao congresso argentino (CALVO; SAGARZAZU, 2011), aflora a estratégia partidária, já que aos governistas cabe, sobretudo, buscar o controle das comissões por onde passam as principais matérias do Executivo (isso, quando desfrutam de maioria). O regimento determina que – quando possível – cabe ao maior partido a indicação para a presidência da mesa diretora e da Comissão de Constituição e Justiça. Por vezes o maior partido não integra a base governista, levando ao governo a tentativa de compor com outras agremiações até formar um bloco que consiga furar esse bloqueio.

Nesse ponto aflora o papel do líder no Senado Federal ('Papel do Líder' – 32% na análise). A quase inexistência do papel do líder na literatura da Ciência Política é confrontada com o jornalismo político, que mostra constantemente a valorização dos acordos de bastidores, conjuntos, entre líderes e lideranças. Os líderes, regimentalmente eleitos pelas bancadas, exercem o posto em troca de apoio para indicação em outros cargos, como na mesa diretora ou para presidir comissões. São diversas as lideranças internas na bancada. É impensável, por exemplo, que nos idos dos anos 2000 – Renan Ca-

lheiros, como líder do MDB, impusesse sua agenda e fechasse questão de voto, coagindo José Sarney ou Pedro Simon a votar. O papel do líder do Senado cabe como divisão de poder dentro da Casa e não o que é visto nas grandes legendas na Câmara dos Deputados, como figura central que comunica ao baixo clero como votar. O constante revezamento no posto de líder partidário no Senado e a possibilidade de exercer liderança de bancada suprapartidária ao mesmo tempo que os partidos do bloco têm líderes próprios ('Divisão de Poder' – 20% na análise), mostram o esvaziamento desse papel.

Ambas as hipóteses testadas podem ser consideradas confirmadas na íntegra. Apesar de a base aliada do governo estar, à época, relativamente menos organizada e coesa em relação a oposição, as diminutas cadeiras dos partidos que se opunham ao governo permitiram que os aliados do Planalto controlassem as comissões de maior poder de veto, em especial, a CCJ. Tão importante quanto, foi perceber o modo como mesmo em um portal institucional, a análise permite observar os traços da divisão de poder entre os Senadores dos postos chave da Casa da Federação, demonstrando a importância de explorar a análise de conteúdo para estudos sobre o sistema comissional do Congresso Nacional.

Em síntese, pode-se e se deve pensar as comissões do Senado Federal como espaço para divisão de poder. Os Senadores, em especial dos grandes partidos, revezam-se entre as lideranças, as presidências das maiores comissões, as relatorias de grandes projetos de lei e medidas provisórias – ou das peças orçamentárias, de modo que atendam às suas bases eleitorais e se mantenham em evidência politicamente, projetando suas carreiras para as governadorias, prefeituras de capitais, disputa de reeleição para o Senado, apoio eleitoral a afilhados políticos e, não sem exceções, a disputa pela Presidência da República.

Referências

AGÊNCIA SENADO. Comissões escolhem presidentes para biênio 2021-2023. **Agência Senado**, 19 fev. 2021. Acesso em: 16 dez. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/19/comissoes-escolhem-presidentes-para-bienio-2021-2023

ARQUER, Monize; VAZQUES, Vitor. **Institucionalização do sistema partidário**: mesmas dimensões, outras interpretações. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 34, n. 100, p. 1-27, 2019.

BACKES, Ana Luiza. Fortalecimento parlamentar de minorias regionais e suas razões. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituinte**. Brasília: UniLegis – Senado Federal, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 5ª edição, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70: Lisboa, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.029 - Distrito Federal**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2012.

BULLOCK III, Charles. **U.S. Senate Committee Assignments**: Preferences, Motivations, and Success. American Journal of Political Science, v. 29, n. 4, p. 789-808, 1985.

CALVO, Ernesto; SAGARZAZU, Iñaki. **Legislator Success in Committee**: Gatekeeping Authority and the Loss of Majority Control. American Journal of Political Science, v. 55, n. 1, p. 1-15, 2011.

CENTENO, Alison Ribeiro. **Os maestros da elite**: carreiras e trajetórias dos líderes no Senado Federal entre 1999 e 2006. 2018. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

COELHO, Mario. Eunício Oliveira vai liderar PMDB no Senado. **Congresso em Foco**, 30 jan. 2013.

CORREA, Carolina Pimentel; PEREIRA, Virgílio Borges. **Tomada de posição no legislativo brasileiro**: análise sociológica sobre o caso da comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Revista Brasileira de Sociologia, v. 07, n. 16, p.179-206, 2019.

COX, Gary; MCCUBBINS, Mathew. **Legislative Leviathan**: Party Government in the House. Cambridge University Press: Cambridge, 2006.

CROMBEZ, Christophe; GROSECLOSE, Tim; KREHBIEL, Keith. **Gatekeeping**. The Journal of Politics, v. 68, n. 2, p. 322-334, 2006.

DUTRA, Ana Beatriz Bexiga. **Os partidos possuem comissões de interesse?** Um estudo sobre a composição partidária das comissões permanentes da Câmara dos Deputados. In: VII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2017.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1999.

KREHBIEL, Keith. **Are Congressional Committees Composed of Preference Outliers?** The American Political Science Review, v. 84, n. 1, p. 149-163, 1990.

KREHBIEL, Keith. **Legislative Organization**. Journal of Economic Perspectives, v. 18, n.1, p. 113-128, 2004.

LEMOS, Leany Barreiro de Souza. **El sistema de comisiones en el Senado Brasileño**: jerarquía y concentración de poderes en la década de los 1990. América Latina Hoy, v. 43, p. 155-182, 2006.

LEMOS, Leany Barreiro de Sousa. O sistema de comissões no Senado brasileiro: hierarquia e concentração de poderes nos anos 90. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituinte**. Brasília: UniLegis – Senado Federal, 2008.

LEMOS, Leany Barreiro de Sousa; RANINCHESKI, Sonia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituinte**. Brasília: UniLegis – Senado Federal, 2008.

MADEIRA, Rafael. **Vinhos Antigos em Novas Garrafas:** a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. 2006. 208f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MILTÃO, Eduardo. Eunício diz que maioria o apoia para líder no PMDB. **Congresso em Foco**, 30 jan. 2013.

MÜLLER, Gustavo. **Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados**: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. DADOS–Revista de Ciências Sociais, v. 48, p. 371-394, 2005.

MÜLLER, Gustavo. **O papel informacional das comissões permanentes da Câmara dos Deputados – 1991/1994–1995/1999**. Pensamento Plural, n. 8, p. 119-142, 2011.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. **O sistema de comissões brasileiro**: elementos para uma agenda de pesquisa. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 21, n. 2, p. 61-72, 2012.

OWENS, John. **The Return of Party Government in the US House of Representatives**: Central Leadership – Committee Relations in the 104th Congress. British Journal of Political Science, v. 27, p. 247–272, 1997.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Uma teoria da preponderância do poder Executivo:** O sistema de comissões no Legislativo brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 43, p. 45-67, 2000.

RISJORD, Norman. **Partisanship and Power**: House Committees and the Powers of the Speaker, 1789-1801. The William and Mary Quarterly, v. 49, n. 4, p. 628-651, 1992.

PARRIS, Judith. **The Senate Reorganizes Its Committees, 1997**. Political Science Quarterly, v. 94, n. 2, p. 319-337, 1979.

ROCHA, Marta Mendes; BARBOSA, Cássio Felipe. **Regras, incentivos e comportamento: as comissões parlamentares nos países do Cone Sul**. Revista de Sociologia e Política, v. 16 (suppl), p. 93-104, 2008.

SANTOS, Fabiano; CANELLO, Júlio. **Comissões Permanentes, Estrutura de Assessoramento e o Problema Informacional na Câmara dos Deputados do Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 59, n. 4, p. 1127-1168, 2016.

SARDINHA, Edson. Davi Alcolumbre deve presidir a Comissão de Constituição e Justiça. **Congresso em Foco**, 01 fev. 2021.

SCHNEIDER, Judy. **Committee Assignment Process in the U.S. Senate**: Democratic and Republican Party Procedures. Congressional Research Service – United States Senate: Washington, 2006.

SINCLAIR, Barbara. **The Distribution of Committee Positions in the U.S. Senate**: Explaining Institutional Change. American Journal of Political Science, v. 32, n. 2, p. 276-301, 1988.

TAROUCO, Gabriela da Silva. **Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 4, p. 169–186, 2012.

THOMAS, Scott; GROFMAN, Bernard. **Determinants of legislative success in House committees**. Public Choice, v. 74, p. 233-243, 1992.

THOMPSON, Louise. **Debunking the Myths of Bill Committees in the British House of Commons**. Political Studies Association, v. 36, n. 1, p. 36-48, 2016.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2015.

ZUCCO JR, Cesar. **Ideology or what?** Legislative behavior in multiparty presidential settings. The Journal of Politics, v. 71, n. 3, p. 1076-1092, 2009.

5. PRÁTICAS DISCURSIVAS: uma estratégia construcionista de análise do discurso

Mary Jane Paris Spink[37]
Mariana Prioli Cordeiro[38]
Jacqueline Isaac Machado Brigagão[39]

Introdução

Discursos constituem um dos mais importantes objetos de análise de pesquisas em ciências humanas e sociais. E, como podemos perceber ao folhearmos este livro, tal objeto não é unívoco. Ao contrário, ele faz circular diversos sentidos. Como consequência, há uma grande diversidade de modos de pensar e fazer análise do discurso que se inscrevem em várias disciplinas, entre elas a linguística, a psicologia, a antropologia, a sociologia e a história (IÑIGUEZ-RUEDA, 2004).

Essa diversidade também se faz presente no âmbito de disciplinas, caso da psicologia, na qual, além de posicionamentos transdisciplinares (como as análises de conversação e a etnografia), há abordagens diversas de análise de material discursivo, mesmo no âmbito mais restrito da psicologia social discursiva. Diante dessa diversidade, então, como fazer opções? Nossa proposta é que as escolhas metodológicas se assentam em escolhas teóricas acerca do papel da linguagem e opções epistemológicas quanto ao que denominamos "realidade". Neste capítulo, abordaremos uma dessas propostas, explicitando, portanto, suas epistemologias, seus pressupostos sobre linguagem e seu arcabouço teórico.

Vale apontar que essa proposta focaliza as práticas discursivas, que são os modos dinâmicos através dos quais as pessoas se posicionam nas relações cotidianas e se diferenciam do discurso institucionalizado. As ferramentas de análise não serão discutidas, porém serão indicadas as fontes para consulta.

37 PhD em psicologia social pela Universidade de Londres. Professora titular na PUC/SP. Bolsista Sênior do CNPq
38 Doutora em psicologia social pela PUC/SP. Docente do Instituto de Psicologia da USP. Possui auxilio à pesquisa da Fapesp.
39 Doutora em psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP. Docente da EACH/USP.

Bases epistemológicas e ontológicas

De acordo com Kenneth Gergen (1985), as pesquisas que adotam posturas construcionistas caracterizam-se por buscar explicitar os processos por meio dos quais as pessoas descrevem, explicam ou dão conta do mundo em que vivem (incluindo a si mesmas). Assim, elas diferem dos modelos tradicionais de investigação, uma vez que não almejam analisar os processos de conhecimento internos à mente, mas focam na exterioridade dos processos e estruturas da interação humana (SPINK; FREZZA, 2013). Nas palavras de Gergen (1985, p. 267), nas pesquisas construcionistas,

> [...] os termos em que o mundo é conhecido são artefatos sociais, produtos de intercâmbios historicamente situados entre pessoas (...). Nesse sentido, convida-se à investigação das bases históricas e culturais das variadas formas de construção de mundo.

É importante destacar que assumir o pressuposto de que a realidade é produto de um processo de construção social não significa dizer que ela não existe, mas sim que é fruto de convenções e regras socialmente situadas (GERGEN e GERGEN, 2011; IBÁÑEZ, 1994). E, como não há convenções e regras sem linguagem, esta tem um papel central nesse processo de construção social. O debate em torno da importância da linguagem no processo que constrói a realidade foi fortemente influenciado por aquilo que Tomás Ibáñez (2005) chamou de "giro linguístico".

Podemos dizer que, no geral, as pesquisas construcionistas compartilham algumas premissas:

1) visão não hegemônica de conhecimento – muitas delas criticam a visão representacionista do conhecimento, que toma a mente como espelho do mundo. O conhecimento não é algo que as pessoas apreendem do mundo, mas algo que fazem juntas, por meio das práticas sociais (SPINK, 2010);

2) crítica à retórica da verdade – se o conhecimento não se baseia na observação direta e imparcial da realidade, consequentemente, não existe uma verdade transcendental. Afinal, essas pesquisas consideram que somos nós que estabelecemos os critérios que definem o que é e o que não é verdade, sendo o conhecimento – incluindo o científico – produto de um processo coletivo de constru-

ção (IBÁÑEZ, 2001; IÑIGUEZ, 2008). Para as/os construcionistas, portanto, a "verdade" só existe no âmbito de uma comunidade, como produto de um processo de construção social;

3) antiessencialismo – muitas pesquisas construcionistas partem, também, do pressuposto de que as pessoas e o mundo são produtos de processos sociais específicos. Ou seja, não há objetos naturais; os objetos são o que são porque nós assim o fazemos ser;

4) crítica à dicotomia sujeito-objeto – ao criticarem a visão representacionista do conhecimento e adotarem uma postura antiessencialista, essas pesquisas problematizam a dicotomia sujeito-objeto (IBÁÑEZ, 1994). Afinal, consideram que tanto o sujeito quanto o objeto são construções sociais: "Sendo o conhecimento uma construção social, é o conhecimento socialmente produzido que constrói ambos, o sujeito e o objeto" (SPINK, 2010, p. 10);

5) a importância da linguagem no processo de construção da realidade – autoras e autores que adotam posturas construcionistas tendem a defender a ideia de que a linguagem não apenas descreve o mundo, mas age sobre ele. Para usar as palavras de John Austin (1990), tendem a dizer que a linguagem tem efeito performativo. Ao adotar tal premissa, elas e eles não estão afirmando que a linguagem é o único produto humano capaz de gerar objetivações nem que todos os fenômenos se reduzem à linguagem (SPINK, 2010). Estão afirmando apenas "[...] que o construcionismo reconhece a centralidade da linguagem nos processos de objetivação que constituem a base da sociedade" (SPINK; FREZZA, 2013, p. 15);

6) natureza histórica da realidade – mais do que considerar que as sociedades têm história, tal pressuposto implica admitir que "[...] os fenômenos sociais, as práticas sociais, as estruturas sociais têm 'memória' e 'o que são', em um dado momento, é indissociável da história de sua produção" (IBAÑEZ, 1994, p. 229). Implica, ainda, assumir que uma realidade social resulta das particularidades culturais e das tradições que uma dada sociedade constrói ao longo do tempo; e

7) relativismo/antirrealismo: pesquisas construcionistas, no geral, consideram também que a "realidade" é um conjunto de versões construídas coletivamente, ao longo da história, no seio das distintas sociedades e culturas. Assim, a realidade não existe com independência do conhecimento que produzimos sobre ela ou das maneiras pelas quais a descrevemos (IÑIGUEZ, 2008).

Usamos o verbo "construir" – ou algum de seus derivados (como "construção", "construído" etc.) – com o intuito de ressaltar que a realidade (e tudo que a compõe) não é natural ou previamente determinada, mas construída progressivamente ao longo da história. Autoras e autores que adotam uma postura construcionista (por exemplo, Ibáñez, 1996, Iñiguez, 2008, e Spink, 2013 e 2010) consideram que o mundo está constantemente sendo construído e transformado, sendo o presente apenas uma etapa desse processo. Para elas e eles,

> [...] uma construção social não participa da metáfora arquitetônica de um edifício que, uma vez construído, se mantém por si só. O socialmente construído não só foi construído por determinadas práticas sociais, mas essas práticas o mantém, de forma dinâmica, incessantemente (IBÁÑEZ, 1996, p. 67; tradução nossa).

Algumas autoras e autores da teoria ator-rede, como Mol (1999, 2002) e Law (2008), radicalizam a ideia de que a realidade é construída. Afinal, para elas e eles, a realidade é produto de práticas, e práticas diferentes produzem realidades também diferentes. A realidade, portanto, é múltipla.

Dizer que a realidade não é um objeto coerente e singular não significa dizer que suas diferentes versões não estejam relacionadas; mas, sim, que ela é um objeto fractal, ou seja, que é mais do que uma, ao mesmo tempo em que é menos do que muitas (MOL, 1999, 2002). Em outras palavras, ela não está totalmente fragmentada, mantendo suas várias versões alguma relação (CORDEIRO; SPINK, 2013). E, mais, significa dizer que essa singularidade não é dada *a priori*, mas é o resultado de todo um trabalho de *co-ordenamento*.

Pressupostos teóricos: a linguagem como dialogia

Nessa perspectiva a linguagem tem um papel central e é entendida como estando sempre em ação. Ou seja, ela ativamente constrói as relações e as realidades, por isso dizemos que são práticas discursivas. Não se trata, contudo, de um processo monológico. Pelo contrário, na abordagem de análise de práticas discursivas a linguagem é entendida como uma prática social dialógica. Mikhail Bakhtin é o autor de referência que utilizamos para pensar esse caráter dialógico. Afirma o autor:

> Ademais, todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (BAKHTIN, 2006, p. 272).

Assim, os sentidos são produzidos nesse fluxo de linguagem em que há sempre enunciados anteriores aos quais nos referimos, e que sustentam os enunciados do presente e a expectativa de enunciados futuros. É importante pontuar que, para Bakhtin (2006), a dialogia é um elemento constitutivo da linguagem. Nas conversações ela é mais facilmente identificada: falamos para alguém ou com alguém e nos posicionamos de determinados modos, assim como posicionamos os nossos interlocutores e vamos construindo nossos argumentos nesse jogo dialógico. Também nos textos escritos e até em nossos pensamentos é possível identificar um diálogo (implícito ou explícito) com outros autores ou diferentes vozes que circulam no cotidiano sobre um determinado assunto. Como seres de linguagem estamos inseridos nessa relação dialógica com e entre os enunciados que circulam no contexto social em que vivemos. E é essa relação que nos permite produzir sentidos e agir no mundo. Para Marilia Amorim (2004 p. 151 e 152): "A relação dialógica é uma relação de sentido que se estabelece entre diferentes enunciações num mesmo enunciado".

Aspectos teóricos da abordagem de análise de práticas discursivas

Há três aspectos centrais na abordagem de análise discursiva aqui apresentada: gêneros de discurso e linguagens sociais, repertórios interpretativos e tempos de circulação de repertórios.

As práticas discursivas materializam as relações dialógicas em termos de gêneros de fala e de linguagens sociais. Esses dois conceitos também são oriundos dos estudos de Bakhtin, e nos ajudam a compreender os modos como, no cotidiano, há permanências que desempenham um papel central nas performances linguísticas do dia

a dia. Por linguagens sociais, entendemos os discursos próprios de grupos sociais específicos, disciplinas acadêmicas, campos de saber e gerações, entre outros (BAKHTIN, 2015). Para dar um exemplo, no Brasil, dizemos que muitas vezes advogados e juízes utilizam o "juridiquês" para nos referirmos aos termos e expressões próprios da área jurídica.

Os gêneros de discurso (*speech genres*) podem ser definidos como uma forma padrão dos enunciados construídos social e historicamente. É dizer, são formas mais ou menos estáveis e buscam estar em sintonia com o contexto social e as/os interlocutoras/es. Um bom exemplo é o gênero de discurso utilizado num primeiro encontro: é esperado que se diga os nomes, a que se segue um aperto de mão e, dependendo do contexto, acompanhado de um beijo na face. É importante lembrar que para Bakhtin (2006) toda a comunicação é pautada pelos gêneros discursivos.

Há uma outra dimensão, a dos repertórios interpretativos, que é muito importante para a compreensão da abordagem das práticas discursivas. Esses foram definidos por Potter e Wetherell (1987) como termos, descrições, lugares comuns e figuras de linguagem, reunidos em torno de metáforas ou imagens, utilizados na linguagem cotidiana. Os repertórios são construídos pela comunidade linguística e compartilhados nas relações sociais e nos processos de socialização. A dissertação de mestrado de Vera Menegon (1998), intitulada "Menopausa: imaginário social e conversas do cotidiano", é um exemplo muito interessante de pesquisa com repertórios. Isso porque a autora fez uma busca na literatura científica da área de saúde a fim de identificar os repertórios que foram sendo produzidos ao longo da história sobre a menopausa e aqueles que, no momento da realização da pesquisa, estavam presentes em conversas no cotidiano. Foi um trabalho robusto que possibilitou compreender o processo de criação, circulação e atualização de repertórios em diferentes tempos.

Parece-nos fundamental, portanto, reconhecer que as linguagens sociais, os gêneros discursivos e os repertórios têm história. Dito de outro modo, eles não surgiram do nada e não são "naturais"; pelo contrário, foram e são histórica e socialmente produzidos num processo dinâmico de constante troca e atualização. Para nos ajudar a compreender essa dimensão, Mary Jane Spink (2010 p. 34) incorporou às discussões sobre práticas discursivas uma perspectiva tripartite de tempo:

> [...] o Tempo Longo é o domínio da construção dos conteúdos culturais que foram parte dos discursos de uma dada época. Permite que nos familiarizemos com os conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios do saber: religião, ciência, conhecimentos e tradições do senso comum, entre eles. O Tempo Vivido é o tempo de ressignificação desses conteúdos históricos a partir dos processos de socialização. É o tempo de vida de cada um de nós; tempo da memória na qual enraizamos nossas narrativas pessoais e identidades. O Tempo Curto é o tempo da interanimação dialógica e da dinâmica da produção de sentidos. É nesse tempo que se presentificam as diferentes vozes ativadas pela memória cultural do tempo longo ou pela memória pessoal do tempo vivido.

Essa divisão temporal nos permite situar social e historicamente o uso de linguagens sociais, repertórios e gêneros discursivos. Mas é preciso lembrar que a linguagem é viva e dinâmica e que os tempos não são estanques; eles são fluxos interpretados nas dinâmicas do cotidiano. Por exemplo, a pandemia da covid-19 trouxe de volta para o cotidiano a noção de quarentena. Os registros históricos que temos acerca dessa estratégia como medida de saúde pública remontam ao ano de 1377 quando, diante da ameaça do espalhamento da peste bubônica, o conselho do porto de Ragusa, que na época pertencia a Veneza, estabeleceu que a tripulação e viajantes dos navios que lá aportassem deveriam aguardar quarenta dias para desembarcar. Desde então a quarentena tem sido uma medida utilizada por diferentes países para evitar a propagação de epidemias (GENSINI, YACOUB; CONTI, 2004).

Para a maioria dos brasileiros, porém, antes da atual pandemia esse não era um conceito familiar. Resgatado do tempo longo, passou a ser parte do nosso cotidiano e do que denominamos de tempo curto e, certamente, será incorporado ao tempo vivido de todos nós que convivemos com a covid 19.

Considerações finais

Utilizar a análise de práticas discursivas para a realização de pesquisas implica fazer escolhas metodológicas que sejam coerentes com essa abordagem e com os princípios epistemológicos que a orientam. É dizer, entendemos que os métodos devem ser pautados pela visão de mundo e de conhecimento que orienta a pesquisa. Assim, escolhemos ferramentas que nos possibilitarão atingir nossos

objetivos, mas que também nos permitam estudar algumas das dimensões das práticas discursivas. Nesse sentido, fazemos pesquisas utilizando material (escrito/falado/imagens) veiculados por diferentes mídias e por documentos de domínio público (cartas, políticas públicas, manuais etc.), assim como aquele obtido em interações face a face. Recorremos frequentemente à observação participante em suas diversas formas, às entrevistas, às conversas do cotidiano, às rodas de conversa e grupos focais utilizando variadas formas de registro, como gravadores de áudio, diários de campo e fotografias.

Vale apontar que a abordagem das práticas discursivas resulta de longa trajetória de pesquisa que enveredou por diversos caminhos ao longo do tempo. Em uma etapa dessa trajetória houve um longo namoro com a teoria das representações sociais, o que gerou, entre alguns, a impressão de que se tratava de uma continuidade. Houve, a bem dizer, uma ruptura, seja pelo abandono de posicionamentos representacionistas, seja pela mudança de escala de análise, conforme justificativas publicadas há 26 anos:

> As opções metodológicas têm consequências. Tendo escolhido trabalhar com estudos de caso para compreender como as representações sociais eram elaboradas e utilizadas nas práticas cotidianas, deparei-me com uma mudança de escala: da consciência social compartilhada – a esfera adequada para o estudo das representações sociais – para a escala das interações no aqui-e--agora. Ao focalizar a microescala das interações, a argumentação e a natureza dialógica dos processos de produção de sentido ficam evidenciadas. O que está em pauta nesta escala, não é o *conhecimento como conteúdo* e sim o *conhecimento como produção de sentido*. A produção de sentido, na perspectiva que se descortina atualmente em minhas pesquisas, é essencialmente uma prática social, intrinsicamente dialógica e, portanto, discursiva (SPINK, 1996, p. 183).

Ao adotar uma perspectiva construcionista e priorizar a dialogia nos foi possível desenvolver várias ferramentas de análise em colaboração com participantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: direitos, riscos e saúde (Nuprad). Entre elas, mapas dialógicos, linhas narrativas, árvores de associação de ideias, glossários de repertórios. Essas ferramentas de pesquisa e análise foram descritas no livro *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (SPINK *et al.*, 2014).

Referências

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro** – Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BAKHTIN M. **Teoria do romance I** – a Estilística. São Paulo: Editora 34, 2015.

CORDEIRO, M. P.; SPINK, M. J. P. Por uma psicologia social não perspectivista: contribuições de Annemarie Mol. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 338-356, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GENSINI, G. F.; YACOUB, M. H.; CONTI, A. A. The concept of quarantine in history: from plague to SARS. **Journal of Infection**, [s.l.], v. 49, n. 4, p. 257-261, 2004. doi: 10.1016/j.jinf.2004.03.002.

GERGEN, K. The social constructionist movement in modern Psychology. **American Psychologist**, [s.l.], v. 40, n. 3, p. 266-275, 1985.

GERGEN, K.; GERGEN, M. **Reflexiones sobre la construcción social**. Barcelona: Paidós, 2011.

IBÁÑEZ, T. La construccion del conocimiento desde una perspectiva socioconstrucionista. In: MONTERO, M. (Org.). **Conocimiento, realidad e ideología**. Caracas: Associacion Venezoelana de Psicología Social/AVEPSO, 1994. p. 39-48.

IBÁÑEZ, T. **Municiones para disidentes**: realidad-verdad-política. Barcelona: Gedisa, 2001.

IBÁÑEZ, T. O "giro linguístico." In IÑIGUEZ-RUEDA, L (Org.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.19-49.

IBÁÑEZ, T. **Fluctuaciones conceptuales en torno a la postmodernidad y la psicología**. Caracas: Universidad Central de Venezoela, 2011.

IÑIGUEZ-RUEDA, L. Prática da análise de discurso. In: _____ (Org.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.105-161.

IÑIGUEZ, L. La psicologia social en la encrucijada postconstruccionista. Historicidad, subjetividade, performatividad, acción. In: Guareschi, N. (Org.). **Estratégias de invenção do presente**: a psicologia social no contemporâneo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 5-42. Disponível em: https://books.scielo.org/id/hwhw6. Acesso em: 20 abr. 2022.

LAW, J. **After method**: mess in social science research. Oxson; New York: Routledge, 2008.

MENEGON, V. S. M. Menopausa: imaginário social e conversas do cotidiano. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

MOL, A. Ontological politics: a word and some questions. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Org.). **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing, 1999. p. 74-89.

MOL, A. **The body multiple**: ontology in medical practice. Londres: Duke University Press, 2002.

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and social psychology**: beyond attitudes and behaviour. London: Sage Publications, 1987.

SPINK, M. J. P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Eldelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, M. J. P. Representações sociais: questionando o estado da arte. **Psicologia & Sociedade**, [sl.l], v. 8, n. 2, p. 166-186, jul./dez. 1996.

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 1-21.

SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, VV. L. V.; CORDEIRO, M. P. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

6. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE BAKHTIN E O CÍRCULO

Cláudio Primo Delanoy[40]

Introdução

A pesquisa científica sobre a linguagem humana deve partir da compreensão da complexidade do objeto: a própria linguagem. Um dos grandes nomes linguística moderna, Ferdinand de Saussure, já apontava a natureza multifacetada da linguagem por estar presente em vários domínios de modo simultâneo, quer dizer, na física, na psicologia, na fisiologia etc., resultando então num objeto tal que dificultaria uma ciência linguística que reclamasse um objeto estável e homogêneo, próprio para a análise. Embora não seja nosso propósito seguirmos com o mestre genebrino, salientamos uma de suas mais interessantes afirmações, ligada ao fenômeno da linguagem, que irá resultar em um método de pesquisa, a nosso ver, aplicável a qualquer abordagem teórica na linguística: "Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto" (SAUSSURE, 2004, p.15). Quer dizer que em termos de linguagem, nada encontramos pronto, acabado, no mundo. Não tropeçamos em linguagem, não a encontramos isolada na natureza como identificamos um animal ou uma rocha. A linguagem é inerente ao humano. Nesse sentido, Saussure defende uma tomada prévia de decisão sobre o que estudar na linguagem, um ponto de partida, um recorte metodológico que irá construir o objeto a partir desse olhar. É dessa reflexão no Curso de Linguística Geral que vai eleger a *língua*, enquanto sistema (é sua perspectiva), para o objeto da sua linguística.

O parágrafo introdutório emoldura este capítulo porque apresenta a necessidade de assumirmos um posicionamento teórico-metodológico ao estudarmos cientificamente a linguagem. Neste caso, pretendemos discorrer sobre as reflexões de Bakhtin e o Círculo em seus pressupostos, a envolver uma concepção própria de linguagem e um método coerente a tal perspectiva. Nossa proposta é apresentar e explicar alguns dos conceitos da teoria dos pensadores

40 Doutor em Linguística, PUCRS.

russos, notadamente aqueles que serão exemplificados no capítulo seguinte desta obra, quer sejam: signo ideológico (palavra), dialogismo, responsividade, enunciado concreto, acento valorativo (entonação). Tal elenco representa um recorte, visto ser praticamente impossível explicar a abordagem bakhtiniana por inteiro em um único capítulo de livro. No entanto, deve ser suficiente para expormos suas bases, notadamente considerando a aplicabilidade dos conceitos a discursos.

Conceitos

Iniciamos com o signo ideológico. Volóchinov, integrante do Círculo de Bakhtin[41] e autor de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2017), propõe-nos pensar sobre a natureza da palavra, o material de que é feita a linguagem. Para tanto, compara a matéria palavra com outros objetos de criação artística, como a argila e o mármore. Em uma escultura, o artista manipula a matéria bruta e lhe dá uma forma, seja de uma figura humana ou um objeto qualquer. A argila e o mármore, assim como a madeira, o metal etc. aceitam e manifestam a criatividade do artista. Volóchinov nos diz que nada disso acontece com a palavra:

> O escultor pode dar ao mármore ou à argila qualquer forma, pode mudar a seu gosto suas menores partes, obedecendo a sua fantasia criativa ou um plano pensado nos mínimos detalhes. Entretanto, a palavra não possui essa flexibilidade e maleabilidade exterior. Ela não pode ser nem alongada, nem encurtada, tampouco é possível atribuir-lhe, por vontade própria, uma significação inadequada, totalmente outra. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 236)

Em sua concepção, em concordância com Bakhtin, a palavra já se apresenta a nós carregada de sentidos, quer dizer, a palavra nos chega de alguma forma já dita e significada pelos outros: "Nenhuma palavra é dada ao artista [por extensão, ao falante] no seu aspecto linguístico virgem. Essa palavra já foi fecundada por aquelas situações cotidianas e contextos poéticos nos quais ele a havia encontrado." (VOLÓCHINOV, 2019, p. 221).

41 Grupo multidisciplinar de intelectuais que se reuniu na Rússia, de 1919 a 1929, incluindo Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pavel Medviédev, dentre outros. Filosofia e reflexões sobre a linguagem eram temas frequentes das reuniões. (FARACO, 2009).

Não é o caso de pensarmos em sentidos fixos das palavras, dicionarizados, mas de percebermos que as palavras não são tão flexíveis como a argila, que por si só nada significa, senão no todo de uma obra, ao representar uma estátua ou um utensílio, por exemplo. Ao falante, a palavra impõe, juntamente com a sintaxe da língua, uma série de regras impossíveis de serem ignoradas ao levarmos em conta a compreensão.

A palavra chega a nós como um signo ideológico: "*A palavra é o fenômeno ideológico par excellence.*", conforme Volóchinov (2017, p. 98, grifos do autor). Por quê? Em uma situação de comunicação real, a palavra representa algo que lhe é exterior, mas não só reflete, como também a refrata uma realidade. Significa afirmarmos a possibilidade de distorcer uma realidade, ou de a confirmarmos, de a perceber de maneira ímpar, e tudo isso por meio da palavra: "Onde há signo há também ideologia. *Tudo o que é ideológico possui uma significação sígnica*". (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93, grifos do autor). Nossa percepção dos objetos do mundo e até mesmo do outro nunca se dá de forma neutra, isenta de uma ideologia.

Para os integrantes do Círculo, não produzimos somente uma forma e conteúdo, mas também uma posição avaliativa. Nas palavras de Volóchinov:

> Na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante. *A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana*. É apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano. (VOLÓCHINOV, 2017, p.181, grifos do autor).

Devido a essa concepção, um discurso pretensiosamente neutro é uma impossibilidade, pois sempre haverá uma reflexão e uma refração da realidade, acompanhadas de uma posição avaliativa, manifestando uma ideologia. Sem dúvida há a possibilidade de "esconder" o sujeito em seu enunciado ao utilizar ferramentas existentes na própria língua, dando uma aparência de neutralidade ao seu discurso. Se recorrermos a notícias jornalísticas, por exemplo, observamos a ocorrência de expressões mais gerais, uma carga baixa de adjetivação (principalmente de caráter avaliativo), as citações apresentadas em modo direto, dentre outros recursos, que promovem certo afasta-

mento do redator em seu discurso, com o propósito de dar relevância aos ditos "fatos". No entanto, tais recursos foram escolhidos pelo redator (mesmo que seja uma imposição do gênero notícias), revelando então um posicionamento. A busca por um discurso dito neutro revela em si uma posição ideológica, ou seja, confirmamos a proposição do Círculo de que todo discurso é sempre ideológico.

Um aspecto relacionado ao enunciado composto por signos ideológicos é que ele porta uma entonação, um "[...] elemento *expressivo*, isto é, a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado". (BAKHTIN, 2016, p. 47, grifo do autor). Um enunciado pode ser agressivo, jocoso, pejorativo, intimidador, laudatório, encorajador etc. Volóchinov (2019, p. 216) define *expressão valorativa*:

> Convencionamos chamar de *expressão valorativa* toda avaliação encarnada em um material. O material primário autêntico dessa expressão valorativa é o próprio corpo humano: o gesto (o movimento do corpo dotado de significação) e a voz (além da fala articulada) (p. 216, ênfases do autor).

Embora, pela definição acima, Volóchinov coloque a expressão valorativa no gesto e na voz (oralidade), encontramo-la também na escrita, conforme nos mostra Véronique Dahlet (2005). Seguimos a problemática levantada pela pesquisadora em seu artigo *A entonação no dialogismo bakhtiniano*, no qual reflete sobre o lugar do corpo e da voz em enunciados escritos, sobretudo na poesia. A autora amplia, assim, a discussão sobre a presença da entonação em enunciados escritos em prosa e como constroem o sentido do discurso: "A nossa hipótese é a seguinte: há e ouve-se voz no texto, na medida em que a entonação é a fonte dessa voz e que por meio dela se estabelece uma ligação do corpo com o texto e do texto com o corpo." (DAHLET, 2005, p. 249). Segundo a autora, a ligação corpo e voz se dá pela entonação.

Esta valoração presente no enunciado se revela não só nos signos (pela escolha lexical) como também nos recursos gramaticais e composicionais do enunciado, ou seja, a entonação, a expressão avaliativa, é constitutiva do enunciado. Não é um traço adicional, não é um complemento, mas é parte do enunciado. Conforme nos escreve Bakhtin (2016 p. 49), "Se uma palavra isolada é pronunciada

com entonação expressiva, já não é uma palavra mas um enunciado acabado expresso por uma palavra." Pensemos na palavra *fogo*. No sistema da língua, há apenas possibilidades de significações. No entanto, ao ser produzida em um contexto real de comunicação, com uma entonação expressiva, pode indicar a ocorrência de um incêndio, provocando então uma resposta dos interlocutores, como a de deixar imediatamente o lugar. Não teríamos o mesmo resultado se o falante dissesse, no mesmo contexto, a palavra "alface"; somente, talvez, uma reação de estranheza dos interlocutores. Agora, em um contexto comunicativo ambientado na cozinha de um restaurante, possivelmente "alface", entoada expressivamente, já alcançasse o status de enunciado ao significar, por hipótese, "está faltando alface" ou "está chegando uma caixa de alfaces", dependendo de quem for o locutor (o cozinheiro ou o entregador, por exemplo).

Vemos, então, que a entonação expressiva constitui o enunciado, faz com que a palavra se torne um elemento de comunicação, provoca uma resposta a quem é dirigida. Portanto, "[...] a emoção, o juízo de valor e a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo de seu emprego vivo em um enunciado concreto." (BAKHTIN, 2016, p. 51).

Uma particularidade relacionada à entonação é seu caráter social. Como nos escreve Volóchinov (2019, p. 222), o som entoado da voz, a escolha das palavras e suas disposições no enunciado revelam uma avaliação social. Explica-nos dando como exemplo o grito humano: "O grito humano é social. Ele se queixa, implora por ajuda, informa, ameaça, amedronta etc. [...]" (VOLÓCHINOV, 2019, p. 223). O grito já é um fenômeno ideológico, orientado ao outro, seja esse outro alguém determinado ou não. Em *Fragmentos dos anos 1970-1971* (BAKHTIN, 2017, p. 55) lemos: "O tom não é determinado pelo conteúdo concreto do enunciado ou pelas vivências do falante mas pela relação do falante com a pessoa do interlocutor (com sua categoria, importância, etc.)". Para Dahlet (2005, p. 251), seguindo Bakhtin, a entonação se realiza nas categorias de locutor/autor, ouvinte/leitor e o objeto do enunciado. Seria a partir das relações entre as categorias que se estabeleceria a entonação como portadora da avaliação social do enunciado.

Já que temos usado a expressão *enunciado*, precisamos defini-la nos moldes de Bakhtin e o Círculo. O enunciado é a unidade básica de comunicação discursiva. Aqui, refere-se a enunciado

concreto, aquele efetivamente produzido em uma situação real de comunicação, entre parceiros do discurso, situados social e historicamente, seja na modalidade oral ou escrita. Diferentemente de Saussure (2004), que elegeu a língua/sistema como seu objeto de estudo (e de outras teorias com seus respectivos alvos), Bakhtin e o Círculo partem do enunciado real, produzido por um locutor, orientado a um interlocutor, ambientados sócio-historicamente. Nesse sentido, cada enunciado, fruto de uma enunciação, é sempre único e irrecuperável em sua essência, pois a cada vez que é proferido, representa-se como uma nova enunciação.

O enunciado também se difere da oração gramatical. Bakhtin (2016, p. 46) explica-nos a distinção: a oração, no sistema da língua, não tem autor, não responde a nada, existe unicamente como uma possibilidade de construção linguística. Somente quando utilizada em uma situação concreta de comunicação é que vai expressar uma posição responsiva do seu autor, agora passando a constituir-se como um enunciado concreto: "O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir. " (BAKHTIN, 2016, p. 28). Desse modo, para que possamos compreender o sentido de um enunciado, precisamos considerar na análise não só o sentido das palavras ali presentes e organizadas sintaticamente, mas também as pessoas envolvidas (locutor e interlocutor) e a situação contextual em que estão inseridas, pois todo enunciado é sempre orientado ao outro, em um determinado tempo e espaço.

Outra particularidade do enunciado é sua natureza de constituir-se um elo na cadeia de outros enunciados. O enunciado, por assim dizer, é individual na medida em que expressa uma atitude responsável do falante. Ele organiza sua fala e é responsável por ela. No entanto, o enunciado é igualmente social, pelo fato de ele ser constituído por meio de outros enunciados. Citamos Bakhtin:

> Ora, todo o discurso concreto (enunciado) encontra o objeto para o qual se volta sempre, por assim dizer, já difamado, contestado, avaliado, envolvido ou por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito. Ele está envolvido e penetrado por opiniões comuns, pontos de vista, avaliações alheias, acentos. O discurso voltado para o seu objeto entra nesse meio dialogicamente agitado e tenso de discursos, avaliações e acentos alheios, entrelaça-se em

> suas complexas relações mútuas, funde-se com uns, afasta-se de outros, cruza-se com terceiros; e tudo isso pode formar com fundamento o discurso, ajustar-se em todas as suas camadas semânticas, tornar complexa sua expressão, influenciar toda a sua feição estilística. (BAKHTIN, 2015, p. 48).

Explicamos a citação. Quando produzimos um discurso relacionado a um objeto, este discurso responde a outros discursos já produzidos, e com eles entra em relação de concordância, de rejeição, de complementaridade etc. É o que explica o conceito chave das reflexões bakhtinianas sobre a linguagem: o *dialogismo*. Todo discurso é formado a partir de outros, como uma forma de resposta a eles, ou seja, estabelece-se um diálogo. O sentido é construído justamente ao considerarmos essa relação tensa entre discursos. Para Bakhtin,

> A orientação dialógica do discurso é, evidentemente, um fenômeno próprio de qualquer discurso. É a diretriz natural de qualquer discurso vivo. Em todas as suas vias no sentido do objeto, em todas as orientações, o discurso depara com a palavra do outro e não pode deixar de entrar numa interação viva e tensa com ele. Só o Adão mítico, que chegou com sua palavra primeira ao mundo virginal ainda não precondicionado, o Adão solitário conseguiu evitar efetivamente até o fim essa orientação dialógica mútua com a palavra do outro no objeto. (BAKHTIN, 2015, p. 51)

A natureza dialógica do discurso permite que se enxerguem os discursos a que outro discurso responde. Ao vermos uma campanha a favor da denúncia de maus-tratos a mulheres, percebemos ao menos dois discursos em tensão dialógica: um que revela a prática de violência contra mulheres, ou então a campanha não teria sentido; outro, que há um discurso de silenciamento quanto às agressões, talvez lembrando o dito popular (contestável) “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, que revela uma ideologia de não interferência na relação de um casal, mesmo com casos de agressão moral ou física. Poderíamos inclusive citar um terceiro: as vítimas geralmente têm dificuldades para denunciar seus cônjuges, logo seria necessário a intervenção de um terceiro para protegê-la da violência doméstica. Percebemos assim que tal campanha diz muito mais do que um convite à denúncia de maus-tratos, mas também mostra uma rede de discursos aos quais a campanha é uma resposta.

Responsividade é outro conceito caro aos integrantes do Círculo, no sentido de localizar o enunciado proferido por um falante em uma cadeia de enunciados (e não tomado isoladamente), de discursos, conforme já mencionamos, em relação de respostas uns aos outros. É o princípio do dialogismo, que não deve ser reduzido à forma do diálogo face a face, embora seja uma de suas manifestações mais evidentes. As relações dialógicas são estabelecidas mesmo entre discursos sem relação direta entre si, sem que necessariamente mencionem um ao outro, mas que dialogam de alguma maneira, seja em termos de conteúdo, seja em termos de forma, ou ambos. Assim, enunciados separados temporalmente por séculos, por exemplo, podem evidenciar relações dialógicas.

A expressão responsividade também aparece ligada à compreensão de enunciados. Para o Círculo, compreender um enunciado é dar uma resposta a ele. Nesse sentido, o interlocutor não ocupa uma mera posição de receptividade na interação comunicativa, pois ele compreende o enunciado ao estabelecer relações dialógicas com outros enunciados de seu conhecimento e ao responder ao locutor. É a compreensão responsiva ativa, conforme nos explica Bakhtin. Diferentemente do esquema de comunicação idealizado por Jakobson (2010, p. 156), no qual o interlocutor é denominado destinatário ou decodificador e tem uma função passiva de receber uma mensagem, no âmbito bakhtiniano o interlocutor exerce um papel ativo na compreensão, ao elaborar sua resposta.

Se pensarmos nos integrantes parceiros de uma interação discursiva, locutor e interlocutor são interdependentes. Um existe porque o outro existe também. Não há produção de discurso sem interlocutor, pois toda palavra é sempre orientada ao outro:

> Ao falar, sempre levo em conta o campo aperceptivo da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias – tudo isso irá determinar a sua ativa compreensão responsiva do meu enunciado [por] ele. (BAKHTIN, 2016, p. 63).

Podemos dizer, então, que o interlocutor também influencia o enunciado do locutor, pois este último faz uma projeção de quem

seja seu parceiro e a ele se dirige. Essa projeção de quem seja o interlocutor, seus conhecimentos, sua hierarquia social etc. vai encontrar reflexo no enunciado, seja pela escolha lexical (termos técnicos ou mais populares, por exemplo), pelo registro (graus de formalidade), pela sintaxe (graus de complexidade na organização dos sintagmas), dentre outras maneiras. Assim, o locutor é responsável pelo enunciado que produz, mas a sua elaboração considera a figura do interlocutor projetado. Quer dizer que um enunciado é individual e social ao mesmo tempo.

Na continuação de nosso propósito de apresentar os pressupostos bakhtinianos, faz-se importante mencionar a implicação dessa abordagem em um método próprio de análise. Encontramos em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (VOLÓCHINOV, 2017) pelo menos dois momentos nos quais o autor faz indicações de método. À página 110, são listadas três *exigências metodológicas*, a saber:

> *1) Não se pode isolar a ideologia da realidade material do signo* [...].
>
> *2) Não se pode isolar o signo das formas concretas da comunicação social* [...].
>
> *3) Não se pode isolar a comunicação e suas formas da base material*. (VOLÓCHINOV, 2017, p.110, grifos do autor).

Nas requisições acima percebemos a frequência da expressão *não se pode isolar* [...], o que mostra a preocupação de o enunciado ser estudado de maneira integrada ao uso real da linguagem, que envolve localizar a ideologia no signo material e não em um campo impreciso da mente, e considerar o signo a partir da comunicação, e não fora dela, por exemplo, já que vai constituir um determinado sentido único naquela enunciação particular. Qualquer tentativa de separar um elemento constituinte da linguagem descaracterizaria o fenômeno em sua realidade viva.

Em um segundo momento, à página 220 da mesma obra, o autor escreve-nos:

> Disso decorre que a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte [...]; 3) partindo

> disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (VOLÓCHINOV, 2017, p.220).

Feitas as considerações, perguntamo-nos então o que seria uma análise nos moldes bakhtinianos? É justamente partir das formas concretas, do enunciado efetivamente produzido (seja oral ou escrito), integrado ao horizonte social, cultural e histórico em que ele está inserido. É o que podemos chamar de uma contextualização, necessária para a sua compreensão. O contexto envolve, por exemplo, determinada situação política de um país, uma tal problemática social, um evento específico, enfim, uma situação que dará um horizonte social no qual o enunciado se encontra. O horizonte social não é um pano de fundo, um complemento ao enunciado, mas constitutivo dele, pois seu sentido pode mudar drasticamente se for dito em horizontes distintos. Além disso, atentar para a necessidade de enxergar o enunciado não como uma simples forma linguística, mas sim uma forma que cumpre uma função específica ao servir de mediação entre parceiros da comunicação situados em uma realidade social. Importante também considerar as relações dialógicas com outros discursos, considerando-os pertencentes a uma cadeia de discursos que se respondem uns aos outros. Por fim, analisar as formas da língua, o léxico empregado, as organizações sintáticas etc. pelas quais um enunciado se elabora. Obviamente essas são linhas gerais do método. Cada pesquisa, a partir daí, vai eleger uma metodologia adequada às suas metas. Dessa forma, Volóchinov nos aponta um caminho de análise discursiva de acordo com a concepção de linguagem dos integrantes do Círculo de Bakhtin.

Considerações finais

Buscar explicar uma teoria em poucas páginas resulta inevitavelmente em escolher dentre a complexidade de conceitos aqueles necessários ao atendimento de uma demanda. Aqui, procuramos elencar alguns dos conceitos de Bakhtin e o Círculo capazes de proporcionar uma visão geral das reflexões do grupo sobre a linguagem. É sempre um desafio, ainda mais quando percebemos a imbricação dessas noções: dialogismo, enunciado concreto, signo ideológico, compreensão responsiva ativa, entonação, acentos valorativos são todos inter-relacionados, e um comentário a partir de cada um representa uma necessidade metodológica de apresentação, mas, na

verdade, todos reclamam sua importância simultânea na produção real de um enunciado. Neste texto optamos por começar pelo signo ideológico, e a partir dele percorremos os outros conceitos. Porém, poderíamos ter começado por dialogismo, por meio do qual, em um momento, chegaríamos ao signo ideológico e a todos os outros. Os conceitos constituem um grande corpo teórico interligado, coerente. Ao comentador cabe escolher por onde começar.

Referências

BAKHTIN, M. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2017.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2016.

BAKHTIN, M. **Teoria do Romance I:** a estilística. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2015.

DAHLET, Véronique. A entonação do dialogismo bakhtiniano. In BRAIT, B. (org.). **Bakhtin:** dialogismo e construção do sentido. Campinas, SP: Unicamp, 2005, p. 249-264.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22ª. Ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2004.

VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2019.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2017.

6.1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: uma análise dialógico-discursiva da Lei Maria da Penha

Luciane Alves Branco Martins[42]
Cristiano Sandim Paschoal[43]

Considerações iniciais

> *Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância...* (Simone de Beauvoir)

A pandemia da Covid-19 aumentou os fatores que colocam a mulher em risco de violência doméstica e familiar, mas não pode ser considerada como sua causa principal. Esse é um dos resultados da pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro da Segurança Pública (FBSP), divulgado no final de maio de 2020. Nesse momento, em que o distanciamento social é uma das medidas preventivas mais indicadas para o combate ao novo coronavírus, o ambiente doméstico tornou-se um dos lugares mais inseguros para a mulher.

Segundo Gabriela Manssur, promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo e criadora do Projeto Justiceiras (@ justicadesaia), "a violência contra a mulher começa com sutilezas e está mais silenciosa. Os agressores não agridem fisicamente, mas psicologicamente, por meio da vigilância excessiva, da impossibilidade de a mulher sair de casa, de uma exigência comportamental, em que a mulher deve se ocupar das lides domésticas e da família", como antigamente.

42 Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. (Bolsista CAPES). Mestra em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2020). Porto Alegre, RS. (Bolsista CAPES) Membro do grupo de pesquisa Tessitura: Vozes em (dis) curso. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4203-022X. E-mail: luciane.martins75@edu.pucrs.br.

43 Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. (Bolsista CNPq). Mestre em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2021). Porto Alegre, RS. (Bolsista CNPq) Membro do grupo de pesquisa Tessitura: Vozes em (dis) curso. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1638-4120. E-mail: cristiano.paschoal@edu.pucrs.br.

Em entrevista ao programa Cidadania, da TV Senado, veiculado em 19/05/2020, a promotora de Justiça afirma que essas mulheres se encontram isoladas pelos agressores e, consequentemente, não conseguem se comunicar, uma vez que que não têm acesso à internet e, em muitos casos, têm seus celulares retidos pelos cônjuges. Quantas vezes já não se soube de casos em que o homem decide a roupa que a mulher usará, a cor do batom, do esmalte, o tipo de sapato e o penteado. Consentido por muitas delas, por motivos diversos, o homem encontra-se no centro da relação matrimonial e, alicerçado em uma cosmovisão patriarcal, torna indubitável o seu exercício pleno do autoritarismo.

Trata-se de uma violência psicológica que, muitas vezes, não deixa marcas visíveis. Por conseguinte, os mecanismos sutis do machismo e do patriarcalismo acabam sendo tolerados pela sociedade. As vítimas dessa forma de violência doméstica e familiar, muitas vezes, não percebem com nitidez que se encontram sob os moldes configurativos de uma relação abusiva. Por desconhecimento, por dependência, seja emocional ou financeira, as mulheres não denunciam seus agressores e acabam envoltas em um contexto de violência e silenciamento.

Se o cenário atual ainda é preocupante, houve tempos no contexto brasileiro em que a situação da violência contra a mulher atingiu matizes de severidade aguda. A Lei nº 9099/1995, por exemplo, tratava a violência doméstica e familiar como um crime de menor potencial ofensivo. Na prática, os agressores eram punidos com o pagamento de cestas básicas ou com prestações de serviços comunitários na sociedade.

Com a criação de um consórcio de Organizações Não Governamentais (ONGs), após um amplo debate entre o poder Executivo, o poder Legislativo e a sociedade civil, em 07 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340/2006, denominada de Lei Maria da Penha. Concebida enquanto sendo um marco sociológico essencial para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três leis mais avançadas no mundo em relação à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Considerando os breves apontamentos precedentes, pretende-se, neste capítulo, analisar como está construído discursivamente o enunciado “violência doméstica e familiar”, materializado nos

Capítulos I e I da Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006. Acoplado ao objetivo geral, conjuga-se, também, o ato de perscrutar como se estabelece a tensão axiológica entre o referido enunciado no horizonte discursivo sociedade e sua construção enunciativa na lei.

Para tanto, o presente estudo se alicerçou nos pressupostos teórico-metodológicos bakhtinianos. Tendo em vista o objeto analítico, foram mobilizadas as noções de *signo ideológico*, *enunciado concreto* e *acento valorativo/entonação expressiva*, desenvolvidas e pormenorizadas no capítulo precedente. No que diz respeito ao movimento metodológico, dividimo-lo em dois comenos. Em um primeiro momento, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre o enunciado "violência doméstica e familiar contra a mulher" na internet, devido ao crescente número de casos de violência contra a mulher durante a pandemia da Covid-19. Posteriormente, foi escolhida a referida lei como objeto de análise, considerando sua relevância para a discussão do tema proposto.

A escolha do tema se justifica pela reflexão crítica que se faz necessária sobre como o enunciado supracitado é configurado discursivamente nessa lei e, por conseguinte, como a sociedade percebe a violência contra a mulher. Trata-se, sobretudo, de um movimento investigativo que reitera a necessidade de convergência entre as dimensões intelectual e sociológica, evidenciando o poder heurístico da teoria bakhtiniana para os assuntos que orbitam o feminismo dialógico (DI FANTI; BOENAVIDES; MARTINS; 2021). A seguir, será apresentado um breve contexto sobre os acontecimentos que antecederam a criação da Lei Maria da Penha e, posteriormente, uma síntese da referida lei.

A Maria e a Lei: das garras patriarcais à resistência

A biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes foi casada com o professor universitário Marco Antonio Heredia Viveros que, segundo ela, o conheceu quando cursava o mestrado, na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, em 1974. Ele, por sua vez, cursava pós-graduação em Economia na mesma instituição.

Em 1976, Maria da Penha e Marco Antonio se casaram. Após o nascimento da primeira filha e da conclusão do mestrado de Maria da Penha, foram morar em Fortaleza, onde nasceram as outras duas filhas do casal. A partir desses acontecimentos, a história co-

meçou a mudar (FERNANDES, 2012, p.35). As agressões iniciaram quando ele conseguiu a cidadania brasileira, estabilizando-se profissional e economicamente. Conforme aborda Fernandes (2012), o comportamento explosivo que Marco Antonio apresentava em relação à Maria da Penha e às filhas do casal resultava no medo constante e na tensão diária na vida da família. Nesse contexto, formou-se um ciclo de violência, em que se estabeleciam o aumento da tensão, os atos de violência, o arrependimento e, finalmente, o comportamento carinhoso.

Em 1983, Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de homicídio por parte de Marco Antonio Viveros. Na primeira tentativa, a vítima levou um tiro nas costas enquanto dormia e, em virtude dessa agressão, ficou tetraplégica. O agressor declarou à polícia que tudo não havia passado de uma tentativa de assalto, versão que foi desmentida pela perícia. A segunda tentativa ocorreu meses depois, quando ela retornou para casa e ele a manteve em cárcere privado, empurrando-a da cadeira de rodas e, por conseguinte, tentando eletrocutá-la no chuveiro.

O primeiro julgamento de Marco Antonio ocorreu tardiamente em 1991, ou seja, oito anos depois das duas tentativas de feminicídio, sendo sentenciado a 15 anos de prisão. Porém, os advogados do agressor entraram com recursos de defesa e ele saiu do Fórum em liberdade. (FERNANDES, 2012, p. 58). Em 1996, o agressor foi novamente julgado e considerado culpado, sendo condenado a dez anos e seis meses de prisão. Entretanto, sob a alegação de irregularidades processuais por parte dos advogados de defesa, mais uma vez a sentença não foi cumprida.

A luta por justiça para o caso de Maria da Penha começou a se concretizar em 1998, quando o caso foi denunciado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), que acatou a denúncia de violência doméstica. Em 2001, o Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras. No Relatório da CIDH/OEA, algumas medidas foram recomendadas, como a criação de legislação específica para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, assim como o Estado do Ceará foi condenado ao pagamento de uma indenização à Maria da Penha.

Segundo o Instituto Maria da Penha (2018), em 2002, diante da falta de medidas legais e de ações como o acesso à justiça e a

proteção às vítimas de violência, foi criado um consórcio de Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse consórcio, destacam-se o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), a Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (ADVOCACI), a Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), a Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM/BR) e a Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (THEMIS), além de feministas e de juristas com especialidade no tema.

Após muitos debates com o Legislativo, o Executivo e a sociedade, o Projeto de Lei nº 4.559/2004 da Câmara dos Deputados chegou ao Senado Federal (Projeto de Lei de Câmara nº 37/2006), sendo aprovado por unanimidade em ambas as Casas. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018). Em 07 de agosto de 2006, o então presidente Luis Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.340, batizando-a como "Lei Maria da Penha" em reconhecimento à luta de Maria da Penha Maia Fernandes contra as violações dos direitos humanos das mulheres. A referida lei passou a vigorar em 22 de setembro de 2006.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Lei Maria da Penha estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime que, consequentemente, reclama apuração por meio de inquérito policial a ser remetido ao Ministério Público. Tais crimes são julgados pelos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, que foram criados a partir dessa lei, ou julgados pelas Varas Criminais, nas cidades em que ainda não existem Juizados Especializados.

Constituída por 46 artigos, distribuídos em 7 títulos, a Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O Título I determina, em quatro artigos, a quem a lei é direcionada, ressaltando ainda a responsabilidade da família, da sociedade e do poder público para que todas as mulheres possam ter o exercício pleno dos seus direitos.

O Título II divide-se em dois capítulos e três artigos: além de configurar os espaços em que as agressões são qualificadas como violência doméstica, define todas as suas formas (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). No Título III, composto de três capítu-

los e sete artigos, apresenta-se a questão da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, destacando as medidas integradas de prevenção, de atendimento pela autoridade policial e assistência social às vítimas.

O Título IV possui quatro capítulos e 17 artigos, em que trata dos procedimentos processuais, da assistência judiciária, da atuação do Ministério Público e, em quatro seções (Capítulo II), se dedica às medidas protetivas de urgência, consideradas as disposições mais inovadoras da Lei n. 11.340/2006. No Título V, e seus quatro artigos, está prevista a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sendo que estes juizados podem contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar composta de profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde, incluindo-se, também, a destinação de verba orçamentária ao Judiciário para a criação e manutenção dessa equipe.

O Título VI prevê, em seu único artigo e parágrafo único, uma regra de transição, segundo a qual as varas criminais têm legitimidade para conhecer e julgar as causas referentes à violência de gênero, enquanto não estiverem estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No Título VII, são apresentadas as disposições finais. São 13 artigos que determinam que a instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher pode ser integrada a outros equipamentos em âmbito nacional, estadual e municipal, tais como casas-abrigo, delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde, centros de educação e reabilitação para os agressores etc. Esse Título também dispõe sobre a inclusão de estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança, além de contemplarem uma previsão orçamentária para o cumprimento das medidas estabelecidas nessa lei.

Na próxima seção, será analisada a construção discursiva do enunciado "violência doméstica e familiar", apresentada no Capítulos I e II da Lei em voga.

A construção discursiva do enunciado "Violência Doméstica e Familiar" nos Capítulos I e II da Lei Maria da Penha

A análise da construção discursiva do enunciado "violência doméstica e familiar" presente nos Capítulos I e II, Título II, da Lei Maria da Penha, é alicerçada pelas ideias do Círculo de Bakhtin.

Esse referencial teórico tem por base as noções teóricas de signo ideológico, palavra, enunciado concreto e acento valorativo/entonação expressiva. Alicerçados no desenvolvimento teórico dessas categorias do capítulo precedente, iniciamos nossa análise discursiva do enunciado "violência doméstica e familiar" nos Capítulos I e II da referida lei. O Título II da Lei Maria da Penha trata da "Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e apresenta o Capítulo I, em que estão dispostos o 5º e 6º artigos dessa lei. No mesmo Título, o Capítulo II contempla "As Formas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher", em seu artigo 7º.

No artigo 5º da Lei Maria da Penha, e seus respectivos incisos e parágrafo único, são apresentadas as disposições gerais desta lei. Nesse discurso, configura-se a definição para o enunciado "violência doméstica e familiar":

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)
>
> - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
>
> - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
>
> - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
>
> Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006, p. 02).

É importante ressaltar que a Lei Maria da Penha apresenta uma fundamental reflexão ao estabelecer a violência contra a mulher como "doméstica" e "familiar", pois, durante muito tempo, essas duas palavras eram consideradas como equivalentes. Essa pode ser considerada uma das inovações dessa lei, uma vez que se "a palavra é capaz de fixar todas as fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam (VOLÓCHINOV, 2017, p. 106), determinar os limites da violência doméstica e da violência

familiar consiste, sobretudo, em um novo olhar para essa mazela social.

Assim sendo, o enunciado "violência doméstica e familiar" é explicado nos três incisos, do artigo 5º, quanto à sua abrangência, que pode ser na unidade doméstica, na esfera familiar, ou em qualquer relacionamento íntimo de afeto e independente da orientação sexual. Um ponto a destacar no presente capítulo é o fato de que não há necessidade de coabitação no mesmo lar das vítimas e de seus agressores, mas que esses tenham mantido, ou ainda mantêm, uma relação familiar.

Os critérios estabelecidos pela Lei Maria da Penha para o enunciado "violência doméstica e familiar" ajudam na compreensão dos interlocutores dessa lei, que são os cidadãos brasileiros, uma vez que "o mundo interior e o pensamento de todo o indivíduo possuem seu *auditório social* estável, e nesse ambiente se formam os seus argumentos interiores, avaliações etc" (VOLÓCHINOV,2017, p. 205). Dessa forma, quanto mais claro, objetivo e didático for o discurso apresentado na lei, melhor será a sua (re)atualização no horizonte social brasileiro, uma vez que ".é o caráter responsivo dos sujeitos e as contrapalavras por eles enunciadas que darão à palavra uma imortalidade semântico-axiológica" (PASCHOAL, 2022, p.7).

O signo "unidade doméstica", entendido, também, como "casa", "lar", reflete o espaço físico de convívio permanente de pessoas, mas que essas pessoas podem ter, ou não, vínculo familiar, assim como aquelas esporadicamente agregadas. O signo é ideológico por natureza e, ao fazer parte de uma realidade, "reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico" (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93). Os números atuais da violência doméstica e familiar contra a mulher refratam que a casa é o lugar mais inseguro, pois é nela que, na maioria das vezes, as vítimas são agredidas.

O signo "família", segundo o Dicionário Houaiss, é refletido como "grupos das pessoas que compartilham a mesma casa, especialmente os pais, filhos, irmãos etc; pessoas que possuem grau de parentesco. Em contrapartida, o discurso apresentado na Lei Maria da Penha refrata a sua axiologia, dando-lhe a insígnia de comunidade formada por indivíduos que são parentes ou se consideram como tal, sendo que o parentesco se estabelece não somente por laços naturais, mas, também, por afinidade ou por vontade expressa. Há, portanto,

uma significativa refração nessa lei quanto à ideia de família refletida pela sociedade, pois, amplia os limites semântico-axiológicos desse grupo social.

No inciso III, do artigo 5º da lei supracitada, o enunciado "relação íntima de afeto" deixa evidente a refração de que se refere às relações em que o agressor convive ou tenha convivido com a vítima, independentemente de terem vivido juntos. Para Volóchinov (2017, p. 184), "todo enunciado, mesmo que seja escrito e finalizado, orienta-se para uma resposta", por isso, "ele é apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais". Nesse sentido, há muitas discussões em torno dessa questão judicial, uma vez que a ideia de relacionamento ainda está atrelada ao caráter presencial, porém, segundo a promotora de Justiça do Mato Grosso, Rosana Leite Antunes, no ano de 2018, em Porto Alegre, foram concedidas medidas protetivas de urgência para vítima de relacionamento virtual, segundo as quais o agressor fica impedido de mandar mensagens à vítima por qualquer meio.

O Título II da Lei Maria da Penha encerra com o artigo 6º, no qual a violência doméstica e familiar contra a mulher é constituída como uma das formas de violação dos direitos humanos. Com isso, a violência contra a mulher não pode ser considerada como um crime de menor potencial e o agressor deve ser punido com o rigor da lei. Há, nesse sentido, uma marcada posição ideológica do locutor desse discurso, ou seja, quem elaborou a referida lei, uma vez que se antes da Lei Maria da Penha a violência contra a mulher era "punida" com serviços comunitários e cestas básicas, a partir dessa lei, a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher é punida mais severamente.

O Capítulo II detalha as principais formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. No artigo 7º, são estabelecidos os critérios objetivos para categorizar as múltiplas configurações da violência sexista, a saber: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

No inciso I, é apresentada a **violência física**, "entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal". Socialmente, essa é a forma de violência mais conhecida, porque é aquela que deixa marcas. Uma vez confinada no mesmo espaço que o seu agressor, a vítima, muitas vezes, não consegue pedir ajuda.

Discursivamente, há uma valoração social no conceito de violência física expresso na Lei Maria da Penha, uma vez que a delimita

como ofensiva em relação à violação da integridade física da vítima, como também de sua saúde corporal. A entonação "é especialmente sensível em relação a todas as oscilações do ambiente social que circunda o falante (VOLÓCHINOV, 2019, p. 123), ou seja, porque ainda existe um coro de apoio que concorda com a ideia de que a mulher deve servir o homem sem questionar, é que a definição de violência física está tão claramente expressa na lei, para coibir e para prevenir de uma vez esse tipo de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A história do corpo feminino é marcada pela violência doméstica, como no caso das operárias francesas: "a quantidade de mulheres que apanhavam dos maridos era imensa. "Bater na mulher e nos filhos era considerado algo meio normal, para o chefe de família, de ser o senhor da casa – desde que o fizesse com moderação" (PERROT, 2019, p. 77). Atualmente, com o crescimento índice de feminicídios divulgados em pesquisas por órgãos da Segurança Pública, ainda há um coro de apoio para esse discurso de Perrot, uma vez que os agressores acreditam na ideia de que a mulher tem a obrigação de servi-los.

Segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, nos meses de março de abril de 2020, houve uma redução dos registros de lesão corporal dolosa em torno de 25, 5%. São números que não refletem a realidade enfrentada pelas vítimas de violência doméstica e familiar, uma vez que aumentaram as chamadas para o 190, mas os registros que dependem da presença física das mulheres caíram.

Outro exemplo de violência física é o feminicídio, que é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, motivado geralmente por ódio, desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres e, também, o último ato de um ciclo de crueldades sofrido pela vítima. No Rio Grande do Sul, houve um crescimento de 66% dos feminicídios nos meses de março e abril de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019 (FÓRUM BRASILEIRO DA SEGURANÇA PÚBLICA, 2020, p.06).

A pesquisa "Visível e Invisível: a vitimização das mulheres no Brasil – 2ª edição", realizada pelo Fórum Brasileiro da Segurança Pública e pelo Instituto Datafolha, nos dias 04 e 05 de fevereiro de 2019, apontam índices alarmantes de violência física contra a mulher: 42% das mulheres sofreram violência em casa; 76,4% afirma-

ram que o agressor era alguém conhecido, sendo 23,8% o cônjuge/companheiro/namorado, 21,1% o vizinho e 15,2%, o ex-cônjuge/ex-companheiro/ex-namorado. O lar que a sociedade considerada como um lugar de proteção, também é o mesmo local em que a vítima é agredida fisicamente, machucada no corpo e na alma. Dessa forma, "[...] a mudança da significação sempre é uma reavaliação: a transferência da palavra de um contexto valorativo para outro. A palavra ou é elevada a uma potência superior, ou seja, é degradada a uma interior" (VOLÓCHINOV, 2019, p.237). O lar que é um refúgio, também, é o perigo para a vítima.

Outra forma de violência contra a mulher é a **violência psicológica**, que é aquela que não deixa marcas visíveis, mas causa danos psíquicos e emocionais na vítima tão profundamente, que a abalam e a traumatizam pelo resto da vida. Essa violência fere o equilíbrio, a capacidade de tomar decisões e o bem-estar necessário para que a vítima possa viver com dignidade e é apresentada no inciso II, do Capítulo II da Lei nº 11.340/2006:

> II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (BRASIL, 2006, p.02)

A violência psicológica é considerada a mais comum entre as violências exercidas contra a mulher, pois as agressões verbais, os silêncios prolongados, as manipulações, entre outras, tornam-se uma rotina e a vítima não denuncia por medo, por desconhecimento de seus direitos ou pela pressão social. A sociedade ainda trata com desrespeito a mulher que denuncia seu agressor, justamente no momento em que ela precisa ser mais acolhida.

Para Volóchinov (2017, p. 181, grifos do autor), *"a palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica e cotidiana.* É apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano". No caso da

violência psicológica, há um detalhamento importante de sua abrangência para uma maior compreensão responsiva por parte dos interlocutores. Muitas mulheres que sofreram alguma forma de violência psicológica, porém, não denunciaram os seus agressores por falta de informação.

Para o agressor, a mulher não tem o direito ao respeito de seu corpo, à escolha de sua roupa, à sua liberdade de sair para de se divertir, estudar, trabalhar e, também, não tem direito à sua individualidade. Portanto, o conservadorismo patriarcal oprime a mulher e impede a transformação social necessária para a igualdade de gênero.

Em 2018, cerca de 12,5 milhões de mulheres foram vítimas de ofensa verbal, como xingamento, insulto ou humilhação, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro da Segurança Pública. Na mesma pesquisa, 32,1 % (19 milhões de mulheres) ouviram comentários desrespeitosos quando estavam andando na rua e 11,5% (6 milhões de mulheres) ouviram comentários desrespeitosos ou receberam cantadas no ambiente de trabalho. Trata-se da violência verbal que, sob a ótica bakhtiniana, revela as inerências patriarcais do ser brasileira, pois "enunciar significa agir em relação ao outro e ao mundo que os enforma, tornando, desse modo, o objeto de dizer um complexo atmosférico no qual coabitam materialidades humanas que representam centros de valores sócio-históricos da vida concreta" (PASCHOAL, 2021, p. 136).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a **violência sexual** é definida como "todo ato sexual, tentativa de consumar um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho" (ONU BRASIL, 2018). Na Lei Maria da Penha, no inciso III, a violência sexual é a terceira forma de violência doméstica e familiar apresentada, conforme o texto a seguir:

> III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno

> ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

Toda mulher que é forçada a fazer sexo, assediada, que é inconscientemente abusada é vítima de violência sexual. O corpo da mulher é visto como um objeto pelo agressor, um objeto que lhe pertence e que ele pode abusar quando quiser. Segundo Juliana Martins, coordenadora institucional do Fórum Brasileiro da Segurança Pública, "o agressor acredita que tem o direito de abusar porque é mulher dele, que tem o direito de controlar (...) e, muitas vezes, a mulher acha que o seu papel é obedecer e agradar esse homem".

Pode-se dizer que violência sexual é uma questão de gênero, que se dá por causa dos papéis de homem e mulher por razão social e cultural em que o homem é considerado o dominador. Nesse sentido, há uma naturalização da violência sexual, em que a mulher deve permanecer em casa, "servindo" o agressor porque essa é uma "função da mulher.

No discurso apresentado na Lei Maria da Penha, a compreensão responsiva está presente no enunciado violência sexual, já que "toda compreensão responde, isto é, traduz o compreendido em um novo contexto, ou seja, em um contexto de uma possível resposta" (VOLÓCHINOV, 2017, p. 178). Os tipos de violência sexual, expressos no inciso III, estabelecem um novo contexto para essa violência, uma vez que não trata somente do ato sexual, mas também de outras ações discriminatórias, como o constrangimento de presenciar de relação sexual indesejada, a indução ao comércio ou à utilização de suas sexualidade, bem como ao impedimento de a vítima usar métodos contraceptivos, entre outros.

Há uma banalização do estupro, sendo que se percebe a misoginia nos discursos da sociedade que culpabilizam as vítimas. A cultura do estupro se estabelece a partir da aceitação do estupro como punição social e ideias de que lugar de mulher é longe de lugares públicos ainda são frequentes (KOLLONTAI, 2016). Há um coro de apoio que fomenta esses discursos e entra em relação dialógica com essa cultura, fomentada pela sociedade, que entende que a culpa é da mulher.

Segundo a Lei Maria da Penha, em seu artigo 7º, inciso IV, a **violência patrimonial** é "entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus ob-

jetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades" (BRASIL, 2006, p.02). É considerada uma forma invisível de violência contra a mulher, pois ocorre dentro do lar, por pressão do agressor e raramente denunciado pela vítima.

No discurso do inciso mencionado, na interação discursiva entre locutor e interlocutor, as palavras retenção, subtração e destruição caracterizam as principais ações da violência patrimonial. É por meio delas que o interlocutor busca a compreensão responsiva sobre os limites dessa forma de violência doméstica e familiar. Nessa interação entre o locutor e o interlocutor, a palavra verbalmente realizada é o enunciado, o elo entre diferentes discursos.

> A palavra é orientada para o interlocutor, ou seja, é orientada para quem é esse interlocutor: se ele é integrante ou não do mesmo grupo social, se ele se encontra em uma posição superior ou inferior em relação ao interlocutor (em termos hierárquicos), se ele tem ou não laços sociais mais estreitos com o falante (pai, irmão, marido etc). (VOLÓCHINOV, 2017, p.205)

O locutor projeta o seu interlocutor, que dá coro de apoio ao seu discurso ou o refutará. De qualquer forma, a interação entre locutor e interlocutor se estabelece, buscando uma atividade ativa e responsiva. A palavra é um elo fundamental nessa interação, já que é uma ponte que liga o eu ao outro. Ela apoia uma das extremidades em mim e a outra no interlocutor. A palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor (VOLÓCHINOV, 2017, p.205).

Em resumo: a violência patrimonial está centrada em três palavras: reter, subtrair e destruir. A retenção pode-se caracterizar, por exemplo, quando o homem recebe integralmente o dinheiro do aluguel de um imóvel que pertence a ambos os cônjuges e não repassa à mulher o valor, equivalendo, assim, à retenção ou apropriação de bens ou recursos econômicos. Outra forma de retenção é quando o agressor retém o celular da vítima, impedindo-a de se comunicar com qualquer outra pessoa, tampouco para pedir ajuda.

Muitas vezes, o agressor subtrai dinheiro da vítima para o consumo de drogas e de álcool, agindo violentamente, causando dor e humilhação à mulher. A violência também ocorre na destruição, pois, o mesmo celular que foi retido é destruído sob ameaça ou violência psicológica, quando há a destruição de objetos de valor senti-

mental da vítima. Nos três casos, há um silenciamento doloroso por parte da mulher, que além de não encontrar meios ou forças para denunciar o agressor, acaba colaborando, com essa conduta, para que esse ciclo de violência nunca pare.

Finalmente, a **violência moral** apresenta-se no inciso V, do artigo 7º da Lei Maria da Penha. Essa forma de violência é "entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria" (BRASIL, 2006, p.03). De todas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a violência moral é considerada a menos debatida e, também, a menos investigada

A violência moral é expressa pela palavra, que é uma construção social, que carrega dizeres coletivos e ideológicos. Todas as crenças e valores são transmitidos na e pela palavra, uma vez que

> ela é justamente, *o produto das inter-relações do falante com o ouvinte*. Toda palavra serve de expressão ao "um" em relação ao "outro". Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade. A palavra é uma ponte que liga eu ao outro (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205).

Dessa forma, violência moral carrega consigo toda a carga axiológica de preconceito e intolerância contra a vítima, pois o objetivo dessa forma de violência doméstica e familiar é o de depreciar a imagem da mulher. Para o agressor, a vítima está sempre em uma posição de inferioridade em relação a ele e o discurso do agressor é pontuado por fatos não verdadeiros sobre a mulher.

No caso da calúnia, o agressor descreve um fato sobre a vítima, e que ele sabe que não é verdadeiro, mas esse fato é um crime que tem o objetivo de ofender a honra da mulher. A difamação tem conceito semelhante à calúnia, porém, o agressor também descreve um fato sobre a vítima, mas esse fato não é crime, apesar do intuito de ofender a honra da mulher. Na injúria, o agressor não relata fato nenhum e isso é o mais comum de acontecer em violência doméstica e familiar, pois o agressor xinga a vítima, para desqualificá-la perante a sociedade.

Um caso de violência moral é a exposição da intimidade da mulher, por parte do agressor, em sites de aplicativos e redes sociais. Outro exemplo de violência moral é o xingamento em público, pois

a vítima é exposta a um número de pessoas e as palavras ditas pelo agressor podem ser propagadas para outras pessoas, lesando, assim, a imagem da vítima.

Considerações finais

A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma questão muito complexa e que precisa ser amplamente discutida pela sociedade, em face dos números crescentes de crimes contra a mulher. A Lei Maria da Penha é um instrumento potente e fundamental nessa luta, mas ainda é preciso que se cumpra o discurso dessa lei

O enunciado violência doméstica e familiar apresentado na Lei nº 11.340/2006 se apresenta em forma de enunciados, que são as unidades da comunicação discursiva. "O ato discursivo, mais precisamente seu produto – o enunciado – de modo algum pode ser reconhecido como um fenômeno individual [...]. O enunciado é de natureza social" (VOLÓCHINOV, 2017, p.200). Nesse sentido, todo seu discurso é fundamental para coibir e para prevenir a violência doméstica e familiar, já que, por meio dessa lei, as mulheres têm um instrumento de proteção mais efetiva contra o agressor.

Novas ferramentas surgem a partir dessa lei, como o Projeto Justiceiras, coordenado pela promotora de Justiça de São Paulo, Gabriela Manssur, que tem como objetivo aproximar as mulheres da ajuda necessária para saírem do ciclo de violência em que estão inseridas e sem forças para reagir. Por meio do número de WhatsApp (11) 996391212, a vítima envia uma mensagem e recebe um link de um formulário do Google Docs. Ela preenche esse formulário e o envia e, partir disso, esse formulário é recebido por uma rede de proteção, em que a parte administrativa do projeto faz um encaminhamento multidisciplinar da vítima para as "justiceiras", que são mais de 1500 mulheres voluntárias espalhadas por todo o Brasil. Outras formas de entrar em contato como projeto é pelo @justicadesaia, no Instagram e, também, pelo site www.justicadesaia.com.br.

Com a criação da Lei Maria da Penha, outras importantes leis também foram criadas, como a Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015, conhecida como a "Lei do Feminicídio, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff. Outro exemplo é a Lei nº 15.484, de 07 de julho de 2020, de autoria da deputada estadual Sofia Cavedon (PT) e sancionada pelo governador Eduardo Leite, chamada de "Prevenção pela Educação", em que estabelece a promoção de ações

que visem à valorização de mulheres e meninas e a prevenção e o combate à discriminação e à violência contra mulheres no sistema estadual de ensino.

É fundamental que haja redes de ajuda, envolvendo escolas, grupos de apoio e serviços de atendimento psicológico, para que as vítimas de violência doméstica e familiar entendam que não estão sozinhas. Essas vítimas se sentem desamparadas e não enxergam saída e quanto mais foram acolhidas, mais forças terão para lutar por sua dignidade.

Outro ponto imprescindível para coibir e para prevenir a violência doméstica é a ampla divulgação dos canais de atendimento às vítimas, pois muitas não denunciam por não saberem como agir. Segundo dados do Fórum Brasileiro da Segurança Pública, em 2018, 52% das vítimas não denunciaram as agressões sofridas por não saberem a quem recorrer.

Recentemente, foi sancionada a Lei nº 14.022/2020, que prevê medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, e à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a pandemia de Covid-19. Os canais de atendimento às vítimas são a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, o Disque 100, o Ligue 180 e o aplicativo Direitos Humanos Brasil.

A vítima de violência doméstica e familiar precisa se sentir segura para reagir ao ciclo perverso de violência a qual está submetida, e isso passa, também, pelo acolhimento no momento da denúncia. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, após 14 anos da criação da Lei Maria da Penha, as polícias militares de vários Estados ainda registram casos de violência doméstica sob a nomenclatura "desinteligência" (utilizada para classificar episódios que entendem não serem problemas de polícia) e "brigas de marido e mulher" e isso não pode ocorrer principalmente de quem deve zelar pela integridade da vítima.

Assim sendo, o discurso da Lei Maria da Penha encontra entraves nos discursos sociais, pois é no ato da denúncia da vítima, no registro policial, que o enunciado "violência doméstica e familiar contra a mulher" e suas formas devem ser explicitados, para que essa vítima encontre acolhimento de sua denúncia e, posteriormente, consiga a medida protetiva, ação mais efetiva para o distanciamento do agressor. Verifica-se que há uma tensão entre o discurso e a aplicabilidade para a validação da lei.

Sempre haverá uma tensão em qualquer situação de fala, pois ela é inerente ao dialogismo, ao encontro, a ação entre duas pessoas que podem estar em harmonia ou não. Não se trata de pensamento, mas de intercâmbio de pensamentos, não se trata de um enunciado (isolado e autossuficiente), mas de um intercâmbio de enunciados no âmbito de uma dada sociedade (BAKHTIN, 2016, p. 149). Assim sendo, locutor e interlocutor estão em um constante diálogo, buscando sempre uma compreensão ativa e responsiva.

Sororidade precisa ser uma prática diária de todas nós, mulheres, pois há sempre uma mulher muito próxima necessitando de ajuda, mas que está em um profundo silenciamento, por medo, por dependência emocional, por dependência financeira, pelos filhos, pela solidão. Existem mulheres fortes e existem mulheres que ainda não descobriram a sua força, portanto, cabe a cada uma de nós estender a mão e levantar essas mulheres para que, juntas, demos vida a um novo ciclo de acolhimento, de empatia, de ajuda e de orgulho por ser mulheres.

Referências

ANTUNES, Rosana Leite. **Relação íntima de afeto.** Disponível em https://www.gazetadigital.com.br/colunas-e-opiniao/colunas-e-artigos/relao-ntima-de-afeto/581638. Acesso em: 12 jul. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Lei Maria da Penha.** Disponível em: https://www.cnj.jus.br/lei-maria-da-penha/ Acesso em: 26 jun. 2020.

DI FANTI, M. G. C. ; BOENAVIDES, D. L. P. ; MARTINS, L. A. B. . **Contribuições bakhtinianas para um feminismo dialógico.** Letras de Hoje , v. 56, p. 570-583, 2021.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi...** posso contar. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 - Ed-02. 29 maio 2020.** Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf. Acesso em: 06 jul. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível:** a vitimização de mulheres no Brasil. 2019. Disponível em https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Infogra%CC%81fico-vis%C3%ADvel-e-invis%C3%ADvel-2.pdf. Acesso em: 02 jul. 2020.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha.** Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html. Acesso em: 05 jul. 2020.

KOLLONTAI, Verinha. **A cultura do estupro da origem até a atualidade.** Disponível em https://www.geledes.org.br/cultura-do-estupro-da-sua-origem-ate-atualidade/?gclid=Cj0KCQiAs67yBRC7ARIsAF49CdWy3IvJcPA_SnOVCRs4zSPKWZ3jE9HuMTWkecRFANr39xUvHjPHRgIaAm3fEALw_wcB Acesso em: 12 jul. 2020.

ONU BRASIL. **OMS aborda consequências da violência sexual para saúde das mulheres.** Disponível em https://nacoesunidas.org/oms-aborda-consequencias-da-violencia-sexual-para-saude-das-mulheres/ Acesso em: 11 jul. 2020.

PASCHOAL, Sandim Cristiano. **O chicote do discurso: um olhar bakhtiniano para a institucionalização do racismo no Brasil contemporâneo.** Letrônica, Porto Alegre, v. 14, n. esp. (sup.), p. 1-14, 2021.

PASCHOAL, Sandim Cristiano. **O mito, a pátria amada e o inimigo: lampejos fascistas no discurso eleitoral de 2018.** Caderno de Letras, Pelotas, n. 41, set-dez (2021).b

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Tradução de Angela M. S. Corrêa 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

TV SENADO. **Violência doméstica aumenta em vários países durante a pandemia.** Cidadania, 2020. Disponível em https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2020/05/violencia-domestica-aumenta-em-varios-paises-durante-a-pandemia Acesso em: 07 jul. 2020.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VOLÓCHINOV, V. A **palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas.** Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

7.O DISCURSO DE RESISTÊNCIA CONSTRUÍDO EM UMA CHARGE POLÍTICA:
proposta de estudo crítico-discursivo

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade[44]
Álvaro Magalhaes Pereira da Silva[45]

Introdução

Os Estudos Críticos do Discurso apresentam, a partir da Análise Crítica do Discurso que surgiu na década de 1990, uma proposta teórico-metodológica para as abordagens textuais que visam a contribuir com os exames de questões sociais do mundo contemporâneo e buscam desnaturalizar crenças que servem de suporte às estruturas de dominação e poder. Nessa perspectiva, neste capítulo, recuperamos os pressupostos teóricos de Fairclough (1989, 1997, 2001, 2003), bem como fornecemos subsídios para a análise da ideologia presente nos discursos a partir da proposta de Van Dijk (1999, 2000a, 2000b, 2003). Com isso procuramos elucidar aspectos relacionados à análise linguístico-discursiva dos textos que circulam em nossa sociedade.

Representação da ideologia e processo de construção discursiva

Para Van Dijk (199, p. 175), as ideologias são definidas como crenças fundamentais de um grupo e de seus membros. Pelo fato de constituir-se por sistemas de ideias de grupos sociais e movimentos, as ideologias não apenas dão sentido ao mundo (desde o ponto de vista do grupo, como também proporcionam o fundamento das práticas sociais dos membros de cada grupo. Frequentemente, as ideologias surgem da luta e do conflito de um grupo estabelecendo a oposição entre **Nós** e **Eles**.

---

44 Professora da Filologia e Língua Portuguesa, no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH- Universidade de São Paulo.
45 Doutorando da área de Filologia e Língua Portuguesa, bolsista CAPES, na FFLCH – Universidade de São Paulo.

Uma das práticas sociais mais importantes que as ideologias determinam é o uso da linguagem e do discurso. Estes, por seu turno, também influenciam a forma de adquirir, aprender ou mesmo modificar as ideologias. De modo geral, o discurso de cada ser humano – especialmente quando fala como membro de um determinado grupo – expressa opiniões com fundamento ideológico. Assim, podemos afirmar que a charge selecionada para análise de Constant (2022) revela a opinião do enunciador (chargista) sobre a epidemia, corroborada pela entidade que decidiu por sua publicação (sindicato que representa os trabalhadores em saúde, trabalho, previdência e assistência social) e as atitudes do governo do presidente Jair Bolsonaro sobre a epidemia de Covid-19, assunto que será tratado posteriormente neste capítulo.

Ainda na visão de Van Dijk, o quadro teórico dos estudos sobre ideologia deve ser multidisciplinar, já que os conceitos de ideologia e discurso não podem ser tratados adequadamente apenas em uma disciplina: exigem uma análise em todas as disciplinas das humanidades. Entretanto, o autor trata desse grande número potencial de disciplinas em três grupos: estudos do ***discurso*** (aspectos relacionados ao uso da linguagem, interação, comunicação); ***cognição*** (aspectos mentais das ideologias, como natureza das ideias e crenças, suas relações com as opiniões e o conhecimento) e ***sociedade*** (os aspectos históricos, sociais, políticos e culturais, sua natureza baseada no grupo e seu papel na reprodução ou na resistência ao domínio) (cf. VAN DJIK, 2000a).

Assim, devemos entender as ideologias como "crenças compartilhadas socialmente associadas às propriedades características de um grupo, como a identidade, a posição na sociedade, os interesses os objetivos, a relações com os grupos, a reprodução e o meio natural" (VAN DIJK, 2003, p. 8).

As representações semânticas que definem o "significado" do discurso são apenas uma pequena seleção da informação representada no modelo que se usa na composição do discurso. O enunciador (produtor) e o coenunciador (leitor) devem compartilhar o mesmo fundamento comum, na medida em que constroem e compreendem o discurso, criando efeitos de sentido que revelam a intencionalidade e a aceitabilidade comunicativas.

Nessa perspectiva, os modelos contextuais funcionam como um tipo de mecanismo de controle geral no processo de construção

discursiva. Seguem a pista de nossos objetivos, informa-nos aquilo que o interlocutor já sabe, as relações sociais atuais entre os participantes, onde nos encontramos, o tempo e a situação social atual etc. Por exemplo, a própria distribuição dos textos na mídia em que são divulgados já transmite ao leitor algumas pistas para o processo de construção da leitura de tais textos, por parte do coenunciador (leitor): uma charge no caderno de política de um jornal, uma crônica na seção de esportes, um ensaio na página final de uma revista, um editorial na segunda página de um jornal, uma charge abrindo um artigo de opinião em jornal sindical etc. Essas categorias são necessárias na medida em que nos orientam em relação ao discurso e situam-nos adequadamente no ato comunicativo. A adaptação discursiva evidencia ainda a capacidade do enunciador de construir seu discurso, selecionando um estilo que se enquadre no contexto comunicativo. Será mais ou menos formal, escolherá uma palavra ao invés de outra, em função de onde ou com quem fala e quais são suas intenções no jogo interacional.

As ideologias dos meios de comunicação perpassam os textos de modo geral: as manchetes, os editoriais, os artigos de opinião, as crônicas, os ensaios, as charges. Segundo Van Dijk (2003, p. 20), as ideologias não somente controlam o que dizemos ou escrevemos, mas também o modo como fazemos." Enquanto membro de um grupo social, o jornalista manifesta suas ideologias concretas nas ações e interpretações, ou seja, na medida em que elabora o seu discurso, faz escolhas linguísticas em que revelam, em sua prática social, sua visão de mundo ou sua opinião sobre o tema em foco (na charge selecionada, o presidente e seus acompanhantes são designados como "4 cavaleiros do apocalipse").

A ideologia dos textos jornalísticos não se limita apenas ao conteúdo e ao estilo dos textos, também inclui a captação das notícias, as fontes de informação, a interação entre os jornalistas e demais profissionais da imprensa, a organização de suas atividades. As ideologias profissionais e sociais dos jornalistas controlam quem será investigado, analisado, entrevistado. Portanto, as diversas atividades que definem as notícias e a realização de um jornal diário ou de uma revista semanal se baseiam nas ideologias dos atores sociais que participam como membros de grupos sociais diversos.

Em termos linguísticos, é mais fácil encontrar influências da ideologia no significado semântico e no estilo de um discurso do que

na morfologia (formação de palavras) e certos aspectos da sintaxe (formação de orações) porque estas últimas dependem muito menos do contexto. As escolhas, lexicais, isto é, a construção dos referentes que um autor seleciona para caracterizar um personagem em seu texto revelam uma opção diretamente relacionada com sua opinião, que é dependente de sua posição ideológica e das atitudes relativas ao grupo que representa. Assim, na charge selecionada, verificamos que o chargista elabora um texto que busca representar a sua visão de quem é o líder do governo brasileiro e sua base de apoio durante o momento da pandemia de Covid-19.

Importa salientar que a referenciação é vista como um processo que se desenvolve dinamicamente, na interação, segundo contextos diferenciados, e que as atividades de construção/constituição de sentidos atuam sobre objetos de discurso (cf. Koch e Marcuschi, 1998) em lugar de representar objetos do mundo "real" ou "objetivo". Nessa perspectiva, é fundamental considerar o papel do contexto nas atividades de constituição dos referentes selecionados para compor o texto (na charge: presidente, ministros, morte, coronavírus).

Mondada e Dubois (2003, p. 20) propõem um novo olhar aos processos constitutivos da referenciação, em que os sujeitos constroem na intersubjetividade das negociações, por meio de práticas discursivas e cognitivas, social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo. Ao invés de considerar as categorias e os objetos de discurso como dados, preexistentes e, portanto, dotados de estabilidade, as referidas autoras partem do princípio de que tais categorias e objetos são elaborados no curso das atividades dos sujeitos, transformando-se segundo os contextos em que estão inseridas. Nesse sentido, categorias e objetos de discurso são marcados por uma instabilidade constitutiva, observável por meio de operações cognitivas ancoradas em práticas, em atividades verbais e não verbais negociadas na interação.

Análise da charge

A charge em questão, de autoria do cartunista Latuff[46], foi publicada em 17 de abril de 2020 pela Fenasps (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social), que representa os trabalhadores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), na seção de notícias de seu site.

46 A referida charge é objeto de análise do capítulo "Economia acima de todos: o discurso ideológico do governo de Bolsonaro" de autoria de Clarissa de Constant. Neste texto, buscamos estabelecer um diálogo com as reflexões apresentadas pela autora.

Na ocasião, o mundo vivia o segundo mês de pandemia de Covid-19[47], tendo o Brasil contabilizado até então 16 mil mortos e 240 mil contaminados[48]. O presidente Jair Bolsonaro mostrava-se refratário à implementação de medidas de isolamento social, levadas a cabo por governadores, e seu segundo ministro da Saúde havia acabado de deixar o cargo[49]. Na mesma ocasião, servidores públicos travavam um embate com o governo federal acerca de, entre outros tópicos, o congelamento de seus salários.

Dois dias antes da publicação da charge, o ministro da Economia, Paulo Guedes, havia relacionado um possível aumento de salário para parte dos servidores (entre eles os da Saúde e da Assistência Social), debatido no Congresso Nacional, a usar cadáveres como palanque. "Reajuste a servidor é subir em cadáver, diz Paulo Guedes", destacava no dia subsequente, 16 de maio de 2020, o jornal *Folha de S.Paulo* em sua primeira página[50].

Tendo isso em vista, a charge de Latuff pode ser entendida como um "discurso de resistência", segundo a terminologia de Van Dijk (2020). Mais especificamente, resistência efetuada por entidade que representa servidores públicos ante um governo disposto a implementar uma série de medidas de arrocho.

Particularmente, interessa-nos descrever, neste capítulo, como o discurso de resistência é construído. Para isso, é pertinente atentar para alguns detalhes. Comecemos por descrever a imagem.

---

47 A OMS declarou que o nível de propagação do Coronavírus era pandêmico em 11 de março de 2020, ou seja, dois meses antes da publicação da charge.

48 Consideramos aqui o levantamento do site G1, que posteriormente integraria a compilação do Consórcio de Veículos de Imprensa, pool formado por G1, Globo, UOL, Folha de S.Paulo e Estado de S. Paulo. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/17/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-17-de-maio.ghtml. Acesso em 20 mai. 2022.

49 Nelson Teich, que substituíra Luiz Henrique Mandetta havia menos de um mês, pediu exoneração em 15 de maio de 2020. As críticas de Bolsonaro às medidas de isolamento podem ser percebidas em seus quatro pronunciamentos oficiais durante a pandemia. Disponíveis em https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos. Acesso em 20 mai. 2022.

50 Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/05/16/index.shtml. Acesso em 20 mai. 2020.

Fonte: Fenasps[51]

Notamos, antes de mais nada, que o título "4 cavaleiros do apocalipse" evoca o sexto capítulo do livro do Apocalipse, último do Novo Testamento (segunda parte da Bíblia), no qual é descrito, durante uma progressão de episódios trágicos, o surgimento de quatro cavalos – branco, vermelho, preto e amarelo – montados por seres associados a quatro acontecimentos terríveis: a peste, a guerra, a fome e a morte.

Na charge de Latuff, os cavalos têm todos a mesma cor (um marrom avermelhado) e são montados por quatro personagens. Sob um dos cavalos, em primeiro plano, liderando o grupo, está a figura que evoca o presidente Bolsonaro. Como sabemos disso? Além da franja, similar à do presidente, e da mão esquerda em gesto de arma (usado por Bolsonaro desde a campanha), nota-se o brado "Coronavírus é gripezinha!", que consta do balãozinho pontiagudo vinculado à personagem. Ora, em pronunciamento de 24 de março, Bolsonaro havia relacionado a Covid-19 a uma "gripezinha" ou a um "resfriadinho"[52].

51 Disponível em: https://fenasps.org.br/2020/04/17/governo-genocida-coloca-em-risco-a-vida-da-classe-trabalhadora/. Acesso em 22 mai. 2020.

52 A fala de Bolsonaro faz alusão a vídeo postado por Drauzio Varella em 30 janeiro daquele ano, no qual o médico dizia que a Covid-19 não justificava mudança nos hábitos, pois tinha baixa letalidade, e que a maioria das pessoas que contraísse o Coronavírus teria um "resfriadinho de nada". Antes do pronunciamento de Bolsonaro, porém, em 18 de

À esquerda e à direita da figura que se associa à Bolsonaro, estão dois personagens que podem ser associados à base de apoio à política anti-isolamento do presidente. À esquerda, montando um cavalo com um cifrão no peito, podemos considerar que está um personagem ligado ao empresariado. É ele que grita: "Saiam! A economia não pode parar!". À direita, com a bíblia na mão esquerda, está a personagem relacionada a líderes religiosos, que brada "Saiam! Deus está conosco". É pela presença do cifrão e da bíblia – frise-se – que fazemos essa correlação, estando ela em harmonia com a fala de cada personagem.

Mais atrás, à esquerda da imagem, surge o quarto cavalo, que traz no peito a inscrição Covid-19, montado por uma – podemos assim dizer – sinistra figura, de rosto cadavérico e capa preta, que mesmo na ausência de uma foice pode ser relacionada à tradicional imagem personificada da morte. É ela que berra: "Estou esperando por vocês!".

É relevante observar ainda que a cavalgada ocorre em cenário urbano: uma casa e diversos prédios ladeiam, em preto e branco, as figuras dos cavaleiros, que parecem avançar em uma avenida. Apesar do cenário típico de metrópole, nenhuma figura humana, além dos cavaleiros, está na imagem. A rua da cidade é representada como estando deserta.

Note-se que essa breve descrição da imagem evidencia como, na charge, é construído o contexto no qual Bolsonaro atua: dos aspectos da realidade social naquele momento, o chargista escolheu representar: (a) o posicionamento anti-isolamento de Bolsonaro; (b) o apoio ao presidente por parte do empresariado e de líderes religiosos; e (c) o isolamento geral da população.

Terminada essa descrição, podemos nos perguntar: por que identificamos a charge como um discurso de resistência? O que há nela que a torna uma crítica a Bolsonaro e a seu governo?

Pensamos que dois elementos se destacam, um deles verbal e outro visual: o título ("4 cavaleiros do apocalipse") e a figura da morte. Ora, se a charge não possuísse o título – e é notório que mui-

---

março de 2020, diante da crescente disseminação do vírus, o médico postou outro vídeo, mudando sua compreensão da situação e já considerando a questão bastante grave. O pronunciamento de Bolsonaro que faz alusão a "resfriadinho" e "gripezinha" está disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de-radio-e-televisao-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro. Acesso em 20 mai. 2022.

tas charges não possuem, inclusive charges de Latuff[53] – e a figura da morte não estivesse ali, poderíamos estar diante de uma espécie de relato, que imputaria à Bolsonaro uma fala que minimiza a pandemia (baseada no pronunciamento do presidente) e que imputaria ao empresariado e a líderes religiosos o apoio à campanha anti-isolamento do presidente. Tal relato, no entanto, teria um posicionamento menos marcado[54].

O título e a figura da morte, portanto, são os dois principais elementos que fazem da charge um discurso de resistência. Mas o que fazem, exatamente, cada um desses dois elementos para caracterizar um discurso crítico?

Voltemo-nos primeiro ao título. Ao se nomear "4 cavaleiros do apocalipse", a charge se enuncia como uma releitura do livro do Apocalipse, interpretando-o e relacionando seu texto de tom profético à situação corrente. E associando Bolsonaro e seus apoiadores aos cavaleiros ligados a acontecimentos terríveis narrados no livro, dando a eles um tom de vilania.

É interessante notar que a charge insere-se, então, na esfera do discurso religioso. Trata-se de algo nada desprezível, uma vez que, na base de apoio de Bolsonaro representada na obra, estão, além do empresariado, líderes religiosos. Assim, se o governo apoia-se no discurso de líderes que dizem "Saiam! Deus está conosco!", a charge associa Bolsonaro e seus apoiadores – incluindo os tais líderes religiosos – a personagens interpretados como antagonistas na narrativa bíblica.

E a figura da morte? Como ela atua para tornar a charge um discurso de resistência? Se entendemos a presença de tal figura como uma marcação de um posicionamento contrário ao governo Bolsonaro, é porque esse elemento, não verbal, aproxima-se do verbal em sua natureza simbólica: a imagem pictórica pode ser relacionada ao conceito de morte assim como a imagem acústica /mɔʁtʃi/ se relaciona ao mesmo conceito.

---

53 Pode-se verificar a produção do autor em seu Twitter. Disponível em: https://twitter.com/LatuffCartoons. Acesso em 20 mai. 2022.

54 Tratamos aqui, quando falamos em posicionamento menos marcado, de um posicionamento deôntico, ou seja, um posicionamento relacionado ao que o governante deveria ou não fazer (apoiar ou não a política de isolamento encampada por governadores). Isso posto, vale salientar que o posicionamento epistêmico, ou seja, relacionado à veracidade do que é dito, parece claro: a charge dá certeza de que Bolsonaro minimizou a pandemia, e o empresariado e líderes religiosos apoiaram sua campanha anti-isolamento.

Assim, podemos dizer que estamos diante de um signo, que na charge é vinculado à Covid-19, inscrito no peito do cavalo. Se fazia apenas três semanas que o presidente havia usado diminutivos em pronunciamento para relacionar a Covid-19 a uma gripe ou a um resfriado, associar explicitamente a nova doença à morte é uma oposição apreciável: podemos daí depreender que a charge sugere que considerar a Covid-19 uma "gripezinha" é, no mínimo, subestimá-la.

Isso posto, gostaríamos, antes de terminar essa breve análise ressaltar ao menos mais um detalhe que, ainda que perifericamente, ajuda a compor esse quadro crítico a Bolsonaro: tanto a personagem que representa o empresariado como a personagem que representa líderes religiosos iniciam suas falas no imperativo: "Saiam!". Não se trata de um convite ou de um conselho (do tipo "Podem sair... não há mal algum aqui..."). Não. Trata-se de uma ordem. A charge, portanto, representa essas figuras como sendo figuras autoritárias – fato que reforça sua polaridade negativa.

Vale ressaltar que tal polaridade negativa constrói a oposição – o "nós contra eles" de que fala Van Dijk.

Além disso, cabe destacar o megafone na mão de Bolsonaro. Embora o instrumento não esteja completamente relacionado a um discurso crítico, pensamos que, no caso, ele possa talvez representar, figurativamente, o grande acesso que o presidente possui aos meios de produção de discurso público (fazendo pronunciamento, dando entrevistas, realizando lives e posts em redes sociais, etc). Esse acesso privilegiado ao discurso público é um ponto muito caro a Van Dijk, uma vez que um acesso assimétrico pode estar relacionado a uma relação de poder ou de abuso de poder (que poderia ser o caso do uso de tal acesso para propagar um discurso favorável alinhado, como na representação da charge, com a morte).

Conclusão

Discurso e sociedade têm suscitado nos últimos tempos abordagens que se destacam por proporcionarem a interface entre as Ciências Sociais e os Estudos da Linguagem e por identificarem uma relação dialética biunívoca entre a prática social e a prática discursiva. Tais abordagens inserem-se de modo significativo na agenda dos Estudos da Linguagem contemporâneos, que auxiliam os usuários da língua a repensar os objetivos de cada ciência e a encontrar o papel da linguagem "na formação, manutenção e transformação da história do comportamento e das relações humanas" (MELO, 2012, p. 95).

Buscamos apresentar um olhar sobre o discurso e a ideologia presentes na charge de Latuff, visando a problematizar e encontrar os pontos de união entre a Ciência Política e os Estudos da Linguagem, possibilitando, assim, um novo caminho para os estudos discursivos na sociedade contemporânea. Também buscamos evidenciar o papel político, crítico e aplicado do linguista diante das demandas sociopolíticas do mundo em que vivemos.

Assim, podemos nos valer das palavras de Brait (1993, p. 200), para quem a interação verbal funda-se "no olhar avaliativo" daqueles que participam dessa atividade; no que se refere à escrita, o enunciador (produtor) precisa ser hábil para poder atingir seu coenunciador (leitor), já que este desempenha um papel social e discursivo bastante significativo na construção do discurso.

Por meio dos Estudos Críticos do Discurso, verificamos que os indivíduos não têm, de forma geral, consciência do papel que o discurso exerce no controle e modelagem de nossa vida social. Nessa perspectiva, a Análise Crítica do Discurso auxilia a revelar questões ideológicas sustentadas pelos discursos, porém nem sempre conscientes para as pessoas em suas práticas cotidianas. Assim é função dessa abordagem teórica "mostrar conexões e causas que estão ocultas" e lutar pela emancipação dos indivíduos, oferecendo-lhes um novo caminho a seguir, ou seja, a mudança social. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28)

Referências

BRAIT, Beth. O processo interacional. In: Preti, D. (org.) **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP/Projetos Paralelos, 1993, vol. P. 189-213.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis**: papers in the critical study of language. London: Longman, 1997

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

KOCK, Ingedore. G. V. e MARCUSCHI, Luiz Antonio. Processos

de referenciação na produção discursiva . *DELTA*, n 14. **Especial**, 1998, p. 169-190.

MELO, Iran Ferreira de. Por uma Análise Crítica do discurso. In: Melo, I. F. de (org.). **Introdução aos Estudos Críticos do Discurso**: teoria e prática. Campinas: Pontes, 2012, p. 53-98.

MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Danièle. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In; Cavalcante, M. M.; RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

VAN DIJK, Teun A. **Ideología***:* una aproximación multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 1999.

VAN DIJK, Teun A. El estudio del discurso. In: Van Dijk, T. A. (org) **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2000a, p. 21-65.

VAN DIJK, Teun A. El discurso como interacción en la sociedad. In: Van Dijk, T. A. (org). **El discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa, 2000b, v. 2 p. 19-66.

VAN DIJK, Teun A. **Antiracist Discourse in Brazil**. London: Lexingonton Books, 2020.

VAN DIJK, Teun A. **Ideología y discurso**: una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra, 2003, Disponible en: <http://www.discursos.org. - 20 de marzo de 2022. 43pp.

7.1 ECONOMIA ACIMA DE TODOS: o discurso ideológico do governo Bolsonaro

Clarissa Constant de Constant[55]

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo realizar uma análise crítica do discurso construído a partir da charge satírica de Latuff (2020), publicada no dia 14 de abril de 2020, no site do sindicato dos trabalhadores em seguridade social, saúde, previdência, trabalho e assistência social em Minas Gerais (SINTSPREV MG), exercendo uma crítica em relação a postura do governo Bolsonaro frente a pandemia do Coronavírus.

Para tanto utiliza-se a Análise Crítica de Discurso (ACD) em Van Dijk como dispositivo teórico analítico, articulado conjuntamente. Na ACD não existe obrigatoriamente um método pronto para ser usado, pois "[...] Não quero que os colegas ou estudantes 'me sigam' – uma espécie de servilismo acadêmico que eu considero incompatível com uma atitude crítica." (VAN DIJK, 2005, p.35).

Sabendo que a ACD não é uma técnica ou um método a ser aplicado pelo/pela analista de discurso de forma isolada diante das expressões da questão social, compreende-se a necessidade de sabermos qual os elementos discursivos presentes na charge crítica escolhida para a análise, assim como, os elementos discursivos presentes em suas características construtivas, o que deseja comunicar, para quem, em qual contexto e conteúdo.

Segundo Van Dijk (2015), o poder social costuma ocorrer de forma indireta e age por meio da interface sociocognitiva, e esse poder exercido só acontece através de bens que são socialmente valorizados, como posição, status, autoridade, riqueza, privilégios, habilidades, posição, ou simplesmente por pertencimento. Ao abordarmos o sociocognitivo, faz-se necessário mencionar que a partir dos estudos de Teun A. a interface cognitiva é a mediação entre os discursos e a realidade social.

55 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/PUCRS); bolsista CAPES integral e pesquisadora integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Ssbre: Cotidiano, Trabalho e Teorias do Discurso (GEPsT/PUCRS).

Ressaltando que há algumas possibilidades que contribuem para que os agentes do poder tenham maior controle sob o discurso, entre elas estão: a política; econômica; educação; tribunais, ou algum contexto específico.

Teun A. Van Dijk (2015), afirma que o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também por meio dos modelos sociocognitivos, que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais.

Observa-se que o discurso se aplica através das opiniões, crenças e da memória das pessoas em relação à determinada situação. Podemos perceber que é feito o uso de elementos que irão captar maior aceitação.

Para Van Dijk (2015), as elites simbólicas que controlam o estilo e o conteúdo do discurso midiático e educacional também são as que detêm o controle parcial, na sociedade, sobre os modos de exercer influência e, portanto, sobre a reprodução ideológica.

Partindo dessas possibilidades, percebe-se que são diversos os meios de controle e que ele se dá a partir de determinada posição superior a um grupo. Pode-se entender o controle social como, a relação entre grupos, classes ou outras formações sociais, ou entre pessoas na qualidade de membros sociais.

Um dos elementos que determina a posição de cada grupo é o seu acesso às várias formas de fala e escrita, quanto menor o acesso, maior a necessidade de ficar em silêncio durante o processo discursivo das pessoas poderosas. Exemplo disso é a sala de aula, onde o professor exerce o poder sob a fala a partir do seu acesso ao discurso educacional. Esse poder fica evidente uma vez que o aluno só tem acesso para falar quando a fala lhe é dirigida e sendo convidado a falar.

Uma vez que as charges têm a potencialidade de expressar opiniões sobre determinadas situações, torna-se fundamental realizar uma busca a respeito do autor da charge, para identificar se há ou não o interesse da elite simbólica[56] em influenciar. Carlos Henrique Latuff de Sousa[57] é um chargista e ativista político brasileiro. A partir de

56 "As elites simbólicas detêm um grande controle sobre o modo de influência exercida por meio dos gêneros, dos tópicos, das argumentações, dos estilos, da retórica ou da apresentação da escrita e da fala pública, o poder simbólico delas é considerável, embora exercido dentro de um conjunto de limitações". (VAN DIJK, 2015, p. 47).
57 Informações retiradas do Arquivo Nacional Brasileiro.

uma viagem aos territórios ocupados da Cisjordânia, em 1999, tornou-se um simpatizante da causa palestina, durante conflito israelo-palestino, passando a dedicar boa parte do seu trabalho a esse tema. Tornou-se antissionista durante esta viagem e hoje ajuda a propagar ideais antissionistas[58].

Em trabalho sobre o gênero carta pessoal, Andrade (2010, p. 97-117) explica que "sem dúvida, a carta exibe e põe em prática a dialética entre a realidade concreta do ato de enunciação: instaura-se a presença de um sujeito real e sua transformação em figura do discurso (enunciador), em um efeito de discurso que se dá na e pela linguagem, e que apenas dentro dela se faz representável". Pode-se afirmar que no processo de enunciação do gênero discursivo charge tem-se também um sujeito do discurso que se instaura como enunciador e que cria um efeito de discurso a partir da linguagem (verbal e visual) e que apenas dentro dela é representável.

Pode-se perceber o processo discursivo sendo operado persuasivamente através de modelos mentais, uma vez que os modelos mentais são de natureza pessoais, tendo funções relevantes nos grupos, passando também por dimensões individuais, fruto de nossas experiências, que ficaram marcadas na nossa memória.

> Os modelos mentais são representações cognitivas de nossas experiências. Num certo sentido, eles são as nossas experiências se assumirmos que experiências são interpretações pessoais daquilo que acontece conosco. (VAN DIJK,2012).

Em suma, Van Dijk (2006), corrobora que os modelos metais são construções muito poderosas e algumas investigações têm mostrado que eles existem independentemente de estarem envolvidos em situações discursivas. Direcionando o nosso diálogo para a análise a charge em questão, devemos estar atentos ao papel exercido pelos "personagens" presentes nela.

Ainda conforme Van Dijk (2016, p.21), "[...] discursivamente os editoriais constituem um gênero de discurso persuasivo". Acabando por influenciar seus receptores através de uma opinião política, religiosa ou ideológica. Posto isso, faz-se pertinente uma breve elucidação do conceito de ideologia para van Dijk.

58 Antissionismo é a oposição política, moral ou religiosa às várias correntes ideológicas incluídas no sionismo, inclusive ao estado judeu, criado com base nesse conceito.

> [...] 'consciência' de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de forma tal que seus interesses (do grupo ou classe) materializam-se (em princípio da Melhor maneira possível). Tanto a ideologia em si, quanto as práticas ideológicas derivadas dela são frequentemente adquiridas, exercidas ou organizadas por meio de várias instituições como o Estado, os meios de comunicação, o aparato educacional, a Igreja, bem como por meio de instituições informais como a família. [...] (VAN DIJK, 2015, p. 47).

Van Dijk (2015) assegura que são diversas as práticas ideológicas que podem ocorrer por meio do discurso, seja ele falado ou escrito. Ao longo do estudo sobre a teoria de Van Dijk, adquire-se o conhecimento que as ideologias são cognitivas, levando em consideração os elementos constitutivos da sociedade, uma vez que as relações sociais ocorrem a partir da propagação de valores, conhecimentos, atitudes e crenças entre os grupos sociais. Geralmente, quem acessa à informação e ao discurso é a elite simbólica, que acaba por controlar e limitar os meios de comunicação.

Segundo Teun A. Van Dijk (2015), apesar de, inegavelmente, haver práticas e instituições sociais que desempenham um papel importante na expressão, no exercício ou na reprodução da ideologia "em si" não é o mesmo que essas práticas e instituições. Em vez disso, tomamos como ponto de partida o fato de a ideologia ser uma forma de cognição social (...). Esse pressuposto não significa que a ideologia se compõe simplesmente de um conjunto de crenças ou atitudes.

Nesse sentido, podemos identificar a ideologia na charge analisada por meio da elucidação do discurso do governo Bolsonaro em relação à crise sanitária, onde se percebe também a manipulação.

> As condições sociais do controle manipulador, portanto, precisam ser formuladas — pelo menos no nível macro de análise — em termos de pertença de grupos, posição institucional, profissão, recursos simbólicos ou materiais e outros fatores que definem o poder dos grupos e de seus membros. Então, os pais podem manipular seus filhos por causa da sua posição de poder e autoridade na família, professores podem manipular seus alunos por causa da sua posição institucional ou profissional e por causa dos seus conhecimentos. Ele é verdade para políticos que manipulam seus eleitores, para jornalistas que manipulam

> os receptores do discurso da mídia ou para líderes religiosos que manipulam seus seguidores (VAN DIJK, 2015, p.236-237).

Partindo disso, compreende-se que a posição privilegiada de acesso ao discurso que o presidente ocupa, acaba por manipular um segmento populacional que não tem o mesmo acesso ao discurso. Essa posição também favorece a forma e o nível de controle do discurso ideológico de Bolsonaro, no enfrentamento ao Covid-19, exposto na charge de Lattuf.

> Nas atuais sociedades da informação, esse é especialmente o caso das elites simbólicas na política, na mídia, na educação, nas universidades, na burocracia, assim como nas empresas comerciais, de um lado, e seus vários tipos de "clientes" (eleitores, leitores, estudantes, consumidores, o público geral etc.), do outro lado. Assim, a manipulação, socialmente falando, é uma forma discursiva de reprodução do poder da elite que é contra os melhores interesses dos grupos dominados e que (re)produz a desigualdade social. (VAN DIJK, 2015, p. 240).

A partir disso, pode-se perceber que nem todos os grupos conseguem ter acesso a todas as formas de fala e escrita, e quanto menor for esse o acesso, maior o silêncio diante dessa elite simbólica, tendo tal informação como uma verdade absoluta.

Economia acima de todos

Desde dezembro de 2019 estamos vivenciando a maior crise sanitária da humanidade, pandemia de Covid-19, com milhares de mortes no mundo. Em 30 de janeiro de 2020, segundo Relatório de situação n° 10, da OMS chegava a 7818, sendo 7736 dentro da China e 82 foram do país, a organização mundial da Saúde - OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).

Com a rápida propagação do vírus pelo globo e aumento de infectados a nível mundial, em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Direcionando especificamente para a realidade do Brasil, que passa por um período de negacionismo frente a pandemia de Covid-19, cujo presidente Jair Bolsonaro minimiza a potencialidade do vírus, por conta de interesses políticos e econômicos.

A chegada do coronavírus no Brasil, num país de proporções continentais, que já vive uma crise econômica e tem uma história de grandes desigualdades sociais, a crise sanitária ganha proporções ainda maiores. A pandemia também contribuiu para ampliar a crise política no país. A crise vinha ganhando força nos últimos anos fazendo com que o Produto Interno Bruto (PIB) caísse de um crescimento anual de 7,6% em 2010 para 0,1% em 2014, menos 3,8% em 2015, menos 3,6% em 2016, e 1% em 2017, consumiu os empregos formais e endividou as famílias. Em 2022, com 2 anos de pandemia no Brasil, esses dados se tornam ainda mais preocupantes.

Entende-se que esse processo se agrava pelo comportamento do presidente do Brasil, que insiste em minimizar a gravidade do vírus, já que Bolsonaro se demonstra preocupado apenas com a economia, não acatando as orientações dos órgãos internacionais de saúde para o combate ao coronavírus.

> Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão. (BRASIL, 2020).

Tal postura, ligada a interesses políticos, dificultou uma fala unificada entre os governantes e o Ministério da Saúde, acarretando contradições e dificuldade de acesso à informação verídica pela população, que por sua vez teve muitas dificuldades em saber como proceder durante a pandemia. Uma das estratégias mais eficazes de controle à disseminação do coronavírus é o distanciamento social, o uso de máscaras e a higienização das mãos e essa orientação foi prejudicada devido a informações desencontradas divulgadas em redes sociais.

A escolha da charge se deu a partir do entendimento de que ela pode levar a informação de forma cômica, através da ilustração, de forma dinâmica e atrativa, possibilitando maior diversidade de público. A charge faz uma manifestação de cunho político, criticando a postura do governo Bolsonaro diante da pandemia de Covid-19. Na ilustração, é possível perceber a minimização da potencialidade do vírus, por parte do presidente Jair Bolsonaro e seus aliados.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais.

Além da diminuição da gravidade da pandemia, há outros dois apelos que estimulam as pessoas a saírem para rua e seguir a vida normalmente. De um lado o apelo religioso, dizendo que Deus está conosco, passando a ideia de que se houver fé, não irá contrair o vírus, e de outro o apelo econômico, que se as pessoas ficarem em casa para conter a circulação do vírus, a economia irá quebrar.

Para além disso, o governo Bolsonaro possui uma agenda neoliberal que contribui fortemente para o desmonte das políticas públicas, fazendo com que as desigualdades sociais já existentes acabem se agravando, e potencializando as inúmeras expressões da questão social, como a fome, o desemprego, dificuldade de acesso a saúde e a educação, precarização do trabalho, violência doméstica, entre outras.

A ilustração traz o título de "Os 4 cavaleiros do apocalipse", fazendo alusão ao texto bíblico do apocalipse, que aborda quatro cavaleiros representando a peste, a guerra, a fome e a morte. Na charge há 4 cavalos, em 3 deles estão montados: o presidente Bolsonaro, o ministro da economia, Paulo Roberto Nunes Guedes economista, especulador financeiro brasileiro, e seu apoiador religioso, Edir Macedo Bezerra, bispo evangélico, televangelista, escritor, teólogo e empresário brasileiro. Já no quarto cavalo está de forma figurativa a

morte, a fim de ilustrar o que acontece se as pessoas saírem para rua sem seguir as recomendações dos órgãos competentes.

Vale notar também a posição que os cavalos ocupam, o cavalo mais a frente é o que traz o presidente, reiterando que os interesses dele devem vir primeiro, 2 outros cavalos que simbolizam a economia e o viés religioso estão ao lado do presidente. O quarto cavalo, ilustrando a pandemia de Covid-19, está atrás, do lado esquerdo, relacionando a pandemia à questão política.

Nesse sentido, a charge demonstra a manipulação presente no discurso do presidente e seus apoiadores, visto que as informações são apresentadas de maneira a mostrar apenas um ponto de vista, o que torna a realidade apresentada incompleta. Segundo Van Dijk (2015):

> [...] Mais especificamente, a manipulação implica o exercício de uma forma de influência deslegitimada por meio do discurso: os manipuladores fazem os outros acreditarem ou fazerem coisas que são os interesses do manipulador, e contra os interesses dos manipulados [...].

O presidente Bolsonaro e seus aliados em seus discursos utilizam-se da fé, que se desenvolveu diante das inseguranças acrescidas pela pandemia, em setores importantes para uma vida digna. Também fazem uso da situação econômica do país, para estimular a coragem para as pessoas saírem para trabalhar, não respeitando as medidas necessárias de prevenção e propagação do vírus.

> A manipulação é um fenômeno social – especialmente porque ela envolve interação e abuso de poder entre grupos e atores sociais — é um fenômeno cognitivo, porque a manipulação sempre implica a manipulação das mentes dos participantes, e é um fenômeno discursivo-semiótica, porque a manipulação é exercida através da escrita, da fala e das mensagens visuais. (VAN DIJK, 2015, p.236).

Torna-se evidente que essa manipulação é possível por conta do acesso ao discurso público, que é dirigido às massas. Ou seja, precisamos compreender a manipulação como um fenômeno social, pois parte das relações e do abuso de poder de um grupo sob outro, aqui falando do abuso de poder do governo Bolsonaro. “Uma aná-

lise crítica das propriedades de acesso ao discurso e à comunicação públicos pressupõe a percepção de aspectos políticos, socioculturais e econômicos mais gerais da dominância". (VAN DIJK, 2015, p.87)

Diante do que foi mencionado até aqui, pode-se dizer que a charge demonstra de forma crítica o viés político em relação à pandemia de Covid-19, tendo como principal preocupação o pleno funcionamento da economia. E conforme IBGE (2020), "no período em que a charge foi publicada, a taxa de desocupação no Brasil passava de 11,2% para 12,6% no trimestre terminado em abril, atingindo 12,8 milhões de desempregados". Nesse sentido, faz-se necessário um olhar mais atento para as necessidades da população que se agravam pelo desemprego, especialmente num contexto de pandemia, antes de focar na economia.

O que contribui para o fortalecimento do neoliberalismo, cuja premissa principal é a liberdade de mercado. Para os pensadores da economia, um governo só pode manter o equilíbrio dos preços do mercado interno fazendo uso de mecanismos de estabilização financeira e monetária, aliada a políticas que contém os índices de inflação e preservem as reservas cambiais do país. As liberdades de mercado continuam, mas as autoridades políticas devem conter os excessos do capital especulativo e dos grandes monopólios. Uma visão mais especifica sobre à política neoliberal também atinge diretamente a relação de gastos que o Estado mantém com as necessidades essenciais da sociedade civil. A partir disso, compreende-se que os gastos públicos do governo neoliberal com educação, previdência social e outras ações de cunho assistencial devem ser reduzidos ao máximo. Caso essas demandas se ampliassem, o próprio desenvolvimento da economia proveria meios para que a sociedade civil resolvesse tais questões sociais.

Por outro lado, a charge evidencia através da figura da morte, os riscos de seguir esses modelos ideológicos com discursos negacionistas, além da figura da morte, os cavalos estão pintados de vermelho simbolizando resistência, a importância de resistirmos ao discurso suicida do governo Bolsonaro.

Conforme Morel (2021), os negacionismos são diversos e heterogêneos, formando um fenômeno complexo. Ainda assim, eles se articulam. O negacionismo do racismo, por exemplo, está articulado ao negacionismo histórico nos movimentos recentes de negacionismo da escravidão brasileira. O negacionismo da pandemia, por sua

vez, está articulado ao negacionismo científico: quem nega a gravidade da Covid-19 parte da negação dos discursos científicos. Sem perder de vista as especificidades do negacionismo da pandemia no Brasil, é importante situá-lo também dentro de um movimento mais amplo.

Conclusão

Ao longo deste capítulo pode-se perceber as diferentes formas em que o discurso ocorre, e quem tem acesso, especialmente no que se refere ao discurso público. Tornou-se possível compreender o quão persuasivo é o discurso do governo Bolsonaro, por conta da posição que ele e seus aliados ocupam, e dos modelos mentais. Van Dijk (2015) ressalta que o poder não apenas aparece 'nos' ou 'por meio" dos discursos, mas também que é relevante como força societal 'por trás' dos discursos.

A charge se manifesta como um discurso de alerta para os grupos menos valorizados socialmente, e por meio do discurso de resistência a charge revela a postura dos indivíduos que detêm o poder e quem tem acesso a esse poder.

Assim como o governo Bolsonaro utiliza de discursos ideológicos para conseguir passar a sua mensagem, o autor da charge utilizou de elementos culturalmente conhecidos, como o texto bíblico, para realizar a sua crítica sobre a postura do governo brasileiro em relação a pandemia de Covid-19.

Por fim, a análise crítica do discurso, através da charge cômica de Latuff, trouxe de forma irônica um alerta, possibilitando a compreensão de como as ideologias influenciam grupos e impactam as relações sociais. A partir dessa análise, pode-se constatar as relações de poder de um grupo sob outro, através do acesso ao discurso.

Para tanto, isso só foi possível pelo cuidado de não realizar uma leitura fragmentada da realidade, o que não é uma tarefa fácil, justamente por conta dos modelos mentais a que se tem acesso. É fundamental que se esteja atento às mensagens que são transmitidas para além da fala ou escrita, as mensagens podem ser passadas de diversas formas, como a da charge analisada neste capítulo.

Referências

ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. A arte de escrever cartas e sua aplicação nas práticas escolares. **Linha D'Água**, Brasil, p. 97-117, set. 2010. ISSN 2236-4242. Disponível em: <HTTPS://BIT.LY/3NN2SE4> Acesso em: 19 mar 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3GCKOkI>. Acesso em: 10 fevereiro 2022.

BRASIL. Arquivo Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Carlos Henrique Latuff de Souza. Disponível em: < https://bit.ly/3yO3EoF>. Acesso em: 17 jan 2022.

British Broadcasting Corporation (BBC), **Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid19**. 2020. Disponível em: <https://bbc.in/34O5p8D>. Acesso em: 24 de out 2020.

COSTA, SERGIO. **Estrutura Social e Crise Política no Brasil**. 2018, v. 61, n. 4 pp. 499-533. Disponível em: <https://bit.ly/3Bc-4Cuf >. Acesso em: 27 de dez 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desemprego atinge 12,6% no trimestre até abril com queda recorde na ocupação.** 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3GBtzAp>. Acesso em: 18 novembro 2021.

MOREL, Ana P. M. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00315147. DOI: 10.1590/1981-7746-

sol00315

SILVA, Ronalda Barreto. As Raízes do Neoliberalismo. 2001 da Revista **FAEEBA**, Salvador, nº.15, p157-168. jan/jun. 2001.

Sindicato dos trabalhadores em seguridade social, saúde, previdência, trabalho e assistência social em Minas Gerais (SINTSPREV MG) (Minas Gerais). **Governo genocida coloca em risco a vida da classe trabalhadora**. 2020. Disponível em: https://bit.ly/3DfM-DnM. Acesso em: 17 maio 2022.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, Notícia e Ideologia***:* Estudos na Análise Crítica do Discurso. 1 ed. Porto: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, Notícia e Ideologia***:* estudos na análise crítica do discurso. Porto: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3LoLZry>. Acesso em 06 nov. 2021

8. OPERAR COM FOUCAULT: uma implicação ética frente às políticas do discurso

José Luís Ferraro[59]
Guilherme Magalhães Vale de Souza Oliveira[60]

Introdução

A proposição analítica discursiva foucaultiana nos incita a revisitarmos aquilo que, segundo Morey (1991), se produziu como divisão que – em que pese tenha sua utilização mais apurada para fins didáticos – organiza a obra de Michel Foucault em três distintos momentos. A partir disso, nos referimos à *arqueologia*, à *genealogia* e à *ética* como pilares do empreendimento foucaultiano que tem no epicentro a problematização de um sujeito que se produz, exatamente, no – ou pelo – discurso.

O Foucault da *arqueologia* interpela sobre as condições de possibilidade da emergência de um determinado saber em dado *espaço-tempo*. Assim, questiona como nos tornamos *sujeitos de saber* em diferentes momentos históricos, onde as sociedades desenvolveram saberes específicos a partir de uma maquinaria própria de produção de verdades (FOUCAULT, 1997).

Por outro lado, uma vez verificada a existência destes saberes – destas formas de saber –, é possível afirmar que entre seus modos de enunciação, alguns prevalecem em detrimento de outros. É inspirado no campo da *genealogia* nietzschiana que Foucault estende sua análise na tentativa de resposta à pergunta sobre como nos tornamos, também, *sujeitos de poder*: de que forma ativamos e somos subjetivados por determinados saberes? Como e por que os empoderamos? (FOUCAULT, 1979; 2016).

59 Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/PQ-2). Professor dos Programas de Pós-graduação em Educação e em Educação em Ciências e Matemática da PUCRS. E-mail: jose.luis@pucrs.br
60 Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Realiza estágio Pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor adjunto do Departamento de Artes e Filosofia do Miami Dade College, FL, Estados Unidos. E-mail: gmagalha@mdc.edu

A partir de então, o filósofo estabelece um agenciamento entre *saber* e *poder*. Falará, assim, em *relações de poder-saber*. A pergunta capital que sustenta essa relação diz respeito a sobre *como o poder produz saber* e *como o saber, por sua vez, produz efeitos de poder*. Será Foucault que nos fará pensar na intimidade da relação entre poder e saber e seus efeitos sobre o discurso – a partir do modo como passam a ser instauradas diferentes *economias políticas da verdade*: os denominados *regimes de verdade* (FOUCAULT, 1979; 2016).

A relação entre os sujeitos e os enunciados discursivos tomados como *verdade* permite que os primeiros assumam um determinado posicionamento político que também acabam por definir um *ethos* que os faz aceder a modos específicos de participação social; o que passa por formas de *governamento* específicas – de *si* e dos *outros* – a saber: *como nos governamos* e *como (e por quem) nos deixamos governar?* Surge o denominado último Foucault – o filósofo da *ética* – que pergunta sobre *como nos tornamos sujeitos políticos* (FOUCAULT, 2006; 2008).

A partir de então é possível verificar a tríade: *saber-poder--política* que também pode ser referida por *saber-poder-governo* ou *saber-poder-verdade*, entendendo-se a política como meio de participação social – ou seja, como uma forma de *(auto)governar-se* em sociedade – a partir de verdades enunciadas no interior de discursos aos quais um indivíduo decide filiar-se, tornando-se, na relação com estas, sujeito da experiência. Em outras palavras, Foucault associa o discurso ao *socius* – lócus onde (nos) indagamos sobre *quais enunciados discursivos são empoderados, por quê e quais os acontecimentos que permitiram que os mesmos recebessem um status de verdade.* Ainda, sobre como os enunciados com *status de verdade* dirigem processos de subjetivação.

A análise do discurso foucaultiana como uma ética em relação às políticas do discurso

O título deste capítulo pretende, exatamente, explorar estas ponderações. Primeiro, porque independente do momento a ser demarcado na obra de Michel Foucault, a preocupação do filósofo sempre esteve em torno do sujeito: *o sujeito de saber*, *o sujeito de poder* e o *sujeito ético*. Em segundo lugar, partindo dos pressupostos de que *(i) as condições de emergência dos saberes e suas formas enuncia-*

tivas; *(ii) o poder e sua força prescritiva*; e *(iii) a ética como forma de governamentalidade (bio)política*, sempre seremos remetidos à esfera do social e do político para que possamos problematizar a implicação entre estas três dimensões.

Ao fim e ao cabo, Foucault conjeturou sobre como a própria vida dos pesquisadores – e por conseguinte, sua pesquisa – está implicada éticamente com as economias *políticas de verdade* sobre determinada forma discursiva. Em outras palavras, poderíamos falar sobre uma ética do pesquisador em face às políticas do discurso, pela qual pensasse a relação de sua pesquisa com os objetos de estudo e conhecimento, objetos que objetificam e subjetificam nossas relação consigo mesmo e com os outros. Desta feita, os discursos de verdade ligados ao saber, as formas de governamento pelos efeitos de poder e os processos de subjetivação acabam por compor três eixos analíticos para a compreensão das *práticas sociais* que fazem circular formas de veridicação e subjetivação.

Ao contrário dos linguistas que tomam o discurso a partir de um conjunto de significantes e significados, Foucault confere a ele um *status de prática*. Dessa forma, os *enunciados discursivos* são assumidos como orientadores das práticas em determinadas e diferentes realidades sociais. Logo, sempre que determinado discurso, seus enunciados, estão em pauta, são, na verdade, suas práticas mobilizadas e, portanto, visíveis, que se tornam objetos de análise, sobre os quais se fala (FOUCAULT, 1997, 2001; FISCHER, 2001). É nessa perspectiva que surge a ideia de *formação discursiva* na teorização foucaultiana do discurso como prática social (FOUCAULT, 1997).

Para nos apropriarmos do conceito de *formação discursiva*, devemos pensar na perspectiva da articulação do discurso inspirada na proposição epistemológica de Georges Canguilhem – que dá visibilidade à potência dos conceitos uma vez inseridos em diferentes tradições, campos ou redes relacionais discursivas e que, assim, acabam por funcionar de maneiras distintas (CANGUILHEM, 1955; 2012; MACHADO, 1988). Com essa atitude é possível evidenciar uma *história dos conceitos* que, de acordo com Canguilhem, deve ser valorizada em quaisquer empreendimentos de reconstrução e compreensão epistêmica. Na visão do autor, a epistemologia abandonaria sua condição meramente conceitual de representar a totalidade de conhecimento acumulado em dado momento histórico para assu-

mir-se como o lugar ativo de uma história escrita por diferentes conotações de um mesmo conceito sempre agenciado, articulado com outros distintos (CANGUILHEM, 1955; 2012; MACHADO, 1988).

Foucault propõe, então, algo semelhante ao perceber que se esta outra visão de epistemologia nos permite evidenciar a história dos conceitos (algo similar poderia ser empreendido para que se pudesse esboçar uma história das práticas e, portanto, de sua compreensão) como meio de analisar o discurso. Assim, a virada epistemológica produzida por Canguilhem inspira outra que Foucault dará por meio da proposição de uma analítica discursiva que não está preocupada com o que, possivelmente, está atrás dos enunciados, como a *origem* de algo que estaria sendo escondida pelo discurso; uma essência intocada. Foucault tratará de interrogar as práticas discursivas do presente: *por que são como são? Por que estão dadas e autorizadas, assim, deste modo e não de outro? Por que determinados enunciados discursivos uma vez ativados tendem a permanecer vigentes enquanto outros não?* (FOUCAULT, 1979; 1997).

Percebe-se que ao lidar com a ideia de *articulação discursiva*, há uma perspectiva de *interlocução* que marca uma espécie de *interdiscursividade*. Se Canguilhem se perguntava como o conceito de reflexo poderia ser compartilhado entre a física e a fisiologia, por exemplo, Foucault irá focar na emergência das práticas a partir de uma *interdiscursividade* que é ao mesmo tempo externa e interna ao discurso; exatamente porque fazem das *práticas discursivas* o resultado da interlocução enunciativa entre diferentes campos de saber.

Para exemplificar, tomaremos o debate em torno da *pobreza menstrual* abordado no capítulo *Pobreza menstrual: discursos de (auto)governamento*, deste livro. Na esteira desta discussão, o tema será problematizado como parte integrante de uma *formação discursiva* mais abrangente: *o discurso sobre a saúde* e suas práticas relacionadas à promoção da saúde menstrual das mulheres. A ideia é perceber para além das práticas que inscrevem a menstruação no *discurso sobre a saúde da mulher* – isolando enunciados que atravessam o debate instaurado no Brasil a partir do veto[61] do presidente

61 Segundo o governo federal o veto deu-se, entre outras coisas, pelo entendimento de que o projeto de lei não contemplaria os princípios da *universalidade*, da *integralidade* e da *equidade* como premissas orientadoras aplicadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Isso significa dizer que, para o presidente da república: *(i) uma política de saúde pública voltada às mulheres feriria a ideia de um SUS para todos, prejudicando quem não é mulher pelo não recebimento do benefício*; *(ii) não se trataria de uma prática curativa continuada, dissociando – de maneira absurda – a falta de higiene menstrual*

da república ao Projeto de Lei nº 4.968/2019 que visava garantir a distribuição gratuita de absorventes íntimos como política pública no combate a pobreza menstrual – evidenciando tanto a *heterogeneidade discursiva* em torno da menstruação a partir da multiplicidade de saberes que contribuíram para sua enunciação, quanto das contextos e formas desta enunciação ao longo do tempo.

A análise das práticas discursivas inspiradas em Foucault, neste caso, nos permite analisar quais discursos se conectam ao tema da menstruação, sendo capazes de enunciar determinadas verdades em relação a este evento relacionado ao universo feminino. Para tanto, em que pese os acontecimentos devido a uma postura reacionária do governo federal tenham gerado efeitos que se percebem no discurso, não se trata de uma tentativa de descortinar o que estaria por trás destas falas, posicionamentos ou práticas, mas como nos alerta Foucault (1997), de operar uma análise no nível daquilo que foi dito ou praticado; nada além disso.

O que deve ser percebido, a partir disso é a multiplicidade de saberes colocados em jogo e advindos de diferentes campos que passam a constituir-se, também, como formas de enunciação da menstruação pela forma como foram – neste episódio e ao longo do tempo – enunciados. Assim, a *heterogeneidade discursiva* observada externamente, passa a ser constituída internamente; mas sempre em um espaço-tempo que marca o avanço do conhecimento em relação a um tema – o que implica na modificação da orientação enunciativa das práticas a ele relacionadas.

A *heterogeneidade discursiva* em relação à menstruação é marcada por diferentes epistemologias e seus múltiplos discursos. Assim, para além desta mirada que Foucault (1979; 1997) nos fornece, poderíamos dizer o mesmo ao invocarmos a perspectiva de Canguilhem (1955; 2012) relacionada ao tema, agora, enquanto *conceito*: a *menstruação* enquanto conceito escreveu uma história que lhe é própria a partir de suas distintas inserções em diferentes *formações discursivas* – estas, por sua vez, tecidas por uma interlocução epistemológico-enunciativa. De uma forma ou de outra, o fato é que as *práticas discursivas* relacionadas à ela respondem a uma série de distintos saberes provenientes de diferentes discursividades.

---

de condições prejudiciais à saúde da mulher e, por fim; *(iii) que justiça é valor a ser subvertido, ao considerar que a proposta injusta porque seria desigual ao priorizar tão somente o público feminino.*

Poderíamos considerar a maneira como a menstruação se produz no interior do *discurso biológico*, associada às questões de ordem anátomo-fisiológica e, portanto, orgânico-hormonais; associadas ao dimorfismo sexual e à reprodução na espécie humana. A partir disto, o *discurso médico* atentaria para as práticas associadas a questões hormonais e à saúde reprodutiva da mulher; a gravidez, as medicações, bem como modificações corporais das mulheres, por exemplo.

Já com o desenvolvimento do campo *psi*, teríamos a *psicologia* associando tal condição a alterações socioemocionais na mulher; a *psiquiatria* relacionando seus sintomas à cognição ou algum tipo de desordem mental e a *psicanálise* inaugurando a partir dela o fenômeno da histeria (*hysteron*, do grego, útero) e suas possíveis explicações, ao descrever, por exemplo, as psicopatologias que acometiam mulheres ainda no século XIX (FREUD, 1969a; 1969b).

É neste ponto da história, a partir dos atravessamentos e entrelaçamentos discursivos *biológico*, *médico* e *psi* – com o nascimento da clínica como demonstrou Foucault (FOUCAULT, 1976; 1977) em relação à loucura –, que os sintomas decorrentes da menstruação se tornam um problema de *saúde das mulheres*; algo que deve ser tratado. Um discurso que, atualmente, é reatualizado por outras práticas relacionadas à *neurociência* na compreensão da relação de afetação hormônios/neurotransmissores/sintomas.

Para além do discurso *biológico*, *médico*, *psi* e *neurocientífico* ainda poderíamos identificar outros em cujo interior existem práticas relacionadas à menstruação. Há em determinadas culturas – na tradição de sua ordem *social* – a associação da menstruação a um rito de passagem na vida da mulher: o ingresso na fase adulta é demarcado pelo fato da menina, agora mulher, ter atingido a maturidade fértil; podendo, agora, casar-se. Assim, como determinados fatos sociais também interessam ao direito, é possível inserir a menstruação em uma ordem discursiva *jurídico-legal*.

A menstruação no interior do *discurso jurídico* aparece desde como atenuante do cometimento de crimes na esfera penal – justificado por alterações de ordem emocional e, portanto, sustentadas pelos conhecimentos do campo *psi* (como a síndrome pré-menstrual, reconhecida como tensão) –, passando pela esfera trabalhista que garante a mulher o direito à licença menstrual como no Japão e na Coréia do Sul (NEUMAN, 2021); até a questão da dignidade menstrual

e sua garantia em documentos orientadores na esfera dos direitos humanos (OMS, 2017) como principiologia de possíveis dispositivos legais relacionados.

Ainda, como extensão das práticas relacionadas à menstruação ao longo da história, nos deparamos com o *discurso religioso* como mística responsável a produção das mais variadas crenças sobre o período menstrual. A relação com a impureza da mulher, a ideia de pecado, as restrições impostas às mulheres de frequentar determinados lugares tidos como sagrados – os templos, por exemplo – são parte integrante de uma série de práticas que se produziram como dogmas no interior de determinadas religiões.

Por fim, percebe-se que no interior da *menstruação como formação discursiva* emerge uma *economia política* que pauta as *práticas discursivas* relacionadas a este acontecimento (que deixa de ser apenas biológico e relacionado ao corpo da mulher para ser social) desdobrando-se em práticas que dominam diferentes esferas do *socius*. Logo, a menstruação abandona a condição individual da mulher (ou coletiva, das mulheres) e, portanto, privativa de um sexo específico – biologicamente falando – para converter-se em questão pública. É aqui que há a inserção do tema também em uma esfera política incorporada pelo *discurso de gênero*.

O *discurso de gênero* se produz em duas dimensões: na esfera do *político* e na esfera da *política* – tais quais as definições atribuídas à Chantal Mouffe (2007). Para a socióloga, o *político* diz respeito às lutas, ao *agonismo*; enquanto a *política* refere-se a um tipo de ação institucional (MOUFFE, 2007). O *político* trata da reafirmação de diferentes modos de existência; a *política* centra-se em uma espécie de *decisionismo* que orienta a ação de instituições; muitas das quais inseridas nas modalidades discursivas as quais nos referimos anteriormente: instituições *científicas*, *médicas*, *clínicas*, *jurídicas*, *religiosa*, *governamentais*, *pedagógicas* e outras. São as *práticas discursivas* que permitem às instituições se orientarem na esfera da *política*, definindo uma compreensão específica relacionada a determinado tema a partir do entendimento sobre as formas de sua enunciação.

No caso em específico do tema da pobreza menstrual, os discursos mais evidenciados dizem respeito ao de *gênero* e ao *econômico*, utilizados de maneira negativa pelo governo federal para justificar o injustificável: o veto a uma política direcionada ao públi-

co carcerário feminino e às mulheres pobres. Considerando a mentalidade neoliberal da atual política brasileira no contexto do veto em questão, a cartilha é seguida à risca colocando o capital acima das pessoas. Além disso, percebe-se uma subversão já mencionada na justificativa do governo que deturpa os princípios de justiça e igualdade, colocando inacreditavelmente a demanda em questão como uma espécie de privilégio de gênero.

Uma vez compreendida a ideia de *discurso como prática social* e de *formação discursiva* como campo orientado por tais práticas – no caso de uma análise das práticas discursivas inspiradas em Foucault da produção de uma análise do discurso foucaultiana em relação à pobreza menstrual – devemos de antemão definir o que o autor (FOUCAULT, 1997) determinou como sendo o *arquivo*. O sentido que Foucault atribui ao termo diz respeito ao conjunto de regras em determinada cultura que define a (im)permanência de certos enunciados e, portanto, de práticas específicas vinculadas a ordem de um discurso vigente (FOUCAULT1997; 2001; REVEL, 2011). O *arquivo* é tudo aquilo que pode ser dito em dado momento histórico; aquilo que é autorizado por mecanismos de produção de verdades que regulamentam as ações (inter)subjetivas e, portanto – como já foi mencionado – se relacionam com *processos de subjetivação* e *relações de (auto)governamento*.

No caso de debruçarmo-nos sobre a *pobreza menstrual*, é preciso considerar que as fontes enunciativas selecionadas correspondem a parte do *arquivo* de uma época. Elas expressam o pensamento de dado momento histórico sobre o tema em questão. Assim, a construção do *arquivo* também leva em conta a dimensão interdiscursiva; afinal, diferentes campos de saber têm o que dizer sobre a menstruação, inserindo a discussão em diferentes contextos pela maneira como a temática se desdobra no interior da biologia, da medicina, do campo *psi*, do direito, da religião entre outros, como vimos anteriormente.

O relevante é a percepção de que para uma análise das práticas discursivas em Foucault, os limites da escolha dos enunciados correspondem aos limites da construção de um *arquivo*. Alguém poderia, por exemplo, fazer uma pesquisa sobre pobreza menstrual considerando apenas reportagens de jornal ou sobre como o tema é tratado pela mídia de modo geral; se poderia, ainda, considerar apenas o que dizem os materiais de divulgação do Ministério da Saúde

ou, até mesmo, como livros didáticos (ou outros manuais) abordariam a questão.

O fato é que a ideia de *arquivo* não está associada apenas a uma materialidade, mas também a uma temporalidade: deve-se estipular um recorte temporal cuja escolha deve ser justificada pelo pesquisador. Sua importância se dá pelo fato de que, uma vez, definido pelo pesquisador será o arquivo que definirá as (im)permanências do discurso, ou seja; aquilo que deverá integrar o objeto de análise e aquilo que deverá ser esquecido: segundo Foucault (1997), trata-se do que deverá ser preservado e do que deverá ser abandonado.

Sob este aspecto, a analítica foucaultiana busca (re)conectar as irregularidades discursivas, suas relações de *saber-poder--verdade*, a partir de uma perspectiva descontínua – o que significa desconsiderar a possibilidade da construção de metanarrativas. Há, nessa atuação, uma similaridade do fazer do pesquisador com o do arqueólogo que escava diferentes e irregulares estratos geológicos. Abdica-se da realização de uma história linear, de superfície para que possamos nos ater nas descontinuidades estratificadas pensando sobre como estas descontinuidades podem nos ajudar a escrever uma outra história do presente.

No entanto, deve-se ressaltar que uma análise que pretenda operar com Foucault difere das demais análises discursivas por não converter-se em um método rigoroso cujo passo a passo venha a respeitar certa hierarquia. Logo, não há fórmula ou receita para sua realização. No entanto, existem ações relevantes que devem ser consideradas por parte dos pesquisadores que desejarem trabalhar com ela.

Primeiro, deve-se definir qual o *arquivo*. Isso significa responder perguntas como: *(i) qual formação discursiva está em jogo? (ii) Qual intervalo histórico-temporal será selecionado para a análise? (iii) Onde e como a dispersão enunciativa será observada pelo pesquisador?* Trocando em miúdos, tais perguntas remetem a dimensões ou procedimentos da investigação que podem ser consubstanciados no que o professor Julio Groppa Aquino vem operando como *gesto arquivístico* na pesquisa educacional, isto é, como

> superfície e ocasião de permanente acareação entre [passado e presente] e, por extensão, de precipitação de uma miríade de efeitos veridictivo-subjetivadores não localizáveis de antemão

> [...] um esforço de fabulação do que podemos vir a ser a partir de agora, caso subsista alguma coragem de voar fora de nossas asas (AQUINO, 2020, p.350-351).

Retornando ao tema e ao problema em tela, seria possível abordar a pobreza menstrual, : *(a) por meio de definição da menstruação como um objeto relativo a formações discursivas ligadas à saúde, ao gênero, à moral e à política e que será tomada como objeto da pesquisa e, portanto recortada por uma problema – o que tem sido dito sobre a questão menstrual e da pobreza menstrual, quais enunciados foram (des)ativados para que a forma de enunciação da menstruação pudesse devir tal qual se apresenta sendo permitida no tempo presente; (b) por um recorte temporal que tratará de identificar intervalos entre datas a partir das quais se deterá a analítica, conferindo aos discursos uma temporalidade e desestabilizando seu pretenso caráter de universlidade e constância.; (c) a materialidade da análise será tomada a partir de quais fonte e a partir de quais recortes de problemas: reportagens, mídias em geral, livros didáticos de biologia, manuais médicos, legislação, panfletos informativos do Ministério da Saúde, material de divulgação religioso? A partir de quais problemas recortaremos a materialidade: a relação entre política e saúde, moralidade e gênero, práticas de autocuidado e direitos humanos?* A maneira como opera-se em cada uma dessas dimensões, muda-se o arquivo e, por conseguinte, os efeitos ético-políticos que deles pode-se deslindar.

Uma vez definido o *arquivo e seu modo de enreçamento*, o pesquisador logra trabalhar sobre a massa dos enunciados de forma mais detida, isolando-os/selecionando-os para sua descrição. Entra tantas possíveis, essa identificação descritiva pode ocorrer em termos de *(a) referente; (b) sujeito; (c) campos associativos e; (d) materialidade.*

O *referente* diz respeito *a quem ou ao quê o enunciado se refere*; diferentemente da identificação do *sujeito* – esta relacionada às *condições de quem ou do quê se fala*. Sobre os *campos associativos*, trata-se de evidenciar *o quê, quais outros campos discursivos, estão associados (in)diretamente com o enunciado isolado.* Por último a *materialidade* nos indica *o quê se torna visível com o enunciado em questão; quais práticas ele ativa ou interdita (exclui); ao quê ele se integra, o quê ele articula e quem ele agencia.*

Para esboçarmos uma análise das práticas discursivas de inspiração foucaultiana, de acordo com as possibilidades mencionadas anteriormente, poderíamos organizar uma grade ou matriz analítica tal qual a Tabela 1. Cabe ressaltar que isto não significa inserir esta análise em uma dimensão estruturalista, servindo apenas como propósito metodológico para visualização, estabelecimento de mútuas conexões e uma compreensão outra do problema em tela.

Tabela 1 – Matriz analítica sugerida para análise do discurso foucaultiana.

Enunciado vetado da Lei 14.214/2021	Art. 1º "Esta Lei institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual para assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual."
Razão do veto	"A proposição legislativa institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que asseguraria a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual. Contudo, embora meritória a iniciativa do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que não há compatibilidade com a autonomia das redes e estabelecimentos de ensino. Ademais, não indica a fonte de custeio ou medida compensatória [...]".
Elementos da análise foucaultiana de parte do texto do veto como enunciado selecionado pelo pesquisador	A formação discursiva em análise corresponde à menstruação, cuja dispersão será observada no texto do veto do Presidente da República à Lei nº14.214/2021. Em que pese o veto tenha se dado no dia 06/10/2021, a analítica levará em conta a interdiscursividade – e, portanto, às práticas – que em 2022 (momento da análise) se evidenciam em torno da menstruação como formação discursiva. Isso implica mobilizar uma série de outros enunciados do interior de outros discursos: biológico, médico, *psi*, jurídico, religioso e outros, para justificar a importância desta política pública em saúde da mulher. **(a) Referente:** refere-se à "proposição legislativa que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que asseguraria a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual"; **(b) Sujeito:** trata-se do legislador que teve a iniciativa da proposição legislativa; **(c) Campos associativos:** discurso biológico, médico, político e econômico, pois trata-se do custeio de uma política pública de combate à pobreza menstrual; **(d) Materialidade:** o enunciado torna visível o agenciamento entre as esferas biológica e médica no interior do campo da saúde da mulher associada a uma decisão política de veto baseada em indicadores econômicos de custeio.

Análise	Em 2021, em que pese iniciativa do Legislativo brasileiro, o governo federal vetou trechos da Lei nº14.214/2021que instituía o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual sobrepondo questões formais (econômicas) a questões humanitárias. Tratava-se de viabilizar política pública que visava segurança menstrual de mulheres como proposta de combate à pobreza menstrual. A proposta não encontrou guarida no Executivo brasileiro, tomado por uma orientação ideológica conservadora, reacionária e restrita ao ser incapaz de quaisquer alargamentos reflexivos como exercício hermenêutico para promover a segurança física, sanitária e jurídica de mulheres pobres. Logo, o presidente fez valer a força do discurso econômico para justificar o que denominou de contrariedade ao interesse público – desconsiderando a opinião das mulheres-alvo da legislação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No entanto, ao continuarmos a leitura do dispositivo legal encontramos em seu artigo 4º:

> As despesas com a execução das ações previstas nesta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Ministério da Saúde, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual (BRASIL, 2021).

Isso significa que na própria lei havia a indicação da fonte de custeio, o que não fragiliza a afirmação do próprio veto presidencial, bem como a fala do presidente que reconheceu o mérito da proposta, mas que não vislumbra o atendimento de princípios como o da *universalidade*, da *integralidade* e da *equidade* no acesso à saúde do SUS, como anteriormente referido.

> A norma estabelece a quem os absorventes serão destinados, de modo a restringir o público beneficiário e não atender às condições de acesso universal e igualitário previstos na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Portanto, as ações não poderiam ser custeadas com os recursos de transferências para a saúde (BRASIL, 202 - veto).

Isso explicita ainda mais a falta de percepção da *interdiscursividade* relacionada à *pobreza menstrual* – da menstruação como

formação discursiva; além de um evidente estreitamento nos termos do que, de fato, significam os princípios mencionados – bem como da compreensão do termo *acesso universal igualitário*.

É claro que a análise do trecho tomada como exemplo é parcial. Ela serve tão somente para que se possa perceber a organização analítica cujo materializa como retrato de um tempo/ momento. No exemplo em questão, temos a fixação do entendimento do governo federal em um determinado período histórico que permanecerá como registro para ser confrontado com políticas não apenas do passado, mas do futuro que serão relacionadas ao tema. Assim, esse contraste é útil para matizar a história da relação do Legislativo e do Executivo brasileiro sobre o problema enfrentado: a *pobreza menstrual*.

Ao operarmos com Foucault, somos sabedores de que não se trata de reconstituir uma linearidade que tem como dimensões passado, presente e futuro. Mas de valorizar o conjunto de marcas históricas e documentais para compreender a atualidade: o complexo domínio das práticas que forjam que nós somos.

Tomando como referência os enunciados relacionados à *pobreza menstrual*, Foucault nos incita a retornar à tríade saber-poder--verdade a partir das dimensões *arqueológicas*, *genealógicas* e *éticas*, conforme – também para fins didáticos – pode ser demonstrado na organização da Tabela 2.

Tabela 2 – Análise do discurso foucaultiana sobre *pobreza menstrual* e as dimensões *arqueológicas*, *genealógicas* e *éticas*

	Questões relacionadas à análise do discurso sobre *pobreza menstrual*	**Questões relacionadas à análise do discurso sobre o veto à Lei nº14.214/2021**
Dimensão arqueológica (saber)	Quais condições de possibilidade permitiram a emergência do discurso sobre a *pobreza menstrual* no Brasil?	Quais as condições de possibilidade que permitiram o veto do presidente a trechos da Lei nº14.214/2021?
Dimensão genealógica (poder)	Quais enunciados constituíram a *pobreza menstrual* como formação discursiva?	Quais enunciados embasaram e constituíram as razões do veto do presidente a trechos da Lei nº14.214/2021?

Dimensão política (ética)	Como, historicamente, o discurso sobre a pobreza menstrual contribui para a construção da subjetividade-mulher?	Como, historicamente, o veto do presidente a trechos da Lei nº14.214/2021 influencia as subjetividades-mulheres que seriam beneficiadas pelo dispositivo legal?

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Na Tabela 2 podem ser depreendidas duas possibilidades de análise. Enquanto a primeira delas seria utilizada se o desejo do pesquisador fosse compreender as condições de emergência de um saber sobre a pobreza menstrual, bem como os enunciados considerados verdadeiros que orientariam os processos de subjetivação das mulheres; o enfoque da segunda diz respeito especificamente ao veto presidencial aos trechos da Lei nº14.214/2021. Assim, investiríamos sobre a compreensão de quais saberes foram mobilizados, quais enunciados foram considerados verdadeiros para justificar o veto e, ainda, como este veto influencia os modos de existência, os processos de subjetivação das mulheres que em face dele deixaram de ser contempladas.

Conclusão

Inspirado em Michel Foucault, este capítulo pretendeu oferecer um endereçamento analítico às práticas discursivas a partir de alguns dos discursos em torno do problema da *pobreza menstrual*. Considerando que o disparador da análise em questão foi o veto a trechos da Lei nº14.214/2021, propôs-se o debate em torno de uma possibilidade analítica devido ao fato de que não existe um passo a passo metodológico que marque uma ordenação das ações para tal. Assim, o conteúdo deste capítulo não deve ser tomado como prescrição, mas como uma via de abordagem da problematização em questão, capaz de introduzir e conduzir outros pesquisadores à multiplicidade dos usos de Foucault na pesquisa em Ciências Humanas e nas Ciências Sociais Aplicadas.

Cabe relembrar: ao optar por fazer uso destes procedimentos deve permanecer ao nível das coisas ditas, rejeitando a totalização ou universalidade de categorias que possam a vir a ser identificadas durante a análise. Assim, o foco deve ser os enunciados que dão visibilidade aos discursos – incluindo-se, aqui, as instituições que também os propagam por meio de práticas que ensejam – em deter-

minado espaço-tempo. É, exatamente, nos momentos históricos em questão que tais práticas serão debatidas e problematizadas a partir de sua permanência, modificações – ou seja, (ir)regularidades, rupturas – perigos, segurança e (des)continuidades mediadas por relações de saber-poder e que passam a se tornar visíveis no campo social.

Em conclusão, debruçar-se sobre Foucault e sua ético-política do discurso significa aceitar que todo discurso conforma relações de saber-poder, relações de governo e verdade, implicando, por sua vez, um engajamento ético-político do pesquisador. É nesse sentido que esta analítica das práticas discursivas, embora tratada como método, acaba por transcender tal pecha metodológica convertendo-se também em uma postura – e, no limite, também uma impostura frente aos acontecimentos.

Referências

AQUINO, Julio Groppa. Operação arquivo: pesquisar em educação com Foucault. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Foucault, arquivo, educação**: dez pesquisas. São Paulo: FEUSP, 2020. p.337-353.

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021**, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Diário Oficial da União: seção 1, edição 191, Brasília, DF, out. 2021.

CANGUILHEM, Georges. **La formation du concept de réflexe aux XVII et XVIII siècles.** Paris: PUF, 1955.

CANGUILHEM, Georges. **Estudos de história e de filosofia das ciências, concernente aos vivos e à vida.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la folie à l'âge classique.** Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FREUD, Sigmund. **Histeria**.v.1. Rio de Janeiro: Imago, 1969a.

FREUD, Sigmund. **Estudos sobre histeria**. v.2. Rio de Janeiro: Imago, 1969b.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

MOREY, Miguel. La cuestión del método. In: FOUCAULT, Michel. **Tecnologías del yo y otros textos afines.** Barcelona: Paidós Ibérica, 1991.

MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

NEUMAN, Camila. **Pobreza menstrual:** conheça o problema que leva brasileiras a deixarem de estudar. São Paulo: CNN, 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pobreza-menstrual-conheca-o-problema-que-leva-brasileiras-a-deixarem-de-estudar/ Acesso em 23 fev. de 2022.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Progress on Drinking Water, Sanitation and Hygiene:** update and SDG baselines. Geneva, 2017. Disponível em: https://www.who.int/mediacentre/news/releases/2017/launch-version-report-jmp-watersanitation-hygiene.pdf?ua=1 Acesso em: 20 fev. de 2022.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

8.1 POBREZA MENSTRUAL: discursos de (auto)governamento

Gabriela Dutra Rodrigues Conrado[62]

Introdução

Este capítulo relata uma análise do discurso, com inspiração foucaultiana, sobre formações discursivas a respeito da pobreza menstrual. A escolha desse tema é justificada pela emergência da temática no cenário político brasileiro, reverberado na mídia em diferentes veículos de comunicação.

O tema da pobreza ou precariedade menstrual refere-se a falta de higiene menstrual adequada de meninas e mulheres em situação de vulnerabilidades social (SOUSA *et al*, 2021). Ainda que a higiene menstrual incorpore várias práticas de cuidado com a saúde, os discursos veiculados nos materiais analisados centram-se na distribuição de absorventes higiênicos. O veto do presidente Bolsonaro a um ponto do Projeto de Lei nº 4968/2019 que garantia essa distribuição alcançou notoriedade na mídia e nas redes sociais sobre o tema da pobreza menstrual.

Desse modo, o objetivo dessa análise foi compreender condições de possibilidades para existência dessa formação discursiva e seus efeitos no governo das mulheres e de seu próprio autogoverno. Para tanto, foi realizada uma análise desses discursos, com aportes teóricos e metodológicos de Michel Foucault (1979, 1996, 2008).

Em um primeiro momento buscou-se entender o tema menstruação e os discursos ligados a ele, para posteriormente apresentar eixos teóricos e metodológicos foucaultianos. Na sequência, a análise do discurso que constitui a pobreza menstrual foram investigados, suas relações com diferentes campos do saber e a composição para o governo de si e dos outros.

Desenvolvimento

Nesta seção do texto, abordam-se quatro momentos que compõe esta análise dos discursos sobre pobreza menstrual. No primeiro

62 Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática, PUCRS. Bolsista PROSUC/CAPES.

momento é debatido sobre a menstruação e surgimento do tema nas tramas discursivas que afetam vida de meninas e mulheres. Na sequência, apresentam-se eixos teóricos utilizados a partir da produção de Michel Foucault e logo a seguir, os caminhos metodológicos adotados nessa produção de uma análise do discurso. O quarto momento consiste na realização da análise condições de possibilidades para existência das formações discursiva sobre a pobreza menstrual e seus efeitos nas práticas governamento.

Sobre menstruação

A chegada da menstruação na vida da mulher marca um período de passagem, do fim da infância para adolescência e, consequentemente, início da vida adulta. Segundo Louro (2018), marca também um período de mudança de linguagem sobre a vida da mulher. Com a menstruação, temas sobre reprodução e sexualidade atravessam a identidade feminina. No entanto, os discursos sobre o cuidado com o corpo e higiene durante o período menstrual são mais recentes. "A reclusão e a imobilidade de tempos antigos são substituídas pelo estímulo à atividade e à higiene dos tempos atuais. A extensa ladainha de cólicas, dores de cabeça e cuidados parece pouco adequada para o modelo de mulher dinâmica vendido pela publicidade" (LOURO, 2018, p. 16).

O documentário Absorvendo o Tabu (2018) colaborou para visibilizar o estigma sobre a menstruação na sociedade indiana e sua narrativa apresenta a iniciativa de produção de absorventes como forma de independência financeira e importância da saúde da mulher. Realizando uma busca simples no *Google* Acadêmico com o descritor "pobreza menstrual" no cenário nacional obtêm-se 59 (cinquenta e nove) produções acadêmicas, dessas, apenas quatro foram produzidas até 2019. Esse dado busca demostrar que a emergência do tema coincide com o período de lançamento do documentário. A narrativa do curta metragem explora o silenciamento sobre a menstruação como forma de não reconhecer as especificidades do corpo feminino e da feminilidade e os cuidados necessários com higiene.

Ao enunciar sobre a menstruação constitui-se esse saber, são os discursos a respeito do tema os formadores dos saberes sobre a menstruação. Segundo Foucault (2008), as práticas discursivas constroem os objetos dos quais falamos e põem em funcionamento maneiras de ser e agir pelas verdades empregadas pelo discurso.

Enunciar sobre menstruação implica assumir sua existência e complexidade, passando a considerar como essas verdades discursivas nos afetam enquanto sociedade. Considera-se que debater sobre menstruação é refletir sobre o corpo da mulher e suas particularidades de higiene, que nesse momento emerge com o discurso da pobreza menstrual.

Analisar discursos com Foucault

Na análise do discurso com Michel Foucault não existe um modelo a ser seguido ou uma metodologia para analisar discursos, mas modos de inquirir nossos objetos de pesquisa. Nas pesquisas de inspiração foucaultiana, frequentemente, são adotados pressupostos para pensar de outro modo questões do saber e poder, multiplicando maneiras de descrever e entender aquilo que se pretende estudar.

Nesta análise do discurso, optou-se por utilizar pressupostos dos três eixos foucaultianos: arqueologia, genealogia e ética. A arqueologia, ou fase arqueológica, refere-se análises e proposições dos primeiros escritos de Michel Foucault, demonstram interesse sobre as questões do saber e a verdade enunciadas nas práticas discursivas. Para Foucault (2008):

> [...] a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar toda as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos. (FOUCAULT, 2008, p. 6)

Foucault (2008), direciona sua análise em investigar as descontinuidades na história, afastando-se das estruturas e de um modelo global ou totalizante de descrever os fenômenos sociais, busca compreender o surgimento e veiculação de determinados discursos em períodos específicos. Interroga, porque determinados discursos, em certos períodos, afloram. De acordo com Fischer (2001, p. 201) "A análise arqueológica deve principalmente dar conta de como se instaura certo discurso, quais suas condições de emergência ou suas condições de produção."

Na genealogia, sem romper com as noções da arqueologia, Foucault (1979) traz fortemente as relações de poder para entender

o discurso. O poder para Foucault não é opressor, direcionado do estado ou de instituições para governar e controlar os sujeitos. Na perspectiva foucaultiana, o poder se estabelece em nível microfísico, afeta os sujeitos em sua interioridade, produzindo condutas e normatividades. Nesse sentido, pode-se afirmar que o poder para Foucault é produtivo, pois fabrica subjetividades e maneiras de existir. Em termos foucaultianos, menciona-se biopoder, um poder que é exercido sobre a vida dos sujeitos. De tal modo, é um poder que age sobre sujeitos livres, com possibilidade de escolha, cria mecanismos de regulação e incita desejos e vontades (FOUCAULT, 1979; 2008).

Essas relações de poder, manifestadas pelas práticas discursivas, produzem nos sujeitos uma vontade de verdade. Segundo Foucault (1979), a verdade é acontecimento, não algo estático e hermético aguardando para ser descoberto. "Ela não se dá por mediação de instrumentos, mas sim provocada por rituais, atraída por meio de ardis, apanhada segundo ocasiões: estratégia e não método. Deste acontecimento que assim se produz impressionando aquele que o buscava, a relação não é do objeto ao sujeito de conhecimento." (FOUCAULT, 1979, p. 104). Assim, a verdade funciona na estratégia das práticas discursivas, sempre relacionado com processos sócio-políticos, interroga sobre a verdade representada por determinado discurso e permite entender a sustentação da verdade que se pretende divulgar.

A verdade produz efeitos nos modos dos sujeitos conduzirem-se. Para ser sujeito da verdade é relevante que o sujeito se ocupe de si mesmo, fazendo determinadas práticas consigo mesmo. Cuidar de si envolve cuidado com corpo-biológico e corpo-alma, implica construção de condutas (auto)governáveis – governo de si e dos outros, chanceladas pelos regimes de verdades manifestados nas práticas discursivas. Nas linhas que seguem, são apresentados os caminhos metodológicos que constituíram a análise do discurso realizada neste capítulo.

Caminhos metodológicos

Nessa análise do discurso, para compor o *corpus* de investigação do material foram selecionados: (i) a reportagem "Pobreza menstrual: desdobramentos, retrocessos e necessidade de reversão do quadro atual", publicada virtualmente pelo Estadão em 14 de outubro de 2021, (ii) o documentário Absorvendo Tabu (2018), (iii)

Projeto de Lei 4968/2019, além de outros discursos veiculados na mídia. Examinando os materiais, interessa compreender condições de possibilidades para existência dessa formação discursiva e seus efeitos no governo das mulheres e de seu próprio autogoverno. Seguindo esses objetivos foi realizada uma análise sobre a formação discursiva a respeito da pobreza menstrual.

Analisar discursos na perspectiva foucaultiana não é analisar um objeto, mas estudar interior das práticas, entendendo o que é vivido pelas pessoas. Fischer (2001) ao analisar discursos sobre educação, propõe um modo sistemático de produzir análise, destacando alguns conceitos foucaultianos relevantes para aqueles que se aventuram nas teorizações do filósofo. A autora ressalta a função do enunciado na Análise do Discurso, em Foucault (2008). Um enunciado é composto por referente, nesse caso, alguém que faz a referência sobre pobreza menstrual. Um enunciado necessita de um sujeito, alguém que afirme aquilo que está presente no discurso: *muitas mulheres não têm acesso à higiene menstrual adequada.*

Um enunciado, deve ainda, estar associado a outros enunciados para que haja uma formação discursiva. Enunciados sobre direitos humanos, sobre acesso à educação, sobre saúde da mulher. E, ainda, uma materialidade específica, algo que permita sua reprodução e dispersão, nessa análise, a edição virtual do Estadão, o documentário e o PL 4968/2019.

Para realização dessa análise alguns encaminhamentos foram tomados. O primeiro passo foi realizar a leitura minuciosa da reportagem, sem desprezar nenhuma informação. Identificando a temática e verdades discursivas sobre a pobreza menstrual, buscou-se remontar os escritos e propor outras relações, tendo o cuidado de ater-se a materialidade discursiva (FOUCAULT, 2008). Nesse processo de remontar os discursos para produzir essa análise, almejou-se colocar o discurso na ordem de quem o enuncia e examinar os efeitos discursivos sobre o cuidado de si.

As noções de ordem do discurso de acordo com Foucault (1996; 2008) se referem as posições de poder daquele que enuncia. O autor nos ensina que não se pode tratar de qualquer assunto em qualquer momento ou lugar. Existem condições de poder e saber que autorizam determinados discursos serem reproduzidos e aceitos como verdadeiros. Os efeitos discursivos sobre a subjetividade são foco das últimas produções de Michel Foucault, fazem referência aos

seus estudos sobre a ética-estética. O cuidado de si, para Foucault (2006), envolve uma prática do sujeito sobre si mesmo almejando um (auto)governamento segundo normas tomadas como verdadeiras em um tempo e cultura específicos. Perpassando pela investigação do saber, poder e ética envolvidos na temática da pobreza menstrual, a próxima seção do texto apresenta a análise do discurso a partir dos materiais selecionados para este fim.

Analisando o discurso sobre pobreza menstrual

A verdades discursivas mobilizadas sobre pobreza menstrual estão inseridas em diferentes campos do saber: político, social, jurídico, educacional e econômico. Cada um desses campos possui seus fundamentos e modos de enunciar a pobreza menstrual, utilizam linguagens diferentes para construir um mesmo acontecimento. Compreender e identificar os entrelaçamentos entre esses campos que sustentam o discurso sobre pobreza menstrual é interesse desta seção do texto.

Como mencionado anteriormente, um aspecto relevante para análise dos discursos segundo Foucault (2008) é identificar quem enuncia determinado discurso e qual sua posição hierárquica na formação discursiva. Estabelecer essas posições é importante na arqueologia, já que diferenciam e definem as relações dos discursos na sociedade e examinam como constituem-se e propagam-se enquanto locais de saber.

A reportagem analisada neste capítulo, pertencente a um *blog* da seção de Gestão, Política e Sociedade do Estadão, assinado por Nathália Araújo Vieira Bruni, Graduada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e mestranda em Administração Pública e Governo (CMAPG). A reportagem está vinculada a linha editorial do *blog* e propõe debater como a conjuntura do país afeta o ambiente político e o empresarial.

Na reportagem, as Organizações das Nações Unidas, Banco Mundial, Senado Federal e a empresa de absorventes higiênicos ALWAYS são as instituições autorizadas na/pela reportagem a compor a formação discursiva. Essas instituições são locais de saber político, econômico e legislativo.

No campo discursivo legislativo é o PL 4968/2019 elemento dispersador desse discurso. Em setembro de 2021 o Congresso aprova o PL 4968/2019, que em um de seus itens prevê e distribuição de

absorventes higiênicos a: pessoas em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema, pessoas apreendidas e presidiárias, recolhidas em unidades do sistema penal; pessoas internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa e estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública.

É importante destacar que o PL menciona em seu texto o documentário Absorvendo o Tabu (2018), que joga luz às dificuldades de higiene enfrentadas por muitas mulheres e mostra o uso de absorventes como uma possível solução. Investigando as tramas discursivas sobre pobreza menstrual, a irrupção dessa formação discursiva tem um de seus vértices o referido documentário.

Segundo a reportagem do Estadão, a pobreza menstrual "produz consequências severas para saúde física e mental de mulheres". A precariedade menstrual ocasiona problemas de saúde e no acesso à educação, tendo em vista que muitas meninas pela falta de itens de higiene, como o absorvente, faltam à escola.

Ainda que as consequências da pobreza menstrual permeiem temas relacionados à saúde e à educação, lugares de onde emergem os discursos sobre o tema não tem relação direta com esses grupos de saber. Assim, entende-se que a reportagem do Estadão está outorgando: Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Senado e a empresa Always, a produção de regimes de verdades sobre saúde e educação de meninas e mulheres. É importante destacar que Fundo de População das Nações Unidas **(**UNFPA**),** também integra a rede discursiva da reportagem.

A UNFPA é um órgão da ONU responsável pelos assuntos relacionados a população, dentre os temas da entidade estão equidade de gênero e saúde sexual. A representante da entidade destaca, segundo a reportagem, a relevância de que as "pessoas possam gerenciar sua menstruação", restringir a higiene no período menstrual é "violação de direitos humanos". Assim, proporcionar condições de higiene menstrual é fornecer à população cuidados básicos, é fazer uso de técnicas de governo sobre meninas e mulheres naquilo que "é uma condição perfeitamente natural", a menstruação.

A reportagem analisada nesse exercício descreve a pobreza menstrual como um "problema sério" a respeito da "falta de acesso a absorventes higiênicos". A gravidade referida ao tema é potencializada pela "ausência de condições sanitárias mínimas" de muitas mulheres e meninas e precisa ser tratado como uma "questão de saúde

pública e de direitos humanos". De acordo com a notícia, o acesso a "higiene menstrual é um direito" e não deve ser vista como "privilégio". O ponto de solução do problema da pobreza menstrual é objetificado no absorvente higiênico, ainda que sejam considerados a falta de instalações adequadas como elementos que dificultam a higiene de meninas e mulheres. Os discursos sobre a pobreza ou precariedade menstrual não anseiam definir um objetivo. Os discursos sobre o tema produzem nossa maneira de existir e de governar-se (FOUCAULT, 1979).

Para Foucault (2008), a arqueologia do saber dispersada nos discursos não almeja buscar a origem das práticas discursivas, trabalha na emergência dos enunciados, opera no instante e nas condições históricas em que essas práticas estão postas. Analisando brevemente o contexto político atual, vivemos um momento de conservadorismo evidente na Câmara e no Senado brasileiro. Segundo Almeida (2019), o conservadorismo moral e político vivenciado no Brasil tem relações com religiões cristãs, evangélicas e católica. Os discursos sobre a defesa da família tradicional exercem sobre a mulher uma função de sujeito dócil, recatada, voltada à maternidade, heterossexual. A mulher do discurso conservador preserva seus desejos e não compartilha intimidades e suas diferenças (LOURO, 2018). Nesse contexto, não debate algo que o homem branco heteronormativo não conhece, a mulher silencia sobre os cuidados com a menstruação.

O discurso sobre a pobreza menstrual na reportagem do Estadão traz, em um dos pontos mais relevantes, a notícia do "veto do atual presidente Jair Bolsonaro à distribuição gratuita de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade" disposto em um dos pontos do PL 4968/2019. O discurso sobre pobreza menstrual que vinha ganhando notoriedade pelas tramas discursivas propagadas pelas áreas da saúde e da comunicação são impulsionadas por essa ação de "violação de direitos humanos".

Segundo Foucault (1979), um bom governo é um governo econômico, constitui-se na maneira correta de gerir bens, indivíduos e riquezas. Governar é arte de garantir bem-estar de todos, produzindo normalização e adequação da população para melhor conduzi-la. Ao vetar o ponto do PL 4968/2019 sobre a distribuição de absorventes às meninas e mulheres em situação vulnerabilidade, o presidente fragiliza o pacto social investido na figura do governante e gera um clima de insegurança política e social.

Analisando a reportagem, os discursos sobre a pobreza menstrual adquirem materialidade com os enunciados manifestados por organizações de governo, financeiras e empresariais, como apresentado anteriormente. O presidente Bolsonaro, ainda que busque argumentação em "não estabelecer fonte de custeio" para vetar distribuição de absorventes, encontra na onda conservadora condições de permanência para seu discurso.

A narrativa da reportagem constrói verdades sobre a pobreza menstrual, definindo-a como um direito humano que deve ser garantido pelo Estado. Nesse sentido, os discursos destacam o cuidado de si das meninas e mulheres com elas mesmas como uma condição de "dignidade". A garantia dessa condição de humanidade e dignidade se dá, principalmente, pela distribuição de absorventes higiênicos.

Segundo a notícia, as faltas das estudantes à escola "restringe o desenvolvimento" de meninas e mulheres em alcançar "seu potencial na vida adulta". Na reportagem quatro grupos de mulheres são destino da distribuição de absorventes. A trama discursiva enfoca mais fortemente as estudantes de baixa renda, é sobre elas que as verdades sobre a pobreza menstrual têm maior interesse.

Segundo os regimes de verdade de nossa sociedade, esse é o grupo com maior capacidade de produção, as jovens estudantes são aquelas que tem impactado seu "potencial de desenvolvimento" pela falta de higiene menstrual. Nessa direção, os discursos sobre pobreza menstrual não se limitam ao bem-estar-social eles atuam para efetivar a produtividade inseridos no discurso do mercado.

As práticas discursivas sobre garantia de acesso à higiene menstrual coincidem com a mulher dinâmica, autônoma e moderna. Sobre a vida escolar durante o período menstrual, parece ter ficado no passado a "[...] justificativa aceita para dispensa das aulas de educação física e muitas garotas faziam uso desse expediente todos os meses, pois, afinal, nesses dias estavam 'doentes'." (LOURO, 2018, p. 16). As diferenças entre os corpos que menstruam ficam diluídas, facilitando seu governamento.

As verdades manifestadas sobre a pobreza menstrual visam solucionar uma "questão de saúde pública e de direitos humanos" e almejam que meninas e mulheres "possam gerenciar sua menstruação". Tendo possibilidades de gestão sobre seu corpo podem desenvolver seu potencial.

Conclusão

Findando essa análise do discurso sobre pobreza menstrual com aportes teóricos e metodológicos foucaultianos evidenciou-se que os discursos sobre o tema exigem práticas de governo e cuidado para com as mulheres ao mesmo tempo em que evocam das próprias mulheres cuidado de si e autogoverno. Abordar um tema muitas vezes invisibilizado e que em um determinado tempo emerge mostra, como afirma Foucault (1979), que a história não tem relação de sentido, mas de poder.

O poder é algo que se exerce sobre os outros, subjetivando a adotar determinadas condutas e práticas para com os outros e consigo mesmo. Foucault (1979), não nega o poder dos discursos veiculados pelo Estado, pelas corporações e pelas instituições financeiras, entes autorizados na reportagem a enunciar sobre a pobreza menstrual. Contudo, interessa ao filósofo entender os efeitos desses discursos na existência dos sujeitos e como a governamentalidade funciona segundo determinados discursos aceitos como verdadeiros.

O problema da precariedade menstrual não é recente. No Brasil, ganhou notoriedade nesses tempos. Tentando explicar as condições que possibilitaram a irrupção dessa formação discursa, mapeou-se algumas linhas de sustentação. Identificou-se no documentário Absorvendo o Tabu (2018), no PL 4968/2019 e na reportagem sobre o veto do presidente à distribuição de absorventes elementos capazes de entender o que está sendo enunciado como pobreza menstrual.

Analisar discursos com Michel Foucault é trabalhar com o próprio discurso, sem buscar algo que está oculto nos dizeres e falas sobre o tema, tudo está ali. Basta encontrar os modos certos de interrogar para entender quais saberes constituem esses discursos, quem está autorizado a enunciar sobre eles e o que produzem em nossa subjetividade. O discurso sobre pobreza menstrual produz maneiras de ser mulher, evidenciando o cuidado com o corpo biológico como modo de adquirir dignidade e diminuir barreiras para o potencial de desenvolvimento individual.

Por fim, é importante destacar que utilizar Foucault para analisar discursos é estar aberto a realizar outras relações, inserir outros conceitos e talvez, excluir alguns. A análise de discurso com Foucault não almeja ser método totalizante ou globalizando dos discursos, trabalhar com Foucault é sempre estar disposto a pensar de outro modo e produzir outras relações (FISCHER, 2001).

Referências

Absorvendo o Tabu. Direção: Rayka Zehtabchi. Produção: Melissa Berton, Garret K. Schiff, Lisa Taback, Rayka Zehtabchi. Índia. 2018. Netflix.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. Novos estudos **CEBRAP**, v. 38, p. 185-213, 2019. Disponível em: https://bit.ly/3GZtCG . Acesso em dezembro de 2021.

BRUNI, Nathália Araújo Vieira. Pobreza menstrual: desdobramentos, retrocessos e necessidade de reversão do quadro atual. **Estadão.** 2021. Disponível em: https://bit.ly/3J6hVjc. Acesso em outubro 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, 2001. Disponível em: https://bit.ly/3qUUl2j . Acesso em: nov de 2021.

FOUCAULT, Michel. [1969] **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FOUCAULT, Michel. [1971] **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. [1982] **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel.[1979] **Nascimento da Biopolítica**. 1.ed. São Paulo, Martins Fortes, 2008.

FOUCAULT, M. [1978] **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Autêntica, 2018.

SOUSA, Inacia Natali Ramos et al A Pobreza Menstrual e Seus Impactos: uma Revisão de Literatura. **Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC**), v. 8, 2021. Disponível em: https://bit.ly/3E9qy96. Acesso em: dez 2021.

9. A ETNOMETODOLOGIA E A PESQUISA QUALITATIVA EM HUMANIDADES

Édison Gastaldo[63]

Introdução

Este capítulo se dedica a apresentar de modo introdutório as origens filosóficas e os principais pressupostos teóricos da etnometodologia, bem como sua aplicabilidade ao campo de pesquisa em Humanidades. Apesar do surgimento da etnometodologia ser tradicionalmente associado à publicação de *Studies in Ethnomethodology* por Harold Garfinkel (1967), seu desenvolvimento teórico já vinha acontecendo pelo menos desde o final dos anos 1930 (RAWLS, 2002). Suas raízes filosóficas são ainda mais antigas, remontando à fenomenologia de Husserl, no final do século XIX (WATSON e GASTALDO, 2015).

Dito de maneira breve, o termo "Etnometodologia" designa um tópico de estudos: os "etnométodos", métodos culturais empregados pelos membros da sociedade para co-produzirem as diferentes situações a que chamamos "vida social". Trata-se de procedimentos tácitos, normalmente despercebidos, pelos quais "sabemos" andar pela rua sem colidir com os/as passantes, identificar uma padaria entre os diferentes prédios e estabelecimentos ao redor, entrar em uma fila e comprar um pão. Assim, é uma abordagem sociológica sobre fenômenos radicalmente banais, mas cuja concretude faz "o mundo" ter sentido, e que tradicionalmente são desconsiderados pela sociologia convencional.

A perspectiva etnometodológica, assim, implica em um desafio epistemológico a seus/suas pesquisadores/as, uma "virada" conceitual em que categorizações sociológicas convencionais, normalmente impostas *a priori* sobre os sujeitos de pesquisa ("os trabalhadores", "a classe média", "as mulheres", "os negros", "os excluídos"...) são deixadas de lado; em seu lugar, surgem as categorias usadas pelas próprias pessoas, em situações naturais, conversando,

63 Antropólogo, Doutor em Multimeios. Docente e pesquisador no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC).

negociando, rindo, apostando, debochando, etc, e, com essas ações coletivas, constituindo a cada momento, *em contexto*, as situações da vida social a que chamamos "o mundo", "a realidade" ou "a vida".

A etnometodologia é uma perspectiva de pesquisa extremamente respeitosa para com os/as membros da sociedade e para com o contexto das situações pesquisadas. Metodologicamente, confia em uma sólida base de dados empíricos: observação participante e outras técnicas etnográficas, gravações de situações pesquisadas em áudio ou (preferencialmente) em vídeo, imagens de câmaras de vigilância, registros gravados de chamadas telefônicas, cartas, e-mails, fotografias, etc. (WATSON, 2009). Um desafio também em termos metodológicos. Este capítulo é um convite à exploração desse mundo tão familiar e falsamente simples: a vida social cotidiana.

Uma breve fundamentação filosófica da etnometodologia

Mesmo que alguns pesquisadores situem as origens da abordagem etnometodológica ainda na Antiguidade Clássica[64], a genealogia mais conhecida relaciona o surgimento da etnometodologia como um desdobramento da fenomenologia de Edmond Husserl, no final do séc. XIX.

> A fenomenologia de Husserl colocou uma forte crítica contra a ideia positivista da objetividade da ciência, ao propor que os objetos do mundo são constituídos pelos modos como as pessoas atuam intencionalmente com relação a eles, em vez de simplesmente existirem materialmente e exibirem suas propriedades. (WATSON e GASTALDO, 2015, p.18)

Assim, a perspectiva fenomenológica sobre a ontologia, isto é, sobre o que é que as coisas do mundo *são*, é de que o que as coisas "são" não é algo inerente ou imanente às próprias coisas, mas dependente do *contexto* particular em que as consideramos. Uma mesma pedra, por exemplo, pode ser um "peso de papel" em um escritório, uma "amostra de minério" em uma feira de ciências escolar e/ou a "arma do crime" em um inquérito policial. Esta "virada fenomenológica" deflagrou um movimento de crítica relativista ao "cientificismo" vigente na época vitoriana. Na antropologia, a reação relativista ao evolucionismo resultaria no culturalismo norte-americano de Franz Boas, Margaret Mead e Edward Sapir, uma das

64 Edward Rose (1960), por exemplo, as encontra na obra de Heródoto, no séc. V a.C.

mais vigorosas correntes do pensamento antropológico no séc. XX. (COPANS, 1996)

A fenomenologia de Husserl atravessou o Atlântico na pessoa de seu discípulo Alfred Schutz, fugitivo do nazismo que emigrou em 1939 para os Estados Unidos. Em *A Fenomenologia da Vida Social*, Schutz (1984) realiza um importante desenvolvimento filosófico, o de aplicar o aporte fenomenológico à dimensão intersubjetiva da vida em sociedade, concebendo um universo social feito de interações, em uma noção de "realidade" como produto de ação coletiva. Esta perspectiva está na raiz do que viria a se tornar a etnometodologia tal como proposta por Garfinkel alguns anos mais tarde.

Um segundo aporte que se tornaria central na perspectiva etnometodológica, mas pelo viés da crítica radical é a sociologia estrutural de Talcott Parsons, orientador de Garfinkel. Garfinkel tinha grande estima e respeito por seu orientador, mas teoricamente a etnometodologia está nas antípodas da sociologia convencional, baseada em conceitualizações teóricas *a priori* e fundamentação de quantificação estatística, como veremos a seguir.

Outro aporte filosófico fundamental da etnometodologia contemporânea é a obra tardia de Ludwig Wittgenstein, em particular as *Investigações Filosóficas*. Mais para o final de sua vida, Wittgenstein realizou uma reviravolta em sua própria filosofia. Renegou sua obra-prima, o monumental *Tractatus Logicus Philosophicus* e propôs em seu lugar uma filosofia feita de aforismos, de frases curtas e sintéticas, prestando extraordinária atenção ao fenômeno da linguagem, e de como o sentido das palavras é contingente do contexto – que não está nas palavras. Dedica, assim, maior importância à pragmática do que à semântica. O ponto central desse debate é a constatação de que existem tantas linguagens quanto existem falantes, na medida em que a ideia de comunicação como um compartilhamento total e intersubjetivo de significados é obviamente impossível. Fundamental nesse sentido é a noção de "jogos de linguagem", através da qual Wittgenstein busca dar conta dos diferentes usos da linguagem em contexto. A correta compreensão de um jogo de linguagem só pode se dar através do conhecimento/compartilhamento de "regras" ou "códigos" tácitos, específicos daquele contexto. Wittgenstein deliberadamente não define "jogos de linguagem", deixando-nos, para compreendê-los, uma lista aberta de exemplos. O termo "jogos de linguagem" surge no aforismo 23 das *Investigações Filosóficas*:

> 23. Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – há inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de "signo", "palavras", "frases". E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, que poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos (uma imagem aproximada disto pode nos dar as modificações da matemática.)
>
> O termo "jogo de linguagem" deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida.
>
> Imagine a multiplicidade de jogos de linguagem por meio destes exemplos e outros:
>
> Comandar, e agir segundo comandos.
>
> Descrever um objeto segundo uma descrição (desenho).
>
> Relatar um acontecimento.
>
> Expor uma hipótese e prová-la.
>
> Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas.
>
> Inventar uma história, ler.
>
> Representar teatro.
>
> Cantar uma cantiga de roda.
>
> Resolver enigmas.
>
> Fazer uma anedota; contar.
>
> Resolver um exemplo de cálculo aplicado.
>
> Traduzir de uma língua para outra.
>
> Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.
>
> É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas de linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (WITTGENSTEIN, 1996, pp.26-27)

O impacto das ideias de Wittgenstein foi imenso, mesmo que ele não tenha podido acompanhá-lo em vida. Por exemplo, é notável a semelhança da lista acima e da noção de 'jogos de linguagem' com a teoria dos "atos de fala" de Austin (1980), como destaca Armengaud (2006). E apesar de sua obra ser tremendamente influente, seria injusto reduzir a virada linguística somente a Wittgenstein. Existe

uma grande quantidade de autores e obras que efetivamente transformaram as ciências humanas em todo o mundo a partir de meados dos anos 1950. De passagem, podemos citar, além da etnometodologia de Garfinkel (1967) e da análise da conversa de Sacks (1995), também a abordagem de Austin, a antropologia da comunicação de Dell Hymes (1974), a obra multifacetada de Erving Goffman (1974, 1979, 1981) – em particular sua obra tardia (v. GASTALDO, 2004), e a sociolinguística de Gumperz (2002).

Porém, gostaria de destacar o modo como a obra de Wittgenstein, por sua ligação com a Universidade de Cambridge, influenciou muito mais diretamente a etnometodologia inglesa do que sua congênere americana. No final dos anos 1960, durante uma estada como professor visitante na Universidade de Manchester, Erving Goffman (que na época preparava a publicação de *Frame Analysis*) falou várias vezes em aula sobre a etnometodologia e o trabalho de Harold Garfinkel. Entre os participantes de seus cursos, estavam John Lee e Wes Sharrock, que viriam a se tornar expoentes da escola inglesa de etnometodologia. (WATSON e GASTALDO, 2015). Eles foram os responsáveis por aplicar a filosofia da linguagem-como-ação-social wittgensteiniana ao estudo etnometodológico de situações naturais, tornando-a mais próxima da virada linguística. Por exemplo, a técnica de pesquisa conhecida como Análise de Categorizações de Pertencimento (ou de Pertença, dependendo da tradução), criada por Harvey Sacks no início dos anos 1970 (SACKS, 1974), foi muito mais desenvolvida na Inglaterra do que nos Estados Unidos (HESTER e EGLIN, 1997). A partir de uma técnica de pesquisa antropológica chamada "análise componencial", que aplica a ideia da virada linguística à etnologia, a ACP busca, a partir dos procedimentos êmicos de classificação – "taxonomias nativas" – analisar os termos e as relações lógicas por meio das quais um grupo social atribui sentido às coisas do mundo.

Alguns pressupostos teóricos da etnometodologia

O lançamento de *Studies in Ethnomethodology*, de Harold Garfinkel (1967), costuma ser reconhecido como o "marco inicial" dessa abordagem naturalista em sociologia. Como vimos, os desenvolvimentos filosóficos e teóricos da etnometodologia já vinham acontecendo desde algum tempo, e vários dos capítulos de *Studies* foram publicados como artigos em periódicos desde o início dos

anos 1950. Além disso, o trabalho desenvolvido por Garfinkel como professor na UCLA desde 1954 formou gerações de estudantes de ciências sociais que estruturariam a disciplina nos anos seguintes.

Nesta breve síntese de uma posição teórica bastante complexa, seguirei os pontos destacados por Watson e Gastaldo (2015) sobre alguns dos fundamentos da EM. Inicialmente, é importante destacar que a etnometodologia é uma abordagem radicalmente praxiológica sobre o problema da ordem social. Trata-se do debate acerca da clássica questão: "Como a ordem social é possível?" Do ponto de vista da ciência social dominante, a ordem social é possível porque diferentes "forças" estão atuando sobre as pessoas, que são "levadas" a agir de acordo com o que se espera delas. "Coerção social", "*habitus* de classe", "leis do mercado", "ferormônios", "herança genética", "impulso de compra", são alguns desses supostamente poderosos "agentes" de normalização social, variando de acordo com a perspectiva teórica adotada. A etnometodologia critica a todas elas, porque todas assumem a premissa oculta de que as pessoas são "imbecis culturais", fantoches indefesos manipulados por "forças" exteriores a elas. A crítica da EM vem de que, do ponto de vista radicalmente empírico, observando diretamente as pessoas interagindo em situações naturais, elas não agem de acordo com a teoria sociológica, mas de acordo com uma série de contingências específicas daquele momento e daquele local. Do ponto de vista da EM, categorias teóricas como as "forças" citadas acima são uma forma de metafísica, pois só têm "existência" no contexto da própria teoria em que foram criadas. Assim, a EM considera que as ações reais das pessoas na sociedade são o resultado de métodos culturais contingentes, e não de elementos da psicologia individual, sendo assim uma perspectiva radicalmente anti-cognitivista.

Para a EM, a "cultura", antes de ser um domínio reservado a especialistas, é um território comum, compartilhado entre ou acessível a todos os membros da sociedade, e que tem suas raízes no pensamento leigo, na visão de mundo das pessoas comuns. A "natureza" da cultura humana é ser *procedimental*, isto é, ser constituída por *métodos para fazer* as coisas (atravessar a rua, cumprimentar outra pessoa, etc), a cultura é feita de instruções gerais para ação humana face a diferentes situações: para a etnometodologia, cultura é *know-how.*

Outro ponto importante a ser destacado é que os métodos culturais utilizados pelos membros da sociedade normalmente envol-

vem processos de *produção de sentido*. As pessoas produzem ações *com significado*, e este significado é intrínseco à ação, não é um mero detalhe, o significado de uma ação *precisa* ser compreendido pelas outras pessoas. Ou seja, viver em sociedade requer um complexo processo de *interpretação* por parte de qualquer membro, afastando ainda mais a imagem do *cultural dope* (imbecil cultural) de uma perspectiva etnometodológica.

Para um/a pesquisador/a compreender a complexidade do saber metódico envolvido em qualquer situação social, é fundamental possuir conhecimento de fundo sobre esta situação. O principal destes conhecimentos é a língua em que a interação ocorre. Dominar a linguagem natural dos membros (seja swahili, russo ou persa) é essencial. Mesmo dentro do mesmo idioma, é importante dominar a linguagem utilizada pelas pessoas na situação pesquisada, com suas gírias, "piadas internas", posicionamentos corporais, olhares, ironias, etc. Os etnometodólogos/as chamam a este saber cultural previamente necessário a qualquer investigação de *unique adequacy requirement* ("exigência singular de adequação").

A "ordem social", assim, é vista de maneiras bastante diferentes entre membros comuns da sociedade e etnometodólogos/as do que pelos/as cientistas sociais convencionais. As situações sociais naturalmente ocorrentes são vistas pelas pessoas comuns como arranjos contingenciais, localmente-organizados e singulares: na vida social, nenhum dia é igual ao outro. Para a sociologia convencional, por contraste, suas categorizações teóricas *a priori* resultam em "previsões" ou "estruturas" descoladas da realidade, como um símile que nos é apresentado como *sendo* o objeto que pretende representar. Por isso, do ponto de vista da etnometodologia, a maior parte da teoria social apenas repete saberes de senso comum sob uma camada de "conceitos" (que, normalmente, são palavras do vocabulário comum elevadas a esse status), enquanto despreza ou ironiza os saberes culturais dos quais se valeu designando-os como "mero senso comum". Eis o motivo de, para a etnometodologia, a maior parte da teoria social ser considerada apenas "senso comum teorizado".

A etnometodologia e a pesquisa em Humanidades

O objeto da etnometodologia, como vimos, é o saber cultural de senso comum, utilizado pelos membros da sociedade para "produzir" coletivamente o mundo social, aquilo a que Garfinkel chama de "etnométodos". Normalmente, os etnométodos são naturalizados,

tomados como dados, e isso os torna "invisíveis" para os próprios membros, como a água é invisível para o peixe. O que não quer dizer que não existam e atuem o tempo todo. Mesmo uma tarefa simples como comprar um lanche envolve diferentes competências, como saber o nome do lanche a ser comprado, conversar com o balconista, descobrir o preço, contar o dinheiro necessário, verificar o troco, agradecer e despedir-se do balconista, etc. Como todos esses etnométodos são naturalizados, tomados como dados, eles parecem não existir, e o mundo social normalmente flui sem transtornos. Entretanto, basta estarmos em outro país, em que as pessoas falem outro idioma, comam outras comidas e usem outras moedas que a mesma simples tarefa de comprar um lanche se tornará uma odisseia de desencontros e incompreensões. Esse exemplo evidencia uma das características da etnometodologia: uma radical sensibilidade ao *contexto* onde as pessoas, em interação, produzem as situações sociais.

Por isso, prevenindo a tentação de abordar os fenômenos sociais a partir de teorizações abstratas aplicadas *a priori,* pesquisas em etnometodologia sempre vão buscar apoio em farto material empírico obtido em situações naturais. Gravações em vídeo podem ser problemáticas caso a câmera esteja instalada em um local onde normalmente não há (ou não deveria haver) uma câmera. Isso ameaça a naturalidade da situação, sem dúvida, e o posicionamento da mesma precisa ser negociado com os/as participantes da situação. Por outro lado, existem inúmeras câmeras em ação em locais públicos, e que já foram naturalizadas pelas pessoas que participam das situações. Imagens preciosas do ordenamento natural das pessoas em locais públicos podem ser obtidos dessa maneira. Como um bom exemplo, ver a Tese de Cynthia Duarte (2019) sobre interação social em uma barraca na popular Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Entrevistas não são usuais na etnometodologia, a não ser que elas próprias sejam vistas como um fato social e tomadas em si como objeto de pesquisa. O problema que a etnometodologia vê com o uso de entrevistas na pesquisa social é que elas constituem um instrumento de coerção por parte do/a pesquisador/a, que, impondo seu ponto de vista teórico, induz a produção de "respostas" que, motivadas pela pergunta do/a pesquisador/a, são tomadas como "falas espontâneas" do/a entrevistado/a, normalmente com viés de confirmação. Ao invés disso, a pesquisa etnometodológica frequentemente usa "falas naturais", como gravação de telefonemas ou gravação em vídeo de situações de fala-em-interação.

Para analisar essas falas naturais, desenvolveu-se desde meados dos anos 1970 a técnica conhecida como "análise da conversa" (AC). Trata-se de uma tecnologia de transcrição e análise de conversas em que se preservam os dados de contexto, normalmente apagados em transcrições convencionais, como vacilos, pausas (medidas em décimos de segundo) gaguejados, interrupções, sobreposições de outras pessoas, elevação ou diminuição do tom de voz, sussurros, risadas, etc. O ordenamento social de uma conversa é visível por meio da análise sequencial, que interpreta a alocação dos diversos turnos de fala: quem interrompe a fala do outro/a? Em que momento? Quanto tempo uma pessoa fica calada até que alguém "sopre" uma palavra que está sendo buscada?

Outra técnica de pesquisa associada à etnometodologia é chamada de "análise de categorizações de pertencimento" (ou "de pertença", em algumas traduções). Trata-se de um procedimento de análise detalhada das diferentes "categorizações" empregadas pelos membros da sociedade durante suas interações, bem como da relação entre elas e seus atributos.

> Qualquer pessoa pode ser categorialmente descrita ou referida por um grande número de categorizações: *homem, brasileiro, carioca, poeta, pai, centroavante* etc. Assim, uma primeira questão diz respeito à escolha contextualmente ocasionada de uma (raramente mais de uma) categorização sobre as outras. Elementos contextuais, como a ocasião específica para falar, o tópico conversacional em questão etc., também são pertinentes aqui. (WATSON e GASTALDO, 2015, p.137)

Em suma, a etnometodologia é bastante vigilante contra resíduos cognitivistas ou estruturalistas em suas análises. Tanto a análise da alocação dos turnos de fala quanto a análise lógica das categorizações, predicados e tópicos são técnicas dedicadas a preservar o quanto possível a riqueza do contexto. A ênfase radical na busca de registros de situações naturais e no ponto de vista do "outro" sempre demandará muita atenção aos etnométodos do/a próprio/a pesquisador/a na produção de seus dados.

Conclusão

O objetivo deste capítulo foi apresentar brevemente os principais fundamentos da etnometodologia aplicada à pesquisa em Hu-

manidades. Evidentemente, o assunto é mais denso e complexo do que algumas páginas dão conta. Para quem se sentiu estimulado a conhecer mais sobre a perspectiva etnometodológica, há uma série de leituras disponíveis em português. Recentemente, foram publicados no Brasil os *Estudos em Etnometodologia* de Garfinkel, inicialmente como capítulos avulsos publicados em diferentes periódicos e posteriormente como livro completo pela Editora Vozes (GARFINKEL, 2018). Outro bom livro introdutório é *Etnometodologia & Análise da Conversa* (WATSON e GASTALDO, 2015), e há um bom número de teses, dissertações e artigos publicados em português, como por exemplo Sell e Ostermann (2009), Del Corona (2017), Duarte (2019), Rodrigues e Braga (2014), Braga e Gastaldo (2018), entre outros.

Pesquisadores/as brasileiros/as dessa perspectiva recentemente se organizaram para a criação dos Encontros Nacionais de Análise da Conversa Etnometodológica (EnACE), evento que colabora decisivamente para a estruturação do campo acadêmico, crescimento e qualificação do debate entre os/as pesquisadores dessas vertentes. No momento, está sendo preparada a 4ª edição do evento.

Referências

ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

AUSTIN, John. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

BRAGA, Adriana e GASTALDO, Édison. Pertencimento como categoria analítica: etnometodologia para o estudo da comunicação. In: **E-Compós**. 2018.

DEL CORONA, Márcia. "Formulações de lugar em ligações de emergência para a Brigada Militar" In: ***Caderno de Resumos do I Encontro de Análise da Conversa Etnometodológica***. Porto Alegre: UFRGS/UNISINOS, 2017.

DUARTE, Cynthia M. **Comunicação e etnometodologia na Feira de São Cristóvão Interação social e comércio na Loja do China**. Tese (Doutorado) em Comunicação Social. Rio de Janeiro: PPGCS/PUC-Rio, 2019.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

GARFINKEL, Harold. **Estudos de Etnometodologia**, Petrópolis: Vozes, 2018.

GASTALDO, Édison. "Erving Goffman, antropólogo da comunicação". In: GASTALDO, É. (Org.) **Erving Goffman, desbravador do cotidiano**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

GASTALDO, Édison, BRAGA, Adriana e GUIMARÃES, Juliana D. Membership Categorization Analysis on communication studies: an essay of applied methodology. In: **Brazilian Journalism Research**. Vol 12, n.2, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. Boston: Northeastern University Press, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Gender Advertisements**. New York: Harper and Row, 1979.

GOFFMAN, Erving. **Forms of Talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GUMPERZ, John. "Convenções de Contextualização" In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HESTER, Stephen e EGLIN, Peter (Eds.). **Culture in Action**: essays on membership categorization analysis. Washington: IIEMCA/University Press of America, 1997.

HYMES, Dell. **Foundations in Sociolinguistics**: an ethnographic approach. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.

RAWLS, Anne. Editor's Introduction. in: GARFINKEL, Harold. **Ethnomethodology's Program: working out Durkheim's aphorism**. Lanham: USA: Rowman and Littlefield, 2002.

RODRIGUES, Adriano D. e BRAGA, Adriana A. ***Análises do discurso e abordagem etnometodológica do discurso***. *MATRIZes*, *8*(2), 117-134, 2014. https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p117-134

ROSE, Edward. The English record of a 'natural' sociology. In: **American Sociological Review**, v.25, n.2, 1960.

SACKS, Harvey. **Lectures on Conversation**. Oxford, UK: Blackwell, 1992.

SACKS, Harvey. "On the analyzability of stories by children" In: TURNER, Roy. **Ethnomethodology.** Harmondsworth: Penguin Books, 1974.

SCHUTZ, Alfred. **The Phenomenology of the Social World**. Evanston: Northwestern University Press, 1984.

SELL, Mariléia e OSTERMANN Ana C. Análise de categorias de pertença (ACP) em estudos de linguagem e gênero: a (des)construção discursiva do homogêneo masculino. In: **Alfa: Revista de Linguística**. São Paulo, vol. 53, n.1, 2009. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1675. Acesso em: 13 abr. 2022.

WATSON, Rod. **Analyzing Practical and Professional Texts**. London: Ashgate, 2009.

WATSON, Rod e GASTALDO, Édison. **Etnometodologia & Análise da Conversa**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Petrópolis: Vozes, 2015.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Tratado lógico-filosófico. In: L. Wittgenstein, **Tratado lógico-filosófico:** Investigações filosóficas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

9.1 EMÍLIA PURUBORÁ NARRATIVAS ORAIS: uma aproximação à etnometodologia

José Joaci Barboza[65]

Introdução

A entrevista que vamos analisar foi realizada no ano de dois mil e doze, dentro do Projeto de Pesquisa e Extensão Resgatando a Memória e a História do Povo Puruborá. A metodologia para a realização da mesma foi a História Oral de Vida desenvolvida por José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) e Alberto Lins Caldas (2001) e nessa modalidade de História Oral não elaboramos perguntas, isso implica em dizer que não temos pressuposto *a priori* a única intenção é que os entrevistados narrem as experiências de vida que acreditam serem possíveis de narração e, portanto, de publicização, e aqui se encontra uma primeira aproximação com a Etnometodologia, "os dados que servem à AC não provém de coletas realizadas por meio de entrevistas pré-concebidas, questionários ou role-plays, por exemplo" (Silva; Andrade; Ostermann, 2009, p.06).

O texto se estrutura com essa introdução, depois dela teremos uma contextualização do povo Puruborá onde apresentamos um pouco da história desse grupo étnico, do contato em 1909, a diáspora provocada em parte pela gestão do antigo SPI e depois pela FUNAI, até às lutas políticas pela retomada do território. No segundo buscaremos efetuar uma discussão sobre a etnometodologia que, no nosso entendimento ainda é pouco conhecida do público em geral, bem como da academia no Brasil; no terceiro momento faremos então a análise propriamente da entrevista ou do diálogo possível com nossa personagem.

Breve história do povo Puruborá

O povo Puruborá é um grupo étnico do Estado de Rondônia conhecido desde a década de 1910 e que foi contactado pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, no ano de 1909, assumi-

65 Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Rolim de Moura e doutorando da PUCRS.

mos essa data porque coincide com a construção da linha telegráfica (1907-1915) e porque os anciãos são unanimes em indicar a mesma como início do contato, isso porque outros pesquisadores vão apontar o ano de 1919.

O contato nos relatos deles é fruto do protagonismo indígena. A iniciativa foi deles em virtude de terem se apropriado de cães que Rondon trazia na expedição. A comitiva passou a dar tiros para ver se os cães respondiam, então os indígenas resolveram se aproximar. Desde então, e como uma prática iniciada com a colonização Rondon juntou três grupos distintos, numa área demarcada para esses três grupos (Migueleno, Cabixi e Puruborá) e deixou o Sr. José Félix Alves do Nascimento responsável pelo Posto Dois de Maio. (Leonel, 1995; Barboza, 2017).

José Félix irá reproduzir com os povos indígenas práticas comuns desde o período colonial, quando a atuação das ordens religiosas, principalmente os Jesuítas, de inserir os indígenas nos contextos de produção da época; no caso da Amazônia no início do século XX, a produção dominante era o extrativismo e, no caso da região do Vale do Guaporé a extração do látex (seringa).

Os homens eram levados para sangrar as árvores[66] nos seringais da região e as mulheres eram ofertadas como prêmio para os seringueiros não indígenas[67] (José Joaci Barboza, 2017; Anatália Daiane de Oliveira Ramos, 2019) que superassem as cotas estabelecidas pelos seringalistas, essa prática foi realizada inclusive pelo responsável pelo cuidado dos índios, como nos relata Camila Puruborá:

> José Félix do Nascimento não era apenas o responsável pelo posto do SPI. Ele também comandava os seringais da região e era conhecido como "patrão" do seringal. As regras estabelecidas por ele no seringal e no posto eram bastante rigorosas. No encontro de José Félix com o povo Puruborá, ele tomou para si uma índia e fez dela sua esposa. Nos seringais, trabalhavam indígenas e não indígenas oriundos de outras regiões. Esses se-

66 Sangrar as árvores da seringueira (*Hevea brasiliensis*) é o termo que designa os cortes pequenos feitos na seringueira para que dele jorre o leite branco que é aparado em uma pequena tigela e posteriormente via processo de defumação é transformado numa pela (bola) que era comercializada com as casas aviadoras.

67 Existe um debate sobre a presença das mulheres no seringal, no geral a bibliografia especializada fala da ausência delas nessa atividade, outros preferem demarcar uma diferenciação entre o primeiro ciclo (1870-1912) e o segundo ciclo (1940-46) ao mesmo tempo fazem generalizações que não correspondem à realidade, pois se modifica de seringal para seringal, se próximo dos centros ou distantes dos centros. No caso em Rondônia a presença feminina é marcante até o segundo ciclo.

> ringueiros, quando alcançavam grande produtividade, eram presenteados com mulheres indígenas por José Félix. (Puruborá, 2021, p. 18).

Com o declínio da extração do látex os Puruborá estavam completamente inseridos e dependentes dessa atividade produtiva para a subsistência, não mais encontrando serviço nos seringais iniciam um processo de diáspora[68], migram para outros municípios distante do local de contanto e da terra "demarcada[69]" por Rondon para que seu povo habitasse.

Em seguida veio os processos de expulsão da terra tradicional dos poucos remanescentes, essas expulsões ocorreram em três momentos históricos distintos: a primeira ocorreu entre os anos de 1910 e 1940, quando o órgão oficial estimulou a invasão da empresa Massud e Kalil; a segunda ocorre em 1982 quando da criação da Reserva Biológica do Guaporé – REBIO, e os moradores de Limoeiro foram de lá expulsos; a terceira expulsão ocorre quando da demarcação da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau (1994) a família da dona Emília é expulsa da Cigana (Mauro Leonel, 1995; José Joaci Barboza, 2017; Anatália Daiane de Oliveira Ramos, 2019; Camila Puruborá, 2021).

Na década de 1980 a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, declara os Puruborá como grupo extinto, ou seja, em menos de um século eles migram da condição de povos isolados à povos extintos[70], demonstrando que em tese, a prática de inserção dos povos indígenas, ao menos do ponto de vista do órgão responsável pelo cuidado e preservação física, era acertada, os povos estavam sendo inseridos na sociedade envolvente, o que do ponto de vista dos povos indígenas nunca ocorre efetivamente (Ribeiro, 1979; José da Silva, 2012).

No início do século XX o Conselho Indigenista Missionário – CIMI numa de suas visitas à região do Vale do Guaporé é informada por um indígena da etnia Migueleno, que existia uma família de

68 Falamos em diáspora iniciada com o declínio da produção gomífera, contudo, todos os entrevistados falam de um grupo de Puruborá que fugiu para a mata temendo ser dominados pelos brancos conforme este relato da Cacica Hosana: "aquela época do contato foi muito difícil, minha mãe contava que um grupo dos Puruborá fugiu pra mata, eles não queriam ser dominados, outros morreram de doenças trazidas pelos brancos". (entrevista feita por Camila Puruborá em 21/02/2018).

69 O termo demarcado está entre aspas porque a terra nunca foi demarcada oficialmente, no entanto todos os entrevistados falam da demarcação feita por Rondon.

70 Em 1900, entre os grupos indígenas identificados por Ribeiro (1979) como isolados, o povo Puruborá é um deles, em 1957 o mesmo autor os aponta como povos de contatos intermitentes e, em 1980 são declarados extintos pelo órgão oficial.

índios Puruborá que habitavam às margens do rio Manuel Correia, e conduziu a equipe daquele órgão até a residência de dona Emília, a matriarca da família que deu origem ao processo de reorganização do povo e da retomada do seu reconhecimento pela FUNAI como povos indígenas, com plenos poderes, direitos e deveres assegurado pela Constituição de 1988.

É nesse contexto, ou seja, dez anos após a luta pelo reconhecimento enquanto grupo indígena, em pleno processo luta pela retomada do território que hoje se encontra em posse de grandes proprietários e fazendeiros, de ameaça de morte de sua filha a cacica Hosana que recolhemos esse pequeno pedaço de entrevista dessa anciã que impulsionou todo esse processo de retomada da luta enquanto povos Puruborá.

Histórico da Etnometodologia

A Etnometodologia nasce nas décadas de 1930 e 1940, quando Harold Garfinkel se colocava ao lado de sociólogos das universidades de Harvard, Princeton e Chapel Hill que buscavam construir uma nova sociologia (Anne Warfield Rawls, 2018). Essa autora afirma que o mais adequado é perceber o desenvolvimento do método a partir dessa data e não da publicação do livro *Estudos de Etnometodologia* que ocorreu no ano de 1967.

Num artigo publicado no Brasil em 2018 a autora nos fala da importância de um reposicionamento histórico na formação do pensamento de Garfinkel que não se materializa com a publicação do seu clássico livro:

> O trabalho de reposicionar Garfinkel historicamente nos ajuda a esclarecer o seu posicionamento, que tomou forma nas décadas de 1930 e 1940, isto é, mais de 20 anos antes da publicação dos Estudos. Garfinkel obteve o seu Master of Arts na primavera de 1942 e passou alguns anos, durante a Segunda Guerra Mundial, fazendo pesquisas para o Exército. Também é relevante o fato de que ele pertencia a uma minoria judia que, entre 1939 e 1946, viveu em uma parte racialmente segregada da América do Norte, onde chegou pessoalmente a ter sua entrada impedida em hotéis e restaurantes reservados apenas para "brancos". Tais experiências serviram como insumo para a produção intelectual de sua juventude sobre a dinâmica interacionista da desigualdade racial. (Rawls, 2018, p. 444).
>
> A Etnometodologia é um tecido construído de vários fios, oriun-

> dos da fenomenologia de Edmund Husserl e Alfred Schultz, da Teoria da Ação Social de Talcott Parsons, do interacionismo simbólico da escola de Chicago os quais não pretendemos abordar aqui em virtude de ser tratado pelos autores supracitados (Adalto H. Guesser, 2003; Marcelo de Souza Bispo e Arilda Schmidt Godoy, 2014; Samir Adamoglu de Oliveira e Ludmilla Meyer Montenegro, 2012; Wellington Pereira e Tarcineide Mesquita, 2012; Rod Watson e Édson Gastaldo, 2015, além de Alain Coulon, 1995).

Para Harold Garfinkel o trabalho da Etnometodologia é o de decodificar os métodos utilizados pelos sujeitos no cotidiano para realizar as tarefas corriqueiras, coisas simples como atravessar uma rua, bem como, decifrar como os indivíduos conseguem interagir num diálogo, já que a realidade é codificada/decodificada de forma única por cada sujeito, embora exista uma partilha do acervo cultural.

Diferente do que se pode imaginar a Etnometodologia não é um método de pesquisa, ao contrário é um conjunto de indicações de como os pesquisadores de diversos ramos podem entrar em contato com o mundo real, de pessoas reais, que fazem coisas simples, que é o mundo socialmente construído e, ao contrário do que dizia a sociologia clássica os seres não são determinados pelas instituições sociais que os precedem, eles são ativos e criativos na interpretação/construção desse mundo.

Então o mais adequado é dizer com Adriano Duarte Rodrigues (2017)

> A etnometodologia não é uma metodologia de pesquisa, mas o nome que Garfinkel (1967) deu à atitude do pesquisador que adota a perspectiva fenomenológica no estudo dos fenómenos observados. Consiste em adquirir disponibilidade para observar, registar e descrever os métodos que as próprias pessoas, os *ethnoi*, utilizam 1. para compreenderem aquilo que está em jogo em cada uma das situações interacionais, 2. para escolherem os comportamentos apropriados a cada uma dessas situações de interação com as outras pessoas, 3. para entenderem os comportamentos que as outras pessoas adotam, quando interagem com elas. Para adquirir esta disponibilidade, o pesquisador tem que pôr entre parêntese as suas próprias convicções, as suas crenças, as suas causas que impedem um olhar descomprometido sobre os comportamentos observados. (Rodrigues, 2017, p. 12-13).

Ou como dizem Watson e Gastaldo (2015, p. 14) a etnometodologia "designa um *tópico*", ou seja, trata-se de tentar decifrar como os sujeitos operam no mundo criando-o e sendo criados por esses gestos criativos. Nesse sentido o que iremos fazer é analisar um enxerto de uma entrevista feita a maneira indígena. Pois ao contrário da tradicional modalidade de entrevistas com não indígenas que é normalmente feita com a participação do entrevistador (oralista) e do entrevistado (colaborador), com as populações indígenas sempre estamos cercados pelos familiares que participam ativamente da entrevista.

Como dissemos acima denominamos de entrevista os diálogos realizados entre os narradores/entrevistados e o pesquisador/entrevistador por pura convenção já que todas as correntes da História Oral assim a denominam, embora grosso modo o que ocorre é um diálogo, claro sempre com alguma pretensão e, no caso, o de o entrevistado narrar suas experiências de vida.

Outro ponto em comum com a etnometodologia ou uma sua aparentada como a denominam Watson e Gastaldo (2015) a Análise da Conversa – AC. No caso da História Oral a transcrição é feita tentando preservar aspectos do oral como pausas, repetições, cacoetes, como normalmente essas entrevistas são levadas ao público em alguns casos são feitas correções com o intuito de deixar ainda melhor, mais ornado o dito pelo narrador, sendo que essa só é publicado com o aval expresso do entrevistado, ele é que diz se aquilo foi dito ou não daquela forma que é apresentada.

Para a Análise da Conversa – AC, a transcrição é imprescindível, já que:

> A transcrição dos dados não é um mero procedimento que transforma texto oral em documento escrito, visto que ela obedece a uma série de convenções que sinalizam os diferentes aspectos que permearam uma determinada conversa (ou trecho de conversa) naquela hora e naquele local. (Silva; Andrade; Ostermann, 2009, p. 05).

As convenções não são as mesmas por isso não estou denominando essa análise de uma Análise da Conversa pois ela não seguiu essas convenções, mas outras intrínsecas a prática da História Oral desenvolvida, por isso denomino de uma aproximação com a Etnometodologia.

O que fizemos, ou ao menos tentamos, foi observar e descrever aquilo que os Puruborá fazem, conversam, articulam para se manterem enquanto grupo étnico, que foram expulsos de seus territórios ancestrais e ao reconquistarem o reconhecimento do órgão oficial do Estado a FUNAI, estão em constante resistência para reaverem seus territórios, para terem assegurado seus direitos à uma educação intercultural e bilingue, um atendimento de saúde digno e o respeito da sociedade envolvente.

A resiliência dos Puruborá através da fala de dona Emília

Fazer uma entrevista com Dona Emília era necessário, por ela ser peça chave para o reconhecimento do povo como um grupo étnico, porém dona Emília sempre foi uma mulher muito tímida, para dar um exemplo trago aqui uma entrevista feita por mim com uma de suas netas, que fez Licenciatura em Educação Básica Intercultural[71] e depois cursou medicina veterinária e que narra as dificuldades para entrevistá-la e mesmo as estratégias para extrair dela alguns relatos:

> É, quando eu comecei a fazer o Intercultural ... que tinha que fazer as pesquisas, porque que eu pesquisei o tio Paulo, sendo que a minha vó era viva na época? Que minha avó faleceu em 2013, a minha vó tinha vergonha, quando eu sentava assim com ela que eu vinha e colocava o caderno assim e começar a escrever ela se calava, ela tipo se trancava e, aí quando eu percebi que a gente ficava tendo conversa assim com a minha mãe perto ou outra tia perto aí ela se soltava. Assim ela gostava de falar quando era tipo uma roda de conversa né, assim nós conversamos, mas se fosse uma algo assim com algum livro, ou caderno, tanto que eu tenho fotos da minha avó, eu tenho raramente, tenho uma imagem da minha vó olhando para dentro da câmera, sempre tem imagem da minha vó ela olha para o lado, ela nunca encarava assim, a câmera quando a gente tirava as fotos e aí quando eu perguntava dos mitos para ela, ela ficava com vergonha, ela falava – não! Pergunta isso do Paulo, o Paulo sabe! (entrevista com Gisele de Oliveira Montanha, realizada por José Jaci Barboza em 24/06/2021).

Comigo não foi diferente para gravar esse pequeno relato, tivemos de passar o dia convivendo com ela e a família e ao final da

71 Gisele de Oliveira Montanha, é neta de dona Emília e foi a primeira aluna indígena a concluir o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia, em seguida cursou Medicina Veterinária e depois fez a Pós-graduação em Gênero e Diversidade na Escola – EGDE.

tarde ela deitada numa rede na sala da casa cercada pelas netas, filha e genro, além de nós da Universidade Federal de Rondônia, iniciamos um diálogo em família para conseguirmos a gravação.

Dona Emília nasceu no ano de 1933, portanto aproximadamente vinte e quatro (24) anos após o contato efetuado por Rondon, conforme descrito acima, contudo sua memória vem de menina, dos cinco anos de idade.

> Eu lembro pouco dos meus parentes. A minha mãe ela faleceu acho que eu tinha uns cinco anos e a lembrança de algumas palavras da língua é porque eu aprendi com os primos que ficaram sem pai e sem mãe porque o sarampo matou um bocado; acho que até hoje mata. O que mais matou foi o sarampo mesmo; falavam que muitos fugiram porque o sarampo estava matando, aí muitos deles fugiram; coitados quantos será que escapou né?

Sua rotina era ficar no mato (o que já faziam antes mesmo do contato, pois eram profundo conhecedores do espaço geográfico, da fauna e flora, bem como dos peixes da região), contudo agora suas rotinas foram modificadas, eles colhem a seringa (látex) que é uma atividade sazonal em virtude do inverno amazônico[72], então no período das chuvas, sua atividade produtiva se volta para a poalha[73] e a castanha *Bertholletia excelsa*, isso implica em dizer que tiveram suas atividades produtivas completamente modificadas já que não mais produziam para o consumo do grupo ou da família, mas para o mercado mundial consumidor voraz da borracha.

Ainda assim a vida era boa, ela nos dá conta de que a alimentação era farta e como desdobramento natural as pessoas eram saudáveis, o que não ocorre mais hoje, não se trata de saudosismo romântico, que mitifica o passado distante, na realidade ela dialoga, mesmo sem saber, com autores que narram a aventura da extração do látex, como um tempo de agruras e miséria. No entanto ela nos diz não! O contato matou muitos dos meus parentes[74] isso é fato, nos

72 A Amazônia só tem duas estações verão (ausência de chuva) que compreende aos meses de maio a setembro e o inverno estação das chuvas que vai de novembro a março, sendo que os meses de abril e outubro são meses de transição entre uma e outra estação.

73 Poalha ou poaia ipecacuanha, uma planta é uma espécie medicinal brasileira que tem em suas raízes dois princípios ativos importantes para a indústria farmacêutica a emetina e a cefalina. A partir deles é possível produzir expectorantes, antiamebicidas e anti-inflamatório

74 Parente é um pronome de tratamento dispensados a todos os povos indígenas, por qualquer membro de uma das etnias brasileiras. Em alguns momentos ao narrar os desdobramentos do contato todos os órfãos se denominam de parente.

retirou de nosso mundo, nos explorou, porém nos alimentávamos bem, tínhamos fartura, não por generosidade do patrão, mas porque conhecíamos nosso espaço, nos relacionamos com a natureza e ela nos fortalece tudo o que precisamos para nossa sobrevivência.

> Homens e mulheres trabalhavam na extração da seringa, castanha e poalha; isso existia bastante mesmo; a gente só saía do mato quanto completava um mês, mas aquele era um tempo bom de saúde, acho que era por causa da alimentação; hoje ninguém tem saúde.

Nesse mesmo dia e espaço a filha de dona Emília a cacique Hozana nos falou da fartura alimentar da época de sua infância:

> A gente também comia patoá, açaí e o leite da castanha; minha mãe fazia assim: se meu pai matava uma anta ou um queixado, ela tirava um pedaço bem grande e botava para assar, ou a gente pegava a castanha fazia o leite, botava farinha dentro daquele leite e comia aquela carne assada com leite; também pegava jerimum, cozinhava e misturava ele naquele leite para o café da manhã né? (entrevista com a cacica Hozana realizada por José Joaci Barboza em 2012)

Cito a ausência de generosidade do patrão (seringalista), porque o José Feliz do Nascimento, encarregado pelo Rondon e depois pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI era um grande seringalista que explorava a mão de obra dos indígenas que ficaram sobre sua responsabilidade, e esses foram proibidos de falarem sua língua materna (Tupi Puruborá), alguns sofriam castigos corporais e as mulheres e crianças eram dadas como troféus aos seringueiros. (BARBOZA, 2017 e RAMOS 2019).

As relações entre capital e trabalho, sempre serão relações assimétricas, pois para a existência e reprodução do capital o mesmo precisa explorar a mão de obra, logo quando falamos do trabalho numa região distante dos centros e do controle (frágil) do Estado essas práticas se deterioram. E dona Emília nos diz que a ideia de um panóptico numa região tão vasta ser incompleto e, fala também, das resistências dos povos da floresta, que apesar da extração do látex ser a atividade predominante eles davam conta da produção estipulada pelos empregadores e ainda asseguravam a fartura alimentar.

O irmão de dona Emília (se consideravam irmãos, mas eram primos, PURUBORÁ, 2021), Paulo Aporeti numa entrevista dentro do mesmo projeto, após descrever que consumiam gêneros alimentícios vindo do Rio de Janeiro, Ceará e outras regiões do país assim descreve o período de crise de abastecimento dos seringais do Vale do Guaporé em virtude da Revolução de 1932:

> A base da nossa alimentação era bicho, caça do mato, criação de casa que criava que nem galinha, pato e porco, que, todo mundo criou muito né? E as mulher indígena já gostava então de criar criação de galinha, chegava, na namoradinha de um caboclo, uma cabocla, quando era de manhã assim, você via galinha no terreiro parecia urubu, chega era preto de galinha e pato, que a mulher gostava de criar muito, era o alimento, tirando o bicho do mato, era, só isso, galinha, pato, porco de casa, essas coisas. Mais a maior parte era bicho do mato. (Entrevista com Paulo Aporeti, realizada por José Joaci Barboza em 2012).

Dona Emília faz uma conexão entre o passado e o presente da história do povo Puruborá, rememora o contato com Rondon e como ele agrupa os membros da etnia num espaço reservado para os indígenas e, posteriormente será alvo da cobiça e volúpia dos fazendeiros e do capital, que ocuparam esse espaço e com a proteção do Estado que deveria assegurar a posse das terras aos índios, mas os expulsou para assegurar o "progresso" com a pecuária.

> Foi o próprio Rondon que juntou o povo Puruborá ... e depois ele ... deixou José Felix do Nascimento para cuidar desse povo mas ele proibia de falar na língua, tinha que falar português. Só tenho um irmão que tem mais conhecimento da língua, os outros morreram e quando a gente se encontrava nós falávamos português. Acho importante que as crianças e os jovens aprendam a falar o Puruborá, mas tem coisa que eu não lembro mais.

Lembra que Rondon deixou os indígenas aos cuidados de José Felix do Nascimento e que este, apesar de alguns relatos apresentarem-no como uma pessoa boa no trato com os indígenas tomou uma jovem Puruborá para sua esposa, distribuía mulheres e crianças para seringueiros e seringalistas, e o principal, proibia os grupos de falarem sua língua materna.

Como ela cresceu após o contato, o que sabia da língua é resultado de encontros e diálogos secretos, clandestinos, nos matos ou

nos rios durante os banhos, o que segundo ela não a tornou uma dominadora do saber linguístico que se encontra mutilado, pois foram forçados a falar a língua portuguesa. Obvio como nos informou a neta Gisele de Oliveira Montanha, temos de levar em conta a timidez de dona Emília uma pessoa que sabe e diz não saber.

Ao mesmo tempo ela mira no presente, fala da importância da escola e da educação diferenciada indígena, diz de como é importante a escola ser bilingue e intercultural, fala que as novas gerações devem transitar nos dois mundos, do homem branco e do Puruborá. Do homem branco, deve dominar seus códigos, para dialogar/disputar em pé de igualdade para não ser enganado como os antigos eram pelos seringalistas e suas cadernetas, ou pelos regatões[75] e suas trocas produtos por produtos (gêneros alimentícios por borracha, muitas vezes sem a mediação do papel moeda) e que os índios não dominavam essas simbologias. (Antes do contato essas práticas eram inexistentes, o predominante são relações baseadas na reciprocidade).

Dos Puruborá deveriam aprender a relação com a mãe natureza, respeitar os ciclos da vida, extrair somente o necessário da terra, das árvores e dos rios, cultivar as sementes que Wabây (Deus) deixou para que o povo cultivasse e não faltasse o milho, a chicha a batata o inhame, o patauá, a bacaba ou o açaí, da caça da anta, paca ou cotia, a queixada, os peixes: pacu, matrinchã, o tucunaré, e o tambaqui, enfim tudo o que eles precisavam estava ao alcance da mão, desde que respeitassem a mãe terra.

Dona Emília vai retornar ao passado, passado não muito distante, pois a tragédia inerente ao contato com os povos indígenas e os não indígenas nos lembra que o contato sempre foi e é pernóstico, vários grupos foram dizimados desde o século XVI com aquela que foi, inconscientemente, a primeira guerra biológica do planeta. Desde então, até a década de 1980, as ordens religiosas (séculos XVI ao XIX) e daí para cá o Estado de forma direta (SPI e FUNAI) atraiam os índios com bugigangas (espelhos, panelas, terçados) e após estabelecer o contato aldeavam os índios (aldeia é uma invenção do colonizador, antes do contato a maioria dos povos indígenas residiam nas malocas) e o primeiro desdobramento é a morte em grande escala em decorrência das pestilências que o colonizador de ontem e de hoje carrega consigo.

---

75 O regatão é o equivalente ao pirata amazônico, ele comprava nos grandes centros no atacado, e trocava ou vendia seus produtos no varejo para os seringueiros. Eram uma ameaça constante, ao menos no primeiro boom da borracha, ao sistema do barracão. Ver : Márcio Souza (1994); Barbara Weinstein (1993).

Nossa narradora lembra do sarampo, na memória dela essa era a doença que mais matou índios Puruborá, o medo era tão grande que todos os remanescentes do grupo falam que algum membros fugiram para a selva, com medo da doença. Apoena Meireles que contactou os Suruí (Paiter) juntamente com seu pai Francisco Meireles em 1969, e vai contactar os Uru-Eu-Wau-Wau em 1981 e vai afirmar que os mesmos erros cometidos com o primeiro povo se repetem com os segundos, entre eles a incapacidade de mantê-los distantes do não índio e não dispor de uma infraestrutura que impeça a contaminação pelas doenças dos brancos.

Essa memória vem acompanhada de outra extremamente boa, os grupos que fugiram do contato, dos trabalhos exaustivos e das doenças contagiosas com potencial de dizimar um grupo inteiro, nunca mexeram com eles. Dona Emília ia para a roça e seu esposo para seringal e, as crianças ficavam só e nunca foram atacados pelos indígenas, quando saíram da terra eles mataram uma mulher com uma flechada.

Essa tensão entre os novos colonizadores em Rondônia (seringueiros, garimpeiros, agricultores e extrativistas) mantiveram uma relação de tensão e ao mesmo tempo de trocas com as várias populações tradicionais, várias são os ataques de grupos indígenas nas roças e, vários eram os relatos de sequestros de crianças, de seringueiros que atacaram pequenos grupos e roubaram mulheres, essa histórias recentes encontramos no livro Visões da Natureza Seringueiros e Colonos em Rondônia (1999), bem como as trocas culturais entre esses dois segmentos sociais.

> O que mais matou foi o sarampo mesmo; falavam que muitos fugiram porque o sarampo estava matando, aí muitos deles fugiram; coitados quantos será que escapou né? Esses que fugiram graças a Deus nunca mexeram com a gente, mas quando saímos de lá mataram uma mulher de flecha, só não sei quem matou.

Ela articula um saber importante para definição dos povos indígenas, o fato de ser reconhecido pelos outros grupos; quando afirma que os que fugiram não mexiam com eles pode ser um indício de que os povos isolados os reconheciam como seus iguais por isso nunca as atacaram. Esse princípio para definir etnicidade é consagrado desde o Estatuto do Índio de 1973: a definição de índio ou silvícola,

contida no artigo 3º da Lei nº 6.001 de 19/12/1973, [...], incorporou a mesma noção de que o fundamental na definição de índio é considerar-se e ser considerado como tal. (Cunha, 2012, p. 105).

No último trecho da narrativa dona Emília fala de seus sonhos de futuro, não sem antes falar da diáspora, da dispersão fruto de várias expulsões de seus territórios, das fugas daqueles que ainda se acreditam estarem isolados, daqueles que saíram de região de seringueiras e foram para Guajará-Mirim, Porto Velho e mesmo daqueles que migraram para outros estados em busca de melhores condições de vida com o declínio da produção gomífera, pós-Segunda Guerra Mundial. Fala da expropriação de suas terras, e da posse indevida de pecuaristas, fala da luta pela retomada dessa terra, e do possível retorno de seus familiares para habitar seu antigo território.

> Se a terra for demarcada ... a grande maioria dos Puruborá que estão espalhados ... vem morar aqui. Tenho uma neta que tá lá num tal de Guarariba lá no Mato Grosso; ela liga direto quando ela lembra ... mãe dela e que aperta a saudade; ... a mãe dela mora bem aí perto da nossa casa.

Considerações finais

Com a exposição da trajetória do grupo desde o período do contato até os dias atuais, buscamos situar o local da fala de dona Emília, é a fala de uma mulher pequena em sua estatura física, porém grande na sua capacidade de existir, resistindo às agruras que a vida lhe impunha, a perda da mãe ainda pequena, vítima das agressões de um marido que a espancou quando estava grávida.

Perdeu o pai aproximadamente aos oito anos de idade, sendo o mesmo assassinado por um tio paterno que o matou para vingar a morte da irmã. Criada entre outros grupos indígenas (além dos Puruborá, Migueleno e Cabixi) foi obrigada a dominar uma língua estranha (o português), teve de casar muito cedo, ir para a labuta na agricultura e no extrativismo, assistir a dispersão do seu povo, incluindo filhos e netos para outras regiões que não a tradicional.

Perdeu a terra e, povo indígena sem-terra é povos sem vida, sem existencialidade, sem os ancestrais que habitam os locais sagrados e que os protegem dos espíritos ruins das florestas, perdem o contato com a mãe terra. Ainda assim retornou para essa terra, mesmo que comprando um pedaço pequeno para se manter nas terras onde nasceu e cresceu.

Ao se referir a terra/território e seus significados para os povos indígenas brasileiros Gersem dos Santos Luciano Baniwa vai dizer que o:

> Território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. Território, portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva. A terra é também um fator fundamental de resistência dos povos indígenas. [...]. O território indígena é sempre a referência à ancestralidade e a toda a formação cósmica do universo e da humanidade. É nele que se encontram presentes e atuantes os heróis indígenas, vivos ou mortos. (Baniwa, 2006, p. 101)

Nesse sentindo podemos afirmar que dona Emília no seu cotidiano nos diálogos com os familiares, se enquadra nos quatros conceitos básicos da etnometodologia: Indicialidade, Reflexividade, Relatabilidade e, Noção de membro.

Ela é portadora de uma linguagem, partilhada por seu grupo étnico: os Puruborá, mas ao mesmo tempo é herdeira de uma linguagem de todos os povos indígenas do Brasil que tiveram contato recente com os não-índios e partilham um histórico de massacre pelas epidemias, confrontos, trabalhos que não atendem as demandas tradicionais, mas aos interesses do capital, resistência e lutas para manter traços da tradição, reinvenção das mesmas.

Ela constrói sua narrativa de vida a partir das experiências pessoais (biografia) mas recebe estímulos externos. A biografia da índia que perde os pais muito nova, que enfrenta a mortandade de seu povo, que experienciou a dispersão do seu grupo, a expulsão do seu território. Recebe estímulos externos na medida em que atua para reagrupar seu povo, retomar a luta por seus direitos, suas terras do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, dos encontros aos quais as lideranças participam e as trocas que ocorrerem nelas.

Ao relatar suas experiências, ela as cria, projeta novas, por exemplo a questão do território, ela rememora a dispersão, as fugas e sonha, no sentido de sonhar acordada, pois luta e estimula a luta de seu povo para reaver suas terras, o mesmo se aplica à língua materna, que ela dominava muito pouco e esse pouco em função da resistência

e do enfrentamento da proibição, ainda assim no meu primeiro contato com a comunidade, eles tinham uma choupana onde funcionava uma escola, nessa tinha o sabedor indígena (Mário Neto) que ensinava aos alunos do ensino fundamental o que aprendeu com os anciãos e com as professoras que pesquisaram a língua do povo Puruborá.

Quanto à noção de membro nem temos como questionar, ela é membro de um grupo, não só por questões sanguíneas ou culturais, mas, sobretudo, pela apropriação da história do seu povo, pelo domínio da linguagem de grupos considerados extintos pelos órgãos oficiais, e que algum tempo depois entram no cenário das lutas políticas com uma disposição e uma urgência, ela é definitivamente uma Puruborá, uma onça na luta pelo seu povo.

Acredito que para finalizar trazendo uma definição da autora e neta de dona Emília que dá a tônica desse trabalho:

> Ela era uma mulher muito tímida, sempre quieta no seu canto. Quem a conheceu já na velhice não faz ideia da guerreira que ela foi ao longo de sua vida e do legado que deixou para o povo Puruborá. Entendo que é a partir da sua biografia que é possível conhecer melhor a luta dos Puruborá pelo território. (Puruborá, 2021, p. 19).

Acredito ter demonstrado que a trajetória de dona Emília reflete e refrata as lutas e as histórias do povo Puruborá, ela não só foi a pedra fundamental para a retomada da luta pelo reconhecimento da FUNAI, enquanto povo indígena, sua resistência em se manter na área onde nasceu e passou boa parte da sua experiência de vida. Ela enfrentou inclusive o marido que queria ir para Costa Marques para não perder seu vínculo com o território, fonte de vida e espaço sagrado para todos os Puruborá.

Referências

BARBOZA, José Joaci. Puruborá: narrativas de um povo ressurgido na Amazônia. In: PINHEIRO, Zairo; BARBOZA, José Joaci e SANTOS, Alex Mota dos. **Tradições reinventadas**. Porto Velho: Temática Editora, 2017.

BISPO, Marcelo de Souza; GODOY, Arilda Schmidt. Etnometodologia: uma proposta para pesquisa em estudos organizacionais.

Revista de Administração da UNIMEP. v.12, n.2, Maio/Agosto – 2014. P. 108-135.

BRAGA, Adriana; GASTALDO, Édison. PERTENCIMENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA: etnometodologia**. E-compós**, volume 22, publicado em 23/04/2019, p. 1-17. Acessado em 11/11/2021.

CALDAS, Alberto Lins. **Nas águas do texto:** palavra, experiência e leitura em História Oral. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil:** História, direitos e cidadania. São Paulo: Claroenigma, 2012.

COULON, Alain. **Etnometodologia.** Petrópolis – RJ: Vozes 1995a

COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995b

GARFINKEL, Harold. **Estudos de etnometodologia.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2018

GUESSER, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. Em Tese: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 149-168

JOSÉ DA SILVA, Giovani. **Identidades Cambiantes:** os Kamba na fronteira Brasil-Bolívia. Goiânia: Editora UFG, 2012.

LEONEL, Mauro. **Etnodíceia Uru-eu-wau-wau:** o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia, o direito à diferença e a preservação ambiental. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, FAPESP,1995.

LUCIANO BANIWA, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas do Brasil de hoje. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Samir Adamoglu de; MONTENEGRO, Ludmilla Meyer. **Etnometodologia:** desvelando a alquimia da vivência cotidiana**.** Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 1, artigo 7, Rio de Janeiro, Mar. 2012 p. 130-145

PEREIRA, Wellington; MESQUITA Tarcineide. A contribuição da etnometodologia para análise do colunismo social. **Revista Famecos mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, janeiro/abril 2012. p. 46-64

PURUBORÁ, Camila**. Puruborá:** a luta e resistência de um povo através de gerações**.** Rio de Janeiro: Pachamama, 2021.

RAWLS, Anne Warfield. Os Estudos de etnometodologia de Garfinkel: uma investigação sobre os alicerces morais da vida pública moderna. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 33, Número 2, Maio/Agosto 2018. P. 443-464.

RAMOS, Anatália Daiane de Oliveira. **A produção associada do povo Puruborá, aldeia Aperoi – RO:** "trabalho de ganhar", "trabalho de viver", educação, saberes e resistência. 2019. Tese (doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso), Cuiabá, MT, 2019.

RIBEIRO, Darci. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 3 Ed., Petrópolis: Vozes, 1979.

RODRIGUES, Adriano Duarte A Natureza Etnometodológica do Senso Comum. In: **Anais do Pentálogo VIII - CISECO**. Japararinga, AL: UFAL, 2017. Acessado em 11/11/2021.

SILVA, Caroline Rodrigues da; ANDRADE, Daniela Negraes P.; OSTERMANN, Ana Cristina. Análise da Conversa: uma breve introdução. **ReVEL**, vol. 7, n. 13, 2009

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

TEIXEIRA. Carlos Corrêa. **Visões da Natureza:** seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1999.

WATSON, Rod; GASTALDO, Édson. **Etometodologia e análise da conversa**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2015.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia expansão e decadência (1850 -1920)**. São Paulo: Hucitec, 1993

10.NO CÍRCULO DE PALAVRAS E CONCEITOS:
composição de fuxicos na Análise Textual Discursiva

Maria do Carmo Galiazzi[76]
Robson Simplício de Sousa[77]

Introdução

Desde a publicação do livro Análise Textual Discursiva (MORAES, GALIAZZI, 2007) o uso desta metodologia tem se ampliado nas pesquisas qualitativas em diferentes áreas do conhecimento. Roque Moraes, o principal proponente da metodologia[78], desenvolveu o ensino da metodologia em diferentes grupos em muitos programas de pós-graduação. A publicação exemplar da metodologia detalhada no livro Comunidades Aprendentes do Aprender mostra a organização planejada pelo Prof. Roque Moraes para ensinar ATD em uma disciplina da pós-graduação em que o tema de estudo foi o aprender em processos coletivos (GALIAZZI; RAMOS; MORAES, 2021).

Para exemplificar esta disseminação da metodologia, uma pesquisa rápida do uso desta metodologia em bancos de dados com a expressão "Análise Textual Discursiva", nos dois últimos anos, resultou em 630 artigos na base de dados Google Acadêmico. Na base de artigos Scielo, 53 artigos distribuídos em 20 revistas científicas diferentes e, na base de dados periódicos do Datacapes, foram 187 artigos em periódicos revisados por pares especialmente de assuntos relativos à formação de professores, Ensino de Ciências e Educação.

A profusão de aplicação da metodologia nos motivou a continuar os estudos de modo a agregar modos de análise e aprofundar a compreensão sobre esta metodologia. Recentemente, foi publicado um dossiê sobre a Análise Textual Discursiva na *Revista Pesquisa Qualitativa* vinculada à Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualita-

76 Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2000, sob orientação do Prof. Roque Moraes.
77 Doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG em 2016.
78 Como descrito em Galiazzi, Lima, Ramos (2020)

tivos (SE&PQ). Neste número, a ATD foi usada especialmente em pesquisas desenvolvidas em teses de doutoramento ou derivando de pesquisas em orientações em programas de pós-graduação em que estes pesquisadores passaram a orientar (GALIAZZI, RAMOS, LIMA, 2021).

Neste contexto de aplicação em dissertações e teses, com a intenção de ampliar nossa compreensão sobre a ATD, temos nos dedicado desde as publicações iniciais a analisar em profundidade a presença de palavras que conceituam a ATD e que, a nosso ver, mereciam maior estudo. Dedicamo-nos a estudar em como se mostrava na ATD a descrição fenomenológica (GALIAZZI; SOUSA, 2021), o texto em uma leitura hermenêutica (SOUSA, 2020), o fenômeno (GALIAZZI; SOUSA, 2020), a dialética (GALIAZZI; SOUSA, 2019) o jogo da compreensão (SOUSA; GALIAZZI, 2018), as abordagens fenomenológica e hermenêutica (SOUSA; GALIAZZI, 2019; 2016; SOUSA; GALIAZZI; SCHMIDT, 2016), a categoria (SOUSA; GALIAZZI, 2017). Estes e outros textos foram reunidos no livro *Análise Textual Discursiva: Uma Ampliação de Horizontes* (GALIAZZI; SOUSA, 2022). Parece-nos aqui que imitamos Gadamer (2000a) quando afirma que estas coisas, no nosso caso a ATD e também a Fenomenologia e a Hermenêutica, ocupam-nos e sempre as queremos discutir de novo.

A leitura recursiva do livro seminal de ATD (MORAES; GALIAZZI, 2007; 2011; 2016) nestes estudos havia nos levado a perceber que, de um sentido mais fenomenológico nos textos iniciais, o livro encaminha articulações hermenêuticas, especialmente no texto *Avalanches Reconstrutivas*[79], embora não haja especificamente descrição destas abordagens. Em razão disso, adentramos no estudo da Hermenêutica Filosófica proposta por Hans-Georg Gadamer (SOUSA; GALIAZZI, 2016) até então pouco aprofundada no livro de ATD. Desse modo, o presente capítulo sinaliza para uma continuidade de agregar a ATD a esta proposição filosófica, em que partimos da palavra ao conceito como proposto por Gadamer (2000) e Rohden (2012) ao interpretar a carta Sétima de Platão.

Na verdade, o que estamos propondo é que a ATD possa ser compreendida como uma metodologia de análise de textos que "não

79 O texto "Avalanches Reconstrutivas: movimentos dialéticos e hermenêuticos de transformação no envolvimento com a Análise Textual Discursiva" foi adicionado à 3ª edição do livro *Análise Textual Discursiva* e tem relevância direta ao associar a ATD à Hermenêutica Filosófica, entre outros aprofundamentos até então não explorados.

se atenha apenas da palavra ao conceito, mas igualmente de volta, do conceito "a palavra" (GADAMER, 2000a, p. 14), por isso o título deste texto que se espelha na proposição de Gadamer é "No Círculo das Palavras e Conceitos: compondo fuxicos na Análise Textual Discursiva" no que se refere ao círculo hermenêutico em movimento ascendente da palavra ao conceito e em movimento descendente do conceito à palavra (ROHDEN, 2012). De certa forma, o movimento do conceito à palavra, movimento descendente, como explicitado em Moraes e Galiazzi (2007, 2011, 2016) está apresentado nos livros e textos sobre Análise Textual Discursiva, mas, a nosso ver este outro movimento, o movimento ascendente da palavra ao conceito ainda não havia sido explicitado como possibilidade de procedimento analítico na ATD.

Como já discutido em outros textos, a metáfora é um modo de expressão na ATD da compreensão sobre o fenômeno em estudo (GALIAZZI; SOUSA, 2022; MORAES; GALIAZZI, 2007, 2011, 2016). Neste texto, apresentamos o processo de análise desenvolvido na ATD como um artesanato de fuxicos[80] em dois movimentos que se articulam inextricavelmente. Um deles, aquele que separa os tecidos, produz os pequenos retalhos, confecciona os fuxicos, organiza em diferentes tipos e cores, compõe a obra de arte. O segundo, aquele que estuda os modos de produção de fuxicos na tradição, conhecendo origem, definições, exemplos de obras de arte feitas com fuxico para compreender e decidir que artesanato fazer com fuxicos. Os dois movimentos são aqui mostrados separadamente para melhor compreensão.

Compondo fuxicos: o movimento descendente na ATD do conceito à palavra

A ATD, em síntese, desenvolve-se em movimentos recursivos de unitarização, categorização e produção de metatextos para a compreensão de um fenômeno. Na unitarização, separam-se unidades de sentido articuladas à questão de pesquisa. A categorização é o mo-

80 O artesanato de fuxicos é produzido com pequenos retalhos de tecido. O retalho é cortado em formatos, geralmente circulares. Alinhavam-se as extremidades do círculo e ao puxar o alinhavo se forma uma trouxinha de tecido, o fuxico. Muito presente no artesanato brasileiro a partir do Período Colonial tem uma larga tradição em diferentes culturas. Nas Filipinas se chama yo-yo, palavra que naquela cultura significa movimento de vai-e-vem ou volta. Os fuxicos se unem em várias pequenas trouxas de tecido, as quais, entretecidas, constituem flores coloridas. Estas, ao se conectarem, dão um novo visual a confecções, bolsas, tapetes, colares, broches, colchas, entre outros itens. (LABRY, S. http://quilts.com)

vimento recursivo de aproximação destas unidades por semelhanças percebidas pelo pesquisador. A produção de metatextos inicia com a descrição, procedimento fenomenológico crucial da ATD, ao que se acrescentam as interlocuções teóricas que levam aos meta-textos finais. Associamos este movimento analítico ao que Gadamer denomina de movimento no *círculo hermenêutico*[81] do conceito à palavra e que Rohden (2012), trazendo a proposição de Platão explicitada na Carta Sétima, mostra como o movimento descendente. Trata-se da busca de sentido atribuído à palavra a partir da interpretação no texto, o que fazemos na ATD pela unitarização, categorização, interlocução teórica e comunicação.

Não é nossa intenção detalhar o movimento descendente neste capítulo, mas ele é como a ATD vem sendo apresentada em diferentes textos e entendemos o movimento descendente constituído pela a unitarização que promove a desorganização, a explosão de ideias, a tempestade de luz; o processo de reorganização se dá pelos sentidos que se mostram, produzindo de quebra-cabeças a mosaicos ao escrever e reescrever em mergulhos discursivos para o ressurgir da Fênix; e a comunicação. Estes textos precisam ser comunicados e o escrever recursivo permite chegar a uma escrita dada como final, mas sempre podendo ser reelaborada em avalanches reconstrutivas. Se fôssemos atribuir um limite para o movimento descendente, ele estaria na descrição do fenômeno em análise e, ao agregarmos as interlocuções teóricas que articulam as categorias, estamos em um movimento ascendente em direção ao conceito. Em nosso entender, a ATD se amplia se ao movimento descendente do conceito à palavra agregamos o movimento ascendente da palavra ao conceito.

Neste capítulo, propomos apresentar o movimento analítico hermenêutico da palavra ao conceito, movimento ascendente considerado a metáfora do círculo hermenêutico para a compreensão (GADAMER, 2000b; ROHDEN, 2012), sobre algumas palavras estruturantes da ATD: *o fenômeno* e *a descrição* na ATD. Compreensão é para Gadamer (idem, p. 142) "não uma comunhão misteriosa das almas, e sim uma participação no significado comum. O objetivo de todo entendimento e de toda compreensão é o acordo da coisa".

O movimento analítico sobre as características da ATD em nossos diferentes estudos foi realizado inicialmente em um movi-

81 Discutimos a relevância do círculo hermenêutico para a ATD em Sousa e Galiazzi (2016). Sobre a origem história do círculo hermenêutico, consultar Grondin (2016).

mento descendente do conceito à palavra como proposto na obra seminal da ATD. Para isso, inicialmente unitarizamos todo o livro de Análise Textual Discursiva (MORAES, GALIAZZI, 2007), estabelecendo unidades de significado em que as palavras que serão tratadas neste texto, fenômeno e descrição, estavam presentes. Salientamos que cada palavra gerou um estudo específico, tendo como resultado um metatexto descrito em detalhes em Galiazzi e Sousa (2022). O movimento analítico descendente seguiu com a categorização destas unidades, do que surgiu uma rede de categorias que mostram o movimento fenomenológico da ATD sobre a indagação para cada uma das palavras em destaque: ***o que é isso que se mostra sobre o fenômeno e a descrição na ATD?*** Apresentamos a síntese dos movimentos ascendentes destas mesmas palavras em direção aos conceitos nas seções a seguir.

Estudando a cultura do fuxico: o movimento ascendente na ATD da palavra ao conceito

Gadamer (2000a), quase centenário, escreveu um texto intitu*lado Da palavra ao conceito: a tarefa da Hermenêutica enquanto Filosofia*. O autor justificou o título por ser o conceito a marca da Filosofia e, se a vontade for de compreender, é preciso deixar que o conceito fale, mesmo que ir da palavra ao conceito não seja suficiente, segundo o autor. É preciso ir do conceito à palavra, de volta, o caminho de cima para baixo, um e o mesmo (HERÁCLITO, 1980, p. 89) ou em outro de seus aforismos: princípio e fim se reúnem na circunferência do círculo (*Idem*, p. 121).

O caminho vai "da palavra ao conceito" - mas precisamos chegar do conceito à palavra se quisermos alcançar o outro. Só assim ganhamos uma compreensão racional, de uns para com os outros e temos a possibilidade de nos recolhermos, para deixar valer o outro (GADAMER, 2000a, p. 26). Entretanto, se a intenção é compreender um texto, é preciso estar preparado para sempre "estar sujeito à revisão que resulte de um aprofundamento de sentido. É estar disposto a que o texto lhe diga algo" (GADAMER, 2000b, p. 144). É preciso que se deixe o texto aparecer como um outro e mostre sua verdade mesmo que contrarie a opinião de quem pretende compreendê-lo.

Exploraremos o movimento dialético ascendente em seus cinco momentos interligados: nome, definição, imagem, o conhecimento e, no quinto momento, a coisa mesma (ROHDEN, 2012). Foi o en-

contro com o texto de Rohden (2012) que nos chamou atenção para este movimento quando estudávamos a dialética nas categorias da ATD e que justamente nos ajudou a compreender que a dialética na ATD é a de Heráclito (GALIAZZI; SOUSA, 2019). Rohden (2012, p. 106) afirma que "o filosofar é um movimento de vai-e-vem entre fenomenologia e hermenêutica". E é assim que entendemos a ATD.

Platão apresenta o movimento dialético ascendente em cinco momentos, etapas, passos ou estágios: o nome, a definição, a imagem, o conhecimento. O primeiro momento de análise seguindo o movimento dialético ascendente é o nome ou a palavra. A partir dos significados atribuídos ao nome e seus assemelhados na linguagem, que sentidos são atribuídos às palavras em análise na ATD? A definição, segundo o movimento ascendente proposto, é composta de nomes e verbos e, partindo inicialmente do nome, vamos em direção à definição nos dicionários de uso comum da língua portuguesa, afinal é em um dicionário no qual estão reunidos os significados de uma língua às palavras. Em nossos estudos, temos ido da busca por significados nos dicionários de uso comum a dicionários de Filosofia porque, como afirma Gadamer (2000a), os conceitos sempre foram preocupação da Filosofia. O terceiro movimento é composto na busca por imagens, exemplos, figuras em que estas palavras são utilizadas. Como afirma Rohden (2012, p. 115):

> Podemos dizer que os três primeiros momentos formam, conjuntamente, uma unidade propedêutica, necessária e partícipe dos dois próximos momentos. Eles são como a escada usada para subir aos princípios necessários para constituição do saber, da intelecção, mas não instituem ainda, eles mesmos, coisa mesma procurada. Poderíamos dizer que os três momentos constituem o viés analítico, genealógico, na medida em que têm por escopo apresentar, com a maior clareza possível, as qualidades das coisas, nomeando-as, definindo-as e representando-as imageticamente. Em outros termos, os três primeiros momentos configuram a etapa epistemológica ou cognitiva do processo dialético que está na base e institui o polo ontológico ou intuitivo ou sapiencial.

O quarto momento é o do conhecimento, da ciência, do saber, do *insight*. Assim, pode ser o encontro com outros sentidos atribuídos às palavras por diferentes autores em outros contextos em que se mostra a apreensão dos argumentos teóricos a nosso modo de pensar,

lembrando que este conhecimento é sempre datado conferindo-lhe sempre valor relativo. É o quarto momento, como *insight*, que mais se aproxima da coisa mesma, para daí, ir ao alcance da compreensão da coisa mesma, mesmo considerando que esta compreensão seja histórica e finita. O quinto momento, o da compreensão, só ocorre se todos os momentos anteriores forem articulados, mas nunca se esgota e mesmo que ao final do processo "tenhamos provas, argumentos pelo nome, conceito, imagem, ciência dos objetos - jamais possuiremos a verdade plena relativa à coisa, à ideia" (ROHDEN, 2012, p. 121).

Antes de apresentar exemplos do movimento dialético ascendente queremos afirmar algumas compreensões importantes: em termos de análise, não temos como indicar, determinar, decidir se iniciamos com o caminho descendente ou ascendente, porque estão muito próximos, misturados e em cada um dos movimentos, seja o descendente que na ATD identificamos na unitarização, categorização e descrição especialmente, e no movimento ascendente no nome, definição, imagem, conhecimento e a coisa mesma, instaura-se o processo circular virtuoso, o *círculo hermenêutico* (GADAMER, 2000b; ROHDEN, 2012), mas o caminho de subida e de descida precisa ser percorrido se queremos, como posto na ATD, desenvolver uma metodologia dialética no sentido de Heráclito. Neste sentido, o que importa é o caminho. Vamos aos movimentos das palavras *fenômeno* e *descrição*.

Fenômeno: fuxicos de movimento dialético ascendente

O primeiro momento de análise seguindo o movimento dialético ascendente é o nome, neste caso, a palavra *fenômeno*. A partir dos significados atribuídos ao nome e seus assemelhados na linguagem, como fenomênico, fenomenismo, fenomenologia, fenomenológico, que sentidos são atribuídos à palavra fenômeno? Segundo Houaiss (2009), fenômeno é tudo que se observa na natureza. Um sentido mais restrito é o que atribui à palavra fenômeno o sentido de que é tudo que pode ser descrito e explicado cientificamente. Bem diferente é o sentido dicionarizado advindo da Filosofia, de que fenômeno é a apreensão ilusória de um objeto reconhecido apenas pelos nossos sentidos. A fatos e acontecimentos raros e surpreendentes também chamamos de fenômenos que nos maravilham.

Se estes são os significados registrados nos dicionários de uso comum da língua, na definição a partir de dicionários de Filosofia, segundo momento do movimento dialético ascendente, até o século XVIII, a palavra fenômeno significou o mesmo que aparência, contrapondo-se à realidade. Posteriormente, a aparência passou a ser uma manifestação da realidade ao intelecto e começou a designar o objeto de conhecimento que aparece em condições particulares. O fenômeno não é o objeto, pois este se mostra na relação cognitiva com quem tem a intenção de conhecer. O fenômeno está sempre na relação entre o objeto e o sujeito que o pretende conhecer. Se isso não for considerado, na percepção de Kant, surge a ilusão (ABBAGNANO, 2018). Com Husserl, no entanto, o fenômeno passou a significar tanto o que aparece a quem pretende conhecer o objeto quanto a coisa que se manifesta em si mesma, isso sendo possível pela investigação fenomenológica, alcançando a revelação da essência da coisa em si. É Heidegger quem vai distinguir fenômeno de aparência. Fenômeno é a manifestação da coisa. O fenômeno é identificado com seu ser (ABBAGNANO, 2018).

Giles (1975) sintetiza estas diferenças quando afirma que se atribuem três significados para fenômeno na Filosofia. O primeiro como aparência ou fato puro e simples, podendo ser considerada a manifestação da realidade ou não. O segundo significado é o de fenômeno estar associado ao objeto de conhecimento delimitado pela relação com o sujeito que busca conhecer o objeto e o terceiro significado a revelação do objeto em si. O fenômeno é simplesmente aquilo que se oferece à percepção do pesquisador e a fenomenologia apresenta-se como um estudo descritivo dos fatos como percebidos pelo pesquisador e do conhecimento oriundo desta descrição.

Heidegger, em *Ser e Tempo* (2015), apresenta um denso estudo sobre o fenômeno a partir do significado em grego cujo verbo exprime mostrar-se, tornar-se claro, visível em si mesmo, aquilo que se manifesta. A isso os gregos chamavam de entes, mas também em grego a palavra fenômeno é parecer aquilo que não é, a aparência. Deste significado Heidegger, porém, afasta-se, assumindo o sentido positivo da palavra e conceitua fenômeno enquanto aquilo que se mostra em si mesmo.

Na ATD, o fenômeno é o que vai se expor na análise e que vai se mostrar a iniciar pela descrição. Como afirma Bicudo (2000, p. 81), "a descrição assume a forma de um texto à espera de interpre-

tação. Não de uma interpretação entendida como técnica de tradução de signos, nem como exegese, mas como fenomenologia/hermenêutica". A descrição é o discurso que conduz pelas marcas à coisa. Conduz à singularidade da coisa que a distingue das outras, focando, então, no objeto mais do que em quem descreve. A descrição se diferencia da definição, pois enquanto a definição é universal a descrição é singular, o que distingue a coisa de outra. Nos dois significados, no entanto, parece-nos que a descrição torna possível alcançar a coisa, embora esteja dito que é pelas marcas do discurso que se chega à coisa, mas não necessariamente ao que ela é (GADAMER, 2000b; ROHDEN, 2012). Fazendo referência à ATD, assemelha-se à compreensão de que pela análise se chega à coisa, ao fenômeno, mas este é impossível de ser definido, no entanto pode ser descrito. É interessante a diferenciação entre fenomênico e fenomenológico, como aponta Abbagnano (2018). O adjetivo fenomênico qualifica o objeto enquanto o fenomenológico qualifica a busca que possibilita sua manifestação.

Considerando o terceiro momento, a imagem, em que se criam exemplos e se mostram usos da palavra fenômeno. Neste caso as imagens precisam articular fenômeno à ATD, pois esta foi nossa intenção de pesquisa. Seria a palavra fenômeno, muito presente no livro de ATD, também usada por autores que usam a ATD em suas pesquisas, fornecendo assim imagens e exemplos de como pesquisadores interpretam fenômeno? Resposta a esta pergunta pode facilmente ser encontrada em uma busca no Google Acadêmico com a sigla ATD e a palavra fenômeno em artigos de pesquisas publicados no ano de 2022. Foram encontrados 73 resultados de pesquisas publicadas em revistas acadêmicas em diferentes programas de Pós-Graduação. Uma análise destes artigos que foge ao escopo deste texto, ampliaria os sentidos atribuídos a fenômeno na ATD. O que foi considerado fenômeno a ser pesquisado? Em que área do conhecimento? Em que programas de pós-graduação? Que rede teórica assumem os autores que associam fenômeno a ATD?

O quarto momento do movimento dialético ascendente é o conhecimento em que buscamos interpretações e sentidos dados às palavras em interlocutores e se nas imagens buscamos interlocutores empíricos, neste movimento buscamos interlocutores teóricos. Trazemos aqui parte do que escrevemos em Galiazzi e Sousa (2022, p. 108) sobre este momento:

> Para Bicudo (2011), o fenômeno diz do que se mostra na intuição ou percepção. Não se trata de um fenômeno que pode ser objetificado por um sujeito observador. O fenômeno mostra-se no ato da intuição de um sujeito atento que percebe o que é e/ou como se mostra. O fenômeno e o sujeito estão juntos no próprio ato de aparecer. Fenômeno é o que se mostra para alguém que busca intencionalmente este que se mostra. Fenômeno diz do que se mostra na intuição ou percepção. Não se trata de um fenômeno que pode ser objetificado por um sujeito observador. O fenômeno mostra-se no ato da intuição de um sujeito atento que percebe o que é e/ou como se mostra. O fenômeno e o sujeito estão juntos no próprio ato de aparecer. Fenômeno é o que se mostra para alguém que busca intencionalmente este que se mostra.
>
> O fenômeno como o que se manifesta em seus modos de aparecer, olhando-o em sua totalidade de maneira direta, sem a intervenção de conceitos prévios que o definam e sem basear-se em um quadro teórico prévio que enquadre as explicações sobre o visto (MARTINS, BICUDO, 2006, p. 16).

Dada a importância de Heidegger na Fenomenologia e na Hermenêutica, fomos também neste momento do movimento dialético ascendente buscar como Heidegger conceitua fenômeno em que a partir de uma densa descrição da palavra que significa fenômeno em grego, lembrando da importância da linguagem na hermenêutica e na tradição das palavras. O autor conclui fenômeno como aquilo que se mostra e fenômeno como aquilo que aparenta estão unidos no sentido do primeiro sentido fundamentar o segundo.

O quinto momento, que nunca é alcançado, como discutimos acima no texto, é o conceito que é, em nosso entender, o conjunto de interpretações trazidas neste movimento. É a partir deste conjunto que se alcança uma interpretação da coisa em si.

Traremos a seguir um outro exemplo da aplicação do movimento dialético ascendente no exercício da ATD. O movimento descendente de unitarização, categorização e produção de metatexto foi descrito em detalhes em Galiazzi e Sousa (2022). Estamos enfocando a perspectiva proposta por Gadamer de que a compreensão ocorre em círculos hermenêuticos do conceito à palavra, movimento descendente, buscando interpretar o sentido no texto em análise como um todo e o movimento ascendente da palavra ao conceito quando buscamos sentidos fora do texto.

Descrição: fuxicos de movimento dialético ascendente

A descrição é um momento importante da ATD em sua abordagem fenomenológica e escolhemos apresentar este exercício justamente para chamar atenção aos pesquisadores que assumem ATD que se valham deste momento. O primeiro momento de análise é o nome enunciado, neste caso, descrição. A partir dos significados atribuídos ao nome e seus assemelhados na linguagem, encontramos palavras derivadas como o ato de descrever, o que foi descrito, ou a qualidade do que foi descrito, o sentido descritivo. E mesmo descritivismo como perspectivas dentro da linguística de como analisar fatos ou de como estabelecer regras de como as línguas funcionam. Ou seja, o movimento analítico ascendente se mostra dentro mesmo do próprio momento como salientado por Rohden (2012). Mas que sentidos são atribuídos à palavra *descrição*? A definição de descrição, segundo Houaiss (2009), é o ato de descrever e descrever é representar-se por escrito ou oralmente. É uma reprodução, um traçado, uma delimitação, uma reprodução de algo de modo oral ou escrito. Descrever é fazer um relato circunstanciado de algum acontecimento, de um fato, de um objeto. É contar em detalhes. É também narrar. Descrever também se usa quando se quer riscar, desenhar, traçar um objeto e ainda quando se quer traçar o percurso de um processo.

Na Filosofia, a descrição é o discurso que conduz pelas marcas à coisa. Conduz à singularidade da coisa que a distingue das outras, focando, então, no objeto mais do que quem descreve. A descrição diferencia-se da definição, pois enquanto a definição é universal a descrição é singular, o que distingue uma coisa de outra. Nos dois significados, no entanto, parece-nos que a descrição torna possível alcançar a coisa, embora esteja dito que é pelas marcas do discurso que se chega à coisa, mas não necessariamente ao que ela é (ABBAGNANO, 2018; GADAMER, 2000b ; ROHDEN, 2012).

Considerando o terceiro movimento, a imagem, em que se criam exemplos e usos a descrição, apresentamos exemplos de descrição retirados de nossas pesquisas. Uma delas, a tese de doutoramento que articulou a Hermenêutica Filosófica no horizonte da Educação Química atentando para o papel do professor como tradutor da linguagem da Química em sua tradição de linguagem específica (SOUSA, 2016):

> Todo dia é assim. Os trabalhadores entram no laboratório, trazendo na mão sacolas de papel pardo com o almoço. [...] Os

> pesquisadores chegam um pouco mais tarde, um depois do outro, trocando breves comentários sobre o que deve ser feito naquele dia. Depois de alguns instantes, vão para suas bancadas. [...] Dir-se-ia que o trabalho de todos eles é guiado por um campo invisível, ou que eles formam um quebra-cabeça quase terminado e que talvez chegue a se completar ainda hoje. [...] No laboratório, há um fluxo contínuo de brincadeiras, de argumentos e de conselhos: "Por que você não tenta fazer isso?". Os grandes quadros-negros estão cheios de inscrições. [...] No final do dia, manuscritos, cópias e algumas amostras de substâncias caras embaladas em gelo seco foram remetidos pelo correio. Os técnicos já foram embora. A atmosfera fica mais relaxada. Corre-se menos. [...] Hoje foram gastos alguns milhares de dólares. Alguns dispositivos, picos e vales, como ideogramas chineses, foram acrescentados ao botim do laboratório. Talvez tenha sido decifrado um caractere minúsculo no livro da natureza. Algumas intuições fortaleceram-se. Alguns enunciados tiveram sua credibilidade levemente aumentada ou diminuída, como os pontos do índice Dow Jones na Bolsa de Nova York. Talvez tenha sido um dia perdido. [...] Mas talvez, pelo contrário, algumas ideias minúsculas tenham se unido de forma mais estreita. (LATOUR e WOOLGAR, 1997, p. 11-12)

Quem como pesquisador nas Ciências Naturais não identifica procedimentos, ações, mesmo que advindas de outro contexto em que o mundo se movimenta em altas quantias de dólares? A esta descrição o autor se movimenta em sentido contrário aproveitando as semelhanças:

> Nem me esforço para tentar parafrasear o excerto acima, pois, ao lê-lo, salvo uma ou outra palavra, logo me transporto ao ambiente em que desenvolvi o mestrado. Assim como no laboratório descrito acima, também havia no Laboratório de Química Orgânica 2 da Escola de Química e Alimentos da FURG bastante movimentação, argumentação, aconselhamento, troca de informações e escritos que precisavam ser interpretados para contribuir na investigação dos fenômenos naturais e que, em suas devidas proporções, buscavam reforçar a ideia desenvolvimentista de ciência. (SOUSA, 2016, p. 15)

Ainda na Educação Química, Galiazzi (2011, p. 119) apresenta descrições de aulas no Educar pela Pesquisa. Assim a professora Isabel descreve um dos trabalhos em sala de aula:

> Um dos trabalhos que foi desenvolvido em função da questão da linguagem surgiu quando em aula prática um aluno falou que o ácido sulfúrico queimava o papel. Eu entendo que ácido oxida o papel. A partir daí, propus uma discussão sobre combustão, até porque, quando solicitei que eles observassem uma aparelhagem montada produzindo eteno e me dissessem onde estava ocorrendo reação, todos apontaram para o balão, sem considerar a presença da chama, uma evidência da reação de combustão. Para este estudo da combustão, os alunos responderam um questionário com dez questões conceituais que adaptei de uma pesquisa. Todos nós respondemos e cada um de nós fez uma síntese de uma questão, e eles começaram a ver que nem todos pensam igual. Em aula foi feita uma análise dos resultados, mostrando as diferentes concepções, tendo por referência um texto teórico.

O professor Pedro também descreve sua aula de Química com enfoque no Educar pela Pesquisa (GALIAZZI, idem, p. 123):

> Todo semestre eu faço uma pesquisa com os alunos. Mas eu vou te relatar uma delas, que aconteceu há três semestres, em que os alunos tinham que entrevistar seus colegas ou outros universitários aqui dentro da Universidade sobre qual concepção eles tinham a respeito do conceito de ácido. Então, basicamente eles tinham que entrevistar pessoas, universitários, perguntando o que era para o entrevistado um ácido. A pergunta não era apenas essa, mas começava por aí. A pessoa era pega de surpresa e dizia que o ácido é algo que corrói, que queima. Dependendo do conhecimento, eles disseram o conceito que aparece nos livros. A entrevista era assim: de duas a três questões em torno da concepção que o Sujeito tinha, e também, depois, associando essa concepção com as questões cotidianas: se ele tinha ou usava em casa algum ácido.

O experiente professor Luiz também descreve sua sala de aula no Educar pela Pesquisa (GALIAZZI, idem, p. 128):

> O normal era no início da aula termos um grande grupo, que seria o grupo de pesquisa em que, então, tinha os mestrandos, os alunos de iniciação científica, os professores e os alunos. Nós fazíamos sempre um grande círculo e eram colocadas essas questões. Era discutido o processo, era encaminhado o trabalho coletivamente. Agora a estrutura do trabalho ia variando. Normalmente era no grande grupo ou em grupos menores, e isso nós combinávamos sempre em função da forma em que o tra-

> balho estava se encaminhando. O tamanho dos grupos variava, dependendo da forma como as categorias iam sendo construídas, tendo sempre algum aluno da iniciação científica ou mestrando ou doutorando funcionando como mediador no grupo.

Para finalizar as imagens de descrição no terceiro momento do movimento dialético ascendente trazemos um exemplo de descrição retirado da pesquisa de doutoramento de Roque Moraes com enfoque fenomenológico finalizada em 1991 e recentemente digitalizada e publicada (MORAES, 2019, p. 57) em que um dos professores entrevistados descreve um professor que o influenciou na docência, sua sala de aula, sua avaliação.

> Um homem que até hoje fala um português terrivelmente atrapalhado. Ele está com mais de oitenta anos. É um ucraniano. … E veja, ele fugiu do regime soviético em 1917… . Ele saiu da Rússia com 28 anos, sendo reitor de uma universidade na Ucrânia. Mas ele tinha muito claro que as questões do solo, da produção, têm tudo a ver com a condição social.
>
> O tipo de trabalho que ele fazia tem muito a ver com meu trabalho atual. Veja, eu não me lembro dele escrevendo no quadro-negro. Eu não sei se ele conseguiria isso. Mas desenhando sim, e era um quadro, acho que talvez duas portas destas aqui juntas. Tipo um por um né? Uma sala como a sua, exatamente como a sua. Uma mesa estreitinha, e ali ao redor trinta alunos trabalhando.
>
> […] ele começava pela aula a passeio. Então nós redescobríamos perfis, tipos de solos e coletávamos amostras nesta primeira viagem. Sempre era num bairro próximo da casa dele. A coisa começava às sete horas da manhã e não tinha hora para terminar. E isso significava ir até oito, nove horas da noite. E a primeira saída já era assim.
>
> Trabalhava-se aquela amostra até o fim. Bem isso então implicava em você vencer etapas, queimar essas etapas o quanto antes para chegar à prova. Então isso foi outra coisa, foi um impacto. Chegando à prova você marcava o dia e a hora com ele, quer dizer, quando você estivesse pronto. E, também tinha hora para começar, mas não tinha hora para terminar, porque sentava com ele na mesa, e aí na conversa então, ele dimensionava isso tudo. No final de duas horas, digamos, de entrevista, ele olhava bem fixo para a gente, batia no ombro, passava a mão na cabeça e dizia: - Senhor, volta outra vez...
>
> E aí vinha todo um discurso, o quanto o Brasil precisava de

> pessoas, precisava de pessoas que conhecessem o solo, que conhecessem essa terra maravilhosa e parara, e o senhor não está pronto para assumir esta herança maravilhosa e pá, pá...Quer dizer, ao mesmo tempo em que tínhamos uma figura destas, havia todos os neuróticos, com provas marcadas, carteiras separadas, materiais no chão, turmas alternadas, as loucuras todas.

A descrição nos leva a lugares particulares. Nos exemplos acima de professores de Ciências Naturais, seja a decisão pela docência de um professor que fazia mestrado em Química que usa a descrição das atividades de laboratório para mostrar sua discordância com aquele modelo de trabalho, ou os professores que aplicavam o Educar pela Pesquisa em sala de aula com ênfase, diríamos mais nas definições de combustão, ácidos, mas que descrevem um modo de estar e ser professor. Este modo de ser professor também se apresenta na descrição do professor ucraniano, saído da Revolução de 2017, reitor de uma universidade ucraniana, que à época se vivia o contexto do retorno da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) à Rússia. Como dissemos, somos finitos e históricos. As descrições são sempre presentes nas pesquisas de cunho fenomenológico e não faz parte do escopo deste capítulo inserir-nos em interpretações, mas fornecem um lastro decisivo para a compreensão, por isso são imprescindíveis em pesquisas fenomenológicas como apontado por Bicudo (2011) e hermenêuticas por Gadamer (2000a) e Rohden (2012).

O quarto movimento ascendente da palavra em direção ao conceito é o da ciência, o do conhecimento. A descrição constitui procedimento em diferentes metodologias e abordagens nas pesquisas qualitativas (PONTEROTTO, 2006; BARDIN, 2009; BICUDO, 2011). em que trazemos alguns fragmentos do que produzimos em Galiazzi e Sousa (2022) em razão da intenção deste texto de argumentar em direção a incluir o movimento dialético ascendente de modo mais claro do que foi proposto em Moraes e Galiazzi (2007; 2016).

Em sua elaboração, a ATD teve a influência da Análise de Conteúdo, do Paradigma Naturalístico, da Fenomenologia e da Hermenêutica e a estas perspectivas nos ativemos para compreender a descrição. Na AC, a descrição é o movimento de primeira escrita do metatexto. Moraes (1999), em texto sobre a AC, aborda a descrição a partir da categorização como esforço de comunicação dos resultados de uma pesquisa. O autor recomenda também na ATD que é impor-

tante "citações diretas" dos dados originais. Este ainda não será o momento interpretativo, ainda que poderá haver descrições cada vez mais abrangentes, dependendo dos níveis de categorização.

A descrição densa tem sido apontada como procedimento analítico por outros autores. Para Lincoln e Guba (1985), a descrição densa é um modo de ter validade externa fornecendo detalhes que permitem avaliar a validade das conclusões. Descrição densa é um termo inicialmente usado por Ryle (1949) e depois por Geertz (1973) na etnografia. Para o último autor, a descrição densa refere-se a um conjunto detalhado de informações das experiências empíricas nas quais o pesquisador explicita os padrões das relações culturais e sociais e as contextualiza (PONTEROTTO, 2006).

Para Oliveira (2013), Geertz parte da tradição hermenêutica, ainda que se reconheça que é impossível saber o sentido exato atribuído por um sujeito a um texto, discurso, fala, entrevista. Ou interpretando culturas, a interpretação nunca é de "primeira mão". Como propõe Geertz, no entanto, a pretensão em descrever é alargar o universo do discurso humano (TALAMONI, 2016).

Em Galiazzi e Sousa (2022, p. 125) apontamos algumas características da descrição densa:

> É importante, pois, que na descrição densa, o pesquisador mostre que mergulhou no fenômeno, que esteve lá. É claro que esta descrição tem graus de subjetividade dos quais não há como escapar. Querer evitá-la é estar mais próximo de paradigmas com cunho na objetividade, a considerar que possa se alcançar uma realidade. Mesmo que a escrita seja densa e atenta ao fenômeno observado, o autor está presente na descrição pelo modo como se manifesta, como constrói o texto, o vocabulário usado. A amplitude ou minúcia da descrição, entretanto, não é o que garante a apreensão de uma realidade. A complexidade do fenômeno só pode ser alcançada quando se aprofunda tanto a descrição quanto a interpretação. Mesmo assim, nunca é possível recompor o imediatismo do trabalho empírico. Sempre o pesquisador percebe algumas coisas e ignora outras (Geertz, 1973). Na descrição densa é preciso estabelecer uma comunicação tanto com os interlocutores empíricos quanto com os futuros leitores do texto. O que está sendo descrito é um exemplo que vai levar, juntamente com o conjunto de descrições, a compreender o fenômeno.

Ponterotto (2006), integrando o trabalho de vários dos precursores que teorizaram a descrição densa, afirma que os componentes

de uma descrição densa são: 1. a descrição e a interpretação de forma acurada de ações sociais em um contexto apropriado no qual a ação social acontece; 2. a descrição densa captura pensamento, emoções e a rede de interação social entre participantes observados em seu contexto operativo; 3. uma característica central para a interpretação social engloba motivações e intenções para as ações em análise; 4. o contexto e as especificidades da ação social precisam estar tão bem descritos que o leitor experimenta um senso de verossimilhança ao ler o que está sendo descrito; 5. a descrição densa das ações sociais promove "interpretação densa" dessas ações, que levam ao "significado denso" das descobertas que ressoam com os leitores (PONTEROTTO; GRIEGER, 2007).

Para Ponterotto (2006) apresenta a descrição com uma bela metáfora de uma árvore para explicar a interligação da descrição, da interpretação e do significado. A "descrição detalhada" constitui as raízes da árvore que nutrem e alimentam a "interpretação densa", representada pelo tronco sólido da árvore, que por sua vez alimenta seus os galhos e folhas, que representam o "significado denso". São os galhos e folhas que mais capturam a atenção dos observadores, como é o caso do "significado denso", cujo resultado chama mais a atenção aos leitores de um relatório de pesquisa. Descrição densa refere-se à tarefa do pesquisador de descrever uma ação social observada em seu contexto particular. O contexto pode estar dentro de uma unidade menor (como uma sala de aula, um projeto, um ambiente de trabalho) ou unidade (como um curso, uma escola, uma comunidade).

A descrição densa tem ela própria influência da Fenomenologia de Husserl. Ao criticar a semelhança dos métodos das Ciências Naturais para a Filosofia, Husserl funda sua Filosofia na compreensão de que a existência humana está engajada no mundo da vida e daí resulta toda a experiência. Outro aspecto da Fenomenologia que guarda relação com a descrição densa de Geertz é a intencionalidade com que o pesquisador observa um fenômeno a partir destas duas influências. Segundo Talamoni (2013), o que também influenciou Geertz (1973) em sua abordagem da descrição densa, foi a fenomenologia de Merleau-Ponty, pois coloca importância na percepção e na subjetividade, distanciando-se então de uma intenção mais de objetividade.

"A descrição é básica na Fenomenologia, uma vez expressado e comunicado, o percebido já não é do sujeito, mas está apresentado

(dado) à comunidade, solicitando, então, procedimentos de análise e interpretação" (BICUDO, 2011, p. 19). A descrição relata a experiência vivida. Os modos de expressar essas experiências vividas podem ser de expressão direta ou podem expor as experiências em textos do pesquisador que expressam discursos inteligíveis.

Não há a garantia de que a descrição seja exata com o que descreve. Em uma abordagem fenomenológica, pode haver tantas descrições quantos forem os sujeitos que descrevem um fenômeno, no entanto é preciso que reproduza como é que o fenômeno se mostra a quem o descreve. O mérito principal de uma descrição não é sempre a sua exatidão ou seus pormenores, mas a capacidade que ela possa ter de criar uma reprodução tão clara possível para o leitor da descrição (MARTINS, 1991, p. 56).

A descrição vai dizer do que foi percebido por aquele que descreve. Não julga, e mesmo que toda descrição possa ser uma interpretação, busca não interpretar. Da descrição é que se encaminham a análise e a interpretação. A Fenomenologia que se atém ao relato do percebido, do sentido pelo sujeito que descreve para a interpretação busca aportes da Hermenêutica (BICUDO, 2011).

Apresentamos aqui os quatro momentos analíticos do movimento dialético ascendente em direção ao conceito: nome, definição, imagem e conhecimento. Estes movimentos articulados tramam as condições para a compreensão da coisa, a descrição de algo, entretanto não é este algo que se quer descrever. O quinto movimento é o conhecimento que o sujeito alcança sobre este algo descrito, que é diferente de todos os outros movimentos e deles não prescinde, mas também deles se diferencia (ROHDEN, 2012), que é a compreensão finita que alcançamos, neste caso, do fenômeno e da descrição na ATD, como também é finita a compreensão de quem porventura venha a ler este texto.

Conclusão

Apresentamos, neste texto, a ATD como uma composição de fuxicos em dois movimentos. Focamos neste o movimento dialético ascendente proposto por Platão (GADAMER, 2000b) e detalhado por Rohden (2012). A intenção do capítulo foi mostrar como este movimento, considerando a ATD uma metodologia fenomenológica hermenêutica em que os movimentos dialéticos para a compreensão se situam entre um vai-e-vem destas abordagens expressos em dois

movimentos dialéticos: o movimento descendente que é como as produções teóricas têm apresentado a ATD e o movimento dialético ascendente aqui discutido em seus cinco momentos: nome, definição, imagens, conhecimento e a coisa em si. Estes movimentos são inextricáveis e aqui apresentados de modo sequencial para ser mais didático, mas eles se misturam quer como movimento quer nos momentos também de cada um deles. Ter ciência de que o caminho da ATD é um e o mesmo confere à ATD maior adesão à hermenêutica como também sinaliza sua vinculação a uma dialética heraclidiana.

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. 4. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 6. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BICUDO, M. A. V. **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BICUDO, M. A. **Fenomenologia:** confrontos e avanços. São Paulo: Cortez, 2000.

GADAMER, H.-G. Texto e interpretação. In: GRONDIN, J. (org.). **O pensamento de Gadamer**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2012.

GADAMER, H.-G. Da palavra ao conceito. In: ALMEIDA, L. S.; FLICKINGER, H.-G.; ROHDEN, L. **Hermenêutica filosófica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000a.

GADAMER, H.-G. Sobre o círculo da compreensão. In: ALMEIDA, C. S.; FLICKINGER, H.; ROHDEN, L. (org.). **Hermenêutica filosófica***:* nas trilhas de Hans-Georg Gadamer. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000b.

GADAMER, H.-G. **Verdade e método I:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002a.

GADAMER, H.-G. **Verdade e método II***:* complementos e índices. Trad. Enio Paulo Gichini. Petrópolis: Vozes, 2002b.

GALIAZZI, M. C. **Educar pela pesquisa***:* ambiente de formação de professores de Ciências. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.

GALIAZZI, M. C.; MORAES, R. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, 2006.

GALIAZZI, M. C.; RAMOS, M. G. Aprendentes do aprender: um exercício de análise textual discursiva. **Indagatio Didactica**, v. 5, n. 2, 2013.

GALIAZZI, M. C.; LIMA, V. M. R.; RAMOS, M. G. A fusão de horizontes na análise textual discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, SP, v. 8, n. 19, 2020.

GALIAZZI, M. C.; RAMOS, M. G.; MORAES, R. **Aprendentes do Aprender**, Ijuí: Editora da Unijuí, 2021.

GALIAZZI, M. C.; SOUSA, R. S. **Análise Textual Discursiva***:* uma Ampliação de Horizontes, 1. Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2022.

GALIAZZI, M. C.; SOUSA, R. S. O fenômeno da descrição na análise textual discursiva: a descrição fenomenológica como desencadeadora do metatexto. **Revista Vidya**, Santa Maria, RS, v. 41, n. 1, 2021.

GALIAZZI, M. C.; SOUSA, R. S. O que é isso que se mostra: o fenômeno na análise textual discursiva? **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, SC: Furb, v. 15, n. 4, out./dez. 2020.

GALIAZZI, M. C.; SOUSA, R. S. A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, SP, v.7, n. 13, abr. 2019.

GEERTZ, C. **The Interpretation of Cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GILES, T. R. **História do existencialismo e da fenomenologia**. 1. ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1975.

GRONDIN, J. The Hermeneutical Circle. In: KEANE, Niall; LAWN, Chris. **The Blackwell Companion to Hermeneutics.** John Wiley & Sons, 2016.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. 10. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed.

Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

WOOLGAR, S.; LATOUR, B. **A vida de laboratório**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. 1. ed. London: Sage, 1985.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MARTINS, J. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MORAES, R. **A educação de professores de ciências***:* uma investigação da trajetória de profissionalização de bons professores. 1991. 398 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 1991.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. In: ENGERS, M. E. **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação***:* notas para reflexão. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

MORAES, R. No ponto final a clareza do ponto de interrogação inicial: a construção do objeto de uma pesquisa qualitativa. **Educação**, Porto Alegre, v. 25, n. 46, 2002.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Educação,** Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: set. 2016.

MORAES, R. O significado do aprender: linguagem e pesquisa na reconstrução de conhecimentos. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, RS, v. 15, n. 1, p. 135-150, jan./abr. 2010.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, out. 2003.

MORAES, R. ***Percursos de formação de professores de Ciências****:* histórias de formação e profissionalização. Curitiba: Appris, 2019.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, abr. 2006.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 1. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

OLIVEIRA, A. Etnografia e pesquisa educacional: por uma descrição densa da educação. **Educação** (Unisinos), v. 17, n. 3, set./dez 2013.

PAVIANI, J. A gênese da dialética em Platão. In: BOMBASSARO, L. C.; PAVIANI, J. (org.). **Filosofia, Lógica e existência**. 1. ed. Caxias do Sul: Educs, 1997.

PONTEROTTO, J. G.; GRIEGER, I. Effectively communicating qualitative research. **The Counseling Psychologist**, v. 35, n. 3, p. 404-430, 2007.

PONTEROTTO, J. G. Brief note on the origins, evolutions, and meaning of the qualitative research concept "thick description". **The Qualitative Report**, v. 11, n. 3, p. 538-549, 2006. Disponível em: http://www.novaedu/ssss/QR/QR11--3?ponterotto.pdf. Acesso em fev. 2019.

ROHDEN, L. Filosofando com Gadamer e Platão: movimentos, momentos e método(s) da dialética. **Revista Dissertatio de Filosofia**, Pelotas, RS, v. 36, 2012.

ROHDEN, L. **Hermenêutica filosófica**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

SOUSA, R. S. **A hermenêutica Filosófica no horizonte da Educação Química***:* o professor de Química como tradutor-intérprete de uma tradição de linguagem. 2016. 101 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande-FURG, Rio Grande, 2016.

SOUSA, R. S. O texto na análise textual discursiva: uma leitura hermenêutica do "Tempestade de Luz". **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, SP, v. 8, n. 19, 2020.

SOUSA, R. S.; GALIAZZI, M. C. O caminhar da análise textual discursiva em direção à hermenêutica filosófica. In: LIMA, V. M. R.; RAMOS, M. G.; DE PAULA, M. C. (org.). **Métodos de análise em pesquisa qualitativa***:* releituras atuais. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2019.

SOUSA, R. S.; GALIAZZI, M. C. O jogo da compreensão na análise textual discursiva em pesquisas na educação em ciências: revisitando quebra-cabeças e mosaicos. **Ciência & Educação**, Bauru, SP, v. 24, n. 3, jul./set. 2018.

SOUSA, R. S.; GALIAZZI, M. C. A categoria na análise textual discursiva: sobre método e sistema em direção à abertura interpretativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, SP, v. 5, n. 9, 2017.

SOUSA, R. S.; GALIAZZI, M. C. Compreensões acerca da hermenêutica na análise textual discursiva: marcas teórico-metodológicas à investigação. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, RS, v. 31, n. 100, abr. 2016.

SOUSA, R. S.; GALIAZZI, M. C.; SCHMIDT, E. B. Interpretações fenomenológicas e hermenêuticas a partir da análise textual discursiva: a compreensão em pesquisas na educação em ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 4, n. 6, dez. 2016.

TALAMONI, A. C. B. O programa da descrição densa. In: TALAMONI, A. C. B. **Os nervos e os ossos do ofício:** uma análise etnológica da aula de Anatomi*a* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

TALAMONI, A. C. B. Possíveis contribuições metodológicas da Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz às pesquisas em Ensino de Ciências. **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências** – ENPEC, 9., 2013. Águas de Lindóia, SP. Atas [...]. Águas de Lindoia, SP: Enpec, 10 a 14 de novembro de 2013.

SOBRE OS AUTORES

Alison Ribeiro Centeno

Doutorando em Ciências Sociais (2019-2023) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestrado em Ciências Sociais (2016-2018) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Bolsista da CAPES (2016-2018; 2019-2023), desenvolvendo estudos na área de recrutamento de elites políticas, com artigos publicados sobre eleições e teoria política. Atualmente, revisor de periódicos na área de Ciência Política, com experiência de pesquisa com ênfase em carreiras políticas, eleições majoritárias e Senado Federal. Contato: alison.centeno@edu.pucrs.br

Álvaro Magalhães Pereira da Silva

Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2016. Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisa semântica dos conflitos sociais, posicionamento enunciativo, responsabilidade enunciativa, polifonia e dialogismo. Atuou como repórter e como editor em diversas empresas de comunicação entre 2000 e 2017. Tem experiência nas áreas de teorias da enunciação, análise do discurso e de reportagem e edição em jornais impressos e em veículos de comunicação na web. E-mail: alvarompsilva@usp.br

Bárbara Domingues Nunes

Assistente Social. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação-São Lourenço do Sul; Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar- Unipampa; Especialista em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos -Universidade Norte do Paraná; Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social - Escola de Humanidades PUCRS Bolsista CAPES/PROEX. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade – NETSI. Contato: nunesbarbara1@gmail.com

Cíntia Maria Nascimento Cruz

Assistente Social atuando no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS Rural Viamão/RS; Especialização em Traba-

lho Social e Assistências ás Famílias pela Universidade UNOPAR; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela PUCRS. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Interseccionalidade - NETSI. Bolsista CAPES/ PROEX (2021-2023), Porto Alegre/Brasil E-mail: cintianascimentocruz@gmail.com

Claudia Veronese

Assistente Social, atuou no Acolhimento da Migração Internacional- ONG/PB. Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social- Escola de Humanidades PUCRS, Bolsista CAPES/ PROEX. Mestra em Serviço Social- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes- CCHLA/UFPB. Especialista em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero/FACED/UFRGS. Membro Colaboradora do Projeto de Extensão - MOBILANG: Mobilidade, Cidadania e Plurilinguismo- PROEX/UFPB. Membro do Núcleo de Estudos sobre Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências. Contato: claudiaveronese1973@gmail.com

Cláudio Primo Delanoy

Professor e pesquisador vinculado ao Programa de PósGraduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Cursou Doutorado em Letras, na área de Linguística, na PUCRS (2012) e tem Pós-Doutorado na mesma universidade (2016) na temática de estudos do discurso e ensino. Lidera do Grupo de Pesquisa Discursos em Diálogo, certificado pelo CNPq, no qual pesquisa a análise de discursos sob a perspectiva dialógica (Círculo de Bakhtin) juntamente com doutorandos, mestrandos e bolsistas de iniciação científica. Seu interesse de pesquisa está centrado nos temas dialogismo, ideologia e linguagem, gêneros do discurso, dentre outros conceitos das reflexões bakhtinianas. Contato: claudio.delanoy@pucrs.br

Clarissa Constant de Constant

Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) no ano de 2018. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Bolsista CAPES integral e pesquisadora integrante

do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Território e Teorias do Discurso (GPsT). Especialista em Política de Assistência Social pela UNINTER (2020). Também participou do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Assistência Social (GPsTS), e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Acessibilidade e Diversidade, ambos vinculados ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Contato: cla.pga@gmail.com

Cristiano Sandim Paschoal

Doutorando em Letras / Linguística, vinculado à linha de pesquisa Teorias e Usos da Linguagem, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), atuando como bolsista CNPq. Mestre pela mesma instituição. Graduado em Licenciatura Português, Espanhol e Respectivas Literaturas pela Universidade de Santa Cruz do Sul / UNISC- (2018). Contato: cristiano.paschoal@edu.pucrs.br

Édison Gastaldo

Antropólogo e Doutor em Multimeios (Unicamp. 2000). Atualmente é docente e pesquisador no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Autor dos livros "Pátria, Chuteiras e Propaganda" (AnnaBlume, 2002), "Erving Goffman, desbravador do cotidiano" (Tomo, 2004), "Publicidade e Sociedade" (Sulina, 2013) e "Etnometodologia & Análise da Conversa" (Vozes, 2015, com Rod Watson). Email: edisongastaldo@yahoo.com.br

Eliana Mourgues Cogoy

Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social – NEPMQS. Mestre em Serviço Social pela PUCRS. Doutora em Ciências Sociais pela FLACSO (Argentina). Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, bolsista CAPES. Contato: eliana.cogoy@edu.pucrs.br

Everton Silveira

Doutorando em Serviço Social (2019-2023) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, desenvolvendo

estudos na área de juventudes, em especial, juventudes negras, periferizadas e vulnerabilizadas, com artigos publicados sobre temáticas correlatas. Mestrado em Letras (2017-2019) – Universidade Ritter dos Reis – UNIRITTER-RS - CAPES (2017-2019; 2019-2023), desenvolvendo o tema das juventudes e a Comunicação Não Violenta – CNV. Militante das lutas pelos Direitos da Criança e do Adolescente, atuando em espaços de promoção, garantia e proteção da infância e da juventudes, bem como em conselhos e fóruns de direitos. Contato: everton.silveira@edu.pucrs.br

Gabriela Dutra Rodrigues Conrado

Professora de Matemática. Instituto Federal da Paraíba - Campus Sousa; Especialista em Curso para Professores de Matemática - FURG; Mestre em Educação Matemática - UFPel; Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática - Escola Politécnica PUCRS Bolsista CAPES/PROEX. Membro do grupo de pesquisa Currículo, cultura e contemporaneidade, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: gabriela.conrado@edu.pucrs.br

Gabriela Magri da Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS; bolsista integral no projeto Integração de Fatores Humanos e Resiliência para o Fortalecimento da Cultura de Segurança na Indústria de Óleo e Gás - Project Human Factors HF2 - pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI) da PUCRS. Contato: gabriela.magri@acad.pucrs.br

Guilherme Magalhães V. S. Oliveira

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor Adjunto do Departamento de Artes e Filosofia do Miami Dade College, FL, Estados Unidos. Realiza estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É pesquisador vice-líder do Grupo de Pesquisa Currículo, Cultura e Contemporaneidade (GPECCC/PUCRS - CNPq). Desenvolve pesquisas nos campos da filosofia da educação e da prática educacional, ocupan-

do-se de problemas relativos às noções de crítica, verdade, governo e mídia, atuando também na área de livros didáticos e formação de professores. E-mail: gmagalha@mdc.edu

Gleny Terezinha Duro Guimarães

Docente na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Humanidades da PUCRS (1991 a 2022/1); Docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática – PPGEDUCEM/PUCRS (2019 a 2022/1). Pesquisadora Produtividade do Cnpq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Cotidiano, Trabalho e Teorias do Discurso. (GPsT). Possui Pós-Doutorado em Serviço Social (Universidade Católica de Lisboa), Doutorado em Serviço Social (PUCSP), e Mestrado em Serviço Social (PUCRS). Bacharel em Serviço Social (PUCRS), Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Bacharel em Filosofia (PUCRS). Atualmente doutoranda em Estudos da Linguagem no Institutode Letras da UFRGS. Integrate do Grupo de Pesquisa Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento, do PPGL/UFRGS. Contato: guimaraesgleny@gmail.com

Jacqueline I. Machado Brigagão

Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; docente do curso de graduação em Obstetrícia e do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo; orientadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará. Contato: jac@usp.br

Jane Cruz Prates

Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, pela PUCRS, pós doutora em Serviço Social pela PUCSP, Professora e coordenadora do PPGSS PUCRS, editora da Revista textos e contextos, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Política e Economia Social - NEPES e líder do Grupo de Pesquisa sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas- GTEMPP da PUCRS. Contato: jprates@pucrs.br

José Joaci Barboza

Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia –

UNIR, no Departamento Acadêmico de História, campus Rolim de Moura, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR (2009), doutorando do Programa de Pós Graduação em História PUCRS (2020/2), Vice líder do Grupo de Pesquisa em História Oral e Espacialidades Amazônicas – GPHOEA. Contato: joacijb@unir.br

José Luís Ferraro

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação (Escola de Humanidades) e Educação em Ciências e Matemática (Escola Politécnica) da PUCRS. Professor visitante das universidades de Oxford (Inglaterra), Coimbra (Portugal) e Edimburgo (Escócia), coordenou projetos na área de divulgação científica junto à Newcastle University (Inglaterra) e mantém colaboração em pesquisa com a University of Southern Queensland (Austrália). É pesquisador-líder do Grupo de Pesquisa Currículo, Cultura e Contemporaneidade (GPECCC/PUCRS/CNPq), onde desenvolve pesquisas nos campos da biopolítica, do currículo e dos processos de subjetivação, bem como da epistemologia da Biologia. Contato: jose.luis@pucrs.br

Luciane Alves Branco Martins

Professora no Magistério do RS. Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGL-PUCRS). Mestra em Linguística pela PUCRS (2020). Bolsista CAPES/PROEX. Membro do Grupo de Pesquisa Tessitura: vozes em (dis)curso. Contato: luciane.martins75@edu.pucrs.br

Maria do Carmo Galiazzi

Universidade Federal do Rio Grande - FURG; doutora em Educação pela PUCRS em 2000. Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Química da Vida e Saúde (PPGEC-FURG) com orientações na linha de pesquisa sobre a formação de professores. Co-autora da metodologia Análise Textual Discursiva. Professora no PPGEC-FURG da disciplina Análise Textual Discursiva. Autora dos livros Educar pela Pesquisa: ambiente de formação de Professores de Ciências (2003; 2014), Análise Textual Discursiva

(MORAES, GALIAZZI, 2007, 2011, 2016), Aprendentes do Aprender (GALIAZZI, LIMA, RAMOS, 2010), Análise Textual Discursiva: Uma Ampliação de Horizontes (GALIAZZI, SOUSA, 2022). mcgaliazzi@gmail.com

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

Professora de Língua Portuguesa na FFLCH-USP desde 1992. Mestra em Língua Portuguesa na PUC-SP (1990). Doutora em Semiótica e Linguística Geral, pela FFLCH-USP (1995). Pós-doutorado na área de Análise Crítica do Discurso, na Universitat Pompeu Fabra, Barcelona (Espanha), sob a supervisão do professor Teun A. Van Dijk, com bolsa FAPESP (2010-2011), e sob supervisão da professora Montserrat Ribas-Bisbal (2014-2015). Líder do NEAC/CNPq/USP (Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso) e membro do GT da ANPOLL de Linguística de Texto e Análise da Conversação. Participa do Projeto NURC-SP (Projeto de Estudos da Norma Urbana Culta de São Paulo) desde 1996. Foi pesquisadora auxiliar no "Projeto da Gramática do Português Falado no Brasil" de que resultou na publicação de "A Construção do texto falado", vol. 1, organizado por Clélia Jubran. Atualmente, coordena o grupo "Gêneros jornalísticos impressos: historicidade, constituição e mudança em uma perspectiva crítico-discursiva", que integra o Projeto de História do Português Paulista II, com financiamento da FAPESP. E-mail: maluvictorio@uol.com.br

Mariana Prioli Cordeiro

Docente do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Mestre e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutora na mesma área pelo IPUSP. Contato: mpriolicordeiro@gmail.com

Marlúbia Corrêa de Paula

Professora Visitante Adjunto na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Ilhéus/BA. Professora no Departamento de Ciências Tecnológicas - DCET, colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática - PPGECM. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

na Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS). Doutora em Educação em Ciências e Matemática - PUCRS (2014 - 2018) Membro do Grupo de Pesquisa sobre Cotidiano, Trabalho e Teorias do Discurso (GPsT). Membro do Grupo de Pesquisa em Tecnologias Digitais Potencializadoras do Ensino e da Pesquisa em Educação Matemática (GPTDEM). Coordena o Projeto de Pesquisa Análise Textual Discursiva na Pesquisa Qualitativa com uso de CAQDAS (Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software). Contato: mcpaula@uesc.br

Mary Jane Paris Spink

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social. PhD pelo London School of Economics and Political Science, Universidade de Londres, título obtido em 1982. Bolsista Produtividade em Pesquisa Sênior do CNPq. Autora/ organizadora de vários livros, sendo os mais recentes: *A Produção de Informação na Pesquisa Social – compartilhando ferramentas* (Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014); *Viver em Áreas de Risco*, EDUC e Editora Terceiro Nome, 2018 e *Covid-19: versões da pandemia nas mídia,* Portal de Livros IP/USP, 2020. mjpspink@gmail.com

Paula de Oliveira Portela

Formada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Mestranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - 2022; Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Contato: paulapportela@gmail.com

Pedro Henrique Chaves de Azevedo Beff de Araujo

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUR-Rio); Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - 2022; Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Rafael Cardoso Sampaio

Professor do Departamento de Ciência Política da Universi-

dade Federal do Paraná (UFPR); doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (2014); pesquisador produtividade do CNPq; coordenador do grupo de pesquisa Comunicação Política e Democracia Digital (COMPADD); autor em conjunto com Diógenes Lycarião do livro "Análise de conteúdo categorial: um manual de aplicação", lançado pela ENAP. Tem pesquisado e produzido nas áreas de Comunicação política, política digital, campanhas online, democracia digital, governo aberto, consultas online, orçamento participativo digital, deliberação online, discurso do ódio, retórica da extrema-direita, métodos qualitativos, cientometria e uso da análise de conteúdo no Brasil. Contato: cardososampaio@gmail.com

Robson Simplício de Sousa

Universidade Federal do Paraná - UFPR; doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG em 2016. Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Educação Matemática e Tecnologias Educativas (PPGECEMTE - UFPR) na linha de pesquisa Filosofia, História e Sociologia da Educação em Ciências e da Educação Matemática, onde ministra disciplina sobre Análise Textual Discursiva. Autor do livro Análise Textual Discursiva: Uma Ampliação de Horizontes (GALIAZZI, SOUSA, 2022). robsonsimplicio@hotmail.com

Tiago da Silva Andrade

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Especialista em Serviço Social e Direitos Humanos (UNIPAMPA). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Bolsista CAPES/PROEX. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Redes, Identidades e Subjetividade – REDIS. Contato: tiago.andrade85@edu.pucrs.br

O que é dito no não dito? *Análise de Conteúdo e Análise de Discurso*, interdisciplinarmente, via pluralidade de métodos e valorizando o diálogo, torna explícito o implícito nos discursos legitimadores de exclusões. O não dito, descoberto na exclusão, liberta a palavra e traz o ser das coisas. Vivemos uma inédita crise no Brasil: Sociedade e Estado, causada pela necropolítica que se alimenta do sofrimento, exclusão, morte e negação do outro. *Análise de Conteúdo e Análise de Discurso* nasce em momento vital e oportuno, nos convida a repensar ideias reguladoras justificadoras do sacrifício e eliminação do outro na sua distinção: social e psíquica, singular e irrepetível. Somente a vida importa, nas múltiplas expressões. Pensemos nos biomas, nas comunidades indígenas, nos quilombolas e ribeirinhos, nos trabalhadores urbanos e rurais, nos educadores, nos moradores de rua, enfim, na multiplicidade de exclusões, nos muros que impedem pontes, em síntese, no distinto a ser acolhido e incluído em uma terra de desigualdades de acesso aos direitos mínimos, ferida e aviltada. Sociedades, logo, que não refletem sobre a relação entre estruturas econômicas e ideologias sustentadoras de perversos e sutis esquemas de dominação, portanto, são incapazes de, via solidariedade, construírem o bem-estar de cada um(a) de todos(as). O que denominamos de bem-comum. O direito à vida supõe o direito ao viver, conforme Norberto Bobbio, ou seja, acesso aos direitos sociais inalienáveis, sem os quais liberdade é abstração. Concórdia, segundo Agostinho, é o nome da Paz baseada na Verdadeira Justiça, em outras palavras, no cuidado à Criação e defesa da dignidade de cada pessoa. Concórdia resulta, resumindo, do mútuo convencimento que constrói o bem-comum que sempre é inclusivo. Vemos, nestes dias sombrios, desprezo à vida, autocracia, criminalização da política, exaltação e naturalização da violência, raramente denunciada pelas mídias, e, acrescentemos, incontáveis vezes negligenciada em contextos acadêmicos. Técnica sem Ética é vida sem sentido, é existência sem alma. O sequestro tecnoburocrático – em nome da eficiência – é inédita estratégia de dominação. O curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica, nesta perspectiva, nasceu com a universidade e, no decorrer de sua longa, bela e importante história formou e forma profissionais indispensáveis à vida em plenitude, pois, "Vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância" (Jo 10:10). Novamente, os articulistas de *Análise de Conteúdo e Análise de Discurso*, na edição coordenada pela Professora Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães, oferta palavras e reflexões originadas do mundo da vida e contradições inerentes, mas que libertam, desalienam, despertam. A necessária diversidade de temas e abordagens nos convida a repensar o modo de ser no mundo, a prepararmos um amplo pacto de edificação de uma terra habitável, na qual sociedade e Estado, cada um(a) e todos(as), nos comprometamos na construção crítica e práxica de um Brasil solidário, plural, inclusivo e que defenda e promova a vida de todos(as). Ler e meditar cada uma das contribuições dos plurais articuladores é alfabetizar-se à cidadania plena, apta a acolher e deixar-se acolher, realizando a misericórdia, compaixão e contribuindo à emancipação de cada um(a) e de todos(as), assumindo a voz e as esperanças de brasileiros(as) desprezados(as) pelos que exercem – em diversos níveis e graduações – o poder. A presente edição, que nasce da vida dos articuladores(as), é um convite, enfim, à solidariedade e consequente práxis emancipadora. Ler e agir salva, emancipa, transforma, lança os alicerces de uma práxis libertadora. Lembremos, encerrando, Hannah Arendt "o mal é banal, somente o bem é radical", pois o bem sustenta o ser e a existência. *Análise de Conteúdo e Análise de Discurso* é testemunho da radicalidade do bem e certeza de que, responsavelmente, tornaremos a Terra Brasil habitável via solidariedade e convivencialidade.

Professor Dr. Luís Evandro Hinrichsen
Doutor em Filosofia, Mestre e Doutor em Filosofia e Teologia – PUCRS.

ALEXA CULTURAL
UFAM
EDUA EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PUCRS
ABEU Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ISBN - 978-85-5467-173-0